



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

sarney em portugal reafirma os laços luso-brasileiros

Discurso do Presidente José Sarney, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, em 04 de maio de 1986, por ocasião de banquete oferecido pelo Presidente de Portugal, Mário Soares.

Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Soares,
Presidente da República Portuguesa,
Excelentíssima Senhora Doutora Maria de Jesus Soares,
Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Amaral, Presidente da Assembléia da República,
Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Aníbal António Cavaco Silva,
Primeiro-Ministro de Portugal,
Excelentíssimo Senhor Conselheiro Octávio Dias Garcia, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,
Excelentíssimo Senhor Engenheiro Pedro Pires de Miranda,
Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Senhoras e Senhores integrantes da Comissão que me acompanha,
Minhas Senhoras, meus Senhores,

Emocionado pela generosidade da acolhida, honrado em ser o primeiro Chefe de Estado a visitá-lo depois de sua eleição à Presidência, agradeço as nobres palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar, tão ricas de significado para os nossos povos e para as relações entre o Brasil e Portugal. Elas reforçam a extraordinária hospitalidade e o clima de fraternidade que me vêm cercando

desde o primeiro instante de minha estada em Portugal.

Vindas de Vossa Excelência, Senhor Presidente, ganham suas palavras também um sentido especial, ao trazerem em si a marca do estadista inovador, do socialista, do democrata convicto, de um dos principais artífices do moderno Portugal que nós brasileiros tanto admiramos, figura corajosa na resistência democrática como na consolidação das instituições que fazem hoje o orgulho de toda a Nação portuguesa.

Aberto ao futuro e à modernidade, predeterminado a crescente papel no cenário internacional, o povo português demonstrou, uma vez mais, na saga da sua redemocratização, a mesma determinação e a mesma coragem que colocaram Portugal à frente da História, quando o homem abria a imensidão dos espaços oceânicos e descerrava as fronteiras de novos mundos.

Os brasileiros, que há pouco reconquistaram a plenitude da sua cidadania e da liberdade, juntamos hoje aos intensos laços de afeto e de comunhão que sempre os uniram aos irmãos portugueses o novo e poderoso elo de um mesmo projeto político: a demo-

cracia, o pleno exercício da representatividade, a condução dos próprios destinos.

Há doze anos o povo português ajudou-nos a compreender o valor da democracia na construção de instituições estáveis. A primavera política portuguesa despertou imensas esperanças no Brasil, teve repercussão mundial; foi o anúncio desse renascer da democracia que se afirma e consolida nos mais diversos quadrantes.

O inesquecível Presidente Tancredo Neves, fundador da Nova República, em visita plena de evocações e hoje inspiradora de tanta saudade, trouxe há mais de um ano a este mesmo Portugal a palavra de um Brasil que iniciava uma nova era da sua História. Aquela visita testemunhava a importância especial que os brasileiros passavam a atribuir a Portugal, com o espírito de conferir redobrado impulso de vitalidade ao conteúdo eminentemente humano que nos enlaça desde o princípio da História do Brasil.

Guia-nos nesse rumo o sentimento comum de que relações de tão profunda identidade não podem ser patrimônio apenas do passado, de recordação e de saudade, mas de uma realidade positiva, voltada para a construção do futuro.

O passado oferece-nos os alicerces de uma amizade sólida e de laços de afeto quase único entre povos contemporâneos. Laços que se expressam até no especial regime jurídico com que cada país estendeu aos nacionais do outro prerrogativas próprias de seus cidadãos, como o exercício da representatividade democrática.

O presente brinda-nos a realidade da democracia feita instrumento de um projeto nacional generoso, voltado para a edificação da justiça social e da participação popular. Oferece-nos também a coragem de medidas de largo alcance político, social e econômico. Portugal ingressou na Comunidade Econômica Européia, a mais ampla experiência de integração política, jurídica e econômica da História. O Brasil acaba de realizar, com o apoio e a participação do seu povo, uma vasta reforma econômica,

que devolveu ao país a limpidez da sua economia, baniu a especulação financeira e o flagelo da inflação, restaurou a dignidade do valor do trabalho e da produção e criou no País uma nova mentalidade, ensejando a efetiva mobilização popular na edificação de sua História.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores,

Debruço-me com interesse sobre as relações luso-brasileiras, e vejo que permanecem fortes os laços humanos e culturais que sempre aproximaram os dois povos. Mas vejo também, com outro sentimento, que nossos vínculos de cooperação, de intercâmbio e mesmo de diálogo político nunca representaram a contrapartida da expressão perfeita do sentido de comunhão que a história, a cultura e a língua nos legaram e de que tanto nos orgulhamos.

Crescem as responsabilidades de nossos países diante dos numerosos temas internacionais que lhes tocam de perto.

Vozes de seus próprios povos, legitimados pelo exercício constante da democracia, nossos governos têm o direito e o dever de levar ao plano das relações internacionais os valores que brotam genuínos da experiência histórica brasileira e portuguesa. A paz, a concórdia, a cooperação igualitária entre os povos, a permanente disposição ao diálogo e à conciliação são expressões de uma prática que se tornou real na vida política de nossos países. É o sentido da coerência que nos leva a projetar, no plano internacional, esses valores e essas aspirações.

Não é essa, contudo, tarefa simples ou fácil: país em desenvolvimento, diante de imensos desafios na área social — a nossa maior dívida moral, nossa primeira prioridade —, o Brasil vê preocupado a multiplicação de focos de confronto que desviam para debates estéreis a atenção e os recursos que deveriam estar comprometidos na promoção do homem, com a causa do diálogo e da cooperação, com o fim da fome e da

miséria, com a promessa de um mundo mais digno.

Os sinais de esperança no progresso do entendimento entre as superpotências são clareias fugazes que nos surpreendem, pela distância e pela rapidez com que, assim como aparecem, logo são apagados pelo recrudescimento de antagonismos ou o surgimento de uma nova tensão.

A América Central, o Oriente Médio, a África Austral, o Afeganistão e o Camboja e, mais recentemente, o Mediterrâneo, balizam, como pontos incandescentes, a geografia das crises do nosso tempo. Alimentando ou sendo alimentados pelo armamentismo, pelo terrorismo, pela fome, pelo desemprego e as desigualdades, os problemas deste fim de século desafiam a capacidade do homem de buscar na razão as soluções para edificar um mundo de paz, de respeito ao direito, de harmoniosa convivência entre os povos.

No empenho de contribuir para a solução dos problemas mundiais, o Brasil tem participado dos esforços do Grupo de Contadora para abrir à América Central uma via pacífica e negociada, que ofereça respostas às questões estruturais de ordem econômica e social que fazem brotar a violência na região. Gostaríamos de que um número cada vez maior de nações se dispusesse a agir conosco para fazer cessar o derramamento de sangue, para reconciliar facções cujas divisões tradicionais são agravadas pela importação da disputa ideológica Leste/Oeste, e iniciar a reconstrução de uma sociedade justa e próspera, democrática e pluralista.

Causa-nos especial preocupação as graves condições que o povo de Angola enfrenta na luta para consolidar-se como Nação e as adversidades em que se debate no seu esforço de desenvolvimento econômico e social. Fraternalmente solidário com o povo angolano, o povo brasileiro repudia com veemência as agressões externas àquele

país-irmão e repele o desrespeito à sua soberania e ao direito de livre determinação de seu povo.

Enquanto não cessarem as agressões a Angola e as ingerências externas no apoio às forças irregulares que operam no País; enquanto não se processar a independência inadiável da Namíbia; enquanto não se eliminar de vez o doloroso estigma do **Apartheid** da África Austral, essa imensa região permanecerá à mercê de grave instabilidade, capaz de levar a confrontação e a corrida armamentista ao Atlântico Sul, área que os povos da região desejam preservar do flagelo dos conflitos e aberta à cooperação e ao entendimento.

Por diferentes que sejam os conflitos regionais, todos se nivelam no padrão comum de rejeitar a diplomacia e o entendimento, de preferir o monólogo imposto ao diálogo consentido, de buscar refúgio na falsa segurança da defesa da "desordem estabelecida".

Devemos assinalar contra isso a via alternativa das soluções consensuais, da mudança através da consolidação, do equilíbrio de interesses que se compõem, sem se excluírem ou ignorarem.

É essa via do diálogo e da persuasão que temos incansavelmente proposto como único caminho seguro, sem extravios nem ilusões, para a solução do problema da dívida externa.

O Brasil fez uma opção irrenunciável pela retomada do crescimento econômico.

Será nesse rumo que iremos perseverar, porque não estamos lidando com a frieza dos números, mas com o destino e a felicidade de milhões de seres humanos dos quais não se pode exigir sacrifícios sem a contrapartida de esperanças palpáveis.

É do exercício permanente do diálogo e da abertura da negociação entre as partes que surgirão as fórmulas realistas que contemplem e harmonizem os interesses de todos.

Os juros exorbitantes e instáveis, o protecionismo que fecha os mercados aos produtos competitivos dos países em desenvolvimento, as barreiras à transferência da tecnologia são realidades que trabalham contra os interesses coletivos de toda a humanidade. A longo prazo, ninguém pode ganhar investindo no atraso, na instabilidade, na fraqueza e na exploração.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores,

Formamos, as antigas e as jovens nações de língua portuguesa, um universo humano capaz de tornar efetivos numerosos interesses comuns e de construir um espaço de paz no mundo do futuro.

O Brasil tem procurado desenvolver, com os povos irmãos no idioma e nos laços culturais e étnicos, mecanismos de cooperação e intercâmbio, sobre bases igualitárias e interesses recíprocos, intransigentemente fiel aos princípios da autodeterminação dos povos, do direito ao desenvolvimento e do respeito à soberania.

Colocadas sob o signo do novo, essas relações não deveriam ser exclusivas da ação dos Governos ou dos entendimentos entre as Chancelarias. Os novos tempos são de participação, e estou seguro de que nada pode ser melhor garantia das relações entre dois países do que o engajamento dos seus povos, dos meios de comunicação, das entidades de cultura e educação. E, mais do que nada, a dinâmica participação da sua juventude.

Será conhecendo-nos melhor, será fazendo do afeto que nos une um motivo de aproximação e não só de saudade que estaremos criando a base de um relacionamento voltado para o presente e para o futuro. Um relacionamento que alcance as esferas do diálogo político e através de Portugal, abramos mais uma janela de entendimento e cooperação com a Europa, de prestígio revigorado pela moderação e independência. Um relacionamento que crie bases reais para o intercâmbio comercial. Que identifique e faça crescer as oportunidades de colaboração em ciência, tecnologia, cultura e tantos outros campos em que temos algo a oferecer-nos mutuamente. Um convívio que, pondo em contato mais estreito os dois povos, e sobretudo suas juventudes, capte e aproveite o potencial insuspeitado de riqueza e boa vontade que alimenta como águas subterrâneas a amizade fraterna que une nossos países.

É com esse espírito que peço a todos os presentes para comigo erguerem um brinde à nova era que se abre nas relações entre o Brasil e Portugal, à prosperidade crescente da Nação portuguesa e à felicidade e venturas pessoais da Senhora Maria Barroso, e de Vossa Excelência, Senhor Presidente, que tão bem encarna a imagem que nós os brasileiros fazemos do homem português, com sua cordialidade, com sua operosidade voltada para o futuro, com a carinhosa maneira com que se expressa, como se suas palavras nos desejasse a todos abraçar. A carinhosa maneira de um povo que volta hoje a estar à proa de seu tempo.

Muito Obrigado.

presidente josé sarney na academia das ciências de lisboa

Discurso do Presidente José Sarney na Academia das Ciências, em Lisboa, em 05 de maio de 1986.

Confesso a minha vaidade em pertencer à Academia das Ciências de Lisboa, irmã mais

velha de minha Academia Brasileira de Letras. Agradeço sensibilizado as palavras de sauda-

ção com que me distinguiu Vossa Excelência, senhor professor Jacinto Nunes, nosso presidente, cujo renome internacional como economista e cujas qualidades de homem devotado a esta academia e aos seus ideais emprestam um brilho especial a esta cerimônia para mim inesquecível.

Minha gratidão pelas palavras carregadas de magnânima benevolência do acadêmico José Hermano Saraiva, que não pode esconder seu conhecimento e amizade ao Brasil. Ele, grande historiador e divulgador das ciências, letras e artes. Alegrou-me sua saudação da chegada, em nome desta Casa que tem o peso dos séculos, a carga da história, o trabalho permanente que passa de uns a outros; no milagre do tempo, entre vidas, nascimentos e mortes, guardando a tradição, a perpétua memória da busca incessante do saber.

Sucedo a Pedro Calmon, escritor extraordinário, orador extraordinário que uma tarde no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil saudou o doutor Mário Soares, atual presidente de Portugal.

Escritor dos mais altos da língua, não se sabe quantos livros escreveu. Morto, continua a publicá-los, como o legado de suas últimas lições.

O que estou a dizer coincide com o que sabeis.

Aqui sua voz foi ouvida e aplaudida. Poucos brasileiros, e, talvez, poucos portugueses saberiam tanto sobre Portugal quanto ele o sabia, graças à sua paixão sobre o passado.

Esta academia tem objetivos bem diversos daqueles em que se fundaram as academias.

Portugal vivia um tempo de grandes mudanças.

Seu desejo era “propiciar pelo estudo o desenvolvimento econômico e a indústria”. Aragão Morato, que sintetizou estas ambições, explica que seus criadores “. . . animados por um varão ilustre que, cultivando as

letras desde os seus primeiros anos e havendo examinado os progressos que elas haviam feito nas cidades polidas da Europa, as desejava ver não só restauradas, mas vulgarizadas na sua pátria, estabeleceram esta Academia das Ciências. . .”

O objetivo não era circunscrevê-la a elites nem restringi-la ao exercício intelectual de alguns, mas vulgarizar os benefícios da ciência, democratizá-los de modo a servir a todos. Aí estava o espírito moderno, o sentido social, a vocação do bem comum, a cultura como um bem coletivo.

Veja-se que a Academia das Ciências não nasceu para difundir a ciência, as letras e as artes, nem para popularizá-las, mas para vulgarizá-las, isto é, derramá-las de modo a se tornar mais do hábito, saber e costume, mais do cotidiano, o vulgo, uma forma de vida.

Naquele tempo das nobrezas, a Academia das Ciências de Lisboa nascia para a maior nobreza de todas as nobrezas, a nobreza de ser povo.

Não era cultura vulgar, mas vulgarizar a cultura.

Mas para difundir é preciso saber. Esse saber foi o barro do trabalho dos seus pioneiros, em busca de atualizar conhecimentos e destinação ao progresso da Pátria. A aliança da ciência e da técnica a serviço do homem.

Foi assim que num tempo de delírio José Joaquim de Barros, há duzentos anos, em tempo inaugural dissertava sobre o movimento progressivo da luz nos espaços celestes, divagando sobre o infinito, imaginando equações, medindo estrelas. Dois séculos depois, o mesmo espírito, com a mesma força, voltaria, com outras memórias, outras buscas de conhecimento como Tiago de Oliveira e Epstein no manejo dos avanços dos estudos estatísticos, no estudo das coisas atuariais. Exemplos não faltam nesta comparação dos tempos.

Os compêndios sobre agricultura, memórias econômicas, flora farmacêutica e elementar portuguesa, no passado e, nos tempos modernos, o conhecimento científico de Angola, estudos de geologia, palentologia e micologia, são afirmações permanentes do espírito do saber para todos, aplicado e não o puro exercício intelectual das letras e das artes.

Mas não se diga que estas foram abandonadas. Pedro José da Fonseca traçava o plano do dicionário português em 1780 e em 1983 Monsenhor Dalgado editava o Glossário Luso Asiático.

É o vivo espírito desta academia. É Portugal, somos nós, herdeiros da aventura desse povo heróico e santo. É o sentido do passado e a visão do presente, ser antigo e ser moderno, ser mais universal quanto mais foi local. "O mundo começa dentro da minha casa", dizia Andrade Figueira, um brasileiro do século XIX.

Senhores Acadêmicos,

Sou político e escritor. A sensibilidade do escritor esteve a serviço da política, porque a política tem muito de sonho e realidade.

Desejo expor algumas idéias, que defendo há muito tempo, e tento concretizar agora, sobre o problema cultural.

Os valores da sociedade industrial são valores materiais. Os valores culturais vão sendo trucidados. A sociedade industrial, na afirmação de Strauss, está "segregando toxinas psicológicas". A quantidade dos bens passou a ser mais importante do que a qualidade de vida.

Bergson, no início da segunda Revolução Industrial, reclamava um "suplemento de alma", para o descomunal corpo tecnizado da cultura de nosso tempo.

O que se percebe hoje, em todos os países desenvolvidos, é que o planejamento operou milagres e só ele pode obter sucesso na

organização dos fatores de produção. Não é o planejamento que está em questão, e sim, a sua redução aos interesses do sistema de produção. O que se reclama não é a redução do planejamento, mas a sua extensão a outros campos que não os de interesse da produção e do consumo de massa.

Na medida em que esse planejamento é insuficiente, isto é, na medida em que ele só contempla os interesses do sistema industrial (expansão contínua de produção, aumento contínuo de seu consumo, preferência pelos bens contra o lazer, dedicação total às mudanças tecnológicas, autonomia para a tecno-estrutura e o suprimento adequado de material humano treinado) reduz-se o nível de aspirações do homem ao que é material, ao que pode ser produzido em grande escala.

Assim, torna-se fácil atribuir e justificar recursos para aumentar a produção de bens, enquanto não se percebe a importância de outras atividades não diretamente relacionadas com o sistema.

Esse desequilíbrio provocado pela mobilização da sociedade para reduzir seus interesses ao nível dos bens colocados no mercado pelo mundo industrial está gerando uma contestação radical da cultura em que vivemos. Os jovens e os artistas já perceberam que os padrões de comportamento objetivo exigidos são objetivos apenas na medida em que tomam o homem como uma unidade de produção e de consumo de bens.

A visão de uma sociedade dominada pela técnica e pela organização, mas impotente para compreender que o homem não se reduz ao que produz e ao que consome, gerou uma literatura, uma arte e uma sociologia da contestação.

Assim, a sociedade que estamos criando sofre a mais radical contestação, não de seus inimigos ideológicos, mas justamente por parte daqueles a quem ela promete um mundo de abundância e de bem-estar. "O

nosso mal-estar nasce da preocupação exclusiva com o nosso bem-estar”, disse um dos filósofos da contracultura.

Seria ingênuo e perigoso supor que esse movimento, hoje universal, é passageiro ou que pode ser suprimido. O certo é estudarmos as suas raízes, que são as mesmas da nossa concordância, e tirar a lição política que esse movimento encerra na sua insólita e crua negação dos valores que consideramos dignos de defesa.

A técnica veio para ficar. Não podemos prescindir de soluções técnicas para problemas cuja complexidade ultrapassa a nossa compreensão comum. Cabe, entretanto, estar atento para as deformações da redução dos interesses do homem e não cair nessa passividade que gera o mais pobre e o mais desconfortável conforto que a humanidade já conheceu.

Que haja recursos para a pesquisa, para a invenção e para a produção de novos bens. Mas que se destinem, também, recursos para as artes, para a literatura, para as pesquisas históricas, para as ciências, para a defesa do patrimônio cultural.

Como exemplo da tecnologia a serviço desses valores culturais mais amplos, estou trazendo para ofertar à Academia das Ciências de Lisboa um banco de dados com 400 mil verbetes do vocabulário ortográfico da língua portuguesa, 70 mil do dicionário da Academia Brasileira de Letras de Antenor Nascentes e informações sobre 12 mil escritores do Brasil, de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, aos quais se poderão incorporar futuramente escritores de Macau e Timor.

Através dos computadores, que serão aqui operados e postos à disposição das consultas do público, manteremos permanente intercâmbio com a Academia das Ciências para constante atualização e enriquecimento do programa.

Senhor Presidente,

Ao falar nesta Academia, não posso deixar de dizer que, assim como o presidente não pode abandonar o escritor, este não pode deixar de exigir do presidente a preservação dos valores culturais, porque mais altos e impostergáveis, sem os quais o homem é apenas uma aspiração de engordar. E aqui encontro-me em absoluta confluência com o presidente de Portugal. Ambos políticos, ambos escritores, juntos na mesma visão transcendental do homem.

Ao longo do tempo vem prestando a Academia das Ciências de Lisboa uma grande e inestimável contribuição à Ciência, às Letras, a todo o mundo de cultura de língua portuguesa, e especialmente ao Brasil. O fundador do Estado brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi aqui secretário-perpétuo. Desta tribuna ele anunciou o império que surgiria três anos depois, ao despedir-se, voltando, aos 56 anos, à terra natal:

“E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto império! Banhadas suas costas em triângulo pelas águas do Atlântico; com um sem-número de rios caudais, e de ribeiras empoladas, que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão, que não participe mais ou menos do proveito que o mar lhe pode dar para o trato mercantil, e para o estabelecimento de grandes pescarias (...) qual outra região se pode igualar? Riquíssimo nos três reinos da natureza, com o andar dos tempos nenhum outro país poderá correr parelhas com a Nova Lusitânia”.

Foi a liderança de um homem ligado a Portugal, tão íntimo da cultura portuguesa, que permitiu que nossa independência se fizesse sem excesso de dor e mantendo íntegro e uno o território descoberto pelos portugueses, presentes desde os pampas à selva amazônica.

Sou de uma região do Brasil que tem Portugal nas veias e nos olhos. No sangue dos

que atravessaram em caravelas para a conquista do novo mundo, e de geração em geração mantiveram suas querências e saudades. Os que primeiro chegaram para manter lembranças, para viver sujeições de bem querer davam às cidades que plantavam o nome de Alcântara, Guimarães, Monção; às vilas Alcobaça, Salvaterra, Leiria; às ruas do Ouro, da Alegria, da Viração, da Misericórdia, do Sul, do Desterro; e se abriam uma praça, no meio da mataria densa e desconhecida, onde seria no futuro a cidade de São Luís do Maranhão, davam-lhe o nome de Campo do Ourique. E se não bastassem tantas saudades, criaram uma Praça da Saudade.

Portugal nos olhos, porque a arquitetura é toda ela guardada em casarões de azulejos, escadas em caracóis, pátios internos, sacadas de cantaria, fontes como as vossas, becos como os vossos, ruas como as vossas e mais ainda, gente como a vossa.

Os azulejos que aqui eram fabricados, e não eram de boa qualidade, eram mandados para lá (e já não sei se falo aqui e lá, ou lá e aqui), nos tempos de Dom José I. Então foram aproveitados para evitar que a marésia destruísse o barro das casas. Em vez de interiores, os azulejos de Portugal de repente cobriram as casas do Maranhão e transformaram a cidade, na cidade dos azulejos, porcelanas que brilham naqueles calores e sóis, e ventos que ventam de África, trazendo o passado e o gosto dos mares, são cores do Maranhão, cheiros de Portugal.

Eu mesmo, há anos, em livro de versos, agora reeditado aqui em Lisboa, cantei uma fonte nossa, bem portuguesa, a Fonte do Ribeirão:

.....
São torrentes de água e sangue
dos heróis de Europa e África
que aqui passaram e ficaram,
São gemidos de Timbiras,
são carruagens de ossos
nas ruas de São Luís
que à noite navegam à toa

nesse oceano sacral
Rossio, Alfama, Lisboa,
saudades de Portugal.

A matriz de São Luís era sufragânea de Lisboa, era mais fácil vir aqui do que ir ao Rio de Janeiro ou à Bahia. Pombal criou a Companhia de Comércio do Maranhão e nos mandou um sobrinho seu, Joaquim de Melo e Póvoas, como governador, recomendando-lhe:

“Engana-se quem entende que o temor com que se faz obedecer é mais conveniente do que a benignidade com que se faz amar; pois a razão natural ensina que a obediência forçada é violência, e a voluntária segura. Em qualquer resolução que Vossa Excelência intentar observe estas três coisas: prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar”.

Os maranhenses expulsaram os holandeses em 1640. Pela bravura receberam Del Rey de Portugal pelas provisões regidas de 15 a 20 de julho de 1655 os mesmos privilégios de que gozavam os cidadãos do Porto, concedidos pela Carta Régia de 1.7.1490, no tempo da Revolução de Dona Maria da Fonte; e entre esses privilégios, que eu tenho, está aquele de:

“O gozarem de todas as graças, liberdades e privilégios dos de Lisboa, mesmo andarem em bestas muares. . . “. . . portar espadas com bainhas de veludo, usar terços dourados, punhos de fio de ouro e trazer roupas de seda. . .”

Josué Montenello, que aqui está, de fardão, exercita esses direitos.

Direitos que foram ratificados em Carta Régia de 24.7.1736, de 1.6.1755 e de 8.2.1762.

Conheci Portugal pelos ensinamentos, pelas paisagens dos seus escritores, pela lembrança dos seus filhos e pelo amor brasileiro. As primeiras coisas podiam existir, mas não existiriam sem o amor brasileiro; sem este,

certamente, não se repetiria aquilo que não se repete em lugar nenhum do mundo e em relacionamento com nenhuma nação: este sentimento que nos liga a Portugal e a todo o mundo de fala portuguesa. Onde se falar “a névoa da apagada e vil tristeza” e for assim entendido, aí estará o sentimento do amor brasileiro.

Amor proibido de um caboclo maranhense por uma maranhense “branca” teve em Lisboa seu desfecho poético: Nestas ruas Gonçalves Dias encontrou sua Ana Amélia, ambos casados, ambos infelizes, e deste encontro nasceram os versos que, como meus companheiros, aprendi na minha juventude para não mais esquecer:

“Enfim te vejo. — Enfim posso
curvado a teus pés, dizer-te,
que não cessei de querer-te,
.....
A não lembrar-me de ti.

Aqui, também em Lisboa, soou o desafio do Maranhão, na palavra de ferro e fogo do padre Antônio Vieira, que pregou em nossas igrejas, ali viveu grande parte de sua vida e teve oportunidade de dizer, de suas lutas pela catequese, que se torcesse sua batina andarilha, não saía suor, mas sangue. E depois, velho, perguntado onde queria morrer, respondeu:

— “No Maranhão.”

Ele escreveu a Dom João IV sobre a responsabilidade dos que escravizavam índios, os maus administradores coloniais e invocou o Espírito Santo para proteger os que governavam. Dizendo que aquele tinha espinho nos ouvidos, para que as palavras não entrassem de uma vez só. Era a lição de Pombal, que os governadores tenham dois ouvidos, um para ouvir o presente, outro, o ausente.

De Vieira, nada mais que o verso de Fernando Pessoa:

“Este, que teve a fama e a glória tem,
imperador da língua portuguesa,
foi-nos um céu também”.

Simão Estácio da Silveira, um dos navegadores portugueses do século XVIII, que andou naqueles mares e naquelas terras, disse:

“Eu me resolvo que esta é a melhor terra do mundo, onde os naturais são muito fortes e vivem muitos anos, e consta-me que, das que correram os portugueses, o melhor é o Brasil, e o Maranhão é o Brasil melhor”.

A minha terra deve à Academia Real das Ciências de Lisboa a edição, em 1812, do manuscrito encontrado na Biblioteca do 3º Conde de Ericeira, Jornada do Maranhão, em que se relatam os sucessos da conquista do Maranhão, documento este somente há 4 anos editado no Brasil e que tive a satisfação de prefaciar. Nele há um episódio extraordinário:

Jerônimo de Albuquerque, conhecedor profundo das guerras da conquista, quase sexagenário, lutando nas praias desertas do Maranhão do século XVII, antes da batalha, chama o seu capitão Diogo de Campos Moreno, e com ele aposta suas ambições, o espólio da batalha.

— “Apostemos umas meias de seda, que antes de sábado tenho, índios do Maranhão...”

Diogo de Campos lhe responde:

“Sou contente de as perder. . . porém se as ganhar lembro que mais há de dar vossa mercê.”

E ficamos portugueses para a eternidade, expulsando os franceses, nas disputas destas mágicas “meias de seda”.

Senhores Acadêmicos,

Não é por falta de evocações que eu mudaria aqui o gosto de falar de nossos do barro comum, oleiros de nossas querências, é a necessidade do tempo.

Eu não falo de Portugal pelo que eu vi, mas pelo que li e vivi. Não posso vos encantar, como o fez meu conterrâneo, Odylo Costa, filho, das mesmas terras do Maranhão — a vos falar da água cantante da Serra da Estrela, do Mercado da Covilhã, do Alto de Mogadouro, das Pedras do Algarves, perto das falésias onde se debruçara o Sonho do Infante; Nem das açotéias, nem de ouvir o Mirandês, da Aldeia Transmontana. Nem vos transmitir o saber de José Antonio de Freitas, amigo de Eça de Queiroz, amigo do rei Dom Luís, primeiro maranhense a pertencer à Academia das Ciências de Lisboa, grande tradutor de Shakespeare, extraordinário revolvedor de papéis históricos: na Torre do Tombo e a quem devemos, segundo Rui Barbosa, a descoberta do documento fundamental que nos permitiu ganhar a causa das Missões.

Minha Lisboa tem ainda o tempo dos cafés Martinho e Montanha, a Perfumaria Godefroy, a Taberna Inglesa, o Cassino Lisboense, no Largo da Abegoaria, que eu soube ter-se transformado em Bordalo Pinheiro; que nem o tempo nem a vida me deixaram viver com os olhos, e como são sonhos, passo a dizer como o mestre Jorge Luís Borges que só o sonho é eterno porque não se modifica nunca. Portugal sempre foi um sonho constante em minha vida. Uma mudança qualquer em qualquer sonho é outro sonho. Acompanhei os monges dos Jerônimos que mais recentemente vivi nas páginas escritas por Cândido Dias dos Santos, no seu livro “Os Monjes de São Jerônimo”, em que o Mosteiro deserto e lento, em ver-se olhado, nos olha indiferente, a nós que passamos, enquanto definitivos ficam nos mármoreos brancos as invisíveis sandálias de oração que pastoreiam as noites da eternidade entre as redondilhas e os sonetos de Camões, e ecoa para sempre o cantar dos Luzíadas.

Manuel Bandeira, o grande poeta brasileiro, daqueles que moram no Olímpo, que este ano completa cem anos do seu nascimento, num soneto muito difundido no Brasil dedicou-lhe estes tercetos admiráveis:

“Enquanto o fero canto ecoar na mente da estirpe que em perigos sublimados plantou a cruz em cada continente, não morrerá sem poetas nem soldados a língua em que cantaste rudemente as armas e os barões assinalados.”

Gongora dizia que o tempo tem carícias para as coisas velhas. É com carinho que me permito recontar à Academia das Ciências de Lisboa o meu caminho acadêmico.

Contei na Academia Brasileira:

— Eu era bem jovem, publicara a “Canção Inicial” e, festejado na província, elegeram-me para o que se chamava o “Alto Sodalício”. Escrevi ao velho avô, que morava na roça, lavrando a terra de machado e foice num lugar que ele mesmo batizara de “Salvação”, dizendo do meu grande feito e da minha alegria. Com a notícia chegada, soltaram-se fogos de festa naquela casa de barro, e houve sorrisos e orgulhos. A vizinha, dona Tudinha, sem saber o motivo, perguntou ao velho a razão da folgança:

— Meu neto José entrou para a Academia. E ela, curiosa, perguntou:
— E o que é academia, seu Assuero?
Ele respondeu:
— Eu não sei. Eu sei que é “coisa grande”.

“Coisa grande”, aqui se guardam os valores espirituais.

Acadêmico, no Maranhão, da Academia Brasileira de Letras, sócio da Academia das Ciências de Lisboa.

É coisa grande.

Maior de todas.

Agradeço-lhes, a todos e a cada um, a unanimidade da escolha, a grandeza do gesto.

Agora peço licença. Vou sentar-me à espera da passagem do tempo.

Algum dia, um estudante em tese de mes-

trado descobrirá o orgulho escondido desta noite em que o presidente do Brasil viveu as alegrias da generosa alma lusitana. O poder era nada, o espírito era tudo, . . .

E se for pouco é grande. Se for grande é glória.

Vim a Portugal para aplaudir. Aplaudir o povo português, a que também pertença

por minhas origens. Aplaudir seu governo, na pessoa do presidente Mário Soares, e do ministro Cavaco Silva. Aplaudir os oito séculos de glórias de vosso passado heróico, em que também se insere a formação histórica da nacionalidade brasileira. E aplaudir, repetindo Eça de Queiroz, no fecho de **A Ilustre Casa de Ramires**, esta formosa terra de Portugal, tão cheia de graça, para que sempre bendita seja entre as terras.

sarney ao primeiro-ministro português: brasil é um país voltado para o moderno

Discurso do Presidente José Sarney, no Palácio Real de Sintra, em 05 de maio de 1986, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo Primeiro-Ministro de Portugal, Anibal Antonio Cavaco Silva.

Excelentíssimo Senhor Professor Dr. Anibal Antonio Cavaco Silva,
Primeiro-Ministro de Portugal,
Excelentíssima Senhora Cavaco Silva,
Excelentíssimo Senhor Conselheiro Octavio Dias Garcia, Presidente do Tribunal Constitucional,
Excelentíssimo Senhor Engenheiro Pedro Pires de Miranda, Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Senhoras e senhores integrantes da Comissão que me acompanha,
Minhas senhoras, meus senhores,

Agradeço a Vossa Excelência suas calorosas palavras, que refletem a generosa hospitalidade do povo português e a inigualável acolhida que os brasileiros encontram nesta terra devota à amizade.

São elas também a confirmação de que, em Vossa Excelência, Portugal encontrou o Chefe de Governo jovem, dinâmico e qualificado para orientar as mudanças modernizadoras que a integração com a Europa haverá de exigir da economia e da sociedade portuguesas.

O patrimônio de simpatia e afinidade que aproxima brasileiros e portugueses está na

base de um duradouro conagraçamento entre nossos países, cujos vínculos privilegiavam-se da comum herança histórica, cultural e étnica, de que tanto se orgulha e beneficia o Brasil.

Quando nos voltamos em busca das raízes mais autênticas da maneira de ser brasileira, a dimensão lusitana ressalta como um pilar fundamental da nossa identidade.

O sentimento de veneração, de solidariedade que sempre nos ligou a Portugal hoje se enriquece com a profunda comunhão de ideais democráticos e de sistema político nos dois países.

Senhor Primeiro-Ministro,

Somos governantes de povos que anseiam por transformações, que têm urgência de desenvolvimento e de justiça social.

Herdeiros de navegantes que romperam as fronteiras marítimas do homem, Brasil e Portugal não se resignam a ser meras testemunhas da História, figurantes da aceleração que marcou a evolução do último século e meio.

O ingresso de Portugal na Comunidade Económica Europeia é a mais límpida e recente

demonstração do sentido de mudança que permeou a sociedade portuguesa desde a admirável restauração democrática. No Brasil, pouco mais de um ano depois da implantação da Nova República, passamos rapidamente da realização de reformas políticas e institucionais de longo alcance à execução de uma reformulação da economia sem precedentes. É essa mudança que está devolvendo ao País o sentido do valor do trabalho e da produção, com a liquidação definitiva da especulação e a criação de uma nova mentalidade de participação popular na condução dos destinos do País.

Esses dois países, que se mostram ao mundo sob o signo do novo, do dinamismo do seu processo político, social e econômico, ganham com essa realidade um impulso adicional que os aproxima.

O passado e a comunhão de valores inspiram-nos um permanente sentido de identidade, uma empatia que alcança a esfera de laços humanos, inclusive sob a forma de ascendência direta, da memória de antepassados distantes ou próximos. Esse signo do povo é o fator que nos permitirá, sobre a base de tantos elos, impulsionar e intensificar nossas relações no presente e no futuro.

Somos países voltados hoje para o moderno. Nossas relações não podem mover-se ao sabor somente das evocações, ao apelo exclusivo do sentimento, à força das recordações, por mais caras que elas sejam. Este é um mundo que chega ao limiar do século XXI, em que, aos desafios tradicionais, vêm somar-se novos reptos no campo das ciências e da tecnologia. Não podemos excluir-nos desse movimento da História, sob pena de virmos a ser condenados a aceitar passivamente a hegemonia, não mais das armas, mas do saber e da competitividade econômica e comercial.

As exigências dos tempos obrigam-nos a reorientar nessa direção uma cooperação pela qual novas áreas virão acrescentar-se às áreas tradicionais.

Ao mesmo tempo, uma importante dimen-

são política — à base de diálogo, de consultas, de coordenação — conferirá a relevância e a intensidade que nossos povos esperam das nossas relações.

A última década assistiu ao declínio da cooperação internacional. A disposição ao diálogo, os acenos de distensão, a vontade política de tratar de reformas mais profundas no sistema internacional, a ajuda ao desenvolvimento, a transferência de recursos e tecnologia, que pareciam marcar a vida entre as nações, cederam lugar a uma competição egoísta, aos interesses de curto prazo, à retórica da confrontação, ao abandono do diálogo, ao desprezo da ordem jurídica e das soluções multilaterais, ao retraimento de toda ou parcial solidariedade entre os povos.

Assistimos ao espetáculo duplamente angustiante das inúmeras crises políticas que se superpõem a um quadro econômico de suma gravidade, de endividamento, desemprego, recrudescimento do protecionismo, de novas e sofisticadas tentativas de impor hegemonias tecnológicas. As nações poderosas procuram promover seus interesses externos e seus ajustes internos ignorando as repercussões negativas que tais medidas acarretam para a imensa maioria da humanidade.

Os conflitos antigos perpetuam-se na disputa de espaço com novas crises. A verdadeira paz passa a ser um ideal distante, negado pelo equilíbrio do terror e pelas violações aos mais elementares princípios da boa convivência: o respeito à soberania, o direito à autodeterminação, a não-intervenção, o direito ao progresso social.

A América Central, a África Austral, o Oriente Médio, o Afeganistão, o Camboja, o Golfo Pérsico e agora o Mediterrâneo são cenários claros de intransigência, arenas de belicosidade que arma os espíritos e divide os países.

Toca-nos de muito perto, como brasileiros, como latino-americanos, como países em desenvolvimento, a sorte dessas regiões.

Na América Central, defendemos a necessidade de que todas as partes envolvidas abandonem as formas de pressão e a intransigência e se engajem plenamente em esforço negociador que leve ao cabal coroamento da iniciativa de pacificação que empreendemos através do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora.

Na África Austral, condenamos de forma enérgica as agressões contra o povo-irmão de Angola, com o qual tantas identidades culturais e humanas nós partilhamos. É indispensável que a comunidade internacional exija de todos os países o respeito ao princípio de não-ingerência, base insubstituível da convivência entre as nações e as condições para que Angola encontre, por si mesma, o caminho para sua auto-realização.

O Atlântico Sul é um oceano de paz, que os países de sua área desejam ver preservado das confrontações estéreis e da corrida armamentista.

Tive a oportunidade de dizer nas Nações Unidas que a política futura externa do Brasil tudo fará para manter o Atlântico Sul como uma zona de paz.

Esta paz está ameaçada pelos conflitos que transtornam a vida dos países da África Austral, pela inaceitável demora da independência da Namíbia e pela intolerável persistência do **apartheid**, cuja injustiça se manifesta sempre, de forma chocante, nos conflitos sangrentos que marcam o cotidiano sul-africano. O Brasil orgulha-se de ser uma democracia racial.

Inquieta-nos o tratamento rotineiro e unilateral que vem sendo dispensado à questão do endividamento externo. A solução definitiva desse problema, na visão brasileira, não será alcançada apenas pelas forças do mercado, mas passa necessariamente pelas reformulações dos mecanismos que regulam o comércio e as finanças internacionais, através de negociações que não se prendam apenas aos aspectos técnicos e financeiros,

mas os integrem numa dimensão política mais abrangente.

Senhor Primeiro-Ministro,

A cada dia, cresce significativamente o número de assuntos importantes que se acrescentam às várias áreas em que se espraia o nosso relacionamento bilateral. Queremos permanentemente, Brasil e Portugal, tratar desses assuntos.

O estabelecimento de um diálogo permanente e amplo sobre esses temas cria uma nova e relevante vertente no contato entre os nossos governos. É preciso que a língua portuguesa chegue cada vez mais aos foros internacionais e às altas tribunas de onde se decide o futuro da humanidade.

No campo específico das nossas relações bilaterais, eu vejo com satisfação a possibilidade de explorarmos agora, em conjunto, o potencial existente em numerosas áreas. Hoje, os resultados da cooperação ficam ainda muito aquém do que podemos justificarmente esperar para um futuro próximo.

Anima-nos, especialmente, a idéia de colocar a cooperação e o intercâmbio cultural e educacional a serviço dessa nova era de relações que se abre para nós. Será compartilhando experiências que teremos condições de dar a dimensão real que podem alcançar as nossas relações, as relações luso-brasileiras.

Precisamos engajar principalmente a juventude de nossos países e enfatizo mais uma vez este ponto, nesse projeto comum, agregando-lhe a dimensão do futuro, que é a dos jovens.

O ingresso de Portugal no Mercado Comum e a resultante expansão de suas perspectivas econômicas tendem a difundir seus benefícios por todas as esferas da vida portuguesa e especialmente nas suas relações exteriores.

A médio e longo prazos, nossos países po-

derão beneficiar-se de iniciativas conjuntas, destinadas a explorar o potencial da ampliação dos mercados.

Por seu lado, a retomada do crescimento econômico do Brasil, que fundamenta a principal opção política do governo, se destina a ter um efeito positivo no crescimento do intercâmbio bilateral e no desenvolvimento de projetos, dentre os quais ressalto especialmente os da cooperação naval e construção civil e portuária.

Temos, juntamente com os países africanos de língua portuguesa, uma responsabilidade comum no domínio da cultura, da cooperação técnica e educacional, da promoção da nossa língua, da valorização conjunta do patrimônio artístico e intelectual de cada um de nós.

Estará em curso, no Rio de Janeiro, como acentuou Vossa Excelência, nestes dias que correm, uma reunião dos países de língua portuguesa com vistas à unificação ortográfica do idioma, que é expressiva do alcance e da importância desse aspecto das nossas relações.

Senhor Primeiro-Ministro,

A multiplicidade de eventos e contratos

que esta visita enseja é um eloqüente testemunho da riqueza do campo de interesse de nossas relações.

Esta, tenha absoluta certeza, é uma nova era para brasileiros e portugueses, um tempo de criação, de fecundidade, para o qual espero esta visita trazer uma ponderável contribuição. E estou certo de que, a partir dos contatos proveitosos que venho tendo, estamos no caminho que melhor nos servirá nessa aspiração comum.

A conversa, que hoje tivemos, causou-me uma profunda impressão pela sinceridade, pela transparência com que foram tratados os assuntos que nos são comuns.

É firmemente empenhado nessa tarefa, e com o espírito aberto à luz dos novos tempos, que se abrem para nós, que eu convindo todos os presentes a comigo brindarem pela prosperidade do povo português, pelo contínuo aperfeiçoamento de nossas relações de fraterna amizade, pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, e da Senhora Cavaco Silva, e pelo êxito de seu governo.

Muito obrigado.

o encontro do presidente brasileiro com escritores portugueses

Discurso do Presidente José Sarney, em Lisboa, em 06 de maio de 1986, por ocasião de almoço com escritores portugueses.

Sou-lhes muito grato por haverem aceito esta convocação da amizade, que nos permite estar aqui, ao redor destas mesas, escritores portugueses e brasileiros, a continuar a longa conversação, que raras vezes se interrompeu ao longo desses duzentos anos em que as duas culturas de origem lusitana assumiram destinos diferentes. Pode

dizer-se que, até a geração de Tomaz Antônio Gonzaga, as histórias de Portugal e do Brasil eram uma só história. E que foi a partir do romantismo, que coincide com a independência do Brasil, que os nossos dois povos bifurcaram os seus caminhos, ainda que assentados na unidade da língua e numa herança que a ambos igualmente pertencem.

ce, como luso-descendentes. Essas duas culturas, a portuguesa e a brasileira, estiveram, contudo, sempre entrelaçadas, a se trocaram influências, a se sentirem amorosamente próximas, muitas vezes — menos, embora, do que desejaríamos a conviverem intimamente uma com a outra, no prenúncio deste ideal de que voltem a ser vistas, qual no passado, como um só universo.

Como leitor brasileiro não deixei jamais de seguir o que se escreve e publica neste outro lado do Atlântico. E acompanhei, com as emoções e as alegrias dos sucessivos encontros, esta espécie de renascimento literário que se processa em Portugal desde o após-guerra e que se acentuou nos últimos anos, através de uma série de obras poderosas e inovadoras, com que vários grandes escritores cumpriram os compromissos de criação que com eles próprios e conosco haviam assumido, e através de incessante surgimento de novos nomes e de novos processos de invenção.

Não quero dizer com isso que tenha havido uma só geração portuguesa que haja deixado diante dela o papel em branco, sem obras ou figuras que se acrescentassem a nossa vida e ao nosso mundo, sem dar continuidade ao diálogo entre a tradição e a inovação, entre o que já está escrito e o que vai escrever-se. Mas os renascimentos não se revelam pela excelência de alguns nomes isolados. O que os caracteriza é exatamente a abundância de autênticos criadores, a confluência de numerosos modos distintos e até divergentes de ver, entender e explicar o universo e o homem, de multiplicados métodos de composição, de ritmos de exposição e de formas de leitura. E é a um desses momentos de expansão e potenciada inventiva que estamos a assistir em Portugal, e isso não passa despercebido ao Brasil, que reconhece nos que aqui estão hoje conosco alguns dos protagonistas dessa floração afortunada.

Não nos passa despercebido, mas desejaríamos que tudo isso nos chegasse com a na-

turalidade do pão quotidiano. Como, estou certo, gostariam os portugueses de encontrar-se sem esforço com as obras que, no mesmo idioma, escrevem os brasileiros. Que escrita, leitura e crítica, invenção, reinvenção e comentário, as apologias, as contestações e as exegeses se fizessem prontamente através do Atlântico e que se refletissem como num espelho em cada fim de viagem e dele retornassem enriquecidos. Assim, restaurar-se-ia a unidade.

Para isso, cumpre que portugueses e brasileiros publiquem, com constância, uns no território dos outros e que ali sejam lidos como o são os de casa. Impõe-se se transforme em rotina aquilo que até agora tem sido esporádico — como um Eça de Queiroz ou um João Gaspar Simões a colaborarem sistematicamente na imprensa brasileira, e um Ronald de Carvalho ou um Ribeiro Couto na imprensa portuguesa. Força é que frutifiquem os trabalhos comuns, como este admirável exemplo que é a “nova gramática do português contemporâneo”, de Celso Cunha e Lindley Cinira.

A nossa vocação e a nossa aspiração são o convívio e a unidade. Devemos, por isso, tomar como paradigmas e patronos aqueles portugueses e brasileiros que, nas letras, no pensamento e nas artes, dividiram suas vidas entre Portugal e o Brasil, como Gonçalves Crespo, Rafael Bordalo Pinheiro, Carlos Malheiros Dias, Correia Dias, Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo, Waldemar da Costa, Agostinho da Silva, Eudoro de Souza e Fernando Lemos, para citar apenas alguns nomes que pertencem ao mesmo tempo às histórias da cultura em Portugal e no Brasil.

E é para que se volte em pão quotidiano o que hoje infelizmente é ainda auspiciosa exceção, que desejo brindar, e também pela felicidade de cada um dos presentes e pela amizade que entre nós se consolida e reforça.

presidente José Sarney encerra encontro de empresários brasileiros e portugueses

Discurso do Presidente José Sarney, em Lisboa, em 06 de maio de 1986, por ocasião do encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Portugal.

Foi com prazer que aceitei o convite para comparecer a este oportuno encontro de empresários de Portugal e Brasil.

Agradeço o honroso título de Sócio Honorário da Associação Industrial Portuguesa, que recebo como uma demonstração a mais da generosidade portuguesa e como testemunho do proveitoso convívio entre dirigentes empresariais de ambos os países.

Numa reunião de empresários, é natural que a atenção se volte hoje para o Plano de Estabilização Econômica, o qual, além do seu aspecto de combate técnico à inflação, reflete um projeto de toda a sociedade brasileira, cônica de que ele atende não só aos requisitos da racionalidade econômica, como também aos imperativos da justiça social e da democracia.

Trata-se de uma opção pelo crescimento auto-sustentado e uma atitude decidida de um basta à recessão e de um não ao desemprego.

Medidas drásticas impuseram-se face à insuficiência comprovada dos mecanismos clássicos de corte nos gastos e restrição de moeda. Estavam sob controle as fontes primárias da inflação; o déficit operacional do setor público havia sido reduzido, as taxas de juros caíam, a estabilidade dos preços agrícolas fora restaurada e as contas externas mantinham equilíbrio. No entanto, a alta de preços não cedia. A indexação tinha-se transformado no mecanismo auto-alimentador da própria inflação. Havia, pois, que executar um programa viável e corajoso, um ato que, sem recorrer a receituários ortodoxos, atendesse às exigências de funcionamento da economia brasileira.

Em 28 de fevereiro último, criou-se uma

moeda forte — o cruzado — em substituição ao cruzeiro, que se desvalorizava quase 0,5% ao dia; suprimiu-se a um só tempo a indexação generalizada da economia pela inflação passada. A grande maioria da população dera-se conta de que os reajustes traziam apenas uma recuperação temporária de suas rendas, mantendo, por conseguinte, as incertezas futuras.

Determinou-se, como medida complementar, o congelamento dos preços. Era imperioso que todas as atividades produtivas passassem a funcionar em um sistema de estabilidade de preços. Sob a égide de uma nova mentalidade, valoriza-se o trabalho, remunera-se o risco e a criatividade do investimento, recompensa-se o aumento da produtividade e a redução de custos. Era igualmente imprescindível que o fim do flagelo inflacionário não implicasse, como no passado, sacrifícios adicionais aos trabalhadores. Os salários foram convertidos, de cruzeiros para cruzados, pela média real dos últimos seis meses, acrescentando-se um abono de 8% e de 16% para o salário mínimo. Tomamos, assim, especial precaução para proteger o poder de compra dos trabalhadores, sobretudo os de baixa renda.

Devo, aqui, referir-me a um aspecto que fui obrigado a confessar nas Nações Unidas. O salário mínimo, no Brasil, quando eu assumi o Governo, era cerca de 25 dólares por mês, quantia extremamente baixa e incapaz mesmo nos níveis menores de sobrevivência. Duplicamos o salário mínimo, mas, com a inflação, a cada dia ele voltava aos mesmos níveis. E agora, nós o fixamos quase em 70 dólares, que é uma quantia extremamente baixa, mas que já representa, em termos reais, grande avanço, porque nós acreditamos que na América Latina se nós

não dermos uma remuneração condigna aos trabalhadores nós colocaremos em perigo as próprias instituições e o próprio sistema da livre iniciativa que todos nós sabemos que é o único capaz de assegurar o desenvolvimento dentro da liberdade.

Criaram-se o seguro-desemprego e uma escala móvel de salários como respostas à preocupação central com a imensa maioria da população economicamente ativa.

As negociações entre empregadores e empregados prosseguem livremente, facilitadas, pelo fim da ilusão monetária e calcadas em temas concretos, como índices de produtividade e melhoria das condições de trabalho.

O povo brasileiro soube ver o caráter equilibrado e imparcial do programa, com serena euforia, com uma grande determinação e um profundo sentimento patriótico. A especulação financeira foi eliminada e a poupança volta a ser canalizada para as atividades produtivas.

Após um mês e meio de implantação do programa, anunciei com alegria um fato inédito para as últimas gerações de brasileiros: uma taxa de inflação negativa. Um êxito de tal envergadura se obteve em meio ao entusiasmo da população e sem qualquer perturbação da ordem. Não se concretizaram os augúrios pessimistas que nos acenavam com os fantasmas de crise no abastecimento, com a derrocada do sistema financeiro e com a recessão. Ao contrário, temos assistido a uma aceleração em todos os setores produtivos. Prognósticos realistas apontam um crescimento de 5 a 6% ao ano do produto interno bruto para 1986. E no setor industrial, no mês de março, nosso crescimento foi de cerca de 10%.

Senhoras e Senhores, desejo expressar mais uma vez meu reconhecimento à classe empresarial brasileira, representada neste encontro, pela maturidade e pelo discernimento em tão bem compreender a necessidade de sua contribuição para um projeto que, como poucas vezes na história do

País, uniu e une todos os brasileiros, em um só espírito e uma só determinação.

Naturalmente, o Programa de Estabilização Econômica é um primeiro passo que por si não resolve os problemas herdados de estrutura econômica e social anacrônica, que não satisfaz os anelos concretos por melhores condições de vida, de alimentação, moradia, saúde, educação, etc. No entanto, todos hoje, no Brasil, compreendem que a inflação descontrolada não nos dava espaço, novo horizonte para planejar e instrumentar um programa de investimentos de claro direcionamento social. O urgente bloqueava o importante. Afastada a instabilidade de preços, teremos condições de fazer contas certas, alocando recursos de forma mais equilibrada, entre os setores de maior premissa social e aqueles mais dinâmicos e modernos. Podemos provar que investir socialmente é útil e igualmente rentável e eficiente e não agride qualquer postulado econômico.

A entrada de Portugal na Comunidade Econômica Européia foi outro tema que, certamente, centralizou a atenção deste plenário. Portugal deu um passo decisivo na construção de seu futuro, ao aderir a um mercado de mais de 320 milhões de consumidores de alta renda. Como observador, vislumbro amplas perspectivas para a nação portuguesa, com acesso facilitado a essas novas fontes de recursos e tecnologia.

A adesão de Portugal à CEE, na verdade, suscita oportunidades novas a empresas dos dois países: a língua comum, o fato de os portos portugueses serem, na Europa, os mais próximos do Brasil. O estágio de desenvolvimento da indústria portuguesa, sua reestruturação e modernização, são alguns dos fatores propícios a projetos.

Não me surpreende, pois, que já estejam prosperando entendimentos nesta área, com um interesse manifesto de crescente número de empresas. A enorme experiência portuguesa na área de turismo — citando apenas um exemplo — pode contribuir, sobremaneira, para este setor que, no Bra-

sil, já apresenta grande dinamismo. As companhias de comercialização internacional podem igualmente juntar esforços e experiências no sentido de multiplicar e expandir oportunidades de intercâmbio, inclusive em terceiros mercados.

O intercâmbio comercial bilateral carece ainda de maior expressividade, pois não reflete potencialidades que estejam à altura deste novo membro da comunidade e do Brasil, a oitava economia de mercado do mundo, em termos de produção interna.

Nós, brasileiros, sabemos ver que a adesão à CEE representa a coragem da capacidade de enfrentar desafios, sem sombra de dúvida, a serem bem vencidos e que abrirão amplas possibilidades de progresso e que refletirão de forma permanente na esfera do comércio bilateral.

É bem verdade que o contexto econômico internacional muitas vezes conspira contra nossas vontades nacionais. Nos últimos 10 anos, o Brasil teve que arcar com uma sobrecarregada conta de petróleo e dispendeu valores crescentes para o pagamento de juros sobre a dívida externa, a taxas exorbitantes.

Esse é um problema generalizado, à espera de soluções mais permanentes, mais equânimes, e, sobretudo, ajustadas ao princípio indeclinável do crescimento econômico. Salta aos olhos que o Brasil não pode continuar transferindo ao exterior renda equivalente a 5% do seu PIB. Temos, aqui, um constrangimento financeiro comum, na frente externa, a nos aconselhar uma reflexão conjunta.

Senhoras e Senhores, compreender as implicações do Plano Brasileiro de Estabilização Econômica e avaliar o alcance da participação de Portugal na CEE são tarefas do momento presente. Desse entendimento recíproco, surgirão novas luzes para a cooperação bilateral para enfrentarmos juntos nossos condicionamentos externos.

Na qualidade de Presidente do Brasil e, agora, como sócio honorário da Associa-

ção Industrial Portuguesa, terei sempre presente a grandeza dessas tarefas e a elas votarei meu interesse pessoal e o decidido apoio do Governo brasileiro.

Senhor Presidente, ouvi com grande atenção a frase de Vossa Excelência de que estávamos no momento de sairmos da retórica para a ação. Esse é, sem dúvida, o lema principal da nossa visita a esta terra. Queremos que as relações do Brasil com Portugal saiam do terreno somente frio dos acordos escritos para uma efetiva realização em todos os setores: no setor cultural, no setor político e no setor empresarial.

Nós não podemos nos conformar, portugueses e brasileiros, que o Brasil, sendo a oitava economia mundial, tendo o terceiro saldo de exportação, que o Brasil com as potencialidades que tem hoje, com a experiência internacional de comércio que tem, vendendo em todos os lugares do mundo, dominando tecnologias de ponta, possa ter relações empresariais tão limitadas com este País onde é ilimitado o nosso sentimento humano. É esse o desejo que todos nós temos, de sairmos dessa situação. Posso dizer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Presidente da Associação Industrial que, pessoalmente, ao voltar ao Brasil terei com empresários brasileiros uma conversa definitiva no sentido de incentivá-los, dando o respaldo necessário do Governo para que eles possam, junto com os empresários portugueses, estabelecer uma nova era de relacionamento nesse setor, que mais que relações comerciais, essas relações empresariais trazem benefícios que serão democratizados. Democratizados no sentido de atingir todo povo brasileiro e todo povo português através da criação de novos mercados, através da abertura de amplos espaços de cooperação que virão, sem dúvida. E, é, sob a égide desta visão, destes novos tempos que eu encerro este seminário, dizendo que espero que as nossas relações vão tomar um novo rumo. Para repetir o que foi dito por um Ministro que me acompanha e uma frase bem brasileira: Nós temos segurança de que agora vai dar certo.

Muito obrigado.

sarney a mário soares: convivência estimulante entre brasileiros e portugueses

Discurso do Presidente José Sarney, em Lisboa, em 06 de maio de 1986, por ocasião de banquete oferecido ao Presidente de Portugal, Mário Soares.

É um privilégio poder retribuir neste palácio tão rico de recordações para o meu país as honrosas homenagens que me foram prestadas nos palácios de Ajuda e Sintra, cenários de decisões que marcaram para sempre a história de Portugal e do Brasil.

Não se apagarão de minha memória as imagens registradas nestes dias, nem perecerão as lembranças do carinho com que me tem distinguido o povo português em todos os momentos desta visita.

Nossa comunidade de sentimentos e valores deita fundas raízes na experiência brasileira. Da resistência aos invasores estrangeiros da Colônia, à imigração ainda tão presente em nosso cotidiano, o Brasil sempre foi palco de uma convivência reciprocamente estimulante entre portugueses e seus irmãos de além-mar.

Os sinais desse convívio ficaram indelévels na memória historiográfica, nas tradições, nos costumes, na própria arquitetura de meu país, fiel, ao mesmo tempo, às raízes dos velhos mesires de obra lusitanos e à originalidade criadora dos habitantes da nova terra. Exemplo dessa mútua fecundação é São Luís, no meu Maranhão natal, única capital que não foi fundada pelos portugueses na costa do Brasil, e, no entanto, a mais portuguesa das nossas cidades pela arquitetura que fez dela o mais representativo conjunto urbano do século XIX no Brasil.

Queluz evoca-me a memória de dois homens que fizeram de suas vidas a ponte entre dois mundos, entre duas nações irmãs: D. João VI e D. Pedro, I do Brasil e IV de Portugal. Pai e filho estiveram, em uma etapa decisiva na formação nacional brasileira, à frente de movimentos que abriram os caminhos da construção da nossa nacionalida-

de. D. João foi o agente do destino através do qual chegou à Colônia o sopro dos ventos modernizadores que agitavam o panorama econômico, político e cultural da Europa. D. Pedro, primeiro governante do Brasil independente, soube dirigir e inspirar a luta do povo brasileiro pela conquista da soberania política e pela edificação da pátria livre e independente.

Cento e cinqüenta anos depois, brasileiros de origem portuguesa continuam a enriquecer com sua participação, iniciativa e talento os mais diversos setores da vida nacional. Dois desses nomes honram com sua presença a minha comitiva: o deputado José Lourenço, ativo congressista e um dos mais destacados líderes da Aliança Democrática em nosso Congresso; e Ruth Escobar, incansável animadora do nosso movimento cultural e artístico e detentora de uma liderança indiscutível no movimento de promoção dos direitos da mulher. Recordo ainda, em sua ausência de última hora, Maria da Conceição Tavares, que encarnou, pelo saber, pela veemência e emoção na defesa da verdade e pela combatividade tenaz, o próprio espírito de aguerrido apoio que o povo brasileiro deu à profunda revolução operada na economia brasileira.

O Brasil, país aberto à convivência harmoniosa de todas as raças e culturas, deve muito da capacidade integradora de sua própria cultura ao sentido universalista do legado português. Este povo, que abriu ao mundo, no alvorecer da história moderna, as rotas que permitiram a unificação do planeta, desenvolveu essa extraordinária capacidade de miscigenar-se e abrir-se ao aporte de outras culturas, tão características também do povo brasileiro.

Senhor Presidente,
Senhor Primeiro Ministro,
Senhoras e Senhores,

Levo destes primeiros dias de minha estada em Portugal não apenas à emoção do reencontro com esta terra que ocupa um lugar especial no afeto de todos os brasileiros. Levo também a certeza de que os brasileiros e portugueses de hoje, animados por um renovado espírito de conagração, estão dando passos firmes para fazer de suas relações um espaço privilegiado no exercício do diálogo, na promoção da cooperação e

na intensificação do intercâmbio que os une.

Honrado em poder colocar-me ao serviço dessa antiga e renovada amizade, peço a todos que me acompanhem num brinde pela crescente prosperidade da nobre nação portuguesa, pela felicidade de seu povo fraterno, pelo contínuo aperfeiçoamento de nossas relações e pela felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e da senhora Soares.

Muito obrigado.

sarney na assembléia legislativa portuguesa: “brasil não é caudatário das grandes potências”

Discurso do Presidente José Sarney, na Assembléia Legislativa Portuguesa, em 06 de maio de 1986.

Saúdo, em Vossas Excelências, o Portugal que se renova, e se integra em uma Europa unida na prosperidade.

Saúdo também o velho Portugal que deu ao mundo as lições de ousadia e perseverança, que rasgou os mares com suas caravelas e plantou as cruzeiras da conquista nas quartas partes do mundo.

Somos, os brasileiros, orgulhosamente portugueses.

Até mesmo as razões que nos levaram a romper com os vínculos políticos, nós as buscamos na espada de Afonso Henriques e no verbo de João das Regras.

Vós, portugueses, soubestes, em toda a rica história desta península, conciliar a bravura e a diplomacia para preservar a nação.

Não vos contentastes com a mera aventura peninsular. Em Ourique traçastes o destino nacional, e poucos estados mantêm, na história, fronteiras tão antigas e tão sólidas como Portugal.

Vossa divisa era a de sempre: ousar. Não a

ousadia desatada do saber, mas a ele submissa. Levantastes as móveis pontes sobre o mar oceano com os pinhais da Leiria; era a visão do poeta, sonhador — mas enérgico amestrador do futuro — que foi, sem dúvida, D. Diniz.

Amestrar o futuro, fazer caravelas e plantar árvores. Convocar o pensamento, reunir os saberes e multiplicá-los na reflexão e nos debates. Amestrar o futuro e construir a Universidade de Coimbra, antes de levantar a Escola de Marinha de Sagres.

Se saúdo vossa história com emoção, é porque esta é nossa própria porção de glória na crônica do mundo. Todos somos o que fomos, embora nos cumpra acrescentar, em nossa própria geração, fatos a legar ao amanhã.

Viveis um tempo que se guardará na memória nacional. Vinte e cinco de abril de 1974 é data carregada de grandeza, que se fez com cravos e ao som da doce poesia da “Grândola, vila morena”.

Mas é preciso que se diga, que antes de eclodir nos quartéis, a resistência se fazia neste plenário.

Tenho grande gratidão pela fidalguia desta acolhida.

Sei que sou apenas o mensageiro, porque há nesse gesto o Brasil. Mas ter nas mãos o coração de Portugal entregue ao amor do Brasil e ser o instrumento de uma continuidade de uma permanência que nem os descuidados daqueles que lá e cá nos amaram pouco conseguiram diminuir o amor demais.

Falo em nome de um Brasil em que os ventos da liberdade sacodem todas as forças vivas da nação, em todos os cantos, em todos os espíritos.

De um Brasil independente, que não é caudatário das grandes potências nem prisioneiro dos pequenos conflitos.

Falo de um Brasil que está mais bonito, com os olhos mais brilhantes porque tem esperança. De um Brasil respeitado, restaurado em seus valores democráticos, uma terra dedicada ao trabalho, livre da especulação, do ganho fácil, da ciranda financeira que vinha transformando o país no paraíso dos papéis, com a exploração do povo, submetido a constante desvalorização dos seus salários pela inflação devastadora que premiava o capital e punia os assalariados.

O povo quis mudar e mudamos. Tivemos a coragem de ousar e ousamos. Dizemos estes fatos, nesta assembleia, porque sei que agrada aos portugueses a saúde do Brasil. Não existem dois países no mundo, devo repetir, que em suas relações repitam o que se pratica entre os nossos. São relações diplomáticas, comerciais, políticas, históricas, culturais, pessoais.

Mas é tudo isso e mais do que isso, porque elas vão além do formalismo para ser um estado de alma, um permanente afeto, um desejo constante de estar juntos, sermos irmãos, caminharmos de mãos dadas, termos as mesmas visões, os mesmos sonhos.

O mundo marcha cada vez mais para ser um

mundo interligado pelas convergências e contradições. Portugal é europeu mas não se libertará de sua vocação atlântica.

O Brasil é América Latina, a ela estamos ligados indissolúvelmente pela geografia e pela solidariedade, pela injustiça e pelo sofrimento, mas o Brasil também não abdica de sua missão no Atlântico Sul e o deseja preservar como uma zona de paz, desnuclearizada.

Portugal é para nós a porta privilegiada onde nos sentimos em casa, que nos aproxima das raízes culturais europeias que moldaram nosso modo de vida e nossas instituições.

Somos a oitava economia do mundo ocidental e até o final do século estaremos, sem dúvida, entre as cinco primeiras. Nossa força queremos destiná-la aos ideais que fizeram nossa grandeza.

Ideais de paz, de convivência pacífica, de soluções negociadas, de bem-estar dos povos. O Brasil não tem, não teve e não terá posições hegemônicas, mas não abdica da defesa dos seus interesses e entre estes estão, sem dúvida, também os das comunidades de língua portuguesa. Nós nos proclamamos, com muito orgulho, um país mestiço. Nossas vinculações com a África são históricas e fazem parte da nacionalidade.

Como Presidente da República, pela primeira vez, saio do continente americano. Visito Portugal e outro não podia ser meu destino.

Há trinta anos parlamentar, minha área de formação política, aqui estou em casa e tenho a memória do cotidiano do trabalho de Vossas Excelências, a consciência da grandeza desta instituição, a mais alta já descoberta pelo homem no terreno político. Sem parlamento não há democracia, sem democracia não existe liberdade e, sem liberdade, o homem não merece a vida, porque, sem liberdade, será uma contrafação da graça de existir.

Honra-me ser recebido, nesta assembleia que espelha a soberania do povo português, por figuras tão ilustrativas do elevado

nível cultural e político que alcança, neste país, o exercício da representatividade democrática, saudado pelo zelo político e pela competência cívica dos nomes mais destacados desta instituição, de que é Vossa Excelência, Senhor Presidente, símbolo inspirador de admiração e aplauso.

Venho a esta Assembléia com a reverência de quem deseja homenagear um dos pilares da moderna democracia portuguesa, que tantas e tão profundas impressões causou ao mundo e especialmente ao Brasil.

Parte substancial da história portuguesa contemporânea está aqui pelo exercício incansável da convivência, do pluralismo e da liberdade. Estes foram os caminhos da modernidade.

Renovo lembrança do reencontro dos brasileiros com a democracia, tão afetuosamente saudado pelo povo português e por seus representantes.

É um Brasil novo e vibrante de participação popular que fala pela voz de seu Presidente. Há pouco mais de um ano, a democracia renascida no Brasil sob o signo da conciliação e da esperança era saudada entusiasticamente neste mesmo recinto, na pessoa do saudoso Presidente Tancredo Neves, homem extraordinário que a história preparou para fazer a transição, e que Deus nos levou para pôr à prova nossa capacidade de resistir à tragédia e ao vazio.

Sigo hoje, como Presidente de um Brasil transformado por profundas reformas políticas, institucionais e econômicas, os passos de Tancredo Neves, que encontraram nesta Casa um recinto especialmente acolhedor para os projetos de transformação política e social do Brasil.

O povo brasileiro fez uma opção irrenunciável pela liberdade, pelo crescimento econômico e pela reforma social como instrumentos de sua participação mais ativa na história.

A democracia, o progresso econômico, a autonomia internacional, a plena soberania

interna e externa de toda a nação apresentaram-se como os meios mais eficazes para operar essa grande transformação qualitativa no fluir do nosso destino.

A todos esses esforços, o Congresso brasileiro emprestou seu mais decidido apoio, estando sempre presente e à frente das instituições democráticas e a afirmar, pela ação, a prioridade social que o país se impôs como condição para ingressar na modernidade.

Em Portugal, o ingresso do país nas comunidades virá transformar numerosos campos da atividade humana, sobre os quais se estendem as práticas inovadoras desse que é o maior esforço de integração econômica, política e social da história da humanidade. A própria experiência parlamentar comunitária, a que acede agora Portugal, traz uma dimensão nova e desafiadora para o exercício da atividade parlamentar portuguesa.

Os foros políticos das comunidades crescem de importância e dão aos seus integrantes tarefas cuja dimensão internacional ampliam em muito as responsabilidades de representação popular.

Saúdo, neste instante, com grande alegria, a comissão que a Assembléia acaba de criar para estudo dos problemas luso-brasileiros. Acredito que o nosso parlamento seguirá a mesma trilha e em breve essas duas comissões conjuntas discutirão de povo para povo os nossos problemas e as soluções que encontraremos para eles. O processo de adaptação de Portugal aos parâmetros comunitários em diversas matérias de conteúdo político, social e econômico dá uma amplitude nova e fecunda às atividades que aqui se desenvolvem. Uma nova dignidade vem acrescentar-se àquela de trazer para o seio da política a voz, as esperanças e as reivindicações do povo português.

Senhor Presidente,

Senhores Parlamentares,

Vim propor-lhes uma nova era das nossas relações.

Uma era que faça do patrimônio do passado e da fraternidade e da comunhão de valores e sentimentos uma fonte de impulsos reais de aproximação, de coordenação e de convivência. De uma convivência não apenas no estrito sentido das relações bilaterais, mas também da ação conjunta, à base de coordenação e diálogo sobre o crescente número de temas internacionais que interessam cada vez mais aos nossos países.

Nossos parlamentares têm um papel da maior relevância a cumprir dentro desse projeto. Nossas relações somente alcançarão o grau de intensidade e dinamismo, compatível com os sentimentos de fraternidade e simpatia dos dois povos, se ganharem um conteúdo político que as alce a um novo patamar.

O Brasil, por exemplo, volta-se com especial atenção à participação lusa nos foros das comunidades, atraído não apenas pelas repercussões positivas dessa participação em toda a vida portuguesa, mas também porque as decisões comunitárias refletem-se diretamente sobre inúmeros setores brasileiros, dada a intensidade de nossas relações com a Comunidade Econômica Européia, nosso maior parceiro comercial.

Venho a Portugal e desejo propor, como uma vontade política uma nova dinâmica em nossas relações.

Hoje, o Brasil, dispondo de imensas potencialidades, caminha para relações estreitas com o mundo todo. Estamos hoje em toda parte e grande é nosso dinamismo, quer no setor comercial, quer no político e cultural.

Queremos que, nessa nova etapa, Portugal esteja junto conosco de modo mais estreito e intenso.

O mundo atravessou o corredor do pessimismo da década de 70. Não têm limites as perspectivas que as descobertas científicas oferecem. Não há mais países pequenos ou grandes. Há países que dominam a ciência, criam e desenvolvem tecnologias ou países condenados à escravidão tecnológica.

Esse caminho não será o do Brasil e não há por que seja o da comunidade de língua portuguesa.

Estamos firmemente defendendo nossa participação no futuro da informática, das fontes alternativas de energia, da biotecnologia e em todos os ramos de tecnologia de ponta que possam assegurar a nossa verdadeira liberdade. Nesse sentido seremos cada vez mais decididos. A reforma econômica que fizemos nos assegura vislumbrar recursos para essa caminhada, que é uma vontade da Nação.

Convidamos Portugal a participar conosco desses programas, a intercambiar recursos humanos, a engajarmos nossas universidades em trabalhos conjuntos. E os parlamentares nossos serão o suporte político, nessa vontade decidida de inaugurarmos esse novo tempo.

Temos dificuldades. Mas quem pode dizer que em algum tempo o povo português foi vencido por dificuldades?

Temos imenso caminho a percorrer, mas não vamos esmorecer.

Em nossa alma temos o lastro da obstinação que Portugal levava nas naus descobridoras e que foi legada ao nosso espírito.

Navegar no tempo é como marinhar em águas desconhecidas.

Para isso bastam-nos as estrelas e a coragem.

sarney recebe título de doutor honoris causa da universidade de coimbra

Discurso do Presidente José Sarney, na Universidade de Coimbra, em 7 de maio de 1986, ao receber o título de **Doutor Honoris Causa**.

Chego a essa Universidade carregado de permanentes lembranças. Não daquelas que a vida vivida acumula em nossa memória, sedimentadas pela experiência, e sim das que nos vêm dos livros, das conversas, das crônicas de jornal, com transunto das vivências alheias.

Parece-me que já andei por estes corredores, por estes pátios, por estas salas de aula, por estes salões capitulares, com a tradicional capa e meus compêndios, e recitei, também, os meus poemas.

Não precisei ler o velho Teófilo Braga para viver este ambiente. Bastou-me ler as cartas que daqui mandou o poeta Antônio Gonçalves Dias aos seus amigos do Maranhão e em que nos fala de seus companheiros, de seus estudos, de seus livros, de seu teatro, de sua poesia, de seus amores, porque foi aqui que se formaram os mestres que deram as glórias da cultura literária ao Brasil e, principalmente, à minha terra natal.

Ao tempo em que os estudantes brasileiros saíam de suas Províncias para o Recife, para o Rio de Janeiro e para São Paulo, a fim de recolherem ali os seus títulos superiores, era para Coimbra que vinham os estudantes do Maranhão.

Por essa época, uma linha de navegação direta unia Lisboa a São Luís. Ora levava novos imigrantes, ora trazia os futuros bacharéis. Era mais fácil estudar em Portugal do que em Pernambuco. Por isso mesmo realizamos ali este milagre: Não precisamos ter qualquer instituto de ensino superior, além do velho seminário de Santo Antônio, para conquistar, no século XIX, a preeminência intelectual que nos confere um capítulo à parte da história da cultura brasileira.

No mesmo corte de tempo, deu o Maranhão ao Brasil o seu maior poeta, na pessoa de Gonçalves Dias, o grande prosador, na pessoa de João Francisco Lisboa, amigo de Alexandre Herculano, o seu maior homem de ciência, na pessoa de Joaquim Gomes de Souza, o grande matemático de que tanto nos orgulhamos, o seu maior biógrafo, na

pessoa de Antônio Henriques Leal, famoso autor dos quatro tomos de **Pantheon Maranhense**, amigo de Camilo Castelo Branco.

Foi a mesma linha de navegação que daqui nos levou Manuel de Bittencourt, jornalista e romancista que preparou a geração literária ao final do século XIX e começo deste século, definida por Humberto de Campos, nas suas Memórias, como o último estilo de Atenas.

Ao tempo da Colônia, daqui saíram estudantes de teologia para concluir seus estudos no seminário de Santo Antônio, segundo nos conta o Padre Bettendorf, na sua História dos Jesuítas no Maranhão.

Entre os bacharéis por Coimbra que se transferiram para o Maranhão, dois, também poetas, se destacam: José Tomás Quintanilha, Juiz-de-Fora em São Luís, que se fez brasileiro aderindo à Constituição do Império, foi amigo de Filinto Elísio e de Bocage, e Joaquim José Sabino, autor de farta produção poética e de uma tragédia — a “Nova Castro”.

Mas a vinda dos maranhenses é mais marcante. O primeiro deles a se graduar foi José Pereira da Silva, que de 1777 a 1785 aqui estudou Direito, Matemática e Filosofia, e em nossa terra se tornou jornalista combativo, poeta repentista à maneira de Bocage.

Odorico Mendes, já no início do século XIX, veio estudar Medicina, estudou Filosofia, e voltou para participar, com seu jornal “O Argos da Lei”, das lutas pela Independência e sua consolidação. Neo-clássico, tradutor de Homero, Virgílio, Voltaire, foi o patriarca e inspirador do Humanismo da geração de Gonçalves Dias e Antônio Henriques Leal.

Em 1838 aqui chegou um caboclo maranhense de quinze anos. Chamava-se Antônio Gonçalves Dias. Durante sete anos viveu a vida boêmia de estudante, estudante pobre, torturado:

“Triste foi minha vida em Coimbra, que é triste viver fora da Pátria, subir degraus alheios e por esmola sentar-se à mesa es-

tranha. Esta mesa era entretanto de amigos! O pão era alheio, era o pão da piedade, era a sorte do mendigo. Compaixão! É um termo de expressão incompreensível — não a quero. Mas ser desconhecido — ou mal conhecido, mas sentir dores d'alma, mas viver e morrer sem nome, sonhar de tormentos e viver deles — é mais triste ainda”, escreveu a Antônio Teófilo de Carvalho Leal, seu mais querido amigo e colega. Sua turma incluída ainda, entre os maranhenses, Pedro Nunes Leal, Antônio do Rego, João Duarte Lisboa Serra, José Ferreira Vale.

Foi em Coimbra que Gonçalves Dias escreveu o mais belo, o mais conciso e o mais popular de todos os poemas líricos brasileiros. Refiro-me à **Canção do Exílio**, que todo brasileiro repete, emocionado, sempre que o sentimento do desterro lhe aperta o coração.

Daqui partiu também, com Eça de Queiroz, a renovação do romance brasileiro, por intermédio de “O Mulato”, de Aluísio de Azevedo, sensível ao modelo de “O Crime do Padre Amaro”. As gerações preparadas por Coimbra ressoaram no Brasil, participando de nosso processo histórico, quer no plano das idéias políticas, quer no plano das idéias literárias. Ainda conheci admiradores de Guerra Junqueiro que sabiam de cor “A Velhice do Padre Eterno”. Também conheci admiradores de Antônio Nobre, que traziam na ponta da língua os poemas do **Só**. Eugênio de Castro, a bem dizer, participou do processo simbolista do meu País.

Razão assistiu ao Presidente Tancredo Neves, quando agradeceu à Universidade de Coimbra a preparação dos líderes políticos que fizeram a independência do Brasil. Nossa autonomia política tem a singularidade de nos manter fiéis às nossas origens, sem prejuízo da consciência nacional. Com razão afirma Joaquim Nabuco, num de seus estudos literários, que as duas maiores obras de Portugal são **Os Lusíadas**, no plano da criação intelectual, e o Brasil, no plano da criação social política.

Nossas primeiras lideranças nasceram nestas salas, nestes corredores, nestes pátios. Aqui se formaram os nossos próceres, aqueles que moldaram o País com a sua consciência autônoma, preservando os valores de que nos orgulhamos: a língua, a unidade física, o sentimento cristão, a vocação da liberdade, o gosto de construir e realizar.

Entre vós foi aluno e professor o homem que organizou o nosso processo de Independência, o sábio José Bonifácio de Andrada e Silva. De 1783 — onze anos depois dos Estatutos Pombalinos que modernizaram esta Casa — a 1788 fez seus cursos de Filosofia e de Leis. Daqui partiu para sua viagem de estudos à Europa, para usar em Paris, a cocarda tricolor, para, de volta, aqui criar a cadeira de Metalurgia, recebendo, ao mesmo tempo, gratuitamente, seu capelo doutoral. Aqui encontrou então seus irmãos Antônio Carlos, graduado em Filosofia e Direito, e Martim Francisco, formado em Filosofia, criando-se então a unidade de pensamento que seria decisiva na conquista da Independência e na organização do Estado brasileiro. Aqui tomou em armas: participou do corpo voluntário acadêmico, na primeira invasão francesa, foi major, tenente-coronel, comandante na segunda invasão. Elogiado inúmeras vezes em ordens do dia por sua coragem, pôde dizer:

“... Em tais circunstâncias mostrei que o estudo das letras não desponta as armas, nem embotou em mim aquela valentia que sempre circulará em nossas veias, quer nascessemos aquém ou além do Atlântico”.

Não quero prosseguir sem antes vos falar de uma dívida. Aquela que contraí na minha adolescência. Bandeira Tribuzzi, grande poeta, o mais alto de minha geração, foi aqui que estudou. Sua passagem o marcou tanto que, pouco antes de sua morte, ainda escrevia:

“Ó capa preta, manto da noite enrolando-me os sonhos, ó pedras sábias que D. Diniz ergue em templo à deusa Ciência. Ó Coimbra, inteligência romântica de um país sen-

timental, fonte de santas heresias a pulsar para sempre nos corações que um dia na água de tua fonte os lábios jovens embriagaram”.

Daqui Tribuzzi nos levou os poetas fundamentais de nossa renovação literária, Fernando Pessoa, Camilo Pessanha, José Régio, Miguel Torga, Antônio Botto, Alberto de Serpa, Mário de Sá Carneiro, Vitorino Nemésio, Sebastião da Gama, e tantos outros. Foi nesses poetas que nos debruçamos para encontrar nossos próprios caminhos.

Sobre Coimbra nada mais tem-se a dizer. Ela é maior que a soma de todos os que foram e são. Não é mais um prédio, ou alunos, os que a ela estão vinculados pela glória com que se cobriram ou pelo anonimato em que desapareceram. E porque ela sendo tudo isso, é mais, pela carga da História e pela força de sua instituição. Instituição que está aqui e está no Brasil. Atravessando os oceanos. Está aqui e lá. Tem várias e é uma só. É realidade e é uma nuvem.

Grato e comovido, recebo este título e estas insígnias, com que quisestes generosamente associar-me a esta Universidade, cujo nome evoca, na minha Pátria, o Brasil, e na minha terra, o Maranhão, o fluir do espírito através do tempo, a seqüência de homens, idéias, fatos e obras que são a cultura de língua portuguesa, e que a inseriram na cultura de um mundo cuja própria unidade aqui tomou forma e impulso.

Nunca será demais repetir que o conceito de universalidade e o sentimento de ser um só o gênero humano surgiram e ganharam corpo nesta terra e afirmaram-se dentro destes muros, entre aqueles que temos, os dois povos, português e brasileiro, como nossa comum ascendência. E que o saber de experiência feito, de olhar, palpar, ouvir, sentir e viver, aqui, nesta terra que foi o fim de um mundo e o começo de outros, assumiu o desenho sobre o qual se ergueu o edifício da modernidade.

Se essas novas formas de conhecimento ainda chegam até nós, como novidade, nas palavras de Camões, de Garcia d’Orta, de João de Barros, de Duarte Pacheco Pereira, de Francisco Faleiro, de Frei João dos Santos, de Manuel da Nóbrega, de Gabriel Soares de Souza, de Vieira, de Fernão Mendes Pinto, de Sá de Miranda, é porque se assentaram na permanência destas salas, que, hoje como dantes, abrigam o nosso saber e o preservam e renovam.

Aqui o mundo não se amesquinha: no suceder das gerações, no encontro de homens com origens e experiências distintas, no confronto entre a História e a vida diária, entre o livro e a fala, o tempo multiplica as geografias e amplia o entendimento do que fomos, do que somos e do que queremos ser; pois bem sabemos que o que mais importa, no conhecimento que herdamos e continuamente reconstruímos, é o que nele é o conteúdo do futuro.

Recebe, pois, estas vestes acadêmicas o que há de melhor e menos precário em mim mesmo, o que se construiu dentro de mim com a história da minha gente, com a presença dos amigos que me chegaram no convívio direto ou através das palavras que puderam nos livros que escreveram. Por isso, ao vos agradecer este novo gesto carinhoso, que, na minha pessoa, fazeis ao Brasil, não posso faltar à expressão de meu reconhecimento aos que nos acompanham dos longes da História, aos que, desta Universidade, se projetam desde o passado até agora e se fazem visíveis no que somos e no que nos cerca.

Ninguém estranhará que se coloquem num político a borla e o capelo da Faculdade de Direito. O Direito é o urdume pelo qual passa, ou deveria passar, a trama da política. E não quero referir-me apenas ao quadro constitucional e ao conjunto de leis que regulam, condicionam e orientam a ação política, mas sobretudo ao estudo do Direito, ao progresso da hermenêutica, ao incessante avanço das doutrinas, ao embate revigorador entre elas, ao surgimento ou res-

suscitar de idéias que passam do Direito à política, da cátedra aos partidos, à imprensa, à opinião pública e ao parlamento.

A ciência jurídica não cessou jamais de alimentar o pensamento político, de dar forma, justeza, amplitude e rigor às aspirações de permanência e de mudanças sociais. Do mesmo modo que o pensar e o agir políticos são os responsáveis pela própria ordem jurídica, pois é nos partidos e no parlamento que surgem ou se impõem as idéias que se substituem, modificam, completam ou renovam democraticamente as leis.

Funda-se na coincidência de origem e de alvo esse constante dialogar entre dois tipos de inteligência e vontade, a política e a jurídica, que tantas vezes convergem numa só pessoa. Com efeito, ao político e ao jurista, o ideal de justiça está no início e no fim de toda a ação, não a justiça vista na sua cega impassividade, mas, sim, alerta, sensível, imaginosa e voltada completamente para a causa humana, com a qual aspira a confundir-se. E ninguém tampouco estranhará que um poeta receba o doutorado em Direito. Pois isso que chamamos a causa humana é uma construção do espírito poético, da imaginação criadora, da fertilidade das utopias. E é nisso que chamamos a causa humana que o exercício do Direito e da Política encontraram justificativa. Essa causa humana que pode definir-se como aspiração de um convívio perfeito de cada homem com os outros homens, como o constante aprimoramento da vida social, para que nela cada um caminhe em plenitude, fiel à sua verdade, e para que possa ela responder às necessidades que ca-

da um e todos, sem fome e sem medo, tem para ser o presente, para contar com o futuro, para sonhar com a eternidade.

Isso está na essência de nossa cultura, não apenas no consentimento da alma geral das duas nações de ascendência lusíada, mas no eixo do pensar de todos os povos que são herdeiros da maneira mediterrânica de ver o homem e o mundo. Vivemos, pois, numa cultura do poético, que explica por metáforas os espaços, as coisas e os seres, que justifica o presente com a potência do que imagina e sonha, um sonho entranhado no real, na vida prática, em cada frase que se diz, em cada ato que se completa, em cada voto que se deposita.

Os poetas nos compuseram o futuro em forma de profecias. E de sua voz não escapamos ninguém, matemáticos, físicos, biólogos, filósofos, juristas ou políticos. Sobre tudo nós, juristas, políticos e poetas, que devemos, cada um a seu modo, tudo fazer para que, no espaço do mundo que nos coube, coincidam o belo, o justo, o puro e o verdadeiro.

Saúdo a Universidade de Coimbra que sempre viveu em mim e era um horizonte distante, que está perto e está longe, nos mares que atravessou e que nos atravessaram.

Ela é feita de saber.

A única força que aproxima o homem da eternidade, entre poesia e cravo.

Cravos de Portugal, poesia do nosso amor.

presidente brasileiro recebe homenagem da câmara municipal e da associação comercial do porto

Discurso do Presidente José Sarney no Palácio da Bolsa, em 08 de maio de 1986, por ocasião de jantar oferecido pela Câmara Municipal e pela Associação Comercial do Porto.

Privilégio será sempre, para qualquer brasileiro, visitar a cidade do Porto, esta epopeia aqui tecida ao longo de oito séculos, muito têm escrito os cronistas de meu país sobre esta bela e sempre leal cidade do Porto. Faço minhas as palavras do grande poeta Ribeiro Couto, nascido também num porto, a cidade de Santos, pois elas interpretam o que todos nós sentimos:

“O porto é muito meu.

O simples devaneio pelo seu cais, pelas suas vielas, desperta correspondências com o que há de mais fundo no meu ser moral.

Na minha infância e na minha adolescência senti sempre, na longínqua imagem desta cidade, uma espécie de recôndita fonte das minhas energias afetivas. O ideal de simpatia humana que está nas raízes de quem nasceu numa cidade imigratória; pode ter um símbolo, ponto de cristalização, aqui, nesta região, de onde irradiou a expansão portuguesa na península e que, ao longo do tempo, continuou a dar homens para as caravelas, homens para a fundação do Império, homens para o Brasil.”

Mestre Gilberto Freyre define as três qualidades dos portugueses no Brasil: a adaptabilidade ao trópico, capacidade de aculturação e de miscigenação. Essas qualidades, que são dos portugueses, proporcionaram no Brasil a formação de uma sociedade pluri-racial, universalista e aberta ao diálogo. Graças a essa versatilidade, no seio da sociedade brasileira, diferentes etnias convivem num ambiente cordial, voltado para o progresso comum.

Os ideais de liberdade têm sido aqui defendidos com vigor. Aqui, reuniram-se as Cortes, em 1820, para debater e aprovar a primeira Constituição portuguesa.

O Porto soube defender com ardor os princípios liberais nela contidos e, sob a liderança de D. Pedro IV — o Proclamador, chama e garantia da nossa Independência — afastou as tentativas de recuperação absolu-

tista, fato que determinou fosse esta cidade escolhida por D. Pedro como guardião e depositária do seu nobre e valente coração.

Aqui, foi o trabalho que fez a terra, como foi o trabalho que construiu os caminhos, o comércio e a indústria, como foi o trabalho que criou a sua cultura e a diversificou.

E como o espaço fosse pequeno para tanta vontade, foram os nortenhos, inumeráveis e fortes, para a nossa terra, onde ajudaram a construir casas, ruas, cais, cidades que trazem lembranças do porto.

Graças, em grande parte, a esses portugueses, o Brasil situa-se hoje entre as dez maiores nações industrializadas.

Senhor Presidente da República,
Senhor Presidente da Câmara do Porto,

Conta o cronista Fernão Lopes que o homem do Porto, Domingos Peres das Eiras, assim respondeu ao enviado do Mestre de Avis: “Eu digo por mim e por todo este povo que aqui está, nós somos prestes com boa vontade de servir o Mestre, nosso Senhor, fazemos tudo que ele mandar por seu serviço e defesa do reino”.

Desejo dizer, neste meu último compromisso, em Portugal, o quanto saímos daqui com o coração cheio de gratidão por tudo que recebemos de afeto e carinho e de estima. Eu conhecia o Portugal da sua história, conhecia o Portugal de sua literatura, conhecia a geografia de Portugal, o sentimento português que, tantas vezes, anonimamente, com minha mulher, tive oportunidade de usufruir, percorrendo as aldeias, conversando com o povo, conhecendo seus linguajares e costumes.

Mas estou certo de que eu não conhecia como também os portugueses não conheciam, o Portugal moderno, este Portugal das instituições democráticas, consolidadas na convivência pluralista e aberta, este Portugal numa transformação profunda que todos acabamos de testemunhar.

Trouxe, comigo, nesta comitiva, homens dos mais representativos do meu país, para homenagear Portugal, para ajudar o humilde Presidente do Norte e que pudesse a nossa comitiva prestar uma homenagem bem maior a Portugal. Trouxemos grandes escritores: Jorge Amado, Josué Montello, Francisco de Assis Barbosa, Orígenes Lessa, Luiz Vianna Filho, José Guilherme Merchior, Herberto Salles, Marcos Vilaça, Zélia Gattai e a grande Raquel de Queiroz. E deputados e senadores dos mais representativos do Congresso: Senador Alfredo Campos, que é nosso Líder no Senado Federal, Líder do Governo, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Wilson Campos. Trouxemos o Senador Luís Cavalcante, trouxemos o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e trouxemos dois filhos do Porto que são representativos do povo brasileiro, escolhidos dentre os nossos representantes: um, o Deputado José Lourenço, daqui da área do Porto, que é também Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, e trouxemos Ruth Escobar, Deputada que leva para o Brasil, permanentemente, esta alma irrequieta da cidade do Porto, Presidente do Conselho Feminino dos Direitos da Mulher. As figuras mais representativas do comércio e da indústria. Mais de cem industriais brasileiros aqui estavam. E todos nós somos testemunhas dessa transformação extraordinária que hoje nós encontramos em Portugal e com um espírito que eu acho importante: o progresso sempre destrói os valores culturais, o desenvolvimento acelerado não substitui a cultura imediatamente por outra cultura, exerce uma certa desorganização. E aqui, em Portugal, nós assistimos que esse desenvolvimento não matou e não está de maneira nenhuma prejudicando a identidade cultural, a identidade cultural de Portugal, porque esta os portugueses têm de preservar a todo custo, em meio aos embates dessas transformações, porque esse é um patrimônio que não é somente do povo português, é de todo povo de língua portuguesa do mundo inteiro.

E trouxemos, também, um fato inédito no

Brasil. O Deputado Fernando Santos, que era o único de nós todos que, ao saber que, nas nossas recepções, nós teríamos que usar a casaca, foi-lhe perguntado, ele, que é de um Partido muito popular, como é que ia a casaca dele. Ele respondeu: "Tenho três".

Trouxemos o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto, que está abrilhando conosco a nossa comitiva. Trouxemos também o Ministro Abreu Sodré, esse, representativo dos restos da nobreza brasileira — ele é ainda do tempo do Império. Também tínhamos de trazer, diante de tantas figuras do pensamento atual brasileiro, esse paulista quatrocentão. E, como Ministro da Cultura, uma das figuras mais importantes da inteligência brasileira, com repercussão no mundo inteiro, que hoje colabora com nosso governo dando a ele brilho, que é o Ministro Celso Furtado.

E representando as nossas Forças Armadas, que têm tido um comportamento impecável em todo o processo da restauração democrática brasileira, o Chefe da minha Casa Militar, que é o General Bayma Denys.

Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, sempre há oportunidade de se dizer que era difícil a gente se colocar em lugar de outros. Ponha-se no meu lugar. E Gilberto Amado, nessas situações, dizia como as palavras, se nós as usarmos de novo, começam a ficar gastas e perdem aquele sentido verdadeiro que tinham. Ele gostava de dizer: "Não tenho palavras". A minha situação quase que neste instante é aquela de dizer a todos os portugueses: eu não tenho palavras. Mas tenho ainda duas palavras: o provérbio popular que todos nós temos, em Portugal e no Brasil (certa vez soube que nasceu há alguns séculos na tradição de despedida dos estudantes de Coimbra), o provérbio que diz: quem parte leva saudades e deixa saúdes. Mas há também um outro provérbio que procura definir saudade. Diz que saudade é a vontade de ver de novo. É quando a gente parte provando no coração aquele sentimento de querer voltar. Eu digo

que todos nós, quando chegamos a Portugal, sentimos a vontade de querer voltar. Quero dizer a todos, ao seu Presidente da República e a todos os portugueses do Porto e deste país extraordinário, país moderno que a gente olha e fica feliz:

Nós, brasileiros, ficamos felizes quando olhamos as águas de seus rios, as águas do Tejo, que tive a oportunidade de uma vez mais olhar.

E aqui quero fazer um parêntese, também,

para dizer que o primeiro maranhense do ramo da minha família, dos Araújo, vem de Arcos de Valdevez, daqui do norte de Portugal, em 1705. Mas quero dizer que aqui passaram muitos Presidentes do Brasil. Cada um viveu a sua realidade. Todo Presidente do Brasil tem por dever amar Portugal. E eles devem ter amado com muita intensidade. Mas eu quero dizer que, com meu orgulho humilde, não acredito que nenhum deles tenha amado tanto Portugal, quanto eu amo. Muito obrigado.

presidente José Sarney visita a cidade de Guimarães

Discurso do Presidente José Sarney na cidade de Guimarães, em 08 de maio de 1986.

É com intensa emoção e profundo respeito que visito Guimarães, berço da nacionalidade portuguesa, de onde saiu para a História Dom Afonso Henriques.

Recebo as demonstrações de carinho com que acabam de me acolher como um gesto destinado a todos os brasileiros, unidos em fraterno conagraçamento aos seus irmãos portugueses em todos os momentos da longa História comum, e especialmente neste, em que o processo político de nossos países converge em fase de promissora sincronia.

Esta cidade há oito séculos recebia o seu primeiro foral. Este conjunto monumental erguido no sítio outrora ocupado pelo paço do primeiro Henrique, o Conde Portucalense, marca pelo aspecto compacto de fortaleza medieval. A solidez dessas muralhas de granito traduz bem o caráter arrojado de seu construtor, Dom Afonso, que participou da heróica jornada de Ceuta.

Meus queridos amigos de Guimarães,

Tivemos, ontem, minha mulher e eu, junto com os que nos acompanham, o privilégio de andar por este País, de Lisboa ao

Porto, e, hoje, do Porto a Guimarães. Foi como se estivéssemos percorrendo os caminhos da História. No bordejar do Tejo, Vila Franca de Xira, com sua imponente fortaleza medieval; um passo em direção à Batalha, deixando oliveiras, sobreiros e videiras ao longo da estrada junto com memórias do Mestre de Avis e do condestável Nuno Álvares Pereira, seis séculos de Aljubarrota. Depois Leiria, desfile interminável de pinhais, a recordar D. Diniz, o Rei "plantador de naus a haver". E Coimbra, com o esplendor de suas tradições e de sua universidade: sons de aulas doutas entremeados com o tanger antigo das guitarras, capas pretas na vetusta escadaria, juventude de Portugal, sebatas à mão, olhos presos no futuro. Colinas cultivadas se amiúdam, rio Vouga, encostas douradas de sol, já era o Douro. Carros de boi, modernas estradas, o eterno Portugal.

Se Guimarães e a região que a tem por cabeça orgulham-se de seu passado glorioso, também hoje se orgulham de ter-se transformado em pólo de desenvolvimento industrial do Norte, concentrando ativas indústrias têxteis.

Esta região, onde se localizam cerca de 70%

de toda a indústria portuguesa, naturalmente enfrenta desde agora os desafios de modernização acarretados pelo ingresso de Portugal na Comunidade Européia.

Minha visita a esta região, para além do privilégio de percorrer os marcos da História portuguesa, permite-me transmitir aos senhores industriais e comerciantes o interesse das associações industriais e comerciais brasileiras na busca de oportunidades de investimentos recíprocos, de projetos de complementação industrial e na formação de **joint-ventures** entre Brasil e Portugal.

Sr. Presidente, meus senhores e minhas senhoras,

É para mim uma honra encerrar em Guimarães, e no Porto, minha visita a Portugal, após ter vivido momentos tão felizes, dos quais guardarei as melhores recordações.

Em meu nome, de minha mulher, dos que me acompanham, agradeço a acolhida generosa a nós propiciada nesta histórica cidade. Não diremos adeus, pois as relações entre o Brasil e Portugal não comportam despedidas. Deixo aqui as mais sentidas evocações de carinho ao povo de Guimarães e de Portugal, e manifesto meu sincero desejo pelo contínuo progresso e permanente felicidade do povo português.

comunicado conjunto relata os entendimentos do presidente José Sarney em Portugal

A convite do Presidente da República portuguesa, Dr. Mário Soares, o Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. José Sarney, visitou oficialmente Portugal de 4 a 9 de maio de 1986.

Queria aduzir, ainda, umas poucas palavras.

O Sr. Presidente da Câmara teve a oportunidade de dizer que há momentos para guardar: momentos para guardar numa vida, momentos que pertencem a cada um de nós; há momentos para guardar que pertencem a cada povo; e há momentos para guardar, na história da humanidade, porque pertencem a toda aventura do gênero humano.

Este instante em que aqui estou é um momento para guardar na minha vida, e ele indelevelmente ficará, porque jamais poderei esquecer a visita que faço, como Presidente do Brasil, a este histórico sítio.

Mas, Guimarães é um momento para guardar. Guardar na história da humanidade, porque nesta área a aventura do gênero humano tem um dos momentos mais altos, no gesto de Dom Afonso Henriques, no heroísmo daqueles que fundaram a Nação portuguesa. Aqui começa uma grande Nação e, enquanto existir o homem sobre a terra, enquanto existir a história de todos nós, existirá sem dúvida um momento para guardar. E este momento, entre os grandes momentos da humanidade, será o momento de Guimarães.

Muito obrigado.

Comunicado Conjunto Brasil-Portugal, divulgado na cidade do Porto, em 08 de maio de 1986, ao término da visita do Presidente José Sarney àquele País.

O Presidente do Brasil fez-se acompanhar dos senhores:

Roberto Costa de Abreu Sodré, Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Monteiro Furtado, Ministro de Estado da Cultura

General-de-Brigada Rubens Bayma Denys, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

Senador Alfredo José de Campos Melo

Senador Luiz Viana Filho

Senador Luiz de Sousa Cavalcante

Deputado Federal Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos

Deputado Federal José Lourenço Morais da Silva

Deputado Federal Pedro Paulo Hings Colin

Deputado Federal Fernando de Sant'Anna

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, embaixador do Brasil em Portugal

Embaixador Josué Montello

Jorge Amado

Deputada Estadual Ruth Escobar

José Calixto Ramos

Durante a sua permanência em Lisboa, o Presidente da República Federativa do Brasil teve encontros com o presidente Mário Soares, que o acompanhou durante toda visita, e com o primeiro ministro, professor Anibal Cavaco Silva.

Depois da sua estada em Lisboa, o presidente José Sarney visitou as cidades de Coimbra, Porto e Guimarães, onde foi objeto de homenagem por parte dos diversos setores da vida local.

As conversações havidas entre o Presidente do Brasil e o Presidente português decorreram no ambiente cordial e construtivo que reflete as tradicionais relações de fraterna amizade entre os dois povos, irmanados também na defesa dos ideais democráticos e no fortalecimento das suas instituições.

Sob o signo do reencontro na democracia e na liberdade, a visita do presidente José Sarney testemunha a vontade política dos dois governos de imprimir uma mudança qualitativa às relações entre os dois países.

A sintonia de regimes democráticos e as transformações resultantes por um lado das reformas institucionais e econômicas no

Brasil e, por outro lado, da entrada de Portugal na CEE forneceram o quadro em que foram realizadas as conversações ocorridas durante a visita.

Os dois presidentes concordaram em acrescentar aos laços profundos que unem os seus povos na língua, na cultura e no afeto, a dimensão do diálogo político freqüente e intenso sobre os grandes temas contemporâneos.

Assumiram, conseqüentemente, um compromisso de ação para revitalizar o tratado de amizade e consulta e ativar as consultas sobre a América Latina, a Europa, a África, o Oriente Médio e a Ásia, principalmente em áreas e assuntos nos quais a experiência particular de cada um poderá ser benéfica ao outro.

Nesta perspectiva, consideraram útil o aprofundamento do diálogo Norte/Sul e a cooperação efetiva de todos os Estados nos domínios econômicos, financeiro, comercial e técnico.

Ao analisarem a situação na África, expressaram a sua preocupação perante a escalada de violência que se verifica em diversos pontos daquele continente, em particular na África Austral, e fizeram um apelo à comunidade internacional no sentido de se prosseguirem esforços para o encontro de soluções que permitam estabelecer um clima de paz duradouro.

Manifestaram uma vez mais a sua condenação às práticas de discriminação racial ainda existentes na África do Sul, reiterando o seu firme propósito de continuar a tomar as medidas adequadas à sua total erradicação.

Formularam a sua esperança de que o processo conducente à independência da Namíbia venha a ser acelerado, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Perante os graves conflitos que afligem a América Central, reafirmaram a sua convicção de que os mesmos só poderão ser vali-

damente solucionados por via pacífica e negociada, atendendo aos justos anseios dos povos da região. Nesta perspectiva, atribuam o maior relevo e significado aos esforços desenvolvidos e às iniciativas tomadas para tal fim pelo Grupo de Contadora e pelo Grupo de Apoio de Lima.

Decidiram igualmente facilitar as condições para que se acelerem os entendimentos em curso para a formação de empresas mistas na indústria, no comércio e nos serviços, a fim de aproveitar as oportunidades criadas pela expansão das duas economias e pela entrada de Portugal na CEE.

Com esse objetivo, foi realizado durante a visita um importante encontro entre empresários dos dois países. Foi também acordado que terá lugar em breve uma reunião da Comissão Económica Mista.

A substância e o dinamismo buscado no intercâmbio comercial e nos investimentos serão complementados pela coordenação de iniciativas no diálogo Norte/Sul e na procura de soluções justas e duradouras para os desequilíbrios e desigualdades da economia, do comércio e das finanças mundiais, dentre as quais destacam os da dívida externa.

Será uma prioridade a colaboração com os demais países de expressão portuguesa, especialmente nos domínios culturais, educacionais e de assistência técnica, nos quais a língua representa um poderoso fator de aproximação e de comunicação. Os dois presidentes mostraram-se convencidos de que o universo humano dos povos que falam português encontra, na diversidade e riqueza de tendências que o caracteriza, vínculos e interesses comuns para se projetar com uma personalidade definida e atuante no plano das relações internacionais.

Sem prejuízo dos setores tradicionais, os dois governos querem dar um impulso especial à cooperação científica e tecnológica e ao intercâmbio da juventude para que as relações entre o Brasil e Portugal se vol-

tem cada vez mais para a construção do presente e o futuro, através da participação das gerações abertas ao desafio modernizador do mundo contemporâneo.

No campo das relações financeiras, registraram com agrado a recente conclusão de um acordo entre o Banco de Fomento Nacional e o Banco do Estado de São Paulo que poderá constituir exemplo para outros acordos entre instituições públicas ou privadas dos dois países.

No campo das relações culturais, as duas partes manifestaram a sua satisfação pelo desenvolvimento verificado nos últimos anos do intercâmbio luso-brasileiro neste importante setor.

As duas partes congratularam-se pela assinatura, durante a visita, de um acordo sobre cooperação científica e tecnológica, refletindo os progressos que alcançaram nessas importantes áreas, ricas em potencialidades no que se refere ao desenvolvimento de ambos.

A parte portuguesa exprimiu a sua satisfação pelas garantias dadas ao mais alto nível pelas autoridades brasileiras relativamente ao ensino obrigatório da literatura portuguesa nos cursos de letras no Brasil.

As duas partes concordaram na importância do prosseguimento de uma política comum de língua portuguesa, manifestando a esperança de que brevemente, no seguimento da reunião que ora se realiza no Rio de Janeiro, da qual participam delegações dos sete países de língua oficial portuguesa, possam em breve ser dados passos efetivos naquele sentido.

A este propósito, recordaram a necessidade de conferir à língua portuguesa a importância que lhe cabe em organizações internacionais, universais ou regionais, e a vantagem em prosseguir esforços conjuntos na fixação de versões em português nos principais textos internacionais.

As especiais relações de afeto e fraterna amizade entre os dois países saem deste encontro renovadas e enriquecidas pelo propósito de nelas incorporar conteúdo concreto e pragmático, por meio de um progra-

ma de trabalho e de contatos destinado a intensificar em todos os domínios os vínculos profundos que os ligam.

Porto, em 8 de maio de 1986.

presidente josé sarney visita cabo verde

Discurso, de improviso, do Presidente José Sarney, na varanda do Palácio do Povo, em São Vicente, em 09 de maio de 1986, por ocasião de sua chegada a Cabo Verde.

Sr. Presidente Aristides Pereira,

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Generoso povo de Cabo Verde, que eu visito a começar pela cidade de São Vicente.

Aqui estou com uma grande emoção. Como Presidente do Brasil venho trazer o respeito do nosso País, a admiração de nossa Pátria e a consideração do nosso Governo ao Governo e ao povo de Cabo Verde.

Mas, bem mais do que isto, venho trazer a palavra de um Governo identificado com o povo e assim posso dizer que venho trazer o abraço fraterno, amigo e irmão de 130 milhões de brasileiros. Eu acredito e peço que acreditem que todos os brasileiros desejariam estar aqui, neste instante, para viver as emoções do reencontro das nossas origens comuns e sentir o afeto, o calor humano desta gente tão extraordinária que habita estas ilhas.

Gente que venceu a tudo. Venceu as intempéries, vence as secas, vence os mares e aqui permanece com esse sentimento de Pá-

tria que está no coração de cada um de vocês. Povo de Cabo Verde, que vive um raro instante que cada povo vive na História da humanidade, os senhores estão começando o Estado, construindo os primeiros passos de um País. Os senhores lutaram pela independência e viveram a independência; os senhores, obstinadamente, estão plantando árvores contra tudo e contra os elementos, mas plantando as árvores porque essas árvores não são somente as que estão plantadas no chão, mas as árvores do espírito, através das instituições que estão sendo construídas em Cabo Verde.

São Vicente, este porto, está ligado à história do Brasil e às recordações mais profundas de todos os brasileiros. Era um marco no meio desse oceano, desconhecido do passado e hoje continua a ser um marco, um marco de gente obstinada, de grande gente e de grande povo.

Se os senhores, no passado, venceram tantas dificuldades, atravessaram tantos perigos para chegar até hoje, quando não tinham as condições que têm hoje à disposição do homem no mundo inteiro, nada

mais se tem a temer porque, pela frente, os senhores têm a alma dos pioneiros que aqui plantaram a alma definitiva deste povo. Esta alma de Cabo Verde é a mesma alma do povo brasileiro: somos povos irmãos.

E, orgulhosamente, nós, do Brasil, dizemos que somos um país mestiço. E temos muito orgulho de sermos um país mestiço, ouvindo os mesmos sons que eu ouço aqui, e que são os sons que embalam a minha terra.

Sr. Presidente, o Brasil, pela minha palavra, pelo desejo de todos os brasileiros, estará sempre ao lado de Cabo Verde, colaborando, ampliando os espaços da nossa amizade, da nossa cooperação, do nosso desejo de cada vez mais nos unirmos às nossas raízes africanas. Levo desta minha passagem por Cabo Verde essa lembrança indelével, e transmitirei ao povo brasileiro que este carinho dado ao Presidente é dado ao povo do Brasil.

Há muitos anos, numa noite, na área do Brasil que é o Norte e Nordeste, que tem as mesmas brisas que correm por aqui, e que chegaram das costas da África, batendo por estas ilhas, chegando até as costas do Brasil, eu fiz um poema que está em livro meu, e que é um poema que tem o título de "Cabo Verde".

Era, na minha memória, na minha lembrança a inspiração que me vinha, a inspiração desta terra que eu nunca pensei um dia visitar como Presidente do Brasil. E, então, eu me recordava das caravelas que chegaram, das caravelas que partiram, e dos sofrimentos das minhas mães escravas de Cabo Verde, de Guiné, de Angola, de Moçambique, de tantos mares e de tantas terras tão distantes.

Em nome do Brasil, deposito o coração dos brasileiros no coração do povo de Cabo Verde.

sarney em são vicente: relacionamento mutuamente proveitoso entre brasil e cabo verde

Discurso do Presidente José Sarney, em Cabo Verde, em 09 de maio de 1986, por ocasião de almoço oferecido pelas autoridades de São Vicente.

É com intensa emoção que agradeço as palavras de boas-vindas com que Vossa Excelência, senhor prefeito, tão bem traduz a generosa hospitalidade do povo desta ilha. As referências a meu País e aos laços de amizade que nos unem são para mim motivo de orgulho, por sua sinceridade e pelos fraternos sentimentos que refletem.

Esta é a primeira visita oficial que realizo à África, uma das principais matrizes da nacionalidade brasileira, de que tanto nos orgulhamos. É significativo que esse contacto

se inicie em Cabo Verde, e precisamente por São Vicente, a que nos unem tantos vínculos históricos, que remontam à era dos descobrimentos.

Cabo Verde sempre teve para nós brasileiros um significado todo especial, por sua vocação de elo entre três continentes, de enlace entre povos. E São Vicente, por sua posição privilegiada dentro deste arquipélago, destacou-se sempre nessa tradição, tornando-se o porto por excelência na rota entre o Brasil e a Europa.

Hoje, assisto aqui ao admirável esforço de desenvolvimento com que o povo vicentino colabora na construção e na consolidação da sua pátria. Centro dinâmico da economia caboverdiana, São Vicente empolga por sua vitalidade e dá mostras claras do importante papel que lhe está reservado no futuro deste jovem e progressista país.

Senhoras e Senhores,

Caminhar por São Vicente é, para um brasileiro, um reencontro com sua própria terra. Aqui ressaltam aos olhos e ao sentimento a simpatia e as afinidades que tornam tão próximos os povos brasileiro e caboverdiano. Tudo nos identifica. A comunhão da herança étnica, histórica, cultural e lingüística manifesta-se a cada instante, no modo de ser, na música, nos valores culturais, nas aspirações de progresso social e econômico que unem os dois povos e os fazem parceiros por excelência na comunidade das nações.

Essa identidade está na base de um relacionamento mutuamente proveitoso, que se diversifica e ganha crescente dimensão política na medida em que se multiplicam os interesses comuns.

São Vicente tem e seguirá tendo um papel da maior importância nesse processo de estreitamento das nossas relações de intercâmbio e cooperação. Voltados para a ampliação das bases sólidas sobre as quais se pauta o desenvolvimento de nossas relações, os governos brasileiro e caboverdiano assinarão, no decorrer desta visita, um acordo comercial que estenderá às relações econômicas e comerciais entre os dois países os benefícios que já alcançamos na cooperação técnica e educacional e no diálogo político.

A realização, em julho próximo, de uma exposição de produtos brasileiros nesta cidade e a posterior instalação, no Porto de São Vicente, de um entreposto comercial brasileiro, colocarão em novo patamar os vínculos comerciais, dando maior solidez às nossas relações.

Reforçam-se, assim, os laços históricos que aproximam São Vicente ao meu País, dentro do quadro mais amplo do fraterno relacionamento entre o Brasil e Cabo Verde.

Senhor Prefeito,

A sincera amizade entre brasileiros e caboverdianos, que se manifestou de forma tão emocionante na acolhida generosa que o povo vicentino nos está oferecendo, faz certamente de nossas relações um modelo do que deve ser a cooperação entre países em desenvolvimento, unidos pela comunhão de aspirações e pela urgência dos seus desafios.

Levo de São Vicente a recordação indelével da forma como essas relações, bem conduzidas pelos governos, em bases de igualdade e fundadas em interesses recíprocos, encontram no povo o seu melhor suporte, a sua melhor garantia. Esse é, sem dúvida, o sentido mais importante de minha estada aqui, porque me faz ver com confiança e orgulho o trabalho em que todos nós estamos empenhados.

E com esse espírito que peço a todos que me acompanhem num brinde pela prosperidade crescente do povo vicentino, pelo contínuo progresso social e econômico de Cabo Verde, pela sincera e fraterna amizade que une nossos povos e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e do presidente Aristides Pereira.

Muito obrigado.

presidente José Sarney visita a assembléia nacional popular de cabo verde

Discurso do Presidente José Sarney, na Assembléia Nacional Popular de Cabo Verde, em 09 de maio de 1986.

É com a emoção de político formado na vida parlamentar que agradeço, sensibilizado, as palavras de saudação com que Vossa Excelência me brindou, senhor Presidente, e a acolhida fraterna que me dispensa esta Assembléia. São elas expressivas da magnífica hospitalidade e do afeto sincero de que temos sido objeto minha comitiva e eu, neste país irmão.

Esta Assembléia é a expressão da própria soberania do povo caboverdiano, tão duramente conquistada. Aqui se expressam, pela voz legítima de seus representantes, as aspirações, reclamos e anseios deste povo generoso, voltado para o trabalho honroso de construir seu próprio país sobre a base de uma identidade nacional fecunda e muito particular, de que com razão se orgulha a gente generosa destas ilhas.

O povo brasileiro acompanha com interesse e atenção o desenvolvimento desta luta diária do povo fraterno de Cabo Verde. Nós mesmos, voltados para o trabalho de consolidar uma independência que ainda se constrói, vemos nos desafios e na ação do povo caboverdiano um espelho de nossos próprios desafios.

Tal identidade, que se vem somar ao patrimônio de uma herança histórica, cultural e lingüística comum, está na base de um crescente e diversificado relacionamento entre nossos países.

Esse relacionamento, que se estende a diversas áreas da atividade social e econômica, encontra no intercâmbio parlamentar uma de suas faces promissoras. Penso que as relações entre dois países tão próximos em termos culturais e unidos por franca simpatia, não devem ser mantidas apenas no formalismo dos contactos governamentais. Delas devem participar os mais variados setores da sociedade, de forma a dar conteúdo humano ao bom entendimento

político que nossos países mantêm não só sobre temas bilaterais, mas também sobre ampla agenda internacional.

O momento é particularmente feliz para promovermos essa elevação do tom das nossas relações. O Brasil que fala aos caboverdianos pela voz de seu Presidente é um País renovado pela reconquista democrática e pela retomada do crescimento econômico.

É um País ainda cheio de desafios pela frente, com uma imensa dívida moral no campo social e com a realidade contrastante dos vários brasis. Mas é um país que reconquistou a esperança, que despertou para a participação nas ruas, no Congresso, nos sindicatos, no quotidiano das compras, do trabalho, do lazer.

Realizamos profundas modificações institucionais, que devolveram ao povo a sua soberania. Convocamos uma Assembléia Constituinte destinada a dar ao País uma nova face institucional, compatível com suas aspirações de progresso social e político e capaz de dar-nos os instrumentos necessários para nos engajarmos plenamente na luta para alcançar o século XXI numa condição mais favorável, com mais estabilidade política e efetiva solidez na base de sustentação social do Estado.

Fizemos uma profunda reforma da economia e das finanças do País, destinada a reconquistar os valores do trabalho e da produção, a acabar com a inflação e a pôr fim à especulação. Tornamos mais límpida e transparente nossa economia, criando condições efetivas para o planejamento econômico, para a retomada dos investimentos produtivos.

Dessa forma, esperamos poder realizar as transformações necessárias para imprimirmos com plenitude a grande prioridade social que orienta a ação do Governo e é anseio de toda a sociedade. Compreendemos

que o Brasil moderno, independente, capaz de contribuir positivamente para o progresso e a paz, exige a justiça social, a liberdade, o fim da miséria e da fome.

Para o êxito dessas iniciativas, foram decisivos o apoio e a participação do Congresso brasileiro e do povo, que tomou nas mãos a condução do seu destino.

Sei com que interesse essas transformações em meu país foram acompanhadas aqui em Cabo Verde, numa manifestação de solidariedade e apoio que muito nos alegra. O que esperamos é poder canalizar para as relações bilaterais os resultados promissores que a nação brasileira espera alcançar dando passos tão amplos e significativos como esses.

Desejamos, no contacto estreito com as nações mais fraternas, levar ao plano internacional o espírito e os esforços de mudança e dinamização que estamos empreendendo no plano interno, graças à reconquista da liberdade e da democracia, graças à participação popular.

Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores,

Nesta primeira viagem que realizo, como presidente de meu país, além dos limites do continente americano, encontro em Cabo Verde uma ocasião especialmente oportuna para reiterar a prioridade que o Brasil atribui, em sua política externa, as relações com o continente africano. A África, de que Cabo Verde é imagem promissora e atuante, é uma das matrizes do Brasil moderno. A ela nos unem inúmeras afinidades étnicas, culturais, históricas e lingüísticas, além da natural comunhão de interesses em inúmeras matérias internacionais, principalmente aquelas ligadas à paz, ao desenvolvimento econômico e social e à cooperação entre os povos.

Na ampla convergência de pontos de vista entre nossos países, encontro a matéria-prima com a qual havemos de prosseguir na consolidação de relações densas no plano

político e crescentemente diversificadas e dinâmicas no plano econômico-comercial e da cooperação em bases igualitárias.

No campo da política externa, Cabo Verde tem pautado sua ação pela defesa intransigente da paz e do desarmamento. Igualmente notáveis vêm sendo os esforços de seu país em prol do estabelecimento de uma nova ordem internacional, mais justa e equitativa, e do respeito, por todos os Estados, independentemente de suas orientações sócio-políticas e de seu poder relativo, às normas jurídicas internacionais e aos princípios fundamentais inscritos na Carta das Nações Unidas.

Todos esses temas nos aproximam e tornam a nossa coordenação importante para a promoção de interesses comuns. A comunidade lingüística, que nos aproxima por um lado especialmente sensível dos demais países que falam o português, permite-nos pensar em fórmulas práticas de levar aos foros internacionais, em nossa língua, posições construtivas em muitas matérias de interesse comum, como o desarmamento, a preservação do Atlântico Sul como um oceano de paz e de cooperação, a defesa intransigente da não-intervenção e do direito de autodeterminação dos povos, e tantos outros.

No que se refere à situação africana, as avaliações do Brasil e de Cabo Verde se associam às posições de todas as nações livres e soberanas deste continente. Nossas manifestações de repúdio ao colonialismo, ao neocolonialismo, bem como a todas as formas de racismo, em particular aquelas que de forma odiosa institucionalizam a discriminação racial como sistema de dominação, foram muito mais do que uma plataforma compartilhada de política internacional; constituem clara e abrangente visão do mundo.

Nunca é demais repetir que a sociedade brasileira, fundamentada na miscigenação racial e na fecunda integração de culturas,

rejeita veementemente o regime injustificável e retrógrado do "apartheid", ainda vigente, mas em plena e irremediável crise, na África do Sul e na Namíbia. Coerente com os anseios do povo brasileiro, meu Governo tem condenado sistematicamente a persistência desse regime, que, além de violar os direitos do homem e a dignidade da espécie humana, representa, a nosso ver, a fonte originária das graves tensões e dos conflitos na África Austral.

Imbuído da convicção do direito dos povos a se organizarem soberanamente em Estados, especialmente no contexto da luta anticolonial, tem o governo brasileiro reiterado a sua inflexível condenação à continuada ocupação ilegal do território da Namíbia pelo Governo de Pretória, bem como a política agressiva e desestabilizadora da África do Sul contra países vizinhos, em especial as repúblicas populares de Angola e de Moçambique, países aos quais estamos ligados, tal qual Cabo Verde, por vínculos inquebrantáveis de caráter histórico, lingüístico e cultural.

Senhoras e Senhores,

Temos acompanhado com preocupação e analisado em profundidade a presente situação na África Austral e, em particular, as graves e complexas condições existentes na República Popular de Angola, em decorrência das agressões externas àquele país irmão. Neste momento em que me encontro em solo africano, manifesto a firme convicção de meu Governo de que são indispensáveis e da maior urgência a cessação não apenas das agressões cometidas pela República da África do Sul contra Angola mas também de toda assistência às forças irregulares que desestabilizam aquele país.

Reafirmando a alta prioridade atribuída pelo Brasil à preservação da soberania, da independência e da integridade territorial da República Popular de Angola, reiteramos a firme disposição do Governo brasileiro de buscar incessantemente favorecer o estabelecimento da paz e de rechaçar to-

das as ações que conflitem com o estrito cumprimento dos princípios fundamentais do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. A posição brasileira, de inequívoco apoio aos legítimos interesses do povo angolano, traduz a solidariedade de minha Nação com a liberdade e a dignidade em Angola e em toda a África Austral.

Estou certo de que a complexa problemática da África Austral jamais poderá ser solucionada no horizonte das tensões leste-oeste ou sob qualquer ótica estratégica de grandes potências. A solução da crise naquela região passa primeiramente pelo desaparecimento do "apartheid" e, em seguida, pela sólida implantação de uma estrutura de interação pacífica entre os Estados da região, que permita a todos eles dedicar-se à luta para implementar os projetos nacionais de desenvolvimento.

Nesse contexto, esperamos colaborar, de forma franca e reciprocamente vantajosa, para o maior progresso de todas as nações africanas que assim o desejarem. A cooperação brasileira já se tornou conhecida por nossos parceiros africanos como desprovida de intenções hegemônicas e vinculações de ordem política ou ideológica. De nossa parte, não pouparemos esforços para continuar, com imaginação criadora, a intensificar essa cooperação.

Como exemplo desse esforço, o Governo brasileiro está ultimando novo programa de cooperação técnica para a África, consubstanciado em documento assinado com o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Trata-se da criação do "Fundo de Cooperação Técnica Brasil/PNUD", que contemplará a formação de recursos humanos africanos, através da oferta de bolsas de estudos no Brasil e do fornecimento de serviços de consultoria brasileiros. Cabo Verde será um dos primeiros beneficiários desse programa, através da estruturação do projeto já existente de treinamento médico nas áreas de psiquiatria, traumatologia, ortopedia e cirurgia-geral.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Esta é a Casa do povo de Cabo Verde. Falando neste recinto, desejo dirigir-me pessoalmente a cada habitante destas ilhas, para retribuir-lhes a acolhida generosa e hospitaleira que a todo instante me vem sendo brindada durante esta visita.

Sou presidente por ofício, levado pela política e pelo destino, que nos privou da convivência do grande líder da Nova República brasileira, Tancredo Neves. Mas, parlamentar por formação e vocação, empolga-me a tribuna, o dirigir-me a meus colegas, representando aqueles que, por seu voto, nos in-

dicaram a imensa responsabilidade de por eles falar na condução dos destinos de uma nação.

Agradeço-lhes esta dupla oportunidade. A de dirigir-me ao povo caboverdiano daquela que é a sua tribuna por excelência, e a de reviver os momentos emocionantes da vida parlamentar.

Tenho a certeza de que estes instantes frutificarão, na amizade de nossos povos, na cooperação e no entendimento crescentes entre nossos governos.

Muito obrigado.

aristides pereira recebe a grã-cruz da ordem do cruzeiro do sul

Discurso do Presidente José Sarney, em Cabo Verde, em 09 de maio de 1986, por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo Presidente caboverdiano, Aristides Pereira. Na ocasião, o Presidente brasileiro entregou ao Presidente de Cabo Verde as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Agradeço com grande emoção as palavras de amizade e apreço que Vossa Excelência me dirigiu e que tão bem traduzem a hospitalidade e o afeto do povo caboverdiano para com os brasileiros.

Os laços de fraterna amizade e grande simpatia recíproca que unem nossos povos saem fortalecidos desta visita em que tantos aspectos positivos vieram somar-se à intensa tradição de relacionamento que se vai forjando entre nós.

Cabo Verde é um país que desperta especial interesse e atenção no Brasil. E o faz não apenas pelas profundas identidades étnicas, culturais e históricas que unem os dois povos e os identificam, mas porque os brasileiros reconhecem o magnífico esforço de construção da nacionalidade a que se dedicam com afinco seus irmãos caboverdianos.

Esta é a primeira grande impressão que levo desta visita: a de um povo dono de um patrimônio cultural genuíno, que, por cima dos desafios de sua independência recente e das dificuldades próprias de um país em desenvolvimento, lança-se com intensa força de vontade na consolidação do seu Estado, na busca do progresso social e econômico e na afirmação de sua cultura.

Essa tarefa encontra em Vossa Excelência, Senhor Presidente, uma das mais expressivas lideranças do mundo africano, forjada na luta pela independência e pelo desenvolvimento. A grande simpatia pessoal que eu já devotava a Vossa Excelência, com quem tenho o prazer de compartilhar excelentes amigos comuns, ganhou aqui uma nova dimensão: a do político que reconhece e admira o trabalho de um governante,

pelo testemunho de suas obras e do afeto que lhe dedica seu povo.

Sua liderança, o expressivo trabalho político realizado pelo seu partido na consolidação da independência caboverdiana e de todos os países africanos e as qualidades que distinguem o povo deste país, especialmente aberto à convivência com todos os povos, fazem de Cabo Verde um foco de permanente interesse da diplomacia brasileira, no quadro mais amplo da elevada prioridade que atribuímos às relações com o continente africano e especialmente com os países irmãos de língua portuguesa.

O grande número de contactos de alto nível entre nossos governos, de que é tão expressiva a visita de Vossa Excelência ao Brasil, em 1980, e a intensa cooperação que estamos desenvolvendo em diversos campos, notadamente na área de formação de recursos humanos tem contribuído para dar um tom elevado ao diálogo político entre o Brasil e Cabo Verde.

Minha presença nestas ilhas tem hoje o sentido de aprofundar esse diálogo e procurar criar fórmulas para que os seus benefícios se transfiram com maior intensidade para as áreas do intercâmbio comercial e da cooperação técnica, econômica e educacional.

E a dimensão cultural ganha, nesse quadro, uma importância singular, como área em que temos não apenas muito a nos oferecer, mas também diversas preocupações a compartilhar. Com efeito, sentimos todo o alcance da nossa identidade de sentimentos nessa área quando refletimos sobre suas palavras, Senhor Presidente, que, ao debruçar-se sobre a cultura de Cabo Verde, arrojou luz também sobre a cultura brasileira quando afirmou: "Dizer que temos uma cultura própria é afirmar a nossa existência como povo, é reivindicar uma identidade. Essa cultura, essa identidade, são para nós tão essenciais, que não hesitaríamos em voltar aos sacrifícios de ontem, se tanto fosse necessário, para garantirmos a sua preservação".

Senhor Presidente,

No horizonte das relações internacionais, a comunidade de países de língua portuguesa aparece hoje como uma importante dimensão da política externa de cada um de nós. Vejo com grande esperança a possibilidade de criarmos mecanismos informais, mas efetivos, que nos permitam coordenar-nos melhor em torno da crescente variedade de temas internacionais que nos tocam muito de perto e para cuja discussão temos um aporte positivo a dar.

A comunidade lingüística nos dá também condições de desenvolver fórmulas próprias de cooperação naquelas áreas mais sensíveis para o esforço de desenvolvimento de nossos povos. É unindo-nos em torno dos desafios da técnica, da ciência e da educação, que conseguiremos reservar no futuro um lugar compatível com as aspirações de nossos povos.

Estamos iniciando uma era em que as disputas hegemônicas não mais se limitam à força e ao império do poder estratégico, mas alcançam o próprio saber.

Inauguramos, há pouco, um esforço original e valioso de cooperação no campo da uniformização da ortografia da língua portuguesa, esforço a que todos os países lusófonos emprestaram todo o seu apoio.

Essa é uma iniciativa que bem demonstra a possibilidade de nossos países criarem cada vez mais espaços de interesse compartilhado, de forma a dar organicidade aos laços de identidade cultural e histórica e deles fazer instrumentos de relações mais dinâmicas e produtivas. Com o mesmo espírito, muito poderíamos realizar em outros campos de interesse comum.

Senhor Presidente,

Os laços de amizade entre nossos países têm frutificado sob a forma de uma crescente intimidade, que nos leva por caminhos de entendimento franco e solidário.

A presença, entre os caboverdianos que aqui me acolhem, de numerosos ex-estudantes no Brasil, testemunha a importância dos vínculos que estamos criando e a forma concreta que pode assumir a nossa cooperação. Orgulhamo-nos, como brasileiros, de poder contar, em nossas fileiras acadêmicas, com a participação de estudantes de Cabo Verde, que se tem destacado pelo seu nível de interesse e por sua dedicação não só aos estudos, mas à própria amizade já consolidada entre os dois povos.

É sobre essa base que se projetam os resultados proveitosos das conversações que venho mantendo com Vossa Excelência e com as demais autoridades caboverdianas.

E é para expressar o reconhecimento do po-

vo brasileiro ao papel decisivo de Vossa Excelência no estreitamento de nossas relações, que tenho a honra de outorgar-lhe, em seu mais alto grau, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Seja ela como o selo que se estampa sobre uma nova era de entendimento, de diálogo e de cooperação entre nossos governos e de amizade fraterna entre os dois povos.

Com esse espírito, peço a todos que comigo brindem pela prosperidade crescente do povo caboverdiano, pelo constante aperfeiçoamento das relações entre o Brasil e Cabo Verde, e pela felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Aristides Pereira.

Muito obrigado.

os entendimentos do presidente josé sarney em cabo verde

Comunicado Conjunto Brasil-Cabo Verde, assinado em Praia, em 10 de maio de 1986, pelos Presidentes do Brasil, José Sarney, e de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira

A convite do Presidente da República de Cabo Verde, Sua Excelência o Senhor ARISTIDES MARIA PEREIRA, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor JOSÉ SARNEY, efetuou uma visita oficial à República de Cabo Verde de 9 a 10 de maio de 1986.

O Chefe de Estado brasileiro fez-se acompanhar de sua esposa, Dona Marly Sarney, e de uma importante comitiva.

Por seu lado, o Presidente da República de Cabo Verde estava acompanhado de sua esposa, Dona Carlina Pereira, e de uma importante delegação governamental.

A composição da comitiva brasileira e da delegação caboverdiana consta em anexo.

Durante a sua permanência em Cabo Ver-

de, o Presidente José Sarney condecorou o Presidente Aristides Maria Pereira com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Presidente José Sarney foi recebido pela Assembléia Nacional Popular reunida em sessão solene extraordinária na Capital do País e deslocou-se à Ilha de São Vicente, acompanhado de sua esposa e da comitiva oficial, onde foi homenageado com um almoço oferecido pelas forças vivas locais.

As populações das regiões visitadas reservaram aos ilustres hóspedes um acolhimento fraternal e caloroso que traduz os sentimentos de grande amizade e os laços históricos e culturais que unem os povos brasileiro e caboverdiano.

A presente visita, inscrevendo-se no quadro

dos contactos permanentes entre os dois países, confirmou o desejo mútuo de estreitar, cada vez mais, as relações bilaterais entre o Brasil e Cabo Verde, e de situá-las a um nível ainda mais alto.

Nas conversações entre os dois Chefes de Estado, que decorreram num clima de cordialidade, foram analisados o desenvolvimento das relações brasileiro-caboverdianas e os principais problemas da atualidade internacional, com ênfase nas questões africanas e latino-americanas, tendo-se verificado uma grande convergência de opiniões.

No tocante às relações bilaterais, os dois Presidentes exprimiram a convicção de que essas conversações abrirão novas perspectivas para o seu desenvolvimento e reafirmaram a sua vontade e firme determinação de envidar esforços no sentido de as incrementar e diversificar, no espírito da amizade que une o Brasil e Cabo Verde e das justas aspirações dos povos brasileiro e caboverdiano a um mundo de paz, progresso e justiça social.

Ressaltaram a importância do bom funcionamento da Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Caboverdiana como instrumento eficaz para a orientação e o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente vantajosa com vistas à consecução dos respectivos objetivos nacionais. Consideraram que os vários Acordos e Atas assinados entre os dois Governos constituem um quadro jurídico adequado para o aprofundamento e diversificação dessa cooperação e sublinharam a necessidade da sua implementação e dinamização.

Na ocasião, foi assinado um Acordo Comercial entre o Brasil e Cabo Verde, com o objetivo de intensificar as relações comerciais e económicas entre os dois países. A exposição de produtos brasileiros, a realizar-se em São Vicente, de 7 a 13 de julho de 1986, sob o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da Secretaria de Estado do

Comércio e Turismo da República de Cabo Verde, contribuirá para a consecução desse objetivo.

Ao avaliar ainda os resultados da cooperação bilateral, reafirmaram a sua intenção de a estender a novas áreas e expressaram a sua disposição e o interesse comum de procurar canalizar, sempre que possível, para a realização de projetos comuns, recursos de terceiras fontes de financiamento.

Os dois Chefes de Estado sublinharam, em particular, a importância da cooperação horizontal com base na equidade, no respeito mútuo e na estrita observância do princípio de vantagens recíprocas. Acentuaram que tal cooperação se deve inserir no quadro do esforço que os países em desenvolvimento fazem para atingir metas de progresso social e económico e ser orientada pelos autênticos interesses desses países e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Analisando a situação internacional, os dois Presidentes manifestaram a sua inquietação em face do recrudescimento do clima de confrontação e dos focos localizados de tensão, ao crescente recurso ao uso da força para solução dos diferendos entre Estados e ao aumento da corrida armamentista que tendem a agravar os riscos de perturbação da paz entre as nações e exprimiram a certeza de que somente a prática conforme aos princípios fundamentais do Direito Internacional, nomeadamente o respeito pela soberania e igualdade dos Estados e pelo direito à autodeterminação e independência dos povos, permitirá prevenir e debelar as crises que ameaçam a paz e a segurança internacionais. Reafirmaram a esse propósito a sua convicção de que a defesa do diálogo e da negociação, enquanto vias privilegiadas para a solução de conflitos internacionais, constitui uma contribuição positiva para o estabelecimento da paz e da concórdia universais.

Ao examinar a situação na África Austral, os dois Chefes de Estado expressaram a sua

solidariedade com o povo namibiano, sob a legítima liderança da SWAPO, em sua luta contra a perpetuação do colonialismo em seu território, e reiteraram a sua convicção de que a efetiva independência da Namíbia só poderá ser encontrada no quadro da aplicação estrita e urgente da Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança e das Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Manifestaram a sua repulsa por qualquer forma de discriminação racial, particularmente pelo odioso sistema do "apartheid", que consideram um crime contra a dignidade humana e uma séria ameaça à paz no Continente Africano. Condenaram com veemência, exigindo sua cessação definitiva, as ações de agressão e de desestabilização empreendidas sistematicamente pela África do Sul contra os Estados da Linha de Frente, especialmente a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, às quais reafirmaram a sua solidariedade e o seu apoio.

Com relação às graves situações existentes em Angola e em Moçambique, assinalaram a necessidade da suspensão imediata de toda assistência aos grupos armados e financiados a partir do exterior que desestabilizam aqueles países. Reiteraram sua firme disposição de apoiar o Governo angolano na sua luta pela preservação da soberania e da integridade territorial da República Popular de Angola, apelando em favor do estabelecimento da paz, com o estrito cumprimento dos princípios fundamentais do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas.

O Presidente da República Federativa do Brasil felicitou o Presidente da República de Cabo Verde pelo profícuo trabalho desenvolvido pelo seu país em prol da harmonia do Continente Africano, salientando, nesse sentido, os esforços desenvolvidos com vistas a facilitar uma solução negociada na África Austral. O Presidente Aristides Maria Pereira, por sua vez, sublinhou o apreço de seu país pelas posições adotadas pelo Governo brasileiro, em face das principais questões africanas.

Em relação à situação que prevalece na América Central, os dois Chefes de Estado apelaram para a necessidade de uma solução política duradoura e estável na zona e reafirmaram o seu apoio ao Grupo de Contadora pelos esforços que vêm desenvolvendo no sentido de garantir a paz na região. O Presidente Aristides Maria Pereira felicitou o Presidente José Sarney pelo apoio inestimável que a República Federativa do Brasil vem dispensando ao Grupo de Contadora na prossecução de uma política que visa ao entendimento entre os povos e os Estados dessa parte do continente americano, de acordo com as normas internacionais atinentes à salvaguarda da segurança coletiva das Nações.

Os dois Presidentes destacaram, por outro lado, a importância do oceano que une os dois países como elo natural de aproximação mútua e via para o estreitamento das relações pacíficas entre a América Latina e a África e manifestaram a firme oposição a qualquer tentativa de militarização do Atlântico Sul, que deve ser preservado como zona de paz e cooperação, desnuclearizada militarmente e a salvo das tensões e confrontações entre potências alheias à região.

O Presidente José Sarney reiterou ao Presidente Aristides Maria Pereira o apreço do Brasil pelas ações empreendidas conjuntamente pelos cinco países africanos de língua oficial portuguesa com vistas a aprofundar seus laços de solidariedade e suas relações de amizade e de cooperação, manifestando a disposição brasileira de contribuir para o estreitamento da cooperação com aqueles países.

Referindo-se à situação econômica internacional, os dois Presidentes constataram, com muita preocupação, a persistência dos sérios desequilíbrios e desigualdades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, lamentaram a falta de progresso real na solução dessas anomalias e reiteraram o compromisso dos respectivos Governos em continuar a estimular o pro-

cesso de estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, baseada na igualdade, na justiça, no respeito mútuo e na cooperação entre Estados.

Ainda no decorrer das conversações, os dois Chefes de Estado abordaram igualmente diversos aspectos das relações culturais comuns que consideram como um fator importante de diálogo permanente, tendo merecido especial atenção os aspectos ligados à utilização da língua portuguesa nos diversos foros internacionais de que ambos os países fazem parte. Salientaram, nesse sentido, a importância das reuniões e dos contatos entre os países de expressão oficial portuguesa com vistas à uniformização ortográfica da língua.

No final da sua visita oficial, o Presidente José Sarney exprimiu ao Presidente Aristides Maria Pereira sua profunda gratidão, bem como a de sua esposa e a de sua comitiva, pela calorosa hospitalidade que lhes foi dispensada durante a sua estada em Cabo Verde.

O Presidente José Sarney renovou o convite ao Presidente da República de Cabo Verde e Senhora de Aristides Maria Pereira para visitarem oficialmente a República Federativa do Brasil. Este convite foi aceito com prazer, devendo a data da sua efetivação ser fixada por via diplomática.

Feito na Cidade da Praia, aos 10 dias do mês de maio de 1986.

José Sarney Aristides Maria Pereira

LISTA DA COMITIVA OFICIAL BRASILEIRA

- Excelentíssimo Senhor Doutor ROBERTO DE ABREU SODRÉ, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Excelentíssimo Senhor Professor CELSO MONTEIRO FURTADO, Ministro de Estado da Cultura;

- Excelentíssimo Senhor General-de-Brigada RUBENS BAYMA DENYS, Ministro de Estado
Chefe da Casa Militar da Presidência da República;
- Excelentíssimo Senhor Senador ALFREDO CAMPOS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Minas Gerais
Líder do Governo no Senado Federal;
- Excelentíssimo Senhor Senador LUIZ CAVALCANTE; Partido da Frente Liberal (PFL) Alagoas
Membro da Comissão de Minas e Energia, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal;
- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal CARLOS WILSON, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Segundo Vice-Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados;
- Excelentíssimo Senhor Deputado Federal PEDRO COLIN, Partido da Frente Liberal (PFL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados;
- Excelentíssimo Senhor Deputado FERNANDO DE SANT'ANNA, Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Presidente da Comissão Especial de Reforma Agrária e Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados;
- Excelentíssimo Senhor Embaixador FERNANDO BUARQUE FRANCONETTO, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Cabo Verde;
- Excelentíssimo Senhor JORGE AMADO, Escritor;
- Excelentíssima Senhora ZÉLIA GATTAI AMADO, Escritora;

- Excelentíssima Senhora Deputada Estadual RUTH ESCOBAR, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) São Paulo;
- Excelentíssimo Senhor JOSÉ CALIXTO RAMOS, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.*
- Excelentíssimo Senhor ROLANDO VEIRA CRUZ MARTINS, Vice-Presidente da Comissão Especializada Permanente para a Educação, Ciência, Cultura e Desporto;
- Excelentíssimo Senhor ARISTIDES LIMA, Membro da Comissão Permanente dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos;

LISTA DA DELEGAÇÃO CABOVERDIANA

- Excelentíssimo Senhor Primeiro Comandante SILVINO MANUEL DA LUZ, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Excelentíssimo Senhor CORSINO TOLentino, Ministro da Educação;
- Excelentíssimo Senhor DAVID HOPFFER CORDEIRO ALMADA, Ministro da Informação, Cultura e Desportos;
- Excelentíssimo Senhor Comandante HERCULANO ADELAIDE VIEIRA, Ministro Adjunto do Primeiro Ministro;
- Excelentíssimo Senhor VIRGÍLIO FERNANDES, Secretário de Estado do Comércio e Turismo;
- Excelentíssimo Senhor JOSÉ EDUARDO BARBOSA, 1º Secretário de Mesa da Assembléia Nacional Popular e Presidente da Comissão Especializada Permanente de Relações Exteriores e Cooperação;
- Excelentíssima Senhora CRISPINA GOMES, Presidente da Comissão Especializada Permanente dos Assuntos de Emigração;
- Excelentíssimo Senhor AFONSO GOMES, Presidente da UNTC – CS;
- Excelentíssimo Senhor TIMÓTEO TAVARES, Ajudante de Campo de S.E. do Presidente da República;
- Excelentíssimo Senhor ARNALDO ARAÚJO, Diretor de Gabinete do Presidente da República;
- Excelentíssimo Senhor Embaixador ANTONIO LIMA, Conselheiro na Presidência da República;
- Excelentíssimo Senhor SEVERINO SOARES DE ALMEIDA, Diretor-Geral dos Assuntos Políticos, Económicos e Culturais (MNE);
- Excelentíssima Senhora ARCÍLIA BARRETO, Conselheira na Presidência da República;
- Excelentíssimo Senhor NELSON FERREIRA SANTOS, Delegado do Governo de S. Vicente;
- Excelentíssimo Senhor CARLOS CARVALHO; Major das FARP;
- Excelentíssima Senhora CRISTINA FONTES, Assessora do Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Excelentíssima Senhora MARIA TEREZA RIBEIRO, Chefe da Divisão América (MNE);

- Excelentíssimo Senhor JOÃO CORREIA, Assessor do Ministro da Informação, Cultura e Desporto;
- Excelentíssimo Senhor ALFREDO FORTES, Diretor de Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro;
- Excelentíssimo Senhor JORGE MIRANDA ALFAMA, Escritor e Presidente do ICL;
- Excelentíssimo Senhor OSVALDO OSÓRIO, Escritor e Ensaísta.

no brasil, o presidente de el salvador, josé napoleon duarte

Discurso do Presidente José Sarney, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de maio de 1986, por ocasião de jantar oferecido ao Presidente de El Salvador, José Napoleon Duarte.

Em nome do Governo e do povo brasileiro, é com grande satisfação que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à sua ilustre comitiva. Desejamos fazer chegar ao povo de El Salvador, por intermédio de Vossa Excelência, a expressão da nossa amizade fraterna.

O Brasil recebe a visita de Vossa Excelência com um profundo sentimento de solidariedade latino-americana, convencido de que o diálogo constante e franco é a condição primeira da fraternidade que une nossos países em torno de valores e aspirações comuns.

A viagem de Vossa Excelência à América do Sul vem acrescentar uma nova dimensão aos contatos cada vez mais estreitos entre os países do Continente e expressa, uma vez mais, a forma positiva com que se vai afirmando, em todos os terrenos, a verdadeira comunidade latino-americana.

Procede Vossa Excelência de um país cujo povo, ao longo de sua História, soube sempre dar provas de sua inteligência, de sua vocação para o trabalho, de sua abnegação. Vencendo inúmeras adversidades, próprias

da nossa História de povos em desenvolvimento, os salvadorenos têm sido incansáveis na luta pelo seu progresso econômico em um quadro de profundas distorções do sistema econômico internacional. Mais recentemente, o esforço pela reconstrução democrática e pelo fortalecimento de suas instituições políticas aproximou o país da reconquista democrática na América Latina, de que também o Brasil vem participando com todo o seu empenho.

Nesse processo, Senhor Presidente, o povo brasileiro sabe reconhecer o papel de Vossa Excelência na condução dos destinos do povo salvadorenho e no desempenho das difíceis tarefas que competem a um Presidente da República e a um político experimentado nos dias de hoje.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência entre nós constitui uma oportunidade para que nossos Governos passem em revista não apenas os temas do relacionamento bilateral, mas principalmente aqueles aspectos que dão à viagem de Vossa Excelência uma importante dimensão regional.

A redemocratização no Continente, a urgente necessidade de retomar o crescimento econômico, as dificuldades que se opõem a esse esforço, a dívida externa, os problemas comerciais e financeiros e as crises políticas são temas que ocupam o primeiro plano nas preocupações da América Latina e acentuam a solidariedade continental.

Devemos ser os protagonistas mais ativos nesses cenários que tanto nos afetam. Desde a independência, quando se iniciou a luta pela consolidação da nossa vida como nações soberanas, a América Latina sempre mostrou uma nítida vocação para a busca de soluções próprias, de fórmulas originais que levem em conta as peculiaridades do nosso processo social e de nossas aspirações.

Contadora e Cartagena são exemplos de iniciativas que levam essa marca da disposição ao diálogo, do repúdio à indiferença entre os povos, da solidariedade responsável, da conciliação.

O Brasil sempre lutou pelo fortalecimento da convivência pacífica entre as nações. A nossa política externa é marcada rigorosamente pelo respeito absoluto a princípios básicos, como os da não-ingerência em assuntos internos de outros países, da autodeterminação dos povos, do primado do Direito, da solução pacífica das controvérsias, da igualdade jurídica dos Estados e da observância dos tratados. São pontos fundamentais da diplomacia brasileira, a guiá-la em sua ação diária, o universalismo, a plena aceitação do pluralismo político e a luta pela justiça e pela equidade nas relações internacionais.

Avesso a todas as formas de hegemonia e contrário às esferas de influência e à política de blocos, o Brasil tem sempre, como objetivo, o diálogo e a conciliação. Não acreditamos nos instrumentos de poder como solução legítima para o encaminhamento eficaz de questões internacionais.

Queremos evitar que as questões latino-americanas sejam agravadas pelas tensões

internacionais decorrentes da confrontação Leste-Oeste; queremos evitar que as crises regionais contaminem o ambiente de conciliação que almejamos e tenham efeitos desagregadores sobre a vida política e institucional de nossos países, num momento em que se afirma a democracia no Continente.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência entre nós representa uma excelente oportunidade para que o Brasil, da forma mais enfática, reafirme sua posição em favor de uma solução negociada e duradoura para a crise que rasga a América Central e lança os povos do istmo centro-americano na desesperança, no sofrimento e no retrocesso econômico e social.

Não podemos ser indiferentes às engrenagens da violência e da intolerância, quando nós mesmos, com os sentimentos mais caros à sociedade brasileira, promovemos internamente a conciliação e enfrentamos unidos os imensos desafios que nos imobilizam.

A crise centro-americana é um testemunho sofrido dos desequilíbrios causados pelo inadequado funcionamento do sistema econômico internacional, pela tentativa de transferir a confrontação ideológica a processos nacionais e pelo persistente atropelo dos princípios cardeais da não-intervenção e do direito dos povos à autodeterminação. O radicalismo, que arma os espíritos e afasta toda possibilidade de conciliação, longe de apresentar soluções viáveis, leva ao estancamento de todo diálogo, à violência que gera mais violência, ao abandono dos urgentes esforços de desenvolvimento em favor de confrontos estéreis que comprometem o futuro dos sofridos povos centro-americanos.

É pois necessário desarmar os espíritos, recriar a compreensão, reconstruir a vontade política de encontrar soluções negociadas, jamais impostas ou sectárias. À intolerân-

cia, opor a paciência; à confrontação, responder com o diálogo. Fora da conciliação, fora do diálogo, ainda que em torno de divergências, só existe o caminho da violência fratricida, da opressão da maioria pelos embates das minorias. O povo deseja paz, trabalho, liberdade, participação, bem-estar, cooperação. É preciso abandonar os obstáculos artificiais e os subterfúgios processuais, e principalmente cessar toda forma de incentivo à violência e ao radicalismo.

Contadora foi o caminho mais legítimo e ético que os povos da América Latina encontraram para contornar as ameaças de uma conflagração cujas proporções ultrapassariam de muito o âmbito da América Central, para afetar profundamente toda a solidariedade e a fraternidade latino-americanas. Os países sentaram-se à mesa de conversações, em torno de elementos mínimos de consenso, capazes de abrir o caminho para a sua ampliação. É preciso perseverar nesse caminho, a todo custo.

Com a criação, em julho de 1985, do Grupo de Apoio, o Brasil, junto a outros três países latino-americanos unidos pelos mesmos ideais, procurou traduzir em uma forma mais concreta de ação e coordenação o respaldo decidido que empresta a essa iniciativa diplomática digna dos melhores momentos da capacidade negociadora da América Latina.

O apoio amplo que a comunidade internacional vem dando a Contadora anima-nos a antecipar a ampliação do seu êxito, até aqui voltado para a construção de um espaço positivo de diálogo e a progressiva e complexa elaboração de normas que dêem contornos práticos à paz e à cooperação na região.

São contudo os próprios povos centro-americanos os protagonistas maiores desse grande esforço diplomático. Os povos têm a consciência e a visão de suas necessidades e de suas aspirações. Sua própria dignidade de povos livres lhes confere essa autoridade que ninguém pode substituir. Com base nelas, sentindo o apoio da comunidade in-

ternacional e de seus vizinhos fraternos, serão sempre capazes de encontrar as melhores soluções para os seus problemas.

É sobre os povos centro-americanos que repercutirão as decisões a que chegue o processo de paz na região; são eles, portanto, os melhores juízes do seu destino, fortalecidos pela consciência de que a retomada do seu crescimento econômico e a estabilidade de suas instituições sociais e políticas dependem da solução positiva dos diferendos.

Todos desejaríamos ver a consolidação da paz e o florescimento das instituições democráticas e pluralistas na América Central. Uma América Central reconciliada e comprometida com os enormes desafios sociais e econômicos próprios de sua condição de região em desenvolvimento é hoje uma aspiração de toda a América Latina; é um desejo sincero de todos e de cada um dos brasileiros em particular.

Os centro-americanos deram em muitas ocasiões contribuições importantes e originais à convivência latino-americana. Recordo, apenas de passagem, a experiência inovadora e fértil em que se constituiu o Mercado Comum Centro-Americano, cujos resultados benéficos para o desenvolvimento da região se fizeram sentir quase que de imediato, possibilitando um surto de industrialização e o aumento do intercâmbio comercial regional.

A América Central encontrará o Brasil sempre aberto e disposto a coadjuvar esforços para que esse seja o caminho por onde se alcançará, com certeza, uma solução para a crise centro-americana, dentro dos princípios de liberdade, paz social, democracia e participação que constituem a promessa do presente e o alicerce da América Latina do futuro.

Senhor Presidente,

O Brasil sente-se unido por laços de proveitosa e franca amizade ao povo salvadorenho.

É com esse espírito, e esperançoso de que os contactos realizados durante essa visita frutifiquem, que convido todos os presentes a comigo brindarem pela prosperidade do povo salvadorenho, pelo êxito da causa da paz e da conciliação na América Central,

comunicado conjunto brasil-el salvador

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, o Presidente da República de El Salvador, José Napoleón Duarte, efetuou visita oficial a Brasília, nos dias 20 e 21 de maio de 1986. Acompanhavam-no sua esposa, D. Inés Durán de Duarte, e comitiva de altos funcionários. O Presidente de El Salvador visitou também os Governadores do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Durante sua permanência em Brasília, o Presidente José Napoleón Duarte foi recebido pelo Congresso Nacional, reunido em sessão solene conjunta, e pelo Supremo Tribunal Federal, reunido em sessão plenária solene.

O Presidente José Sarney e o Presidente José Napoleón Duarte, no contexto do clima de amizade e entendimento que caracteriza as relações entre os dois países, examinaram assuntos de interesses bilateral e regional e trocaram igualmente opiniões sobre a realidade internacional.

Reiteraram, em conseqüência, a estrita adesão de seus países aos princípios internacionalmente consagrados da autodeterminação dos povos, da não-intervenção nos assuntos internos e externos de outros Estados, da exclusão da ameaça ou do uso da força nas relações internacionais, do cum-

pela amizade brasileiro-salvadorenha, pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e da Senhora Duarte e pelo êxito do seu Governo.

Muito obrigado.

Comunicado Conjunto Brasil-El Salvador, divulgado em Brasília em 21 de maio de 1986, ao final da visita do Presidente deste país, José Napoleon Duarte.

primento dos tratados e da solução pacífica das controvérsias.

Reafirmaram sua convicção de que a democracia e a justiça social são elementos fundamentais à plena realização do ser humano e ressaltaram a importância de que se garantam, em todos os Estados, o pleno exercício das liberdades fundamentais e dos direitos humanos.

Ambos Presidentes celebraram os avanços crescentes para a consolidação do processo democrático e de regimes pluralistas no Continente, que reputam essencial para o aprofundamento do diálogo latino-americano, para o fortalecimento da integração e cooperação regionais e para a projeção de uma América Latina mais coesa no contexto internacional.

Os Presidentes do Brasil e de El Salvador manifestaram seu sentimento de que soluções genuinamente latino-americanas são o caminho natural para o equacionamento de conflitos regionais, dentro de um espírito de diálogo franco e de vontade política genuína.

Os dois Presidentes examinaram a atual conjuntura centro-americana e expressaram sua preocupação diante dos desdobramentos do conflito naquela região. Reafirmaram, contudo, sua firme confiança nas ges-

tões de paz conduzidas pelo Grupo de Contadora, cujo processo mediador consideraram o mais abrangente e mais adequado para encontrar a solução diplomática e duradoura que contemple os interesses de todas as partes envolvidas, dentro de uma perspectiva latino-americana.

Reconheceram, igualmente, que o processo mediador de Contadora adquiriu importante dimensão adicional com o respaldo decorrente da constituição do Grupo de Apoio, que contribuiu para dar alicerces político-diplomáticos ainda mais firmes à iniciativa de Contadora.

Ambos Mandatários reiteraram sua convicção de que os cinco países centro-americanos — responsáveis principais pelo encaminhamento pacífico da crise regional — saberão equacionar suas divergências e criar o ambiente propício para a finalização e formalização da Ata de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central, de modo a ensejar a retomada do desenvolvimento e do progresso social dos povos centro-americanos em clima de paz e harmonia. Em consequência, os países com vínculos e interesses na região devem igualmente oferecer garantias adequadas para o cumprimento das disposições da Ata de Contadora.

O Presidente Sarney e o Presidente Duarte indicaram também sua preocupação diante da conjuntura econômica mundial, que afeta adversamente os países em desenvolvimento.

Ao examinarem a questão da dívida externa, os dois Presidentes constataram a crescente conscientização dos dirigentes dos países industrializados e da comunidade financeira internacional quanto à gravidade da situação que o endividamento externo cria para os países latino-americanos. Assinalaram, contudo, que, diante das profundas desigualdades que ainda marcam o sistema econômico internacional e as dificuldades imensas em realizar negociações de cunho político que atendam a reivindica-

ções históricas dos PEDs, ainda é cedo para qualquer atitude otimista. Acreditam que é longo o caminho para um sistema econômico mais justo e que ainda falta muito a percorrer.

Salientaram, por outro lado, que as altas taxas de juros, em índices ainda superiores a seus níveis históricos, a continuada deterioração dos preços dos produtos primários, as transferências líquidas de capital por conta do serviço da dívida, a interrupção dos fluxos de financiamento, a intensificação do protecionismo nos países industrializados e o incremento de subsídios a exportações de produtos concorrentes repercutem negativamente sobre as economias latino-americanas, com conseqüências adversas para o progresso político-social da região. O Presidente Sarney reiterou o firme apoio de seu Governo às teses defendidas pelo Consenso de Cartagena e às posições enunciadas na Declaração de Montevideu aprovada em dezembro de 1985.

Ambos os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus países com o Acordo Internacional do Café, que constitui o instrumento mais apropriado para buscar soluções para os problemas que ocasionalmente afetam o mercado mundial do produto, tal como agora se verifica em razão da quebra de safra brasileira.

Os dois Presidentes reafirmaram seu empenho em estreitar ainda mais os laços de amizade que unem o Brasil a El Salvador e em aprimorar a cooperação entre os dois países. O Presidente Duarte referiu-se aos importantes resultados obtidos com o Convênio de Intercâmbio Cultural assinado por ambos países em 1965, o qual já permitiu a formação de número expressivo de profissionais salvadorenos em universidades brasileiras. O Presidente Sarney manifestou sua satisfação pela contribuição brasileira à formação dos quadros salvadorenos.

Os dois Presidentes se felicitaram pelos novos instrumentos diplomáticos bilaterais concluídos durante a visita do Primeiro

Mandatário salvadorenho, assinalando que o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, bem como o Termo Aditivo ao Convênio de Intercâmbio Cultural, abrem novas áreas importantes de cooperação entre os dois países.

O Presidente Duarte expressou, em seu nome e no de sua comitiva, seus agradecimen-

tos pelas atenções, cortesias e hospitalidade que recebeu durante a sua permanência no Brasil. O Presidente Sarney agradeceu cordialmente o convite que o Presidente Duarte lhe formulou para que visite oficialmente El Salvador em data a ser oportunamente acordada.

Brasília, D.F., em 21 de maio de 1986*

* Nas páginas 147 a 149, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto de três acordos entre o Brasil e El Salvador.

oscar arias sanchez, presidente-eleito da costa rica, visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de abril de 1986, por ocasião de almoço oferecido ao Presidente-eleito da Costa Rica, Oscar Arias Sanchez.

Senhor Presidente-eleito,

A visita de Vossa Excelência e de sua ilustre comitiva muito nos distingue. Sua presença entre nós constitui uma demonstração a mais do elevado nível a que chegaram as relações entre o Brasil e a Costa Rica.

A distância geográfica não impede que a cooperação entre nossos dois países cresça e se adense. Nossas identidades culturais, nossa convergência de posições em inúmeros tópicos no cenário internacional e nossa tradicional amizade dão suporte natural e espontâneo a nosso relacionamento.

Senhor Presidente,

O Brasil vem acompanhando com invariável atenção os desdobramentos dos conflitos centro-americanos. Sempre advogou uma solução negociada para a crise. Aplaudiu, desde seu início, os meritórios esforços de Contadora; quando necessário fortalecê-los, por meio de renovado suporte político, passou a integrar, solidariamente,

ao lado da Argentina, do Peru e do Uruguai, o Grupo de Apoio.

O empenho diplomático latino-americano tem sido decisivo na preservação das margens indispensáveis de negociação na América Central. O Brasil está convencido do papel essencial de Contadora e acolhe com satisfação o endosso que a comunidade internacional vem conferindo àquele processo. Não deixam de ser reconfortantes iniciativas como a expressa dias atrás na Declaração dos doze membros das Comunidades Europeias, de reconhecimento à relevância das gestões pacificadoras em curso e de exortação a que tenham acolhida positiva as propostas do Comunicado do Panamá, expedido no último dia 7 pelos Chanceleres dos Grupos de Contadora e de Apoio.

O Brasil manterá, perseverante, seu respaldo à busca de uma solução diplomática, negociada, para a crise centro-americana. Em sua visita, Senhor Presidente, vemos também uma valiosa oportunidade para reiterar esse nosso firme propósito.

Senhor Presidente,

São exemplos de profícua colaboração entre nossos países os programas de estudantes-convênios, em cujo contexto a Costa Rica é nosso quinto maior parceiro. Duzentos e vinte estudantes costarriquenhos recebem atualmente formação superior em diferentes universidades brasileiras. Outros técnicos e profissionais aqui também realizam estágios de pós-graduação e especialização, no quadro do acordo cultural vigente entre os dois países. Nossas relações econômicas e comerciais, relativamente modestas, apresentam significativo potencial de expansão. Na atual conjuntura, têm a inibir-las, infelizmente, as pressões econômicas que tanto afetam as nações em desenvolvimento. Estou no entanto persuadido, Senhor Presidente, de que durante sua gestão poderemos avançar em

nossa tradicional cooperação, procurando identificar e pondo a operar, conjuntamente, e em benefício recíproco, novos e eficazes instrumentos de intercâmbio. De parte do Brasil, não faltará a disposição e vontade para tanto.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência tem pela frente mandato no qual poderá exercer, no mais alto nível, seus comprovados talentos de estadista em proveito do país a que serve há tantos anos e com tanto devotamento. Ao formular meus melhores votos de êxito nas elevadas funções que em breve assumirá, convido a todos para que brindemos à felicidade pessoal do Senhor Presidente Oscar Arias Sanchez e à prosperidade de nosso muito amigo e admirado povo costarriquenho.

a reunião dos chanceleres dos países da bacia do prata, na argentina

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, na 16ª Reunião Ordinária e
2ª Extraordinária de Chanceleres dos Países da Bacia do
Prata, em Buenos Aires, em 3 de abril de 1986.

Senhor Presidente,
Senhores Chanceleres,
Senhores Delegados,
Senhores Observadores,

Compareço a este encontro com a determinação de meu Governo de contribuir para o fortalecimento do sistema do Tratado da Bacia do Prata.

Nossas deliberações são de importância singular para o futuro da organização. Haveremos de saber traduzir em diretrizes eficazes o desejo comum de renovação e aprimoramento demonstrado ultimamente em relação aos trabalhos do foro regional.

A experiência do passado, conquanto positiva em muitos sentidos, foi objeto de um frutífero exercício de reflexão. De modo realista e pragmático, examinamos também os novos rumos a serem seguidos daqui por diante. Os resultados dessas avaliações, apreciados nesta oportunidade, abrem perspectivas para uma cooperação revigorada entre as nações platinas.

Senhor Presidente,

Sob a condução hábil e segura de Vossa Excelência, nossas reuniões serão, certamente, coroadas de pleno êxito. Sua destacada trajetória à frente da diplomacia argentina o credencia sobejamente para dirigir nossos debates num momento decisivo do processo iniciado, nesta mesma cidade, duas décadas atrás.

Com grata satisfação, desfrutamos aqui da hospitalidade e dos encantos de Buenos Aires, cenário de elevadas tradições no congregar dos povos latino-americanos.

Em nome da Delegação brasileira, agradeço sinceramente a acolhida tão atenciosa recebida do povo e das autoridades do Governo argentino.

Senhores Chanceleres,

Com o Tratado de Brasília, nossos países ratificaram solenemente sua vontade de conjugar esforços em favor da integração física e do desenvolvimento harmônico da

Bacia do Prata. Criou-se, assim, um valioso arcabouço jurídico em apoio às iniciativas destinadas à concretização de estudos, projetos e obras de caráter nacional, binacional e multinacional. Dentro do espírito e da letra do Tratado, alcançamos um expressivo conjunto de realizações a evidenciarem a capacidade empreendedora de nossos povos e o amplo potencial de colaboração existente na área. Em diversos pontos, as nações da Bacia do Prata já estão ligadas por pontes, estradas, hidrelétricas e sistemas de comunicação, encontrando-se projetadas ou em vias de conclusão outras importantes obras de infra-estrutura e desenvolvimento. A região apresenta índices elevados de produção industrial, agropecuária e de energia renovável, oferecendo, ao mesmo tempo, condições para uma intensa cooperação no campo dos transportes, dos recursos hídricos e outros recursos naturais, da complementação econômica, da educação, da saúde e dos serviços públicos.

Não se deve deixar de considerar, portanto, como altamente favorável o balanço geral da experiência do Tratado. O mesmo talvez não se possa dizer dos mecanismos de cooperação multilateral acionados pelos países-membros sob a égide daquele instrumento.

A atuação do Comitê Intergovernamental Coordenador e dos seus diferentes grupos de trabalho e especialistas tem sido constantemente reavaliada à luz dos resultados obtidos. Aqui mesmo em Buenos Aires, quando da VI Reunião de Ministros, foram tomadas as primeiras medidas tendentes ao aperfeiçoamento do sistema e, em conferências posteriores, novas orientações vieram a ser adotadas com igual propósito.

Em ocasiões mais recentes, prevaleceu o consenso quanto à conveniência de serem definidas prioridades para as ações dos Governos no âmbito da Bacia. O Brasil foi um dos primeiros a defender esta idéia, sobretudo diante do quadro de limitações econômicas reinantes em toda a região. Era

mister identificar, conforme os interesses e necessidades mais urgentes de cada país, os principais temas e áreas de cooperação suscetíveis de resultados profundos e duradouros.

Este foi justamente o propósito da Reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível, celebrada em novembro último na sede do Comitê. Suas conclusões revestem-se de um significado inovador para o funcionamento do sistema platino.

Os novos critérios e métodos de trabalho acordados, sem a necessidade de alterações na estrutura jurídico-institucional, podem imprimir um sentido mais prático e dinâmico às atividades do foro.

O Governo brasileiro estará empenhado em colaborar para o desenvolvimento da nova etapa a iniciar-se a partir das decisões tomadas neste encontro. Posso adiantar, inclusive, a nossa intenção de aperfeiçoar os procedimentos internos relativos à participação dos órgãos técnicos nas iniciativas de relevância para a Bacia do Prata. A ampliação dos contatos e entendimentos entre esses órgãos e seus congêneres dos demais países vizinhos, no quadro dos interesses regionais mais amplos, é capaz de produzir efeitos alentadores, em benefício comum.

Senhores Chanceleres,

Em sua política externa, o Brasil concede atenção especial às relações com todos os países da Bacia do Prata. Estamos, indistintamente, unidos por históricos laços de amizade e cooperação. Temos desenvolvido um esforço permanente para aprofundar esses vínculos e torná-los, sempre, a expressão dos legítimos sentimentos e aspirações de nossos povos.

Vivemos época de grandes transformações e esperanças e estamos conscientes da necessidade de uma efetiva integração de nossos países. A América Latina, como um todo, confrontada com realidades adversas, tem sabido dar respostas criativas e eficien-

tes aos seus desafios. O Brasil, em particular, acaba de iniciar uma tarefa de enorme alcance para o reordenamento de sua economia.

Dificuldades conjunturais jamais esmoreceram a disposição de nossos países de concretizar os objetivos do Tratado da Bacia do Prata. Hoje, quando se nota na região uma convergência crescente de interesses e preocupações, só temos motivo para confiar nos resultados a serem colhidos nesta nova fase do processo de cooperação platina.

Em discurso proferido na reunião ministerial de 20 de fevereiro último, o Presidente José Sarney estabeleceu, entre outras, a seguinte diretriz para minha gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores: "Uma crescente prioridade à América Latina, através não só da participação, mas da integração do Brasil no continente e em todas as iniciativas conjuntas. . ."

Permito-me observar, com satisfação, que

este propósito é compartilhado por todos os países aqui representados. Para reforçar a nossa confiança comum nos destinos desta região, permito-me lembrar palavras do Presidente Raúl Alfonsín, que hoje tanto nos honrou com sua presença neste encontro — eloqüentes palavras pronunciadas pelo Primeiro Mandatário argentino por ocasião da inauguração da Ponte Presidente Tancredo Neves, a mais recente obra de integração física a entrar em funcionamento na Bacia do Prata:

"Tenemos recursos, inteligencia, coraje y una semejante voluntad para hacer de esta rica geografía latinoamericana un ámbito integrado donde proyectar nuestros afanes. Necesitamos tan sólo atrevernos a mirar más allá de nuestro horizonte inmediato y comenzar a imaginar, como lo hicieron en otras latitudes hombres visionarios y animados de un mismo fervor comunitario, caminos concretos para entrelazar nuestros intereses y nuestras potencialidades".

Muito obrigado.

x reunião intergovernamental brasil-urss de cooperação comercial, econômica, científica e tecnológica

Discurso do Secretário Geral das Relações Exteriores,
Paulo Tarso Flecha de Lima, no Palácio do Itamaraty, em
Brasília, em 15 de abril de 1986, por ocasião da abertura da
X Reunião Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação
Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica.

Senhor Vice-ministro,

Tenho a grande satisfação de dar as boas-vindas a Vossa Excelência e aos delegados soviéticos à X Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica e dizer o quanto me sinto honrado em chefiar a delegação brasileira a esta reunião.

A prática do universalismo nas relações internacionais é uma postura tradicional da política externa brasileira. Não praticamos uma política de alianças globais e não limitamos o número de nossos parceiros pelo estabelecimento de relacionamentos privilegiados e excludentes. Nesse sentido, cabe registrar a assinatura do memorandum de entendimento, entre o ex-chanceler Setúbal e o ministro Chevardnadze, em dezembro último, em Moscou, que passou a fornecer uma moldura institucional abrangente para o aperfeiçoamento do diálogo político entre os dois governos sobre questões mundiais de interesse mútuo.

Na mesma ocasião, foi renovado por um período adicional de três anos, com o Ministério do Comércio Exterior de seu País, acordo sobre o fornecimento de máquinas e equipamentos soviéticos ao Brasil e mercadorias brasileiras à União Soviética e assinado, com o Comitê Estatal de Relações Econômicas com o Exterior, o acordo de cooperação econômica e técnica. Trata-se de dois importantes instrumentos jurídicos para a promoção das relações comerciais e econômicas entre nossos países, cujos potenciais, infelizmente, não têm sido plenamente utilizados, haja vista o declínio que o intercâmbio comercial vem registrando desde 1984.

Senhor Vice-Ministro,

Além disso, ao longo dos últimos meses, o Governo brasileiro tem dado inequívocas mostras de que deseja colocar as relações com a União Soviética em patamar mais elevado, com base no princípio da reciprocidade. Mencionaria, a propósito, a agilização da concessão de vistos a cidadãos soviéticos, a autorização de pousos técnicos

para a empresa aérea soviética Aeroflot e a autorização para a elevação do escritório comercial da União Soviética no Rio de Janeiro à condição de Consulado-Geral.

A busca de novos caminhos para elevar significativamente os valores de nosso intercâmbio constitui importante desafio que saberemos enfrentar. Precisamos colocar nosso comércio em patamar quantitativo e qualitativo condizente com as capacidades de nossas economias, que se incluem entre as dez mais importantes do mundo. Não obstante, enquanto continuarmos a concentrar o comércio em produtos básicos, será difícil a reversão desse quadro. Mencionaria como exemplos do esforço brasileiro no sentido de dar um salto qualitativo na pauta de nosso intercâmbio comercial, a mostra individual brasileira em Moscou, em 1985, na qual foram apresentados produtos com alto valor tecnológico agregado, nossa participação na Feira Internacional de Telecomunicações de Moscou, em maio próximo, e a nova Mostra Individual Brasileira em Moscou, que está sendo preparada para o próximo mês de setembro.

As dificuldades cambiais por que passamos a partir da primeira "crise do petróleo", exigiram grandes esforços no processo de ampliação de nossa capacidade industrial, sobretudo na área de equipamentos e bens de capital, que constituíram, tradicionalmente, os principais itens da pauta de exportações soviéticas para o Brasil. Essa contação de nossas importações de equipamentos viu-se agravada com a revisão dos investimentos das empresas estatais brasileiras.

Esses óbices não devem representar, entretanto, desestímulo ao aprimoramento do intercâmbio econômico e comercial entre nossos países. Mais do que nunca, necessitamos estudar esquemas imaginosos que nos permitam maximizar as possibilidades de cooperação nas mais diversas áreas e formas, tanto no Brasil e na União Soviética, quanto em terceiros países.

A associação de empresas brasileiras com empresa soviética na construção da usina hidrelétrica de Capanda, em Angola; os projetos de construção de usinas de ferro-gusa e ferro manganês; as negociações com vistas à formação de uma empresa mista brasileiro-soviética para a comercialização de gêneros alimentícios, representam exemplos concretos de que são várias as formas e as áreas em que é possível esta cooperação.

Senhor Vice-Ministro,

À Comissão Intergovernamental, que ora realiza sua décima reunião, cabe traçar as grandes linhas dos projetos de cooperação econômica e do comércio. Lembro entretanto que, em uma economia de mercado como a brasileira, o setor privado desempenha um papel fundamental e dinâmico e o Estado brasileiro não pode a ele se substituir.

Registro com satisfação a criação, no âmbito desta Comissão Intergovernamental, do Grupo de Trabalho na área da siderurgia, definida por ocasião da visita ao Brasil, em maio de 1985, do vice-ministro da siderurgia da URSS, senhor Segueiev. A cooperação na área siderúrgica se mostra das mais promissoras e proximamente delegação brasileira estará visitando a URSS para novos contatos com autoridades soviéticas do setor.

Igualmente produtivo será o contato entre autoridades brasileiras e soviéticas da área de patentes com vistas à criação de um mecanismo de consultas ou mesmo de um Grupo de Trabalho entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e o Comitê Estatal de Patentes e Inventos da União Soviética.

A Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica, que se reúne pela terceira vez no âmbito desta comissão, é outro exemplo de cooperação bem sucedida entre brasileiros e soviéticos. O acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-URSS, de 1981, vem atingindo seus objeti-

vos e, durante a presente reunião, serão definidos os setores para os quais será direcionado o intercâmbio de cientistas dos dois países nos próximos dois anos.

A recente assinatura de protocolo de intenções entre os governos do Estado do Paraná e da URSS com vistas à construção de usina hidrelétrica de Segredo, as assinaturas previstas para a presente comissão mista, de protocolos de intenção entre o Governo da URSS e o Estado de Minas Gerais e o Ministério da Irrigação com vistas, respectivamente, à exploração da turfa e à participação soviética no Programa Nacional de Irrigação, além da assinatura de novo ajuste ao acordo de Comércio e Pagamentos Brasil-URSS de 1963, com novas listas de mercadorias, são evidências inequívocas de que o Governo brasileiro deseja colocar as relações com a URSS em patamar mais elevado.

São esses os fatores que, aliados ao clima de

boa-vontade e respeito mútuo que permanentemente vigora no relacionamento entre nossos dois países, fortalecem a esperança da parte brasileira nos resultados desta reunião.

Todos confiamos em que a X Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica atinja plenamente seus objetivos e em que, além de prosseguirmos com os projetos iniciados em oportunidades anteriores, possamos desenvolver um debate com propostas criativas de realização futura.

Aceite, senhor Vice-Ministro, minhas sinceras boas-vindas a Vossa Excelência e à delegação soviética e meus votos para que alcancemos o mais pleno êxito nesta nossa missão.

Muito obrigado.

abreu sodré visita a arábia saudita

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, em Riade, em 26 de abril de 1986,
por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo
Príncipe Saud Al Faisal.

Não poderia deixar de expressar, já ao início desta minha saudação, meu agradecimento pela generosa acolhida com que Vossa Alteza e seu Governo distinguiram meus companheiros de delegação e a mim próprio. Tinha conhecimento da tradicional hospitalidade deste país, mas experimentá-la pessoalmente causou-me impressão profunda, que permanecerá, indelével, em minha lembrança.

É esta a primeira visita oficial que faço desde que assumi as funções de Ministro das Relações Exteriores. Que essa visita seja à Arábia Saudita e para mim motivo de particular satisfação. Minha presença aqui dá cumprimento a diretrizes estabelecidas pelo Presidente José Sarney e assinala a importância invariável que o Brasil atribui à suas relações com a nação saudita. A Riade também convoquei os embaixadores brasileiros acreditados junto aos países desta área, para repassar temas relevantes de nossa pauta diplomática e considerar os meios de intensificar nosso intercâmbio. Essa reunião também é significativa de nossa atenção prioritária aos laços que nos une ao mundo árabe.

Impressionaram-me esta manhã, as referências de Vossa Alteza à dedicação dos povos árabes à causa da justiça. O povo brasileiro compartilha dessa dedicação. Não será por outra razão que nossos pontos de vista coincidem quanto a princípios básicos em que devem fundamentar-se as relações internacionais — a autodeterminação, a não-ingerência em assuntos internos de outros países e a busca de soluções negociadas e pacíficas para as divergências entre as nações.

Vossa Alteza referiu-se ao sofrimento do povo palestino. Meu Governo tem manifestado sua convicção de que somente uma solução justa, global e duradoura poderá restaurar a paz e a segurança no Oriente Médio, assegurando a todos os seus povos e nações o direito de viverem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Temos afirmado que a solução do problema dos palestinos implica o reconhecimento de seus direitos à autodeterminação e à independência, em Estado próprio. Consideramos igualmente necessário que se cumpram as resoluções pertinentes das Nações Unidas

para evacuação dos territórios árabes ocupados.

Também a nós preocupa intensamente o conflito entre o Irã e o Iraque. Lamentamos as perdas causadas pela guerra e temos reafirmado nosso apoio às iniciativas conducentes ao término do conflito e ao estabelecimento de uma paz honrada entre os dois países. No discurso com o qual abriu a Quadragésima Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro último, o Presidente José Sarney declarou: "Ligado ao Irã e ao Iraque os laços de amizade e cooperação crescente, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada". Com respeito ao Afeganistão, também mencionado por Vossa Alteza, o Presidente de meu país definiu claramente a posição brasileira, ao dizer, ainda perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, que não haverá fim para violência enquanto persistir ali a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos do povo afegão à livre manifestação de sua vontade.

Inspirado nas mesmas preocupações de justiça e de paz, o Brasil não tem silenciado seu protesto diante da odiosa discriminação racial praticada pelo regime do "apartheid" na África do Sul, nem sua oposição à ilegítima permanência daquele país na Namíbia. Tem o Brasil, por outro lado, emprestado seu melhor apoio aos esforços do Grupo de Contadora com vistas a que chegue a desfecho negociado e pacífico a grave crise que afeta a América Central.

Outras formas de injustiça e discriminação que afetam o Brasil são as que inibem, na presente ordem econômica internacional, o acesso dos países em desenvolvimento a patamares mais elevados e justos de progresso e bem-estar. A interdependência econômica é uma realidade inescapável de nossos dias.

Ao invés, no entanto, de proporcionar o crescimento harmônico das nações, vem acentuando suas diferenças. O desequilíbrio dos fluxos financeiros internacionais e o protecionismo dos países industrializados constituem obstáculos formidáveis à solução do problema do endividamento externo, que hoje aflige parte considerável dos países do Terceiro Mundo.

Alteza, as coincidências entre o Brasil e Arábia Saudita são muitas. As reuniões que mantivemos hoje mostraram que coincidimos também em que nossas relações bilaterais, se já alcançaram níveis excelentes, podem ser ainda aperfeiçoadas, em proveito recíproco de nossos povos. De nossa parte, pomos empenho em incrementá-las e diversificá-las. A Arábia Saudita é um supridor proeminente de petróleo ao Brasil. É nosso propósito preservar esse vínculo valioso no intercâmbio de nossos países.

Não poderia deixar de referir, aqui, como também o fez Vossa Alteza, a presença em meu país de numerosa comunidade árabe. Como ex-governador do Estado de São Paulo em que a maior parte dessa comunidade vive, posso dar o melhor testemunho da importante contribuição que os imigrantes árabes e seus descendentes têm dado ao Brasil, justificando plenamente a fraterna acolhida que nosso País, sem hesitação, sempre lhes reservou. Essa operosa comunidade faz hoje parte do Brasil, sem com isso perder os traços que identificam suas origens árabes e enriquecem sobre modo nossa cultura nacional.

Alteza,

Ao regressar ao meu país levarei a certeza de que a cooperação entre o Brasil e Arábia Saudita é permanente e próspera e deve continuar a ser, para nós inequivocamente prioritária.

a reunião ministerial do comitê negociador do sistema global de preferências comerciais

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de maio de 1986, por ocasião da fase técnica da Reunião Ministerial do Comitê Negociador do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC).

Senhores Chefes de Delegação,
Senhores Delegados,
Senhoras e Senhores,

Como Ministro das Relações Exteriores do Brasil e como cidadão de um país em desenvolvimento, é com orgulho e profunda satisfação que abro agora os trabalhos da fase técnica da Reunião Ministerial do Comitê Negociador do Sistema Global de Preferências Comerciais. Estou convencido de que damos hoje em Brasília um passo decisivo na longa e difícil jornada em busca de uma participação justa para o Terceiro Mundo no cenário da economia mundial. Em verdade, nessa jornada a criação de um sistema de preferências comerciais constitui marco histórico para a cooperação entre nossos países.

Ao pensar nas lutas que empreendemos até hoje para assegurar aos países em desenvolvimento um tratamento digno no comércio entre as nações, não poderíamos deixar de nos referir ao desaparecimento de Raúl Prebisch, grande argentino e personalidade

latino-americana, Primeiro Secretário Executivo e criador da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) e o primeiro Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Prebisch marcou profundamente sua presença nas lutas dos países em desenvolvimento por uma ordem econômica internacional mais justa. Mais que isso, de semente brotou uma nova maneira de entendermos o mundo em desenvolvimento e sua inserção numa economia internacional. Defensor da integração entre os países em desenvolvimento, não seria exagero afirmar que na matriz do SGPC estão as concepções de Prebisch.

Senhores Delegados,

A situação econômica internacional ainda apresenta um quadro de crise. Hoje parece claro que um impacto negativo tão forte apenas foi sentido durante a crise econômica de 1929.

Malgrado os índices crescentes de desempenho econômico nas principais nações industrializadas, agravam-se políticas protecionistas que desrespeitam os princípios do sistema internacional de comércio e penalizam os países em desenvolvimento nos setores em que estes demonstram competitividade.

As dificuldades da comunidade internacional em enfrentar problemas estruturais têm redundado em uma diminuição de oportunidades comerciais para países em desenvolvimento nos mercados dos países desenvolvidos, com impacto particularmente constrangedor sobre os países que necessitam gerar excedentes para o serviço de sua dívida. Os ajustes de balanço de pagamentos se realizam assim principalmente à base de contração de importações, enquanto o saldo comercial é comprometido com o pagamento dos juros da dívida sem que se obtenha novas entradas de capital, o que transforma os países em desenvolvimento devedores em exportadores líquidos de recursos.

Aliam-se, portanto, às dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento no plano comercial, dificuldades no plano financeiro que exigem esforços individuais e coletivos para que logremos com nossos próprios recursos enfrentar com êxito a instabilidade e as assimetrias que caracterizam a atual conjuntura internacional.

São dificuldades específicas enfrentadas pelos países em desenvolvimento no presente contexto não só a ameaça representada pelo bilateralismo, a setorialização comercial e a discriminação que sofrem em áreas vitais como têxteis e vestuário, como a queda nos preços de produtos de base de importância primordial para as economias de nossos países. Tal situação exige a formulação de propostas capazes de reverter em favor de nossos povos um cenário que nos é estruturalmente desfavorável.

Apesar da gravidade do quadro econômico internacional, o Norte tem-se recusado a reativar as iniciativas do Diálogo Norte-

Sul. Em todos os foros internacionais é possível identificar instâncias de bloqueio de iniciativas ligadas ao diálogo que não avançam pela inflexibilidade dos países industrializados.

Assim, não podemos deixar de ter em mente que estamos manifestando, de maneira inequívoca, nossa capacidade de ação e de cooperação no âmbito das relações Sul-Sul em um momento de imobilismo nas relações internacionais.

A crise do Diálogo Norte-Sul, contudo, não é manifestação isolada. Trata-se, apenas, de um dos quadrantes da crise do multilateralismo que é fruto do desgaste das instituições internacionais motivado pelo bloqueio do Norte às organizações e aos temas que poderiam contribuir para o estabelecimento da justiça e da equidade nas relações econômicas internacionais.

No plano comercial, a crise do multilateralismo se expressa de maneira patente no desrespeito às regras do GATT pelos países industrializados, na resistência de tais países em aceitar compromissos firmes de fortalecimento do sistema multilateral de comércio e de luta contra o protecionismo e na tentativa de levar-nos a aceitar transformar o GATT, por sua extensão a novas áreas, como serviços, investimentos e propriedade intelectual, no suporte de nova divisão internacional do trabalho injusta e excludente.

A cooperação Sul-Sul assume uma dimensão ainda mais importante com a crise nas conversações Norte-Sul. Nesse sentido, deve-se destacar a relevância do Plano de Ação de Caracas como marco de tal cooperação, e dentro do Plano de Ação, o SGPC constitui, sem dúvida, uma das vigas mestras de nossos esforços de auto-ajuda e de segurança econômica coletiva.

O estabelecimento de um sistema global de preferências comerciais representa um passo construtivo e importante que, além de produzir efeitos positivos nas balanças co-

merciais dos países em desenvolvimento, terá por certo impacto na atividade econômica doméstica dos países participantes. Os benefícios do SGPC não se limitarão, ademais, aos meros participantes no sistema, na medida em que o dinamismo comercial por ele gerado há de comportar uma vertente benéfica às relações econômicas internacionais como um todo.

Continuaremos a atribuir toda a importância ao nosso relacionamento com os países desenvolvidos, o qual só poderá lucrar com o surgimento de uma interdependência em bases justas, eqüitativas e igualitárias entre as economias do Terceiro Mundo.

A fim de que os ganhos projetados se concretizem, entretanto, será necessário que o sistema de preferências que tencionamos estabelecer seja verdadeiramente global sob dois importantes aspectos: a) em primeiro lugar, uma base a mais ampla possível de produtos que devem ser incluídos nas negociações para que as preferências se estendam a todos os principais grupos de produtores; b) em segundo lugar, uma participação representativa e numerosa de países em desenvolvimento membros do Grupo dos 77, provenientes de todas as regiões do globo. O desafio que se nos apresenta nesse contexto é o de levar a novas fronteiras os exemplos existentes de cooperação regional entre países em desenvolvimento, que permanecem válidos e essenciais para nossos esforços de desenvolvimento, rompendo em escala mundial os padrões de relacionamento comercial herdados de nosso passado.

A fim de vencermos este desafio devemos nos dedicar com afinco e sentido de urgência à finalização dos preparativos para o lançamento da primeira rodada de negociações para troca de concessões comerciais.

A praxe de encontros a nível ministerial, iniciada há um ano em Nova Delhi, haverá de propiciar renovadas oportunidades para a tomada de decisões concretas para a promoção de uma cooperação mutuamente be-

néfica. Não podemos nos furtar a tirar o máximo proveito de nosso presente encontro para impulsionar a consecução de objetivos comuns, e resguardar dessa maneira a credibilidade do exercício em que nos empenhamos. Saliento, nesse particular, a importância do lançamento da primeira rodada de negociações como demonstração da capacidade dos países em desenvolvimento em encontrar soluções para os sérios problemas sociais e econômicos com que defrontam.

Os esforços conjuntos empreendidos ao longo do processo de negociação do Sistema Global de Preferências Comerciais possibilitaram que passássemos do discurso à ação, através de um exercício soberano e criativo em que a vontade de agir transcende visões teóricas alheias à realidade.

Exemplo desses esforços é o admirável trabalho realizado, a partir do impulso político dado pela histórica reunião ministerial de Nova Delhi, pelo Comitê Negociador em Genebra, o qual nos permite encarar com fundado otimismo o curso dos trabalhos nesta reunião de Brasília.

Esses trabalhos preparatórios, que denotam espírito real de compromisso e vontade de conjugar esforços, características distintivas da cooperação Sul-Sul, sentaram bases sólidas para o lançamento das negociações. Tenho confiança que daqui de Brasília poderemos aprovar os instrumentos que nos permitirão passar à mesa de negociações em setembro. Espero que, sob a égide desta cidade, em si um exemplo de vontade política e visão do futuro, seja plasmada uma Declaração que nos abra o caminho para efetiva implementação do Sistema Global de Preferências Comerciais.

Senhores Delegados,

Não são pequenas as dificuldades com que se defrontam nossos países. Não são menores, contudo, a força e a coragem de nossos povos para superar os problemas que nos afligem. Temos aqui condições de dar um

passo decisivo para a expansão do comércio entre nossos países, em bases igualitárias, contribuindo para reverter a dependência dos grandes centros e construir novos laços entre nossos povos.

A reunião de Brasília dá provas de que sabemos o que queremos, que não nos limitamos a visões críticas, que temos capacidade para encontrar soluções de interesse comum.

IX reunião da comissão mista brasil-romênia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 22 de maio de 1986, por ocasião da solenidade de assinatura da Ata Final da IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, que contou com a presença do Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica Internacional da Romênia, Vasile Pungan.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica Internacional da República Socialista da Romênia, Doutor Vasile Pungan.

Ao firmar a Ata dos trabalhos realizados durante a IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, não posso deixar de expressar minha satisfação ante os resultados obtidos. Com efeito, acredito poder afirmar, sem exagero, que após dois dias de negociações nossas respectivas delegações obtiveram notável êxito no sentido de dar ainda maior substância ao nosso relacionamento.

No plano político, as diferenças do regime adotado pelos nossos países não impedem que o diálogo se desenvolva num clima de cordialidade e entendimento. A observância do universalismo nas relações internacionais — uma postura tradicional da política externa brasileira; que adquire maior nitidez com a Nova República — é também

professada pela Romênia. O universalismo nos leva a manter contatos com Governos de diversas orientações, sem relacionamentos privilegiados ou excludentes, rejeitando a política de alianças globais e a visão simplista que divide o mundo em esferas de influência.

Em nossas relações bilaterais, o Governo brasileiro não se tem mantido indiferente aos gestos de amizade que nos chegam de Bucareste. Evidência desse fato é a circunstância, inclusive, de que a presente Reunião da Comissão Mista se processa a nível ministerial.

Ponto alto do nosso relacionamento foi, sem dúvida, a visita com que honrou o Brasil, em junho de 1975, sua Excelência o Presidente Nicolae Ceausescu. Mais recentemente, em agosto de 1985, visitou-nos o Senhor Nicolae Andrei, Vice-Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica Internacional, ocasião em que foram

examinados assuntos ligados ao intercâmbio bilateral, os quais culminaram com a assinatura de um novo Protocolo para as exportações de minério de ferro brasileiro para a Romênia. Em janeiro último, o Senhor Petru Enache, Vice-Presidente do Conselho de Estado da Romênia, veio ao Brasil na qualidade de portador de mensagem pessoal do Presidente Nicolae Ceausescu ao Presidente José Sarney. O Senhor Enache já havia vindo anteriormente a nosso país como Chefe da Delegação romena às cerimônias da posse presidencial, em março de 1985. Tendo estado no Brasil em dois momentos distintos de nossa história recente, estou certo de que pode testemunhar a permanência de nossa disposição para o entendimento e a cooperação e a maneira franca e aberta com que o Brasil se relaciona com seus diferentes parceiros.

Vossa Excelência também vem ao Brasil como portador de mensagem pessoal do Presidente Ceausescu e traz em sua bagagem a edição romena do livro "Norte das Águas", de autoria do Presidente José Sarney. Isso em muito nos sensibiliza, Senhor Ministro, e reforça os laços de amizade e as raízes culturais que nos aproximam.

No plano do relacionamento econômico-comercial, a Reunião da Comissão Mista, que ora se encerra, tratou de temas relevantes do intercâmbio, da cooperação econômica e técnico-científica bilaterais.

Com efeito, durante os trabalhos da IX Comissão Mista, nossas Delegações intercambiaram informações sobre a economia de nossos países, com vistas a facilitar o acesso aos respectivos mercados e, dessa forma, aumentar as perspectivas para o comércio bilateral. Além disso, foi feita uma análise

da evolução do intercâmbio desde a VIII Reunião da Comissão Mista, e foi constatado que, apesar dos esforços desenvolvidos por ambas as Partes, o comércio bilateral ainda está aquém das potencialidades reais das economias de nossos países. A Comissão levou a efeito estudo aprofundado, a fim de definir medidas tendentes a aumentar e diversificar o intercâmbio, e procedeu a uma análise de novas formas de cooperação econômica e técnico-científica. Nesse contexto, destaco possibilidades de negócios concretos com a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce e outras, bem como o interesse manifestado pelos Ministérios da Saúde, Irrigação e da Agricultura em desenvolver projetos em cooperação com a Romênia. A iniciativa privada, por seu turno, também mostrou interesse em utilizar a experiência romena em determinados setores — indústria químico-farmacêutica e de equipamentos, por exemplo — a fim de implantar projetos industriais. Considero esses resultados animadores e na medida do interesse brasileiro em incrementar o intercâmbio com a Romênia nas mais diversas áreas. O projeto romeno de "Acordo a longo prazo sobre o desenvolvimento do intercâmbio comercial e da cooperação econômica bilateral" demonstra o desejo de estruturar as relações econômicas entre nossos países em bases estáveis e com projeção positiva no futuro. Essa proposta será cuidadosamente examinada pelos setores competentes do Governo brasileiro.

Senhor Ministro,

Creio que podemos encerrar a IX Reunião da Comissão Mista com a grata certeza de que alcançamos novos patamares no relacionamento bilateral. Permita-me, Senhor Ministro, congratular-me com Vossa Excelência por esse feliz resultado.

a reunião de coordenação de alto nível do sistema econômico latino-americano

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 26 de maio de 1986, por ocasião da abertura da Reunião
de Coordenação de Alto Nível do Sistema Econômico
Latino-americano (SELA).

Excelentíssimo Senhor Secretário Perma-
nente do SELA,
Embaixador Sebastian Allegrett,

Senhores Delegados,

É com grande satisfação que me dirijo a esta Reunião de Coordenação de Alto Nível do Sistema Econômico Latino-Americano para dar-lhes as boas vindas ao meu país e ao Itamaraty. A presença dos Senhores e do Secretário Permanente do SELA, Embaixador Sebastian Allegrett, em Brasília, é para nós de particular importância: possibilita ao Governo brasileiro expressar sua firme decisão de fortalecer cada vez mais os laços que unem o Brasil ao SELA. Permite-nos também realçar a prioridade que atribuímos à América Latina e ao Caribe em nossas relações externas.

Há poucos dias, tive a oportunidade de abrir neste mesmo recinto os trabalhos da fase técnica da Reunião Ministerial de lançamento da Primeira rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais. Permitam-me observar que a reali-

zação em Brasília de encontros como o que nos une hoje sob a égide do SELA, bem como a Reunião do SGPC, não são frutos do acaso: revelam a convicção do Governo brasileiro de que a cooperação Sul-Sul, o fortalecimento das relações econômico-comerciais entre os países em desenvolvimento, constituem uma responsabilidade imposterável de nossa parte. Somente através dessa cooperação poderemos assegurar uma participação mais justa e equitativa para nossos povos no cenário econômico mundial.

Os resultados da Reunião do SGPC foram alentadores. Creio que obtivemos naquele encontro um dos mais expressivos compromissos políticos assumidos pelos países em desenvolvimento. Provamos que não nos limitamos apenas a uma visão crítica das relações internacionais: ao contrário, mostramos que somos capazes de iniciativas concretas, que podemos forjar os instrumentos necessários para o progresso solidário dos países do Terceiro Mundo.

O Sistema Econômico Latino-Americano é

um desses instrumentos. Os países da América Latina e do Caribe podem-se regozijar por já disporem de um mecanismo como o SELA. Através dele temos condições de desenvolver um trabalho de consulta, coordenação, cooperação e integração entre nós, sem o qual estaríamos cada vez mais impotentes e isolados diante das grandes dificuldades geradas por um ordenamento da economia internacional, que em grande parte nos escapa.

Não necessito estender-me sobre a importância do SELA para a articulação dos interesses genuinamente latino-americanos e caribenhos nos temas em discussão nos principais foros multilaterais. O Sistema nós tem permitido, ao mesmo tempo, um melhor conhecimento de nossas realidades e, de sua projeção além dos limites regionais.

Se a importância do SELA já é por nós conhecida, creio contudo necessário ressaltar o valor que o Sistema poderá ter para nossos países na hora presente. Como sabem os Senhores, vivemos momentos decisivos, em que está em jogo a nossa inserção presente e futura na economia mundial. Uma das principais questões em debate diz respeito ao tema serviços. As implicações desse tema vêm justificando seu estudo e análise em diferentes foros. O SELA não poderia ficar, como não tem ficado, ausente desses debates.

A Reunião que agora tenho o privilégio de abrir, se insere na seqüência daquelas já convocadas pelo Sistema para o exame conjunto desse assunto. Nessa seqüência, foi de especial relevo a reunião de Coordenação Latino-Americana em matéria de serviços celebrada na sede do Organismo, em Caracas, em agosto de 1984.

Por seu valor estratégico, a capacitação plena no setor de serviços é considerada pelo Brasil uma meta prioritária, não só no plano da economia nacional, mas da própria região latino-americana e caribenha.

O setor terciário da economia brasileira responde hoje por cerca de 54% do produto interno bruto do país e sua tendência é elevar-se ainda mais. Preservar a possibilidade de crescimento em bases autônomas do setor de serviços é uma diretriz política já estabelecida por meu país. Essa diretriz corresponde, de fato, a um consenso nacional.

Como se sabe, a discussão sobre o tema serviços tem como pano de fundo um processo em curso que diz respeito à própria evolução da economia mundial e do relacionamento econômico internacional. Esse processo se fundamenta, de um lado, na ultrapassagem de uma nova fronteira tecnológica e, de outro, na internacionalização e transnacionalização do setor de serviços. O impacto produzido em nossas vidas cotidianas pela informatização das sociedades já é bem conhecido. Porém, mais do que um simples fenômeno de modernização, esse processo tecnológico constitui sobretudo um poderoso motor de transformações profundas no sistema econômico como um todo.

A partir dessas transformações, surgirão novos produtos e novas técnicas às quais compreenderão por sua vez as correntes mais dinâmicas do comércio internacional.

Daí a relevância do tema desse encontro. Pois, se percebemos que estamos no limiar do que se convencionou chamar de sociedade pós-industrial, vemos com preocupação crescerem as barreiras que impedem o acesso dos países em desenvolvimento às novas tecnologias.

Com efeito, no setor de serviços observa-se uma concentração das transações internacionais no âmbito dos países industrializados. Vislumbra-se mesmo um cenário de uma nova divisão internacional do trabalho, que colocaria de um lado a produção de manufaturas tradicionais e de outro os setores de ponta. Esse cenário poderá vir a se materializar, caso aceitemos propostas de liberalização do comércio de serviços, que na realidade são uma liberalização de flu-

xos de capitais e investimentos. Na análise objetiva dessas propostas, não podemos deixar de considerar os possíveis efeitos que as mesmas tragam no sentido de limitar o raio de atuação de políticas nacionais no setor. A esse propósito, gostaria de citar as palavras proferidas pelo Senhor Presidente José Sarney, por ocasião da abertura da Reunião Ministerial do SGPC há pouco realizada em Brasília: "A negociação de instrumentos internacionais para a liberalização dos fluxos de investimento apresenta, igualmente, sérios riscos de criar novas e mais profundas formas de dependência econômica e política e de acentuar a distância que separa as nações".

Caberiam agora alguns comentários sobre a questão de serviços e sua discussão no GATT. O Brasil acredita que o exame desse tema naquele foro extravasa de muito seus aspectos comerciais. O que está em discussão não é um movimento internacional de serviços, mas sim os fluxos de investimentos nessa área.

Nossa objeção à introdução da questão de serviços e dos demais novos temas, como investimentos e propriedade intelectual no GATT decorre de razões de diversa índole:

No plano jurídico, tratam-se de temas fora da competência do Acordo Geral, os quais não poderiam ser introduzidos no quadro jurídico do GATT pela via indireta de sua inclusão numa rodada de negociações sem

grave violência às regras do direito internacional.

No plano político, consideramos que a introdução dos chamados novos temas no GATT reflete os interesses de apenas um grupo de Partes Contratantes que desejam transformar o multilateralismo comercial em instrumento para a consecução de interesses específicos.

No plano econômico, consideramos que a introdução desses novos temas do GATT seria a forma de criar bases jurídicas naquele foro para abertura dos mercados dos países em desenvolvimento, com graves prejuízos para nossas indústrias nascentes.

Meus Senhores,

Estou certo de que este encontro será útil para um melhor conhecimento recíproco de nossas posições sobre os modos de fortalecer os setores de serviços na economia caribenha e latino-americana. Acima das divergências que podem nos separar na consideração da questão de serviços, estou seguro de que temos muitas áreas de coincidência. Nosso objetivo nesta reunião deve ser justamente o de enfatizar nossas posições de convergência. Essa foi sempre a tradição da América Latina e do Caribe, a de afirmar antes de mais nada nossa unidade.

É nesse sentido que formulo aos Senhores meus votos de êxito para o presente encontro.

primeiro vice-primeiro ministro do iraque em Brasília

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 26 de maio de 1986, por ocasião de jantar oferecido ao Primeiro Vice-Primeiro Ministro do Iraque, Taha Yassin Ramadhan.

É com especial satisfação que apresento as boas vindas do Governo brasileiro a Vossa Excelência, Senhor Primeiro Vice-Primeiro Ministro Taha Yassin Ramadhan, e a sua ilustre comitiva. A visita de Vossa Excelência tem, para nós, especial importância, ao reafirmar larga tradição de intensos e reciprocamente frutíferos contactos bilaterais.

O Iraque é objeto de nossa especial admiração por sua longa história e tradição cultural.

Vossa Excelência, governante experiente e atento à evolução das relações de seu país com a comunidade internacional, sabe que, para o Brasil, o relacionamento com o mundo árabe tem particular significação. O Senhor Presidente da República, em suas recomendações ao novo Ministério, em fevereiro último, marcou claramente a alta prioridade que pretende imprimir ao relacionamento com o Oriente Médio. Disse ele, na ocasião, impor-se uma política que não apenas desenvolva os laços de amizade com os países da área mas também contribua para a criação de um estado nacional

palestino — “aspiração desse sofrido e grande povo” — e a evacuação dos territórios ocupados, acatadas as Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Os profundos e diversificados laços que nos unem às nações árabes não são recentes, nem meramente conjunturais. Ao contrário, tiram sua razão de ser da longa e proveitosa experiência do Brasil, ao receber em seu território numeroso contingente do mundo árabe que forma, com seus descendentes, significativa parcela da nossa população. Seu trabalho é fator relevante da nossa prosperidade. Suas tradições culturais enriquecem e diversificam a nacionalidade brasileira.

Senhor Primeiro Vice-Primeiro Ministro,

Além dessa histórica amizade, ligam-nos interesses complementares e posições comuns. Países do mundo em desenvolvimento, somos afetados, de maneira idêntica, pelos graves problemas que constituem o dia-a-dia do relacionamento internacional.

Vemos com preocupação que a interdepen-

dência econômica global, embora amplamente admitida, não tem levado os países industrializados a tomar consciência da gravidade dos desequilíbrios entre o Norte e o Sul. A interrupção de fluxos financeiros para países como o Brasil, desde a crise de setembro de 1982, decisões unilaterais no plano das finanças internacionais e a persistência das tendências protecionistas no plano comercial representam obstáculos formidáveis a nosso desenvolvimento.

Seu país, e o meu, Senhor Primeiro Vice-Primeiro Ministro, trabalham harmoniosamente juntos nos foros internacionais para a solução destas e de outras questões que nos afetam. A unir-nos, está a percepção compartilhada de que a paz mundial, que tanto almejamos, repousa no princípio básico do respeito ao direito dos povos à autodeterminação. No âmago das crises, está a negação do direito que têm os povos de escolher a sua forma de vida, o seu ordenamento jurídico, o seu sistema econômico e os caminhos que querem seguir para atingir a tranquilidade e a prosperidade a que têm legitimamente direito.

Senhor Primeiro Vice-Primeiro Ministro,

No plano bilateral o relacionamento entre nossos países ganhou considerável impulso a partir da intensificação do nosso intercâmbio comercial. Hoje, passados quase quinze anos das primeiras iniciativas oficiais concretas em favor da aproximação entre o Iraque e o Brasil, podemos afirmar, com serenidade e segurança, que a cooperação entre nossos países constitui marco significativo no âmbito do diálogo Sul-Sul.

A construção desse rico patrimônio de relações requereu, muitas vezes, a superação de sérios desafios. Nos idos de 1973, o Governo brasileiro não hesitou em hipotecar seu apoio ao Iraque, por ocasião do embargo aplicado a exportações petrolíferas iraquianas. Naquela ocasião, o Brasil não apenas se manifestou formalmente contra as medidas discriminatórias propostas, mas elevou suas aquisições do produto ao Iraque

— primeiros passos para que viesse a tornar-se, atualmente, o principal importador de petróleo iraquiano.

Posteriormente, quando a empresa Braspetro descobriu as ricas reservas do Campo de Majnoon, o Governo brasileiro, num gesto de boa vontade, atendeu à solicitação do Governo iraquiano no sentido de renegociar-se o contrato de risco original, o que viria a possibilitar a restituição da posse integral das jazidas ao Iraque.

Dentro dessa atmosfera de amizade e compreensão, cresceu, paralelamente, a presença de empresas brasileiras no Iraque, sobretudo daquelas ligadas ao setor de serviços. Essa participação se materializou na execução, já concluída ou ainda em andamento, de importantes projetos de desenvolvimento. Para a realização de alguns desses empreendimentos, chegamos a ter, em certos momentos, 8.000 brasileiros trabalhando em solo iraquiano, em perfeita harmonia com o povo do país amigo.

É de nosso interesse ampliar a presença de empresas brasileiras no mercado iraquiano, na área de prestação de serviços, tomando-se como base, para tal, as negociações já encetadas a nível do Comitê Ad-hoc, assim como no setor de bens tangíveis. Em relação a estes últimos, é nosso propósito, além de reforçar os fluxos de produtos tradicionais na nossa pauta de comércio — tais como os veículos e itens do setor de alimento — estimular as vendas de bens de capital. Estes, além de gozarem de elevada reputação internacional, poderão adaptar-se plenamente aos projetos de engenharia de nossas empresas, o que redundaria em economia de gastos e maior eficiência operacional dos empreendimentos a seu encargo.

Ao tecer, Senhor Primeiro Vice-Primeiro Ministro Ramadhan, essas considerações de natureza comercial, gostaria, no entanto, de deixar clara a percepção brasileira de que o significado maior do nosso relacionamento não se encontra na sua expressão quantitativa, mas, sim, no conhecimento, respeito e

admiração mútuos desenvolvidos por nossos povos. Por este motivo, estamos desde já credenciados para incorporar ao nosso relacionamento bilateral novos e mais dinâmicos padrões de cooperação, consentâneos com a maturidade por nós conquistada ao longo do tempo.

Senhor Primeiro Vice-Primeiro Ministro,

Partilhamos as mesmas visões em relação aos principais temas políticos internacionais e desenvolvemos nossas relações bi-

comunicado conjunto brasil-iraque

Comunicado Conjunto Brasil-Iraque, divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 29 de maio de 1986, ao final da visita do Primeiro Vice-Primeiro Ministro do Iraque, Taha Yassin Ramadhan.

A convite do Governo da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Taha Yassin Ramadhan, membro do Conselho de Comando da Revolução, Primeiro Vice-Primeiro-Ministro da República do Iraque, visitou oficialmente o Brasil de 26 a 29 de maio de 1986. O Primeiro Vice-Primeiro-Ministro da República do Iraque estava acompanhado por Sua Excelência o Senhor Hassan Ali, membro do Conselho de Comando da Revolução, Ministro do Comércio, e por uma delegação de alto nível.

Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, recebeu em audiência Sua Excelência o Senhor Taha Yassin Ramadhan.

Sua Excelência o Senhor Taha Yassin Ramadhan fez visitas de cortesia a Suas Excelências os Senhores General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves, Ministro de Estado do Exército, José Hugo Castelo Branco, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Almirante-de-Esquadra José Ma-

laterais de forma particularmente profícua. Cumpre-nos persistir nesta tarefa. A visita de Vossa Excelência e de sua ilustre comitiva representa um passo fundamental nesse processo.

Ergo minha taça formulando meus melhores votos pela saúde e felicidade pessoal de Sua Excelência o Presidente Saddam Hussein, de Vossa Excelência e de sua comitiva, pela prosperidade do Iraque e pela ampliação da amizade entre o povo brasileiro e o povo iraquiano.

ria do Amaral Oliveira, Ministro de Estado, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e Tenente-Brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha, Ministro de Estado, interino, da Aeronáutica.

Sua Excelência o Senhor Taha Yassin Ramadhan e sua Excelência o Senhor Roberto de Abreu Sodré realizaram duas sessões de trabalho. As conversações abrangeram questões regionais e internacionais de interesse comum, as relações bilaterais e os meios para desenvolvê-las, de maneira consoante com os fortes laços existentes entre os dois países.

As duas partes expressaram satisfação com o clima de grande cordialidade e entendimento que tem caracterizado as relações entre os dois países e com o incremento do intercâmbio bilateral, em todos os campos. Afirmaram sua intenção de reforçar ainda mais suas relações nos setores político, econômico, comercial, cultural, técnico, informação e em outras áreas, para benefício de seus povos, na base de interesses

mútuos, respeito à soberania e não-interferência nos assuntos internos de cada um.

Registraram sua satisfação ante a ampla coincidência de posições compartilhada pelos dois países com relação a inúmeras questões internacionais, assim como sua aspiração a que maior harmonia, justiça e cooperação permeie o relacionamento entre os Estados.

Ao examinarem a situação internacional, expressaram preocupação ante o recrudescimento do clima de confrontação e de focos localizados de tensão, a crescente preferência pelo recurso à força como meio de solução de controvérsias entre Estados e os novos impulsos dados à corrida armamentista, que tendem a agravar os riscos de perturbação da paz mundial. Reafirmaram sua convicção de que somente a manutenção do diálogo e da negociação como vias privilegiadas para a solução dos conflitos internacionais traz contribuição positiva para a paz e a concórdia entre as nações. Da mesma forma, enfatizaram suas expectativas a respeito do papel a ser desempenhado pelo Movimento Não-Alinhado na promoção do respeito aos princípios básicos da cooperação internacional e pela preservação da independência e soberania de todas as nações, e suas aspirações por uma paz permanente, por processos de decisão política independentes e pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

O lado brasileiro tomou conhecimento de informação pormenorizada apresentada pelo hóspede iraquiano sobre a evolução da guerra entre o Irã e o Iraque e, em particular, sobre a insistência do Irã em continuar e ampliar a guerra, e sua rejeição de todas as iniciativas do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do Movimento Não-Alinhado e da Organização da Conferência Islâmica para chegar a um acordo de paz justo e abrangente, de acordo com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional, rejeição esta que constitui grave ameaça à

paz e estabilidade na região e impede o desenvolvimento e bem-estar de seu povo.

O Primeiro Vice-Primeiro-Ministro expressou o desejo e determinação do Iraque de chegar a uma solução ampla, justa, honrosa e sem condições, do conflito entre o Iraque e o Irã, com base na Carta das Nações Unidas e o direito internacional.

O Ministro Roberto de Abreu Sodré reiterou a grande preocupação com que o Brasil acompanha a intensificação do conflito entre o Iraque e o Irã e expressou o firme apoio do Governo brasileiro a todas as iniciativas conducentes ao término das hostilidades, muito especialmente aos esforços desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas. Nesse sentido, o Ministro Roberto de Abreu Sodré externou sua apreciação pela resposta positiva do Iraque aos apelos para a paz e renovou a exortação para que as divergências que separam os dois países sejam resolvidas pela via pacífica e negociada, de acordo com a Carta da Organização das Nações Unidas e o direito internacional.

Ao examinarem a situação no Oriente Médio, expressaram sua preocupação com a persistência das tensões na área e reafirmaram sua convicção de que uma paz justa, global e duradoura só será conseguida com o fim da ocupação de todos os territórios árabes, incluindo Jerusalém, e com o exercício pelo povo palestino de seus inalienáveis direitos, tais como o retorno a sua terra de origem, autodeterminação, independência e soberania na Palestina, conforme estabelecem a Carta e as resoluções relevantes das Nações Unidas. Neste contexto, ambas partes reiteraram o seu reconhecimento da Organização da Libertação da Palestina como o único e legítimo representante do povo palestino.

Ao analisarem a situação na África, exprimiram sua preocupação ante a escalada de violência que se verifica em diversos pontos daquele continente, em particular na África

Austral, e fizeram apelo à comunidade internacional no sentido de se prosseguirem esforços para o encontro de soluções que permitam estabelecer um clima de paz duradoura.

Manifestaram claramente, uma vez mais, a sua condenação ao "apartheid" e às medidas repressivas em vigor na África do Sul, reiterando o seu firme propósito de apoiar todas as medidas adequadas à total erradicação das políticas racistas ali predominantes. Expressaram sua firme condenação às agressões cometidas pela África do Sul contra países vizinhos.

Formularam a esperança de que o processo conducente à independência da Namíbia venha a ser acelerado, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Perante os graves conflitos que afligem a América Central, reafirmaram a convicção de que os mesmos só poderão ser validamente solucionados por via pacífica e negociada, atendendo aos anseios dos povos da região. Nesta perspectiva, atribuem o maior significado aos esforços desenvolvidos e às iniciativas tomadas para tal fim pelo Grupo de Contadora e pelo Grupo de Apoio de Lima.

Reiteraram a importância da cooperação entre os países em desenvolvimento e registraram, com satisfação, que o progresso nas relações entre o Brasil e o Iraque constitui exemplar experiência nesse campo.

No decorrer da estada do Senhor Taha Yassin Ramadhan no Brasil, a Comissão Mista Brasil-Iraque reuniu-se em Sessão Especial sob a presidência do Senhor Hassan Ali, Ministro do Comércio, pelo lado iraquiano, e Senhor Roberto de Abreu Sodré, Ministro das Relações Exteriores, pelo lado brasileiro. Durante o encontro, as duas delegações examinaram as relações entre os dois países nos setores do comércio, cooperação econômica, finanças e temas relativos à cooperação técnica, científica e tecnológica. As duas delegações concordaram sobre

meios para alcançar ainda maior volume e diversificação em suas relações.

Reiteraram a necessidade e viabilidade de cooperação aprofundada entre os países em desenvolvimento. Essa conjugação de esforços ganha especial sentido no momento em que crescem as dificuldades de acesso das exportações dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos. Concordaram que maior entrosamento econômico no sentido Sul-Sul deve abranger não só a área comercial mas também todos os demais campos onde a cooperação se mostre mutuamente benéfica. Reafirmaram os propósitos de envidar esforços para que a criação de um Sistema Geral de Preferências Comerciais, ora em negociação entre os países em desenvolvimento, propicie um maior intercâmbio econômico entre esses países.

Sublinharam que o protecionismo em curso nos países mais desenvolvidos é prática condenável que vem anulando os ingentes esforços dos países em desenvolvimento no sentido de ajustarem suas contas externas às limitações e incertezas do cenário econômico internacional.

Expressaram a convicção de que as dificuldades financeiras com que se defronta grande número de países em desenvolvimento requerem soluções mais abrangentes e permanentes. A propósito, consideram imprescindível um maior envolvimento dos países desenvolvidos na questão da dívida externa, com vistas a soluções que levem em devida conta os interesses recíprocos e os vínculos entre matérias financeiras e comerciais.

As duas Partes manifestaram sua satisfação pela programada realização, em julho de 1986, em Brasília, do "Seminário sobre Relações Políticas, Econômicas e Culturais Latino-Americanas e Árabes". O evento contará com a participação de expressivo

número de personalidades de países das duas regiões e propiciará oportunidade única de conagração. Certamente marcará o início de nova fase nas relações entre a América Latina e o Mundo Árabe.

O Primeiro Vice-Primeiro Ministro da República do Iraque exprimiu seus agradecimentos pela generosa hospitalidade recebida do Governo brasileiro, estendida à sua delegação.

abreu sodré no dia do diplomata: sarney conduz o brasil para seu grande destino

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 27 de maio de 1986, por ocasião da solenidade
comemorativa do Dia do Diplomata que contou com a
presença do Presidente José Sarney.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimos Senhores Embaixadores,
Senhores Diplomatas,
Meus jovens formandos,
Minhas Senhoras, meus Senhores.

A presença de Vossa Excelência nesta cerimônia, Senhor Presidente, muito nos sensibiliza. Também nos incentiva sobremaneira, pois testemunha a atenção que Vossa Excelência dedica à política externa, dentre as múltiplas, complexas e intensas preocupações que lhe impõe o mais alto cargo da República.

Desejo agradecer-lhe, vivamente, Senhor Presidente, sua honrosa presença e aquela generosa atenção, em meu nome e no de todos os que pertencem à Casa de Rio Branco. Em nome dos que o saúdam, hoje, aqui, neste Auditório, e no daqueles que, embora ausentes, no exterior, não deixam de igualmente partilhar esta comemoração, dispersos nas amplas distâncias de nossa ação diplomática mas unidos firmemente no mesmo e incansável esforço de bem servir o

Brasil, solidários sob o lema significativo de seu excelso Patrono, que hoje reverenciamos: **ubique patria memor** – onde quer que eu esteja, a Pátria será lembrada.

Político de formação parlamentar, como Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitei honrado, grato e com entusiasmo seu convite para ocupar a pasta das Relações Exteriores. Estou convencido de que poucas atividades podem ser tão relevantes para um homem público quanto a Chefia da diplomacia de seu país. Nesta função, as qualidades do entendimento, da negociação, da persuasão – atributos imperativos do político – são exigidas ao máximo. O Itamaraty tem sido para mim experiência desafiadora, nova e rica, mas aqui também recorro caminhos familiares de minha vivência política e me sinto em tudo coerente com minha vocação essencial.

Diplomata por escolha e distinção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, nesse relevante ofício posso valer-me de minha opção primeira e cumprí-la sem transigência. Diplomacia é o desempenho da política em

seu sentido mais universal. São outros os cenários, os foros, as dimensões geográficas e humanas, mas nela também estão presentes os mesmos objetivos do bem comum, igual vontade de servir, equivalente disposição ao convívio fértil, proveitoso. Se em seu exercício, porém, a **polis** ganha proporções de planeta, na diplomacia os partidos, os grandes protagonistas da política, assumem a forma de soberanias — soberanias que não podem aspirar a governar ou prevalecer, nem podem admitir reduzirem-se ou se submeterem. O diálogo com equidade é obrigatório entre parceiros que se devem mútuo e idêntico respeito. Ainda que provoque, às vezes, a impaciência dos poderosos, diplomacia implica igualdade jurídica, acima das realidades do poder.

A posição do Brasil é clara e incontestável: pregamos e praticamos o entendimento igual, franco e aberto, repudiamos as atitudes unilaterais, de força e confrontação.

As instituições guardam as marcas de suas origens. A diplomacia brasileira traz, nítida e indelével, a marca de Rio Branco, cunhada no respeito ao direito e na busca perseverante de soluções pacíficas e negociadas, apurada na sensibilidade para o prático e o possível nas relações entre nações soberanas. É uma diplomacia solidamente lastreada no ético e no jurídico e também uma diplomacia de eficácia e consequência. A legitimidade dos princípios que a inspiram e a continuidade histórica de sua observância fazem nossa política externa confiável e respeitada dentro e fora do Brasil. Aos sucessores de Rio Branco cabe ajustar essa preciosa herança a um País que se transforma a cada momento e a uma conjuntura internacional também sempre em mudança.

Já se disse que a melhor tradição desta Casa é a de saber renovar-se. Também já ouvi que, diante das alternativas do poeta, entre o eterno e o moderno, o Itamaraty tem a veleidade de ser eternamente moderno. Pessoalmente, verifico que esta Casa figura entre as raras instituições nas quais se pode di-

zer, com merecido orgulho, que modernizar é manter os padrões do passado, frente a circunstâncias novas.

Esta Casa soube renovar-se — até mesmo antecipar-se — no ajustamento de seus parâmetros de ação política perante o País e o mundo. Em termos de organização interna, contudo, para manter-se atual requer agora passos novos e corajosos. Há que instrumentar adequadamente o exercício da diplomacia. Vossa Excelência, Senhor Presidente, exige com razão um perfil próprio para o Brasil no sistema internacional. Com razão adverte para que o Brasil não quer que sua voz seja tímida, para que o Brasil “deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença”. Não podemos ser tímidos, há que sermos determinados também na habilitação do Itamaraty para a elevada tarefa que lhe incumbe, de difundir com firmeza e fidelidade a voz brasileira no cenário internacional e ali fincar, solidamente, nossa construtiva presença.

A reorganização será ampla, mas prudente, por sucessivas aproximações, atacando a cada momento o de imediato indispensável e viável. Vossa Excelência, sensível a necessidades de atendimento inadiável, houve por bem incontinenti aprovar — e aperfeiçoar — proposta que me permiti submeter-lhe pouco mais de um mês após haver assumido este cargo. A Câmara dos Deputados já deu aprovação à mensagem que Vossa Excelência lhe encaminhou; o Senado Federal deve dar início a seu exame proximamente. A decisão pronta de Vossa Excelência, a presteza e o cuidado da consideração que lhe estão dando Senadores e Deputados, não só nos sensibilizam, a todos da Casa de Rio Branco, como também consolidam nossa certeza de que percorremos a trilha certa.

Porque outros passos são imperativos. Há que refinar estruturas, no Brasil e no exterior; sistematizar e codificar procedimentos, aprimorando regras de organização e operação; avançar ainda mais na já acelerada informatização dos serviços; apurar a

distribuição dos recursos, humanos e materiais, em função de prioridades políticas claramente explicitadas; estabelecer relações inequívocas entre os objetivos a alcançar e os meios para tanto precisamente recomendáveis. “Nenhum movimento desconforme com propósitos”, disse certa vez Fernando Pessoa: até na poesia se pode encontrar receitas sensatas para a boa gerência. Indispensável é resistir à tentação e às facilidades da administração pelo casuísmo: imperativo é ter regras perenes e objetivos firmes.

Mas não apenas razões exclusivas da máquina devem prevalecer. Até para que os propósitos de eficácia sejam atendidos, é imprescindível ter em conta que a função diplomática é intrinsecamente pessoal, consuma-se na gestão direta, no trato humano. E o homem, neste Ministério, está sujeito a tensões únicas, a desgastes severos, itinerante sem ser nômade, alternando funções e lugares, desafiado repetidamente não só para o novo, estimulante, mas também para o inesperado, às vezes desconcertante. São peculiaridades de que os formandos de hoje têm de estar conscientes. Sua carreira comporta diferentes momentos, fases distintas no tempo e no espaço, a experiência de culturas e climas diversos; sua vocação presume aptidão para enfrentar os altos e baixos da variedade funcional e geográfica inescapável no universo expandido da ação diplomática de nosso País. Essencial é que estejam convictos de sua vocação e seguros de que, onde quer que se encontrem, qualquer que seja sua missão, serão lembrados e considerados, artesãos indispensáveis, todos, de uma obra delicada, que se tece sobre vastas distâncias, dia-a-dia, ponto a ponto, e só aparece com seu verdadeiro vulto quando vista com abrangência ou na perspectiva da História. Não gostaria de ouvir novamente queixas como a do Embaixador que lamentava décadas inteiras de exílio no exterior e, ao aposentar-se, o exílio em seu dizer mais triste — o exílio em sua própria terra. O projeto ora em curso no Congresso Nacional já comporta a preocupação de assegurar ao funcionário do Itamaraty

normas de promoção e remoção que lhe permitam administrar a própria carreira e sua vida pessoal de acordo com parâmetros pré-determinados, justos e confiáveis.

A tarefa é ingente. Não ousaria mencioná-la se dependesse apenas de mim seu êxito. Mas estou certo de que muito se poderá concretamente fazer se continuarmos contando com a mesma compreensão e o apoio que vimos até agora recebendo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e dos ilustres membros do Congresso Nacional. Também me leva a ousar o fato de ter a meu lado uma Casa competente e unida, empenhada em seu próprio progresso, porque empenhada no serviço do País. Igualmente me alenta em tão ambiciosos projetos ter como Secretário-Geral desta Casa um profissional com as conhecidas qualidades de nosso Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Meus caros formandos,

Vindo de outra Escola, agora sinto mais próxima a importância do curso que hoje concluem. Minha experiência de poucos meses nesta Casa só me reforça a convicção anterior quanto à extrema valia da formação que o Instituto Rio Branco proporciona. A qualidade profissional dos recursos humanos que aqui tenho encontrado só tem igual em sua intensa e irretocável dedicação. E para isso a contribuição do Rio Branco é certamente decisiva. Estou a par dos estudos para que se aperfeiçoe ainda mais essa instituição exemplar. Merecerão todo apoio as alterações que vierem a ser propostas para que se viabilize a universidade diplomática que o Instituto virtualmente já é, e para que, sem prejuízo da preparação acadêmica indispensável, seu currículo de treinamento seja cada vez mais ajustado à complexa agenda de nossa política externa e às exigências acrescidas de desempenho profissional que o mundo de hoje impõe.

Saúdo aqui os estudantes estrangeiros que têm distinguido o Instituto Rio Branco

com sua participação nos cursos para a carreira de diplomata. É para nós motivo de elevada satisfação podermos, ao acolhê-los, contribuir para o aprimoramento de recursos humanos em áreas certamente de relevo em qualquer de nossos países, bem assim concorrer para a desejável aproximação de nossos povos, por meio da amistosa convivência entre jovens destinados a ocupar posições proeminentes em nossos Governos.

Os formandos de hoje encetam sua atividade diplomática em tempos novos, mas não necessariamente uma atividade diplomática nova. A política externa pode mudar, em função das mudanças do País e do mundo, mas o cerne da diplomacia permanece. A diplomacia não muda, propriamente, em sua essência; mudam, sim, suas modalidades, as formas de seu exercício.

Não diminuíram, em importância e intensidade, as três funções clássicas da diplomacia: representar, informar, negociar. Por mais que os meios de transporte modernos facilitem a locomoção de país para país, o agente diplomático é essencial para a perene representação dos interesses nacionais fora de nossas fronteiras. É ele quem zela pela articulação, a continuidade e a coerência dos contactos externos das diversas áreas de seu Governo, por força esparsos no tempo, no espaço e nos assuntos. Por que os meios modernos de comunicação colhem e transmitem massa imensa de informações, reduz-se o papel de informar do diplomata? Pelo contrário — acho, e a experiência cotidiana comprova. Ao diplomata compete coletar e processar a informação de específico proveito para seu País, que atenda a necessidades nacionais próprias e responda a perguntas pertinentes aos interesses precisos que lhe cabe preservar e promover. Na avalanche informativa do mundo de hoje, que nos afoga sem necessariamente sempre esclarecer, a informação, a interpretação e a avaliação seletivas do diplomata são matéria-prima indispensável de política externa. Negociar continua essencial; o tino e a experiência

do diplomata ressaltam na medida em que as questões internacionais se tornam mais complexas, em que as trocas de toda sorte se tornam mais universais no mundo crescentemente interdependente de nossos dias.

O progresso da tecnologia não reduz o diplomata, nem deve inibi-lo; ela supre o diplomata, habilitando-o a desempenho melhor. Como do punho de renda passamos às abotoaduras e ao simples botão, da pena avançamos para a máquina de escrever e hoje o computador, o editor de textos, a leitora ótica. Mudam as vestimentas e as ferramentas; não muda o diplomata, nem sua importância.

Meus formandos,

Não sei se minhas palavras são de estímulo ou de advertência. Quero-os conscientes da relevância das funções que hoje envergam, mas também preparados para as responsabilidades que assumem. Quero-os também atentos para o que significa ser diplomata do Brasil de hoje.

Senhor Presidente,

Outra coisa é representar, perante o mundo, o Brasil que Vossa Excelência preside. Em um ano Vossa Excelência promoveu enormes progressos neste País. Fortaleceu estruturas políticas, firmou solidamente o império da Lei e da justiça, alargou as liberdades, preparou a Nação para a Constituinte que lhe dará arcabouço institucional definitivo. Com invulgar coragem, reverteu décadas de crise ao determinar profunda e extensa revolução em nossa economia — certamente das mais cruciais e ao mesmo tempo mais aplaudidas em nossa História. Vossa Excelência investe decididamente no resgate da secular dívida social que nosso País tem para consigo próprio, empenhado na redenção econômica, cultural, total de nosso povo. Sem fragor e sem sangue, com trabalho e habilidade, Vossa Excelência conduz o Brasil para seu grande destino — ousou dizer, agora, seu próximo grande destino.

Este é o Brasil, meus formandos, do qual serão diplomatas, cujos interesses vão defender e projetar. A ação diplomática tem de ser coerente, por definição, com o País que a pratica. E, nas palavras do Presidente José Sarney perante as Nações Unidas, “não pregaremos ao mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira”, “nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional”.

É de praxe, Senhor Presidente, o discurso do Dia do Diplomata não tratar propriamente da política externa, mas sim, principalmente, da diplomacia e da condição do diplomata. Não ousaria, de resto, entrar na matéria diante de Vossa Excelência. No memorável pronunciamento de setembro nas Nações Unidas; em suas recomendações ao novo Ministério, a 20 de fevereiro; em seus discursos em diversas oportunidades de nossa agenda de contactos internacionais, Vossa Excelência definiu com felicidade e limpidez a política externa da Nova República. A seu Ministro das Relações

Exteriores cabe executar fielmente aquela política; aos diplomatas assessorar o Ministro naquela exata execução.

Senhor Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores,

Os formandos de hoje merecem minhas mais calorosas felicitações; também seus pais, aqui presentes, familiares e amigos, cuja alegria, patente, faço minha. Minhas felicitações igualmente a seus dedicados professores e, particularmente, ao Diretor do Instituto Rio Branco, meu amigo de longa data, o capaz e devotado Embaixador Lauro Escorel. Felicito os formandos pelo curso que encerram e pela carreira que iniciam. Felicito-os por serem agora diplomatas de um país maior — e que haverá de ser ainda maior, na felicidade e prosperidade de sua gente, em seu grato e sempre mais fraterno e proveitoso convívio na comunidade das Nações.

Muito obrigado.

chanceler brasileiro na assembléia da onu sobre situação econômica da áfrica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Nova York, em 28 de maio de 1986, por ocasião da Assembléia Especial da Organização das Nações Unidas sobre a situação econômica da África.

Senhor Presidente,

Devo evidenciar a importância que o Governo brasileiro empresta aos esforços internacionais para o soerguimento das economias africanas.

A solidariedade que o Brasil vem aqui concretizar não se confunde com gestos retóricos.

Dentro de suas possibilidades como país em desenvolvimento, o Brasil procurará cooperar ativamente para a recuperação econômica africana.

Angustia-nos que a África continue ainda, no final do século XX, a padecer de condições de pobreza dramática: a perpetuação dos fatores de sua crítica vulnerabilidade, no plano econômico e político, deve ser motivo de preocupação e ação.

Não nos movem apenas sentimentos, por mais nobres e calorosos que sejam. As relações entre o Brasil e a África irmã saíram,

nas últimas décadas, da penumbra em que estavam mantidas e adquiriram a maior prioridade.

Animam-nos também, agora, esclarecidos interesses comuns.

Além das evidentes afinidades étnicas, históricas, linguísticas e culturais que nos ligam ao continente africano tão estreitamente, há que compenetrar-se do fato de que existem, claramente, poderosos fatores a aproximar, cada vez mais, o Brasil das Nações africanas.

Constata-se hoje, sem as distorções da visão imposta pelos pactos coloniais, a cabal proximidade de nossos territórios. As distâncias com a África são, muitas vezes, menores do que as que existem dentro do próprio Brasil, o que ainda pode surpreender alguns.

Evidenciam-se, de forma científica, as óbvias similaridades e identidades dos condicionantes biogeográficos de nossos territórios e recursos.

Tornam-se patentes as analogias das experiências de nossos Governos em seus esforços de desenvolvimento, bem como dos sacrifícios de nossos povos.

Emergem, assim, formas novas de cooperação, no sentido Sul-Sul, baseadas não somente em critérios de complementaridade, mas também fundadas na constatação da especificidade de nossos problemas comuns.

A confirmar essa redescoberta de proximidades, de complementaridades e de identidades, avulta o dinamismo do intercâmbio comercial, nos dois sentidos, entre o Brasil e a África, cuja taxa média de crescimento é, nos últimos anos, para nós, a maior que o Brasil tem, no cotejo com outros continentes. O Brasil comercia com a África em níveis equivalentes aos observados em seu intercâmbio com nossos vizinhos latino-americanos.

Cresce e se afirma, finalmente, no caso dos países ribeirinhos do Atlântico Sul, o sentimento de que pertencemos inelutavelmente a uma mesma região, a ser defendida como zona de paz e cooperação, livre de imposições, tensões e ameaças exógenas.

Dando seguimento à iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente do Brasil José Sarney, perante a 40ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, informo aos Estados Membros que estou dirigindo, nesse sentido, carta ao Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, pela qual solicito a inclusão, na Agenda da 41ª Assembléia-Geral, de item específico intitulado "Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul".

Senhor Presidente,

Todos estes fatos apontam para as óbvias realidades, potencialidades e perspectivas de uma cooperação, de interesse recíproco, entre o Brasil e a África.

É de inquestionável gravidade a situação que afeta a África. A trágica calamidade

que, nos últimos anos, ocasionou incalculáveis perdas humanas, teve superadas apenas algumas de suas manifestações mais agudas, graças à ajuda internacional de emergência e à recente evolução favorável de fatores climáticos.

É lícito afirmar que a fome ainda ameaça milhões de seres humanos e que o processo de deterioração econômica na África sub-saariana não foi revertido.

Vinte e cinco anos após a independência, a fragilidade da economia africana mantém os países do continente particularmente vulneráveis às oscilações dos fatores externos e à incidência dos fenômenos naturais adversos. Um dado dramático resume a situação; a África tem os mais baixos índices mundiais de auto-suficiência alimentar, eufemismo para uma dura realidade: a fome.

As raízes desta fragilidade se encontram, sem dúvida no sistema colonial, que privilegiou a dependência e não estimulou o desenvolvimento auto-sustentado, no plano nacional e regional.

Isto explica, em larga medida, as profundas distorções nos processos de modernização dos países africanos e porque estes últimos foram impedidos de se beneficiar, de forma adequada, dos períodos de maior expansão da economia internacional.

No diagnóstico da situação africana, a incidência dos fatores externos adquire especial relevância. Cabe à comunidade internacional, em conseqüência, assumir a parcela de responsabilidade que lhe compete na tarefa da recuperação econômica africana.

Senhor Presidente,

O declínio do comércio internacional, entre 1980 e 1983, teve severo impacto sobre as economias africanas, a exemplo das de outras regiões dependentes de exportações de produtos primários, cujos preços sofreram grave desgaste. Neste período, as relações

de troca dos países da África sub-saariana tiveram marcada redução. Elevou-se substancialmente a dívida externa africana, que foi multiplicada por sete entre 1974 e 1985, atingindo hoje mais de 175 bilhões de dólares. Acentuou-se o peso sobre o balanço de pagamentos do serviço da dívida, onerado pelas altas taxas de juros e pelas flutuações das taxas de câmbio.

Tais fatores geraram séria redução da capacidade de importação dos países africanos, afetando gravemente o setor agrícola, com efeitos desastrosos sobre a produção de alimentos e o setor industrial e de infra-estrutura, incapacitados de efetuar os investimentos indispensáveis à manutenção e reposição do capital. Atingiram igualmente os já debilitados setores sociais, particularmente os de saúde e educação.

Este círculo vicioso, que se aplica a quase todos os países em desenvolvimento, tem repercussões particularmente graves na África. Sua superação requer um tratamento integrado e global das questões de comércio, moeda e finanças pela comunidade internacional, assim como uma alteração substancial do quadro em que se processam as relações econômicas internacionais.

No caso africano, é notória a importância de se assegurar uma recuperação adequada dos preços dos produtos primários que constituem a sua principal fonte de divisas.

Neste particular, cabe lembrar o efeito perverso que os subsídios agrícolas, praticados por alguns países desenvolvidos, exercem sobre os preços internacionais e o mercado destes produtos.

Este problema foi ressaltado em recentes declarações do Presidente do Banco Mundial, que assinalou: "Preços internos fixados bem acima dos preços internacionais, especialmente na Europa, mas também nos Estados Unidos, estimulam a produção interna e reduzem o consumo. Os excedentes resultantes invadem o mercado mundial a preços baixos e causam graves danos aos

países em desenvolvimento, que tentam aumentar a produção de produtos agrícolas nos quais freqüentemente gozam de nítidas vantagens comparativas".

A mesma autoridade salientou que o declínio acentuado do crescimento das exportações dos países em desenvolvimento para os países industrializados sugere que medidas protecionistas, em particular na indústria e na agricultura, estão entre as suas causas, e acentua as preocupações com o crescente recurso, pelos países industrializados, a barreiras não tarifárias.

Senhor Presidente,

Os documentos submetidos ao exame desta Sessão Especial atestam a vontade política e o desejo de ação coordenada demonstrada pelos países da África para resolver sua crise econômica.

Lança-se, assim, à comunidade internacional um desafio: sepultar os enfoques meramente assistencialistas do passado e instaurar novo processo, de real cooperação, que torne a economia africana menos vulnerável aos choques externos.

Neste empreendimento são, sem dúvida, propostas importantes as medidas prioritárias de política econômica interna. Grande ênfase, com razão, é atribuída ao desenvolvimento e modernização do setor agrícola e de sua infra-estrutura de transportes, armazenamento e comercialização. O aumento da produção de alimentos e o esforço da segurança alimentar encontram posição destacada. São igualmente contempladas ações para a modernização administrativa e para maior eficiência na formação de quadros e na gestão das políticas econômicas.

Cabe, porém, a esta Sessão Especial da Assembleia Geral a tarefa de apoiar eficazmente o esforço dos países africanos, através da eliminação dos obstáculos externos que têm comprometido o desenvolvimento da região.

Impõe-se, na realidade, a adoção de um elenco de medidas que vêm sendo reivindicadas, pelo conjunto dos países em desenvolvimento como indispensáveis para a retomada, em bases estáveis, do processo de crescimento de suas economias.

É importante, para este fim, que a comunidade internacional e, em particular os países desenvolvidos, chegue, o mais rapidamente possível, a um acordo sobre os seguintes objetivos principais:

- a) a adoção de políticas que favoreçam a expansão da economia e do comércio mundial e a eliminação das medidas protecionistas, principalmente as de caráter não-tarifário, que dificultam o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados dos países industrializados;
- b) a correção de políticas agrícolas e comerciais que desfavoreçam, injustamente, a expansão das exportações dos países em desenvolvimento;
- c) a adoção de medidas e políticas que permitam garantir preços remunerativos e estáveis para os produtos primários, através da implementação dos acordos do Fundo Comum de Produtos de Base, e da previsão, no GATT, de tratamento especial para produtos tropicais;
- d) o aumento dos montantes dos recursos financeiros concessionais destinados aos países africanos, sem prejuízo do volume de ajuda concessional destinada aos demais países em desenvolvimento;
- e) o estabelecimento de fórmulas que permitam aliviar o peso do serviço da dívida externa dos países em desenvolvimento e possibilitar o pagamento da dívida, sem a adoção de medidas de reajuste interno que prejudiquem o desenvolvimento econômico. O problema da dívida, embora com características qualitativamente diversas na África, é uma questão comum aos países em desenvolvimento e que afeta severamente a

América Latina. O Brasil, juntamente com os países que integram o consenso de Cartagena, insiste na necessidade de um tratamento político do problema da dívida e reafirma sua convicção de que a dívida não pode ser paga à custa da recessão, do desemprego e da fome.

Senhor Presidente,

A convicção de que cabe aos países desenvolvidos a responsabilidade principal, na criação de condições internacionais favoráveis à recuperação econômica do continente africano, não nos conduz a uma atitude de passividade.

Ao contrário, a solidariedade entre os países em desenvolvimento deve manifestar-se, também, mediante o reforço da cooperação e do intercâmbio entre estes países. As modalidades de cooperação Sul-Sul vêm assumindo progressivo destaque nas relações econômicas, e a elas o Brasil atribui particular importância. O estabelecimento de um Sistema Global de Preferências Comerciais entre os países em desenvolvimento, consagrado pela recente reunião de Brasília, com expressiva participação de países africanos, parece-nos, nesse contexto, um avanço marcante.

Há, freqüentemente, entre os países em desenvolvimento, semelhanças climáticas, geográficas e de nível de desenvolvimento sócio-econômico que aconselham a utilização de soluções tecnológicas novas, mais adequadas às condições do meio e às disponibilidades de recursos destes países do que as encontradas nos países industrializados do Norte. A diversificação da cooperação e do intercâmbio atenua as dependências e as vulnerabilidades.

É importante, pois, que o programa de recuperação econômica da África realce, de forma adequada, as medidas para o reforço da cooperação Sul-Sul sob este aspecto e lhes forneça o apoio financeiro necessário.

Senhor Presidente,

Côncio da importância da cooperação entre os países em desenvolvimento, vem o Brasil executando um promissor programa de cooperação técnica com a África.

No plano regional e sub-regional, cabe referir à disposição do Brasil de colaborar com a Comissão Econômica para a África, na formulação e implementação do Plano Diretor de Transportes para o continente, bem como mencionar o estabelecimento de novos laços com a Conferência de Desenvolvimento da África Meridional (SADCC), em diversos setores.

No plano bilateral, também são cada vez mais ricas as potencialidades dos programas desenvolvidos entre o Brasil e mais de quinze países africanos, com a finalidade de promover experiências mutuamente vantajosas e o efetivo aprimoramento da capacidade institucional e gerencial de nossos parceiros, fator indispensável à superação dos entraves inerentes ao subdesenvolvimento.

O Governo brasileiro tem procurado concentrar os limitados recursos de que dispõe no financiamento de projetos integrados ou de apoio, que têm se destinado sobretudo às áreas de recursos humanos e formação profissional, agricultura, agro-indústria, recursos minerais, fontes alternativas de energia, transportes e telecomunicações, prioridades aqui ressaltadas.

Com vistas a possibilitar a ampliação destes programas, o Governo brasileiro assinou recentemente, com o PNUD, memorando de entendimento para o reforço das atividades de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, para o Quarto Ciclo do PNUD. O memorando prevê a concessão de recursos adicionais e as atividades decorrentes terão início com um projeto de treinamento para Cabo Verde, nos campos da medicina e da saúde.

Uma missão conjunta de técnicos brasileiros e africanos irá brevemente à África pa-

ra identificar e negociar outros projetos específicos, nesse contexto.

Senhor Presidente,

Propõem-se, os países do Continente Africano, empreender titânicos esforços de reforma estrutural, a nível nacional e regional.

De nada estes notáveis propósitos servirão, entretanto, se a eles não corresponder, a médio prazo, uma resposta, abrangente e adequada, da comunidade internacional, no sentido de profundas mudanças no sistema econômico e financeiro mundial, além das medidas que se imponham de imediato.

A alternativa só tem um nome: a desumana perpetuação do atraso e da fome.

Relembro, aqui, as palavras do Presidente do Brasil José Sarney à 40ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro último:

“O mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da **Mater Dolorosa** dos desertos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas, a ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era de abundância. A humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome. O que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos”.

Este é um desafio, Senhor Presidente, que adquire particular relevância no caso do Continente Africano, cuja crítica situação econômica vivenciamos.

Senhor Presidente,

Não podemos tampouco presenciar, impassíveis, o clima de insegurança que vige no continente, em razão da crise da África Austral.

Não podemos, menos ainda, deixar de reconhecer que a perpetuação dessa crise não somente compromete o futuro econômico da região, bem como representa, objetivamente, uma insuportável e descabida sanção.

Recente pronunciamento do Presidente do Brasil José Sarney, por ocasião de sua visita a Cabo Verde, sintetiza a posição do Governo brasileiro sobre a matéria:

“Estou certo de que a complexa problemática da África Austral jamais poderá ser solucionada no horizonte das tensões Leste-Oeste ou sob qualquer ótica estratégica de grandes potências.

A solução da crise naquela região passa primeiramente pelo desaparecimento do **apartheid** e, em seguida, pela sólida implantação de uma estrutura de interação pacífica entre os estados da região, que permitam a todos eles dedicar-se à luta para implementar os seus projetos nacionais de desenvolvimento”.

Senhor Presidente,

A continuada ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e as repetidas agressões e ações desestabilizadoras a que vem sendo submetidos os países da África Austral constituem grave fator inibidor do desenvolvimento e da recuperação econômica dessa região.

Ressalto que, em Cabo Verde, o Presidente do Brasil manifestou sua firme convicção de “serem indispensáveis e da maior urgência a cessação não apenas das agressões cometidas pela República da África do Sul contra Angola, como também de toda assistência às forças irregulares que desestabilizam aquele país”. No mesmo contexto, preocupa, ao Governo brasileiro, a situação em que se encontra Moçambique.

Não poderia dirigir-me a esta Assembléia, hoje, sem também deixar registro do veemente repúdio e da clara condenação pelo Governo de meu país, dos recentes ataques a outros Estados soberanos da região, por forças sul-africanas. Nós nos solidarizamos com os Governos e os povos de Botsuana, Zâmbia e Zimbábue, lamentando as perdas humanas e materiais sofridas, em razão de mais uma injustificável agressão.

Senhor Presidente,

A comunidade internacional soube demonstrar, através da eficiente mobilização de recursos para a assistência de emergência à África, os bons resultados que podem ser alcançados quando existe determinação política e entendimento internacional. A mesma dedicação e os mesmos esforços devem agora ser aplicados à promoção de meios de desenvolvimento estruturais e de longo prazo que permitam, sem paternalismos, afastar, dos povos da África, o assustador espectro das calamidades experimentadas nos últimos anos, com sua triste corte de mortes e destruição.

declaração do panamá propõe a paz na américa central

Declaração de Panamá, assinada e divulgada no Panamá, em 7 de junho de 1986, após a reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

Los Ministros de Relaciones Exteriores de Argentina, Brasil, Colombia, México, Panamá, Peru, Uruguay y Venezuela, integrantes del Grupo de Contadora y de su Grupo de Apoyo, reunidos en la ciudad de Panamá los días 6 y 7 de junio de 1986, declaran:

1. Su satisfacción por la histórica reunión de los cinco presidentes centroamericanos en Esquipulas, el reciente 25 de mayo, durante la cual ratificaron su respaldo al proceso de Contadora y la voluntad de suscribir el acta de Contadora para la paz y la cooperación en centroamérica. En este sentido recogen la expresión de los cinco presidentes centroamericanos en Esquipulas: "La paz en América Central sólo puede ser fruto de un auténtico proceso democrático pluralista y participativo que implique la promoción de la justicia social, el respeto a los derechos humanos, la soberanía e integridad territorial de los Estados y el derecho de todas las naciones a determinar libremente y sin ingerencias externas de ninguna clase, su modelo económico político y social, entendiéndose esta determinación como el producto de la vo-

luntad libremente expresada por los pueblos"

2. Que en las últimas semanas se ha desarrollado un conjunto de negociaciones a fin de concluir los aspectos pendientes del acta de paz, teniendo en cuenta las posiciones manifestadas por los cinco países en dichas negociaciones el Grupo de Contadora ha formulado una nueva propuesta del acta que contempla de manera equilibrada los intereses de las partes. Esta versión revisada ha sido entregada en la fecha acordada a los cancilleres de los cinco países centroamericanos invitados a Panamá.
3. Esta propuesta, como las anteriores, nunca ha pretendido convertirse en instrumento que fuerce las voluntades soberanas de las partes más allá de lo que son sus legítimos intereses. Pero estimamos que una conciliación de esos intereses en torno a propuestas de paz, seguridad y democracia, es no sólo del más alto interés de centroamérica sino de toda la región.

4. Que el Grupo de Contadora ha tenido y tiene dos objetivos primordiales. El primero es el de prestar su activa colaboración en la elaboración de un tratado de paz que regule de manera justa y equilibrada las relaciones entre los Estados centroamericanos. El segundo es identificar las condiciones básicas para que dicho tratado de paz pueda ser suscrito, cumplido y respetado por las partes. Resulta claro que ambas tareas son complementarias: un tratado sin condiciones de aplicabilidad constituye una ficción y las condiciones sin una formalización jurídica no alcanzan para obligar de manera permanente a las partes.
5. Que en consecuencia sería ilusorio pensar que la exclusiva redacción de un proyecto de tratado resuelve la crisis. Es también necesario avanzar en la creación de las condiciones adecuadas para la firma del acta de paz.
6. Que en el mensaje de Caraballeda, apoyado por los cinco países centroamericanos, se realizó un esfuerzo tendiente a identificar aquellas condiciones que deberían constituir las bases permanentes para la paz, la democracia y la seguridad en América Central.
7. En dicho mensaje se establecieron diez bases y nueve acciones que deben tener plena vigencia.
8. Para avanzar en el proceso de Contadora y alcanzar el objetivo final de la paz, es imperativo que se acepten tres ordenes fundamentales de compromiso:
 - a) Que no se permita la utilización del territorio nacional para que desde el mismo se agreda a otro país o se de apoyo militar o logístico a fuerzas irregulares o grupos subversivos.
 - b) Ningún país debe constituirse en miembro de alianzas militares o políticas que amenacen directa o indirectamente la paz y la seguridad en la región, insertándola en el conflicto Este-Oeste.
 - c) Que ninguna potencia apoye militar o logísticamente a las fuerzas irregulares o grupos subversivos que actúan o puedan actuar en los países de la región o utilice o amenace con utilizar la fuerza como medio para derrocar a un gobierno del área.
9. Que la paz debiera consolidarse en la región a través de la vigencia de la democracia pluralista que significa el ejercicio del sufragio universal efectuado mediante elecciones libres y periódicas, supervisadas por organismos nacionales independientes; pluripartidismo de forma tal que se permita la representación legal y organizada de todo pensamiento y acción política de la sociedad. Gobierno de mayorías, asegurando las libertades y derechos básicos de todos los ciudadanos y respetando aquellos de las minorías políticas dentro del orden constitucional.
10. Que ese esfuerzo de paz, debiera ser acompañado por una contribución efectiva al desarrollo económico y social de centroamérica, al cual la América Latina se declara dispuesta a impulsar e invita a los demás miembros de la comunidad internacional a somarse a ese esfuerzo.
11. Que los ocho países del Grupo de Contadora y su Grupo de Apoyo reiteran a todos los países de la región y a aquellos con intereses y vínculos en ella su disposición para prestar sus buenos oficios entre todas las partes involucradas en estos compromisos. En tal sentido, están dispuestos a analizar con las partes la manera como se deberían producir las verificaciones necesarias, en quien recaería dicha función y como se garantizara el cumplimiento de los compromisos que se asuman.
12. Que teniendo presente todas estas cuestiones afirman su convicción de

que la nueva propuesta de acta de Contadora que hoy se presenta formalmente a los países centroamericanos, puede y debe propiciar una conclusión rápida y eficaz del proceso negociador.

La consecuente vigencia del acta en el mas breve plano y su implementación con las

garantías adecuadas es el único camino para una paz justa y efectiva en centroamérica, aspiración de toda la comunidad internacional y en especial de todos los latinoamericanos.

Panamá, 7 de junio de 1986.

a visita do ministro dos negócios estrangeiros da dinamarca

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília em 9 de junho de 1986, por ocasião de jantar oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Uffe Elleman Jensen.

Senhor Ministro,

É para mim alto privilégio acolher Vossa Excelência, a Senhora Jensen e a ilustre Comitiva que os acompanha.

Ao visitar oficialmente o Brasil, Vossa Excelência nos permitirá dar novo impulso ao diálogo entre nossos países, sustentado em amplo capital de boa vontade recíproca e vasto espectro de posições coincidentes com respeito a problemas que ocupam e preocupam nossas diplomacias.

O desejo e o interesse de estreitar nossa cooperação bilateral enquadram-se perfeitamente em mais de século e meio de convívio amistoso e harmônico. As relações diplomáticas entre o Brasil e o reino da Dinamarca tiveram início antes mesmo da nossa Independência. Já em 1816 instalou-se no Rio de Janeiro a primeira missão diplomática dinamarquesa, chefiada por um Encarregado de negócios junto à Corte de Dom João VI. Poucos anos depois, em 1828, assinava-se o primeiro tratado bilateral de comércio e navegação. Esse acordo habilitou a

abertura de diversos consulados dinamarqueses no Brasil e vinculou à jovem nação um interlocutor cuja voz era ouvida com respeito nos centros do poder político, econômico e militar da época.

O acordo de 1828 também ensejaria valioso fluxo migratório dinamarquês para o Brasil. A presença dos compatriotas de Vossa Excelência em meu país, ao longo do tempo, foi vetor importante de amizade entre nossos povos. Aqueles pioneiros dinamarqueses deram segura contribuição para o pluralismo e o universalismo que se cristalizam no Brasil contemporâneo. A propósito desse antigo intercâmbio entre nossos povos, recordo a frase do escritor Johannes Jensen em sua obra **A Longa Viagem**: "Os Homens do Norte escutam o apelo dos países do Sul".

Dentre os dinamarqueses que aqui criariam raízes destaca-se o nome de Peter Wilhelm Lund, cientista que devotou sua vida à pesquisa da história natural em solo brasileiro. A ele estão ligados importantes

avanços nos campos da antropologia e da arqueologia.

No passado recente, visitas de altas autoridades dinamarquesas ao Brasil muito contribuíram para a aproximação entre nossos países. Dentre essas se sobressai a presença — grata sob todos os títulos — da Rainha Margrethe Segunda, em 1966. Evoco, igualmente, que em 1977 aqui também recebemos o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Knud Borge Andersen.

Espero, ao longo de minha gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, ter a satisfação de poder contribuir para incrementar e aperfeiçoar esses gratos e profícuos laços entre nossas nações.

Senhor Ministro,

O Brasil experimenta atualmente profundas transformações estruturais, exigidas e favorecidas pelo seu retorno à plenitude das instituições democráticas.

Abriu-se o debate a todos quantos desejam participar da construção de uma sociedade embasada nos ideais de liberdade, de justiça social e de desenvolvimento econômico.

No campo político, as eleições, em novembro próximo, para a composição de uma Assembléia Nacional Constituinte, refletem a consciência pública de que é chegado o momento de se elaborar uma Carta Magna consentânea com a presente realidade brasileira. Podemos nos orgulhar, Senhor Ministro, de estarem hoje lançados em nosso país os alicerces de uma verdadeira democracia, em que o homem, seu bem-estar e seu aprimoramento são o foco das atenções do Governo.

No campo econômico, as recentes medidas adotadas pelo Governo nos deixam genuinamente otimistas quanto à evolução interna de nossa sociedade. Afastamos o perigo da inflação que vinha corroendo a estrutura de produção do país e penalizando as classes assalariadas, mais desprotegidas.

A disposição do Senhor Presidente da República de sustentar a política de saneamento econômico e o apoio unânime que lhe dá a população brasileira fazem prever que os objetivos de estabilidade monetária e retomada dos investimentos produtivos serão plenamente alcançados.

No setor social, a brusca redução dos fluxos financeiros do exterior e os severos programas de ajuste impostos às economias dos países em desenvolvimento causaram o empobrecimento dos padrões de vida de seus povos.

O Brasil foi dos que mais sofreu as consequências do chamado "choque da dívida externa". Nesses últimos anos, transferimos para nossos credores vultosos valores, que representam, a cada sete anos, a totalidade de nossa dívida.

Por essa razão buscamos persuadir os grandes centros financeiros mundiais de que o problema da dívida não se resume a seus aspectos técnicos e contábeis, mas que, em sua essência, é uma questão com profundas implicações políticas e sociais, com repercussões graves no desenvolvimento dos países endividados.

Mercê de grandes esforços e da diversidade de seus recursos econômicos, o Brasil pôde superar momentos críticos. Sem desprezar as dificuldades ainda pela frente, acreditamos já haver o país atingido grau de estabilidade — política, econômica, social — que favorece e justifica a retomada do investimento construtivo em sua economia, em volumes compatíveis com as dimensões e o potencial de seu vasto mercado. Há no Brasil um elenco considerável de aplicações dinamarquesas. Em sua presente viagem ao Brasil, Senhor Ministro, Vossa Excelência participará da inauguração de indústria implantada por **joint-venture** brasileiro-dinamarquesa. Esperamos que esse empreendimento seja exemplo para novas iniciativas, proveitosas para os empresários, dinamarqueses e brasileiros, e expressivas do potencial de colaboração de

nossos países também na área dos investimentos.

Senhor Ministro,

No plano internacional, a atuação do Governo brasileiro tem-se orientado no sentido de procurar dissipar tensões e de promover a paz, o entendimento e a cooperação. Pautamos aquela atuação pelo princípio da igualdade soberana dos Estados e pelo respeito às suas livres decisões. Repudiamos o uso da força nas relações internacionais, em todas as suas formas; condenamos inequívoca e veementemente toda ação terrorista, que perturba a paz entre os povos e atinge perversamente o homem comum de todos os quadrantes.

O Brasil e a Dinamarca propugnam a abolição do "apartheid" e condenam os regimes que institucionalizam a discriminação racial. Também acreditamos que só há uma solução internacionalmente aceitável para a questão da Namíbia, qual seja, a execução do plano das Nações Unidas para sua transição à independência, baseado na Resolução 435 do Conselho de Segurança.

Igualmente coincidimos na defesa da solução dos conflitos da América Central por meios pacíficos, através de negociações. Nesse sentido, reafirmamos em diversas ocasiões nosso apoio aos esforços do Grupo de Contadora. Estamos firmemente convencidos da ineficácia da força como meio para resolver disputas.

Compartilhamos com a Dinamarca, Excelência, a convicção de que a paz é resultado da convergência do esforço de todas as Nações. Temos consciência de que sua manutenção repousa na responsabilidade coletiva.

Com particular satisfação ressaltamos a posição construtiva da Dinamarca para com o Terceiro Mundo. Seu país, Senhor Ministro, manifesta uma saudável compreensão dos problemas e das necessidades específicas dos países em desenvolvimento, exercen-

do, assim, positiva influência sobre as nações industrializadas do Ocidente.

A cultura humanista e pacifista da Dinamarca, assim como a sua condição de membro das Comunidades Européias, dão a seu país, Senhor Ministro, excepcionais oportunidades de atuação no cenário político contemporâneo — oportunidades que seu Governo tem sabido valorizar.

De nossa parte, a diplomacia brasileira está empenhada em dinamizar o diálogo político com os países europeus a partir da complementaridade de expressivos interesses no relacionamento bilateral.

No campo econômico-comercial, o Brasil acolhe com satisfação o empenho da Dinamarca em explorar múltiplas possibilidades de cooperação que nos permitam alcançar estágios mais elevados de intercâmbio. Inauguramos, como um dos primeiros atos da visita de Vossa Excelência, os trabalhos da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Dinamarca. A pauta desse encontro bem reflete a densidade e o dinamismo de nossas relações.

A Dinamarca detém a segunda posição entre os parceiros nórdicos no comércio com o Brasil. Muito ainda há por fazer, considerando-se as potencialidades de nossos países. As perspectivas favoráveis de entendimento nesse domínio são bem ilustradas pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica que hoje também tivemos o privilégio de firmar.

Prossigamos, pois, na busca do estreitamento de nossos laços, em particular naqueles setores em que resultados compensadores parecem estar efetivamente a nosso alcance em curto prazo.

Senhor Ministro,

Hoje à tarde procedemos a uma troca franca de opiniões a respeito dos principais temas da atualidade internacional e do futuro de nossas relações.

Nossos objetivos se tem mantido paralelos e é com satisfação que constato que nos encontramos muitas vezes lado a lado na defesa de ideais comuns.

É pois com o sentimento de sincera con-

fiança e estreita amizade que ergo minha taça em brinde às relações entre a Dinamarca e o Brasil, à saúde de Sua Majestade a Rainha Margrethe Segunda e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Jensen.

brasil e dinamarca assinam acordo de cooperação científica e tecnológica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 9 de junho de 1986, por ocasião da assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a Dinamarca.

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Dinamarca, Uffre Elleman Jensen,

É para mim motivo de satisfação e grande honra poder firmar com Vossa Excelência este Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, instrumento a meu ver de grande valia para o aperfeiçoamento qualitativo de nosso relacionamento bilateral.

O Brasil, da mesma forma que outros países em desenvolvimento, tem grande interesse em aceder a novos conhecimentos de natureza científica e tecnológica. Mais do que uma opção, o desenvolvimento científico e tecnológico é necessidade real e premente para a promoção de novas oportunidades e elevação dos níveis de bem-estar do povo brasileiro.

Por outro lado, já de há muitos anos deixou o Brasil de ser país apenas receptor de tecnologias. Em diversos setores está preparado para oferecer, através de seus centros e entidades dedicadas à pesquisa científica e

tecnológica, elementos para uma efetiva cooperação, com vantagens mútuas para as partes envolvidas.

É notório que a crescente aplicação da ciência e da tecnologia à produção de bens e serviços tem beneficiado desigualmente as nações, contribuindo, muitas vezes, para maior estratificação econômica no plano internacional. Tenho razões para crer que a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Dinamarca concorrerá para a redução de tais desigualdades e poderá transformar-se em modelo de entendimento bilateral a ser seguido no futuro.

O diploma que hoje se assina já poderá ganhar substância e apresentar resultados nas conversações que estão sendo mantidas na IV Reunião da Comissão Mista. A cooperação que enseja será, estou certo, novo e vigoroso fator de solidariedade no relacionamento entre nossos dois países.

Muito obrigado.

quarta reunião da comissão mista brasil-dinamarca

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 9 de junho de 1986, por ocasião da abertura da
Quarta Reunião da Comissão Mista Brasil-Dinamarca.

Senhor Ministro,

Quero apresentar a Vossa Excelência, e à Delegação Dinamarquesa que também nos honra com sua presença em nosso país, meus mais cordiais cumprimentos e votos de boas vindas.

Estamos novamente aqui reunidos, Dinamarca e Brasil, para examinarmos, com ânimo construtivo, nossas relações nos campos econômico, comercial, científico e tecnológico.

Desde 1979, quando se firmou o acordo constitutivo desta Comissão Mista, temos identificado a cada encontro os setores nos quais é possível estabelecer uma colaboração crescente e mutuamente benéfica.

Acredito que os resultados da presente reunião serão úteis e proveitosos para ambas as partes, e desejo sinceramente que as iniciativas aqui aprovadas frutifiquem de forma a elevarmos ainda mais o patamar do nosso relacionamento.

O alto nível da Delegação dinamarquesa e a disposição de Vossa Excelência de presidir comigo a abertura destes trabalhos bem atestam a importância que seu país empresta ao relacionamento com o Brasil, o que é plenamente reciprocado pelo meu Governo.

Este é o primeiro ato de sua visita oficial a Brasília; esta tarde, terei o prazer de, juntamente com membros de sua comitiva e colaboradores meus, passar em revista com Vossa Excelência temas de nosso relacionamento bilateral e assuntos relevantes da cena internacional, após o que assinaremos

o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que balizará nossas atividades comuns, nesse promissor terreno.

Nesta Comissão Mista serão considerados os assuntos que interessam ao dia-a-dia de nosso relacionamento. Nos dois dias que se seguem, nossas delegações analisarão as relações bilaterais nos campos econômico, financeiro e comercial. Abordarão questões do comércio multilateral e da cooperação industrial. Paralelamente, será examinada a cooperação Brasil-Dinamarca no setor da agricultura e no campo da ciência e tecnologia, bem como a cooperação técnica bilateral e em terceiros países.

Esse temário, bem como a presença, nesta reunião, de representantes — dois dois lados — de Ministérios como os da Agricultura, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Habitação e outros órgãos governamentais e privados, dão boa prova da riqueza e da densidade de nosso relacionamento.

Senhor Ministro,
Senhores Delegados,

O Brasil acaba de inaugurar uma nova fase em sua história econômica. A promissora estabilidade monetária e financeira que vem de ser alcançada soma-se a percepção de que também na área externa a posição brasileira dá sinais de constantes progressos. Tais avanços levam-me a crer que a conjuntura atual é altamente favorável à cooperação entre nossos países, tanto na esfera Governamental quanto no setor privado.

Cabe-nos realizar um esforço para identificarmos outras áreas de cooperação e comér-

cio. Setores novos, como os da geração e conservação de energia, proteção ao meio ambiente, biotecnologia, parecem, a meu ver, constituir excelentes opções para um programa de longo prazo de cooperação.

A presença na delegação dinamarquesa de especialistas naqueles setores bem comprova a convergência de nossas idéias e estou seguro de que aqui — e agora — serão lançadas bases de projetos altamente benéficos a nossos países.

Senhor Ministro,

O intercâmbio econômico-comercial entre a Dinamarca e o Brasil já é uma realidade consolidada.

Quero assegurar a Vossa Excelência de que velarei pela execução das decisões que vierem a ser tomadas nesta reunião, a fim de que não tardem os resultados concretos desse nosso esforço comum.

Declaro, assim, aberta a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Dinamarca de Cooperação Econômica Industrial, com meus melhores votos para que seus trabalhos alcancem resultados frutíferos em benefício recíproco do Brasil e do Reino da Dinamarca.

Muito obrigado.*

* Na seção **Notícias**, página 165, uma informação sobre a Comissão Mista Brasil-Dinamarca.

em Brasília, o primeiro-ministro da finlândia

Discurso do Presidente José Sarney, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 17 de junho de 1986, por ocasião de almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da Finlândia, Kalevi Sorsa.

Em nome do Governo e do povo brasileiro, é com grande satisfação que saúdo Vossa Excelência e sua ilustre comitiva. Ao dar-lhes as boas-vindas, desejo expressar a amizade com que os brasileiros acolhem sua honrosa visita e o apreço que têm pela Finlândia e pelo seu nobre povo.

A Finlândia tem a admiração dos brasileiros pela sua história de coragem e determinação e pelo espírito combativo e laborioso de seu povo. País comprometido com a paz, e que fez da sua neutralidade um instrumento a serviço do bem-estar dos finlandeses e da cooperação internacional, a Finlândia tem o merecido reconhecimento da comunidade das Nações pelo seu papel construtivo nas relações internacionais contemporâneas.

Nossos vínculos, baseados no mútuo respeito e simpatia, são hoje intensos, mas ainda não refletem inteiramente o potencial de cooperação e intercâmbio entre nossos países. A vinda de Vossa Excelência ao Brasil enseja pois a oportunidade de darmos um impulso seguro e continuado ao já apreciável conjunto de interesses que nos unem.

Nas conversações que mantivemos, pude apreciar a convergência de nossos enfoques em aspectos substanciais do diagnóstico da conjuntura internacional contemporânea. Mais uma vez, pude confirmar que Brasil e Finlândia guardam uma característica comum em suas concepções e estilos diplomáticos: o respeito irrestrito aos princípios basilares da boa convivência entre as Nações, a paz e o progresso como objetivos de toda ação e o diálogo e a cooperação como instrumentos da boa harmonia entre os povos.

Num mundo conturbado, onde tímidos sinais de distensão convivem com graves e persistentes crises, nossos países têm uma contribuição valiosa a oferecer. Nossa amizade ultrapassa o âmbito bilateral, para inscrever-se no marco global das relações internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro,

Vivemos um tempo em que os países amantes da paz, como o Brasil e a Finlândia, devem assumir posições cada vez mais ativas em defesa da distensão, seja ela em âmbito global, seja nos inúmeros conflitos regionais

que fazem cada vez mais distante o ideal da paz e da concórdia entre os povos.

Em todos os cantos do mundo, mas especialmente nas áreas em desenvolvimento, a guerra, a luta fratricida, o sofrimento e a opressão afastam a esperança do desenvolvimento e adiam os anseios de progresso social e a estabilidade política. Agravado por intensa crise econômica e financeira e pelo mais baixo nível de cooperação internacional já visto no segundo pós-guerra, esse quadro de conflitos marginais impõe-nos cada vez mais o perigo da desestabilização de todo o mundo.

Procurando levar cada vez mais ao plano externo os anseios e sentimentos de seu povo na luta pela democracia, pela estabilidade e pelo progresso, o Governo brasileiro tem tido uma voz ativa na defesa de soluções legítimas e negociadas para todos os conflitos que ferem a paz, exacerbam a retórica da confrontação e desviam para a estéril luta ideológica recursos indispensáveis ao desenvolvimento.

Esse o sentido mais profundo da recente iniciativa do Brasil nas Nações Unidas, ao propor a desmilitarização do Atlântico Sul para preservá-lo das tensões oriundas de outras áreas e que tanto prejuízo trazem às aspirações de desenvolvimento e paz dos povos da região.

A crença na capacidade de influenciar um mundo em permanente transformação, no qual desejamos ter presença e voz, e ao mesmo tempo um elemento que impulsiona nossa diplomacia e nos aproxima de países como a Finlândia.

Acredito firmemente no papel positivo que a retomada da cooperação internacional e uma visão dos aspectos políticos e de longo prazo dos problemas atuais podem ter para encaminhar satisfatoriamente os dilemas que vivemos em nossos dias.

A confiança na capacidade de retomar o crescimento econômico e a certeza de que a

plena recuperação das economias desenvolvidas passa necessariamente pela estabilidade e progresso dos países em desenvolvimento devem marcar o início de uma nova etapa nas relações internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro,

Vossa Excelência visita meu País em um momento histórico da nacionalidade brasileira, em que Governo e povo unidos buscam dar realidade às aspirações de progresso, estabilidade política, fortalecimento da democracia e justiça social. Profundas transformações políticas e econômicas mostram que é inabalável o propósito de meu Governo de alcançar, através do diálogo amplo entre todos os setores da sociedade, a consecução desses objetivos. Temos consciência de que é uma tarefa árdua, em que as energias nacionais têm de estar continuamente mobilizadas para superar obstáculos internos e fatores externos adversos.

Dentre os gigantescos esforços que temos feito para reorganizar nossa economia e retomar o crescimento com a urgência requerida pela prioridade social no Brasil, um deles, especialmente, diz respeito de forma direta às nossas relações externas. É a necessidade de gerarmos saldos comerciais que nos permitam cumprir os compromissos internacionais do país em matéria financeira. Desses saldos, pouco é o que resta como recursos para investimentos produtivos no País. Não podemos continuar indefinidamente como exportadores líquidos de capitais, em razão de desequilíbrios no sistema financeiro internacional pelos quais não somos responsáveis.

Somente o crescimento econômico e a estabilidade política e social do Brasil são garantias adequadas ao cumprimento de nossas obrigações. É preciso, pois, que se acenue a sensibilidade de nossos parceiros desenvolvidos para essa grave questão que afeta não apenas o Brasil, mas toda a América Latina.

Senhor Primeiro-Ministro,

As relações entre o Brasil e a Finlândia já têm o lastro de uma amizade sólida e tradicional. A distância geográfica e cultural não tem sido impedimento para que cresçam os interesses recíprocos em matéria econômico-comercial e financeira, sobre o pano de fundo de um bom entendimento político. Exemplo concreto dessa cooperação é a laboriosa presença entre nós de cerca de 20 empresas finlandesas, cujo êxito no setor industrial e de serviços tem constituído uma contribuição significativa ao processo de desenvolvimento brasileiro.

O potencial existente, contudo, precisa ser convenientemente explorado. A retomada de nosso crescimento econômico oferece oportunidade renovada para investimentos no País; ao mesmo tempo, a diversificação crescente da pauta brasileira de exportações aumentou, sem dúvida, a possibilidade de se intensificar o intercâmbio brasileiro-finlandês.

A presença de Vossa Excelência entre nós tem o sentido de imprimir uma nova vontade política ao relacionamento brasileiro-

finlandês. É dessa determinação que poderão surgir fórmulas criativas, capazes de trazer para o plano concreto os progressos que todos esperamos para nossas relações.

Analisando o quadro dessas relações nos últimos anos, pude perceber, com satisfação, existirem diversos campos em que iniciativas conjuntas poderão frutificar no futuro. Espero, pois, que esta grata visita de Vossa Excelência marque o início de um novo e expressivo período em nossas relações de cooperação e intercâmbio. E o diálogo político entre os dois países, estou certo, se aprofundará em vista das preocupações e dos interesses comuns.

É com esse espírito, e para assinalar minha honra em receber sua visita, que peço a todos os presentes para comigo brindarem à felicidade do povo finlandês, às boas relações de amizade e cooperação entre nossos países e à saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e do presidente Mauno Koivisto.

Muito obrigado.

Itamaraty e Ministério da Cultura assinam ajuste para localização de bens culturais brasileiros no exterior

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de junho de 1986, por ocasião de assinatura do Ajuste com o Ministério da Cultura para localização de bens culturais brasileiros no exterior.

Excelentíssimo Senhor Ministro Celso Furtado,
Excelentíssimo Embaixador Rubens Ricupero,
Membro-Curador da Fundação Nacional Pró-Memória,
Senhores Embaixadores,
Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que, juntamente com o Senhor Ministro Celso Furtado, acabamos de proceder à assinatura de um Ajuste de Cooperação que vem reforçar ainda mais os laços de entrosamento existentes entre o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores.

Por esse Ajuste, negociado em brevíssimo espaço de tempo, o que demonstra sua importância e atualidade, criam-se as indispensáveis condições para permitir, inicialmente, o mapeamento dos bens culturais sobre o Brasil existentes no exterior.

O Itamaraty, somando seus esforços aos do Ministério da Cultura, mobilizará sua rede de Embaixadas no exterior com vistas a localizar, identificar, selecionar e até mesmo,

se for o caso, resgatar um valioso patrimônio de documentos, de objetos de arte e bens culturais em geral, existente em arquivos e coleções estrangeiras, de natureza histórica, diplomática, religiosa, científica, comercial e artística.

Esta oportuna iniciativa não ocorre gratuitamente, mas reflete os anseios do momento em que vivemos, de plena participação e liberdade. Nessa nova etapa de nossa vida política, o Senhor Presidente da República, José Sarney, em repetidas oportunidades, vem conferindo especial ênfase ao papel que desempenha a cultura para a redescoberta e revalorização de nossa identidade e de nossa nacionalidade.

Assim, nesta fase em que o Brasil revigora suas instituições democráticas e seus símbolos pátrios, o documento que hoje firmamos pretende constituir instrumento de ação que virá contribuir ainda mais para a consolidação da memória nacional.

Por um dever de gratidão, não posso deixar de mencionar, para finalizar, um pouco da história do assunto hoje formalizado no

Ajuste que acabamos de assinar. A idéia e o apoio iniciais para ser feito um levantamento de bens culturais do Brasil no exterior, há mais de 10 anos atrás, foram lançados por dois incansáveis e imaginativos defensores das causas culturais no Brasil: o saudoso Professor Aloysio Magalhães, primeiro Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória que, pioneiramente, tentou levar adiante essa iniciativa, e o Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho, atual Embaixador em Copenhague e na época Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal, grande incentivador da cultura ao longo de toda sua carreira inteiramente de-

dicada ao Itamaraty. A eles nossa agradecida homenagem, no momento em que suas idéias ganham forma e passam a ser executadas.

Senhor Ministro,

Esteja certo de que o Itamaraty, através de suas embaixadas no exterior e junto com o Ministério tão bem dirigido por Vossa Excelência, estará pronto para prestar mais esse serviço à cultura de nosso país.

Muito obrigado.*

• Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 150, texto do **Ajuste para Localização de Bens Culturais no exterior**.

chanceler paraguaio mantém entendimentos em Brasília

Discurso de improviso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de junho de 1986, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar e à Diretoria Executiva da Itaipu Binacional.

Senhor Chanceler do Paraguai, Ministro Carlos Saldívar,
Senhor Ministro de Estado Ivan Mendes,
Senhor Diretor Geral da Itaipu Binacional, Ney Braga,
Senhores Senadores,
Senhores Deputados,

Senhor Chanceler. Há, de certa forma, uma coincidência que impressiona a todos nós. Vossa Excelência, quando deputado, foi quem liderou este Acordo que Brasil e Paraguai firmaram para construir essa grande obra, orgulho dos latino-americanos, que é Itaipu. E hoje, tenho a honra, Senhor Ministro, de ter Vossa Excelência aqui, ao lado, e há pouco firmar um acordo da maior importância no relacionamento Brasil e Paraguai, na aproximação que devemos ter, cada dia mais estreita, entre um Estado e outro.

Ao olhar esta mesa, Senhor Chanceler, vejo que no setor da energia hidrelétrica estão talvez as maiores inteligências do país de Vossa Excelência e do meu. Vejo que não se pode falar em Itaipu, sem dizer que uma

das molas propulsoras de Itaipu é um homem que é realmente extraordinário na sua capacidade empresarial, que é Enzo de Bernardes. Inegavelmente, pelos contatos que tive ao longo da minha vida pública, vi realçar nele as suas altas qualidades não só de engenheiro, como na sua capacidade empresarial no comando desse complexo binacional.

Vejo que do lado do Brasil não se pode esquecer de Exedito Rezende e também a um homem que muito me auxiliou, quando tive a honra de governar o Estado de São Paulo, um homem que deixou marcada no setor hidrelétrico uma posição inigualável, que é o saudoso Professor Lucas Nogueira Garcez. E diria assim com um pouco de irreverência que os verdadeiros papas da hidroenergia brasileira estiveram presentes em Itaipu, como Bering, como Cotrin e o ex-Ministro Camilo Pena. Então, de certa forma, Itaipu é um resumo das inteligências que existem no Brasil e que existem no Paraguai a fazer uma obra que é, na verdade, a maior obra de engenharia de todo o mundo. Dois países em desenvolvi-

mento dão uma demonstração de “engineering”, de estudos e de construção que se igualam aos países mais desenvolvidos do mundo. Portanto, esse reencontro que nós temos aqui, na presença do nosso ex-Ministro Ney Braga, hoje Presidente da Itaipu Binacional, é realmente um momento de nós recordarmos o que foi feito nesses treze anos, em que dois países souberam, através de um contrato bilateral, mostrar que duas nações se entendendo podem construir uma obra, podem realizar uma obra que é realmente orgulho de toda a engenharia mundial.

Eu acredito, Senhor Ministro, que o seu país e o meu país tiveram em Itaipu uma grande universidade, uma universidade de trabalho, uma universidade de preparação de homens para poder enfrentar qualquer concorrência nesse setor hidrelétrico, com vantagem sobre qualquer nação desenvolvida. Porque, pelo que se enfrentou em Itaipu, dificilmente se encontrará dificuldades no mundo. Como Vossa Excelência acaba de me informar e o engenheiro de Bernardes também, os nossos técnicos talvez sejam chamados para construir uma hidrelétrica desse porte na China, levando inegavelmente a experiência que aqui tiveram.

Já ouvi muitas críticas, meu caro Ney Braga, muitas críticas sobre o cronograma que se estabeleceu para a construção de Itaipu. A usina ficou pronta antes de todas as nossas vias de transmissão de energia estarem prontas. É uma crítica muito fácil de se fazer. Mas a história é que nós tínhamos de enfrentar um problema também financeiro. E esses problemas financeiros às vezes não se convergem ao mesmo tempo. Mas é uma lição que se aprendeu, em termos de construção de uma planta hidroenergética que foi feita em Itaipu.

Além desse lado material, que se poderia traduzir em cal, ferro, cimento, turbinas, aço, ela, na verdade, construiu uma coisa muito mais valiosa ou tão valiosa, que foi o estreitamento cada vez maior do relacio-

namento do Paraguai com o Brasil. Hoje nós estamos estreitamente ligados por uma fraternidade de uma vida comum, de interesses comuns de países que têm realmente desafios idênticos. Temos desafios no terreno da agricultura, que se confunde, o desafio dos nossos Consulados, que há pouco procuramos resolver. E esse entendimento foi muito bem traduzido pelo nosso ilustre Embaixador do Paraguai, que tanto nos honra aqui e que é um vigilante defensor dos interesses paraguaios, mas também às vezes se confunde um pouco como defensor dos interesses brasileiros. E isso muito nos honra. E quem vai sucedê-lo é um deputado que também esteve envolvido no complexo de Itaipu, o Deputado Rubens Paredes.

Então, esta obra é, de certa forma, um resumo de interesses brasileiros e paraguaios. É uma demonstração de podermos, na verdade, países em desenvolvimento, unidos em interesses comuns, fazer uma obra que põe a desafiar a engenharia de nações absolutamente, além de ricas, capacitadas a esse trabalho.

Se eu pudesse aqui citar todos, eu os citaria, porque esta mesa é, de certa forma, um resumo de tudo que foi feito nesses treze anos de relacionamento e na construção de uma obra.

A presença de Vossa Excelência hoje e essa renovação de alguns membros da Diretoria de Itaipu é, para o Governo brasileiro — e sei que interpreto o pensamento do Presidente José Sarney — motivo de muito orgulho. Pois esse constante contato que Vossa Excelência tem tido conosco e nosso com o Paraguai é, para o Presidente José Sarney, de uma importância muito grande.

Vossa Excelência, como Ministro das Relações Exteriores, saberá conduzir, cada vez mais, a solução dos problemas que são tão poucos e tão importantes entre o Brasil e o Paraguai. E nós queremos continuar nessa boa vivência e nesse desafio que os homens do Paraguai souberam enfrentar e também

os técnicos brasileiros souberam realizar. Hoje temos à frente da Itaipu Binacional um homem de uma enorme experiência pública, não só como Governador, mas como Senador, como Deputado e com sensibilidade de se confundir as terras do Paraná com as terras do Paraguai, ele tem a poeira dos dois lados, que é o nosso presidente Ney Braga. Acredito que sob essa liderança e sob a sensibilidade diplomática de Vossa Excelência, nós haveremos de abreviar cada vez mais o término dessas obras. Vejo, de vez em quando, com muita apreensão, e já via isso quando governava São Paulo, que nós teríamos uma crise energética. Mas depois, vi com alívio que a crise energética tinha sido superada com a construção de uma dezena de unidades hidrelétricas ao longo do Rio Grande e do Paranapanema, no norte do País. Esse espantinho está, de novo, nos atemorizando. Vejo repetir que o Brasil precisa, dadas as condições climáticas, entrar num processo de economia ou de aceleração em busca de outras alternativas energéticas. Mas nós temos uma alternativa aí. Precisamos saber como, de que maneira acelerar Itaipu, a extensão da sua linha Sul para atender as dificuldades não só do meu país, como do Paraguai, e como vender energia, já que Itaipu, na sua grande maioria, foi construída através de empréstimos em dólares e que são pesados. Quanto mais tempo demorar para girar essas turbinas, mais tempo levará para nós entrarmos num faturamento ne-

cessário e indispensável para pagarmos os nossos compromissos internacionais. E sei que tanto o Paraguai quanto o Brasil se preocupam na solução desses problemas. Portanto, este contato que hoje temos, é um contato que, acredito, seja de um processo para acelerar a solução do término das obras de Itaipu. Como enfrentar os problemas financeiros? Como podemos dar energia que lá já está plantada, transformá-la em faturamento necessário para enfrentarmos o problema da dívida contraída pelo Brasil e pelo Paraguai.

Mas na presença de homens tão capazes, que nasceram com Itaipu, na sua capacidade técnica, eu acredito que esse desafio vai ser muito fácil de ser vencido. Sei que vamos perder no trabalho dois membros do Conselho de Administração, que cumpriram três mandatos consecutivos, os Senhores General Gimenez e o Engenheiro Rogério. O presidente Ney Braga pediu-me que entregasse a ambos, pelo trabalho que fizeram, pelo tempo que ambos dedicaram a Itaipu, duas lembranças. Antes de entregá-las — e eu solicitaria ao Embaixador Tabajara de Oliveira que o fizesse — quero beber à saúde, se me permite, do povo paraguaio e de seu Presidente, o Presidente Stroessner, e que a amizade brasileiro-paraguaia seja indissolúvel e que a nossa unidade de trabalho seja cada vez mais consolidada.

brasil e paraguai assinam acordo sobre instalação do comitê de fronteiras

Pronunciamentos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e do Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de junho de 1986, por ocasião da assinatura do Acordo para instalação do Comitê de Fronteiras nas cidades litorâneas de Pedro Juan Caballero/Ponta Porã e Salto del Guairá/Guaíra.

PALAVRAS DO CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, nosso companheiro Saldívar,

Estamos hoje assinando um Acordo para o funcionamento de nossas unidades consulares entre as cidades de Guaíra e Salto del Guaíra, e Pedro Juan Caballero e Ponta Porã.

As nossas fronteiras eram fronteiras fixas, eram fronteiras que não nos preocupavam porque já haviam sido estabelecidas pela história, história de que esta mesa é grande testemunha. As fronteiras entre o Brasil e os países limítrofes eram absolutamente demarcadas e fixas. Com a prosperidade, quer do país de Vossa Excelência, como do Brasil, essas fronteiras passaram a ter um sentido dinâmico e os consulados passaram a ter uma importância muito grande, pois o intercâmbio entre o Brasil e o Paraguai é cada vez maior; as relações de amizade, as relações de negócios entre ambos países são muito importantes. Portanto, os consulados do Brasil e do Paraguai nessas cidades fronteiriças passaram a ter uma importância realmente fundamental para regular a vida entre as duas populações e facilitar mais também esse relacionamento entre os dois países.

Portanto, hoje, Chanceler Saldívar, estamos aqui assinando um passo que o progresso do Paraguai e o progresso brasileiro são obrigados a pagar. Criar condições para esses Consulados do Brasil e do Paraguai nessas duas cidades tem assim significativa importância. De outro lado, eu poderia adiantar que alguns Consulados brasileiros na Europa estão sendo fechados. As nossas transações com alguns Consulados na Europa passaram a não ter mais expressão de outrora. E as fronteiras brasileiras passaram a ter uma vida muito marcante. Este é um Acordo que firmamos entre o Paraguai e o Brasil, para os chefes de assuntos consulares da maior importância. Creio que ele vai facilitar de mais esse já tão bom relacionamento que existe entre os dois países. Eu fico imensamente grato de poder fazer isso na presença do Senhor Embaixador e parla-

mentares paraguaios e brasileiros, pois eles têm uma vida comum conosco, e na presença do Senhor Embaixador Paulo Tarso.

Isto é um exemplo de uma diplomacia dinâmica. E é assim que nós devemos fazer. Me congratulo com Vossa Excelência e com o seu Governo por este mais profundo laço de amizade entre o Brasil e o Paraguai. Muito obrigado.

PALAVRAS DO CHANCELER PARAGUAIO

Senhor Chanceler Abreu Sodré,
Senhores Embaixadores,
Senhores Parlamentares,

As fronteiras entre o Paraguai e o Brasil têm tido a característica, nos últimos decênios, de unir-nos cada vez mais. Os acidentes geográficos serviram para justamente poder realizar os ideais de cooperação e integração regionais. A Ponte da Amizade, sobre o Rio Paraná, foi o início de uma maior comunicação, sem dizer a obra de Itaipu, que assenta um dos seus braços no Paraguai e outro no Brasil.

Esta criação dos Comitês de Fronteira deram a oportunidade para que as autoridades regionais se conheçam cada vez mais e trabalhem todos por um bem comum, que é o da melhor relação entre nossos dois povos. Inclusive, demos um exemplo, com a criação que foi patenteada na última reunião dos países da Bacia do Prata, para demonstrar a todos os associados nessa Organização e à toda América que se pode trabalhar e se deve trabalhar unindo-nos cada vez mais. Acreditamos que os problemas vão terminando, problemas próprios que existem nas fronteiras vão terminando; já quase não existem onde funciona o Comitê de Fronteira entre a Ciudad Presidente Stroessner e Foz de Iguaçu. E agora, esses dois novos Comitês vão dar-nos o panorama do futuro alentador para as relações entre os nossos dois povos, que tão bem têm sabido interpretar nosso. . .

Senhor Chanceler, em nome do Governo da República do Paraguai, expresso aqui nos-

so reconhecimento pela forma como são encarados e se está encaminhando essa solução que é positiva, é uma solução americanista, é uma solução de integração e de cooperação, graças a que nossos povos estão cada vez mais unidos. O Paraguai e o Brasil, com a construção de Itaipu, deram um verdadeiro exemplo ao mundo e esses

atos, esses exemplos os vimos repetindo a cada momento, porque somos dois povos que temos um destino dentro da América Latina. E esse destino devemos levar adiante, devemos chegar aos objetivos em comunidade de ideais e em franca e crescente cooperação. Muito obrigado.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 149, texto do acordo Brasil-Paraguai para instalação do Comitê de Fronteiras.

chanceler abre seminário sobre relações brasil-áfrica na câmara dos deputados

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Câmara dos Deputados, em 24 de junho de 1986, por ocasião da abertura do Seminário sobre Relações Brasil-África.

Venho, com grande satisfação, atender ao honroso convite da Câmara dos Deputados para proceder à abertura deste Seminário, iniciativa feliz e oportuna, da Comissão de Relações Exteriores, destinada a examinar, numa perspectiva redimensionada, as relações entre o Brasil e o Continente africano.

O relacionamento com a África foi definido pelo Senhor Presidente da República, em seu discurso ao novo Ministério, a 20 de fevereiro último, como prioritário em nossa ação diplomática.

Interpretava o Presidente José Sarney o anseio de segmentos cada vez mais amplos da sociedade brasileira, de acelerar o processo de aproximação do Brasil com um Continente que permaneceu por muito tempo relegado, política e economicamente, a plano secundário em nossas relações externas.

Além das afinidades históricas e culturais existentes, suficientemente conhecidas para não serem aqui enumeradas, poderosos fatores contribuem para aproximar, cada vez mais, Brasil e África. Evidenciam-se as simi-

laridades geográficas de nossos territórios e recursos; tornam-se patentes as analogias de nossas experiências na luta pelo desenvolvimento; são comuns nossas preocupações diante da crise econômica que afeta nossos países.

Ao chefiar a delegação brasileira à Assembleia Especial das Nações Unidas sobre a Situação Econômica Crítica da África, em fins de maio último, tive a oportunidade de salientar a preocupação e a solidariedade do Governo brasileiro ante os graves problemas do Continente vizinho:

“Angustia-nos — com efeito — que a África continue ainda, no final do século XX, a padecer de condições de pobreza dramática: a perpetuação dos fatores de sua crítica vulnerabilidade, no plano econômico e político, deve ser motivo de preocupação e ação” (. . .) “A solidariedade que o Brasil vem aqui concretizar não se confunde com gestos retóricos. Dentro de suas possibilidades como país em desenvolvimento, o Brasil procurará cooperar ativamente para a recuperação econômica africana.”

Procurei, naquela ocasião, enfatizar a importância atribuída pelo Brasil à cooperação Sul-Sul e a valia e relevância desse movimento como alternativa para atenuar dependências e vulnerabilidades.

Os resultados das Assembléia Especial foram positivos e os países africanos receberam com otimismo a adoção unânime de um plano de ação para o desenvolvimento do Continente no período de 1986/1990. A contribuição da delegação brasileira para esse resultado foi motivo de vivo agradecimento por parte de várias delegações africanas.

A nova prioridade ao relacionamento com a África já se manifestara na inclusão de país daquele Continente (Cabo Verde, ao qual estamos intimamente ligados por densas afinidades lingüísticas e históricas) no roteiro da primeira viagem empreendida pelo Presidente José Sarney, na qualidade de Chefe de Estado, fora dos limites do Continente americano.

Aquela viagem foi marcada por vigoroso pronunciamento do Presidente da República, que tornou ainda mais explícita e enfática a posição do Brasil em relação à África, em especial àquela parte do Continente em que a escalada da confrontação e da violência atinge níveis cada vez mais preocupantes.

A África Austral vem sendo vítima, há muitos anos, da tragédia vergonhosa do **apartheid**. Este sistema arcaico e inumano, que se baseia em critérios abomináveis de superioridade e segregação racial, é, de fato, a fonte principal das tensões e dos conflitos naquela região. Em nome de sua preservação, a qualquer custo, graves crimes vêm sendo cometidos pelo Governo da África do Sul, contra a própria população de seu país — agora mais uma vez submetida a explosivo "Estado de Emergência" —, e contra os Estados vizinhos que não admitem compactuar ou silenciar diante daquele comportamento ignominioso. A África do Sul insiste ainda, contra toda a opi-

nião internacional, em ocupar ilegalmente o território da Namíbia e recusar-lhe a verdadeira independência, tal como determinada pela Resolução 435 do Conselho de Segurança.

Senhoras e Senhores,

A opinião pública brasileira se vê, diariamente, dolorosamente confrontada com as violências cometidas pelo Governo sul-africano. Interpretando sentimentos nacionais legítimos, o Governo tem expressado em todas as oportunidades seu veemente repúdio ao sistema de dominação imperante na África do Sul e na Namíbia, bem como o apoio da sociedade e do Estado brasileiro aos patriotas sul-africanos, que lutam vigorosamente para criar, em futuro que felizmente já se esboça, uma nova África do Sul, pluralista, democrática, pacífica e livre do pesadelo do racismo.

Assim como nos solidarizamos com a sofrida população discriminada sul-africana, revigoramos nosso apoio também aos povos e Governos dos países vizinhos da África do Sul. Condenamos as agressões perpetradas pelo Governo de Pretória contra Angola, Botsuana, Zâmbia, Zimbábue, Lesoto e Moçambique, e também repudiamos outras ingerências externas, configuradas em apoio a forças irregulares que tentam igualmente desestabilizar esses países. Nossa preocupação volta-se particularmente para as graves situações em Angola e Moçambique, onde rivalidades exógenas contribuem para o aumento da violência, gerando risco maior de generalização dos conflitos regionais ao inseri-los no contexto global da confrontação Leste-Oeste.

Cito o Presidente da República, de seu discurso pronunciado em Cabo Verde: "A complexa problemática da África Austral jamais poderá ser solucionada no horizonte das tensões Leste-Oeste ou sob qualquer ótica de grandes potências. A solução da crise naquela região passa primeiramente pelo desaparecimento do **apartheid** e, em seguida, pela sólida implantação de uma es-

estrutura de interação pacífica entre os Estados da região, que permita a todos eles dedicar-se à luta para implementar os projetos nacionais de desenvolvimento”.

O Brasil deseja também evitar que a instabilidade da África Austral possa precipitar a corrida armamentista e a confrontação no Atlântico Sul. Com esse objetivo, enviei ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Pérez de Cuellar, a 29 de maio último, carta na qual solicito a inclusão na Agenda da próxima Assembléia-Geral da ONU de item com o título “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul”. Conforme salientado naquela mensagem, o Governo brasileiro considera que chegou o momento de as Nações Unidas, assumindo as responsabilidades que lhe impõe sua Carta, examinarem a questão do Atlântico Sul, com vistas a manter aquela área livre de tensões derivadas de interesses alheios aos dos países em desenvolvimento em ambas as margens, assim como a assegurar que esse oceano sirva apenas aos propósitos da cooperação pacífica e da crescente solidariedade entre os povos da região.

Na busca da intensificação das relações com a África, no apoio aos esforços de paz e desenvolvimento de nossos parceiros africanos, não descansaremos. Ainda no corrente ano, empreenderei viagem a diversos países daquele Continente, na firme disposição de consolidar, ampliar e diversificar, com espírito inovador, a proveitosa teia de interesses mútuos que ali pudemos desenvolver nos últimos anos.

Senhoras e Senhores,

Ao declarar abertos os trabalhos deste Seminário, faço votos de que em seu curso surjam idéias novas e fecundas, que possam contribuir para o aperfeiçoamento ainda maior da cooperação e do diálogo político-econômico entre o Brasil e a África. Estou certo de que, com iniciativas desta natureza, o Brasil estará sempre mais perto de realizar sua vocação, natural mas também por nós intensa e deliberadamente desejada e cultivada, de parceiro solidário e permanente de seus amigos e vizinhos do além-mar.

Muito obrigado.

abreu sodré, na escola superior de guerra: atividade diplomática exige diálogo

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1986.

Este encontro com os Estagiários da Escola Superior de Guerra faz parte da agenda obrigatória do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Nem por repetir-se a cada ano é menos valioso. A reflexão e o debate que enseja acrescentam a nossa visão do Brasil e de seu papel nas relações internacionais. A oportunidade é duplamente proveitosa: o Ministro transmite seu pensamento a grupo altamente representativo da sociedade brasileira; o Ministro recolhe as opiniões principais desse grupo com respeito à política externa que é de sua competência executar.

Por tudo isso sou muito grato ao Comandante da Escola, Brigadeiro Luiz Felipe Carneiro de Lacerda Neto pelo convite que houve por bem fazer-me, para que viesse hoje aqui falar-lhes. Grato também sou, ao Comandante, por sua compreensão quando lhes expus circunstâncias imprevistas que acabaram por determinar o adiamento da palestra de sua data original. Ao Comandante e aos estagiários peço desculpas por minha involuntária impontualidade, que se deveu, posso assegurar-lhes, as razões incontornáveis, ligadas à crise da América Central.

Assumi há pouco mais de quatro meses as funções de Ministro das Relações Exteriores. Político por inclinação e formação, ex-parlamentar, ex-governador, abracei com entusiasmo o novo ofício. Diplomacia é também exercício de política — embora diferentes os protagonistas, outros os foros, mais extensos os espaços. A atividade diplomática exige igualmente diálogo, persuasão, entendimento, presume as mesmas metas de harmonização, cooperação e bem-comum presentes no desempenho doméstico da função política. Não sinto que transija com minha vocação original no cargo com que tanto me distinguiu o Senhor Presidente da República, nem escondo o orgulho com que o exerço, chefiando uma diplomacia provada e capaz, a serviço de um país cuja projeção internacional só faz crescer e aprimorar-se.

Pautam meus propósitos nessa comissão desafiadora três preocupações essenciais:

— a preocupação da **coerência** — coerência de nossa política externa com seu nobre passado e suas firmes tradições;

— a preocupação da **transformação** — do

também coerente ajustamento daquela política ao Brasil que emerge na Nova República e às mudanças que vão inelutavelmente ocorrendo no amplo cenário externo em que deve ser aplicada;

- a preocupação da **afirmação** da busca necessária no exato e justo perfil que cabe a nosso país na comunidade das nações.

COERÊNCIA E CONFIANÇA

A consistência e a confiabilidade de nossa política externa repousam na permanente e inequívoca observância de princípios imperativos nas relações internacionais: a autodeterminação dos povos; a não-ingerência nos assuntos internos de outros países; a solução pacífica de controvérsias; a igualdade jurídica entre os Estados. O país que prega e pratica perenemente tais princípios acumula capital considerável de respeito e confiança junto às nações de seu convívio. E esse patrimônio o Brasil soube sem dúvida formar ao longo de sua História como nação independente.

Aqueles princípios não apenas dirigem nossa ação, dão-lhe consistência ou inspiram confiança. Eles são coerentes com nossa noção de um mundo melhor. Um sistema ideal, neles rigorosamente fundado, não nivelaria automaticamente os diferenciais de poder, de capacidade econômica, científica e tecnológica e de recursos naturais existentes entre os Estados. Mas o acatamento efetivo e invariável àqueles princípios, já formalmente consagrados em numerosos instrumentos internacionais, inibiria práticas como as da ameaça ou do uso da força, contribuindo para que o poder se dirigisse para modalidades mais generosas e cooperativas de relacionamento internacional. Por si sós os princípios não garantem plena justiça, correta distribuição de riquezas ou solução para crises econômicas. Sua observância, contudo, ao esvaziar tensões, poderia induzir a comunidade internacional a debruçar-se com mais firmeza — e resultado — sobre problemas cruciais, como, nos dias

de hoje, os do desenvolvimento e do combate à fome e à pobreza. Tal como na ordem interna, o direito, no âmbito internacional não abole de per si o conflito de interesses, nem o resolve, magicamente; reprime, porém, o recurso à violência e superpõe a igualdade jurídica às desigualdades de fato.

A diplomacia brasileira foi cunhada no respeito ao direito e na busca perseverante da paz. De sólido embasamento ético e jurídico, jamais perde de vista, no entanto, o prático e o possível nas relações entre nações soberanas. É, por isso, também, uma diplomacia de eficácia e de consequência — e assim me empenho em preservá-la, para que continue coerente, confiável e respeitável no serviço dos interesses mais altos do País.

TRANSFORMAÇÃO E EFICÁCIA

Mudar, em nossa política externa, não resulta do mero desejo de mudança, da busca do novo simplesmente pelo novo — não por sua necessidade ou seus proveitos. Continuidade e consistência não significam, porém, imobilismo. A realidade é mutável, no país e no mundo — e há que permanecer coerente com ela. Às vezes se observa uma ilusão de ótica no enfoque da política externa: questiona-se se mudou ou não, quando o que caberia mais bem avaliar é se o país e o mundo mudaram, e se mudou, em decorrência — e corretamente — nossa ação diplomática.

Penso que a diplomacia brasileira soube sempre renovar-se — até mesmo antecipar-se — na exigente sintonia de sua atuação com a evolução do País e da comunidade de nações de que este participa. Grato é agora representar os interesses de um País privilegiado pela coesão social e favorecido pela simetria transparente entre a política interna do Governo e sua política externa. Nossos insistentes, reiterados reclamos no plano externo por uma maior democratização do sistema político internacional e por uma nova, mais justa, ordem econômica, adquirem acrescida legitimida-

de e renovado vigor graças aos notáveis progressos políticos e econômicos realizados internamente.

A democracia, o desenvolvimento e a justiça social, valores claramente prioritários no âmbito interno determinam igualmente a conduta do Itamaraty da Nova República.

A democracia plena implica redobrada sensibilidade ao pensamento dos mais diversos setores da sociedade brasileira, tratamento equânime de demandas muitas vezes conflitantes, consenso prévio em torno das posições de Governo. A democracia, ao mesmo tempo que acicuta reivindicações, provê meios de mais bem captá-las, compará-las, pesá-las. O Congresso ativo, a imprensa livre, os sindicatos, a Universidade, as organizações civis e militares, são correias de transmissão que habilitam às menores parcelas de energia social chegar ao Estado.

É preciso tirar partido dessas novas contribuições para garantir exata fidelidade da diplomacia ao País que deve servir. O processo democrático de formulação de política externa é mais lento e exigente do que nas autocracias. Tem a vantagem, no entanto, da solidez e da visibilidade, não depende dos humores e caprichos de indivíduos nem o estigmatiza segredo excludente dos gabinetes. Solidez e visibilidade têm ainda outra valia: a de fortalecer decisões internas de política quando porventura contestadas em eventuais controvérsias no plano internacional. É de mais força, certamente, o argumento que tem nítido suporte em consenso nacional livremente determinado, democraticamente conquistado.

Ao lado dos progressos políticos, o saneamento da economia e os projetos sociais também revigoram a ação diplomática. Uma nação com a casa em ordem tem maior credibilidade quando se trata de denunciar iniquidades na ordem — ou desordem? — da economia internacional. Na verdade, o desenvolvimento econômico e a justiça social são fatores essenciais de poder no mundo de hoje. O desenvolvimento re-

tempera os países no exercício de sua soberania e lhes abre horizontes mais amplos, opções menos coercitivas de cooperação internacional; a justiça social imuniza contra o contágio das insatisfações importadas, capazes de desestabilizar Estados e frustrar soberanias.

Democracia política, desenvolvimento econômico e justiça social são ênfases claras do Governo do Presidente José Sarney e portanto referências naturais e necessárias de nossa ação externa. O ajustamento dessa ação aos objetivos irredutíveis da Nova República é imperativo ao qual o Itamaraty está atento. Como atento igualmente está à própria transformação do universo externo em que aquela ação é exercida.

Com efeito, é cego quem pretende enxergar o mundo com ótica estática. Vivemos numa sociedade internacional em constante evolução, à qual é preciso amoldar-se sob pena de pernicioso marginalização. Se a essência do processo diplomático prevalece no tempo, seu cenário se transforma ao sabor de variáveis infinitas. A diplomacia não pode perder o passo da História, é indispensável acompanhá-la — idealmente, inclusive, a ela em tempo antecipar-se.

Se o processo diplomático se conserva essencialmente o mesmo, no tempo, os instrumentos de ação diplomática requerem igualmente transformação, para não se tornarem obsoletos ou ineficazes. Pode não mudar o cerne da diplomacia; indispensável que se atualizem, no entanto, suas modalidades, as formas de seu exercício. Minha preocupação com respeito à **transformação** se aplica também à própria estrutura e à operação do Itamaraty. Avanço importante já foi obtido graças à recente aprovação, pelo Presidente da República e o Congresso Nacional, de projeto que me permiti sugerir, já nas primeiras semanas de minha gestão, com vistas a estabelecer normas sólidas e nítidas para o Serviço Exterior Brasileiro e criar condições para indispensável rejuvenescimento e revigorada motivação de seus quadros de funcionários. Esse proje-

to resultou, basicamente, de mais de dez mil sugestões colhidas em consulta livre e coletiva a toda a Casa; os próprios funcionários sugeriram como deveria ser a reforma que se pressentia, unanimemente, inadiável.

Desde 1961, com efeito, não se reestruturava com abrangência e consistência a organização e a operação do Itamaraty. Em todos esses anos, os ajustamentos inevitáveis eram feitos mediante providências em geral tópicas, para atender a necessidades imediatas. As respostas dadas por 306 diplomatas à consulta a que acima me referi, analisadas juntamente com estudos técnicos levados a efeito por grupo de alto nível, inspiraram a proposta que viria a ser aperfeiçoada e aprovada pelo Senhor Presidente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Esse alto endosso, mais a presteza com que a reforma foi considerada e mereceu aprovação, sensibilizaram a Casa de Rio Branco. Isento, na medida em que a ela não pertence, institucionalmente, acho que aquela elevada e pronta tramitação dão testemunho do prestígio que nossa diplomacia soube grangear junto a nosso Governo e ao Parlamento, bem como, ao longo de sua rica e profícua História, perante a sociedade brasileira como um todo.

Para mim, a reforma tem também um outro relevante significado: ela supre o Ministério de meios para uma administração articulada e coerente, em que — por exemplo — as remoções de funcionários obedecerão a critérios firmes e transparentes, tanto quanto suas promoções. A reforma nos habilita a resistir às tentações da **administração pelo casuísmo**, ao impor regras claras, perenes e imperativas.

Nessa minha preocupação, ainda, de transformação, outras iniciativas estão em curso com vistas a apurar a organização do Ministério, no Brasil e no exterior; sistematizar e codificar procedimentos; acelerar a já extensa e intensa informatização dos serviços; precisar a repartição de recursos humanos e materiais conforme prioridades políticas

definidas. O Itamaraty não pode prender-se ao passado, nem o progresso diminuir o diplomata. Em discurso que fiz no Dia do Diplomata, algumas semanas atrás, achei oportuno observar: “Como do punho de renda passamos às abotoaduras e ao simples botão, da pena cedo avançamos para a máquina de escrever e, hoje, o computador, o editor de textos, a leitora ótica. Mudam as vestimentas e as ferramentas; não muda o diplomata, nem sua importância”.

AFIRMAÇÃO SEM HEGEMONIA

No memorável discurso que proferiu para abertura da Quadragésima Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro último, em Nova York, o Presidente José Sarney salientou que o Brasil não quer que sua voz seja tímida, advertiu para que o Brasil “de-seja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença”. Em seu primeiro discurso ao novo Gabinete, a 20 de fevereiro último, declarou o Presidente que nossa política externa “há de ter, como primeiro objetivo, a tarefa de construir um perfil próprio para o Brasil no sistema internacional”.

O Brasil vive, hoje, uma verdadeira revolução de mentalidade. O País reencontrou sua identidade democrática e volta a confiar no futuro. Estamos unidos na luta pela estabilidade e o crescimento econômico. Aumenta a transparência das estruturas da sociedade. Torna-se cristalina a clareza de propósitos do Governo e sua ferrenha determinação na busca do bem-estar nacional. Somos um país que amadureceu politicamente e prova, diariamente, a plena viabilidade de suas aspirações.

Essa transformação profunda se refletirá necessariamente na política externa do País. Queiramos ou não, o novo Brasil exige, no plano diplomático, presença e atuação à altura de sua dimensão política, econômica e cultural — à altura, igualmente, das responsabilidades internacionais que tal dimensão implica, irrecusavelmente.

Não quer isso dizer que nossa política externa deve ceder às tentações do ufanismo inconseqüente — e contraproducente —, das reivindicações estéreis ou das retóricas estridentes. Temos consciência de nossas insuficiências e vulnerabilidades, mas conscientes igualmente somos de nosso valor, de nossa importância. Para sermos coerentes com esse nosso valor, há que traduzi-lo em nossa atuação externa, sem timidez, como determina o Presidente, mas afirmando e admitindo nossos triunfos e fraquezas com realismo, dignidade e competência.

PRIORIDADES E LIMITAÇÕES

Preocupei-me até agora com a coerência, a transformação, a afirmação em nossa política externa. Proponho-me discorrer, agora, sobre a política externa propriamente dita — suas prioridades, suas condicionantes, o universo em que se aplica. Pretendo falar-lhes acerca de importantes movimentos em curso na cena maior das relações internacionais — a rebipolarização, a crise do multilateralismo, a deterioração das bases sobre as quais se estruturam as relações econômicas —, bem como expor nossas posturas com respeito a regiões e questões específicas — as Américas, a Europa, a África, o Oriente Próximo, as bacias do Pacífico e do Índico, a Antártica, a paz e a cooperação no Atlântico Sul.

À Guisa de introdução, valeria mencionar que as múltiplas identidades do Brasil, país plural por excelência, definem de per si algumas prioridades gerais de política externa. Nossa posição geográfica e dupla condição de país latino-americano e africano, do ponto de vista histórico-cultural, sugerem duas vertentes naturais de nossa projeção internacional. Nosso tradicional relacionamento com os Estados Unidos e a Herança política e cultural recebida da Europa Ocidental traçam, igualmente, caminhos evidentes. A qualidade de país em desenvolvimento nos insere, automaticamente, nos grandes movimentos coletivos dos países latino-americanos, africanos e asiáticos em

prol de transformações indispensáveis da ordem política e econômica mundial.

Todos esses fatores — geográficos, históricos, culturais e econômicos — não bastam, entretanto, para determinar a política externa em todos os seus pormenores, diante da infinidade de temas e gestões com que se defrontam as Chancelarias, cotidianamente. Servem de balizamento das estradas principais de atuação, mas não podem de per si estabelecer a intensidade do tráfego, ou sua velocidade. Cabe à imaginação diplomática e à vontade política conceber e gerar iniciativas concretas que tragam as prioridades genéricas para o plano da operação efetiva.

Nossas prioridades, razões e limitações ficarão patentes no que me proponho dizer-lhes adiante.

REBIPOLARIZAÇÃO E CRISE DO MULTILATERALISMO

A conjuntura internacional apresenta, na verdade, quadro pouco alvissareiro para a ação diplomática, às tentativas modestas de estabelecimento de uma "detente" entre as superpotências sucedeu um jogo estéril de avanços e recuos no tabuleiro geopolítico mundial. Tenta-se uma volta a esquemas bipolares de interpretação e organização da realidade internacional, presumidamente capazes de refazer agrupamentos há muito afrouxados ou impedir a explosão de blocos congestionados em demasia. Até mesmo esquemas oligárquicos de poder, com o famoso pentagrama que reuniria EUA, URSS, China, CEE e Japão, se vêem abandonados, em prol de um desenho bipolar ainda mais restritivo.

A tentativa das grandes potências de revitalizar a oposição bipolar decorre uma visão simplista e empobrecedora, de uma lógica que se reduz a fáceis dicotomias, em que o Bem e o Mal se repartem o mundo. A realidade é mais complexa e contraditória. A angústia compreensível que a mente humana tem diante das dificuldades do múltiplo não deve compelir ao ilusório conforto das concepções binárias.

O chamado eixo Leste-Oeste não consegue, hoje, a rigor, senão expressar relações de tipo estratégico-militar entre os EUA e a OTAN, de um lado, a União Soviética e o Pacto de Varsóvia, de outro. As próprias relações CEE/EUA, CEE/COMECON, já escapam ao modelo vigente no nível estratégico. Que dizer então do eixo Norte/Sul, que define diferente nível de discrepância de interesses, no terreno econômico, sobretudo? Que dizer do ressurgimento de outros eixos de confrontação, fundados não no binômio político-estratégico Ocidente/Oriente. Mas em contrastes qualitativamente distintos e comparativamente poderosos, como os de inspiração cultural ou religiosa?

Rebipolarizar o sistema internacional significa empobrecer nossa capacidade de compreender o que nele se passa, em virtude do desacordo inescapável entre a falaciosa simplicidade do quadro conceitual e a complexa riqueza da realidade.

A rigidez dualista da visão de blocos se opõe à regulação jurídica, ao multilateralismo, em suma, a tudo que tenta criar ordem no plano internacional pela negociação e pelo diálogo, buscando minimizar o quanto possível os efeitos das diferenças de poder político, econômico e militar. Ela privilegia, por outro lado, o estratégico, em detrimento de outros componentes das relações internacionais prioritários para um país em desenvolvimento como o Brasil — componentes tais como o econômico e o científico-tecnológico. Quando denunciarmos e rejeitamos visões bipolares da vida internacional, também pensamos, com efeito, nas consequências perversas que acarretam para a correta identificação e oportuna solução dos problemas prementes que afligem os países em desenvolvimento.

É no plano do armamentismo, entretanto, que a lógica da bipolarização atinge seu ápice mais absurdo. É intolerável o espectro da violência absoluta implícito no armamentismo nuclear das grandes potências, por mais que queiramos, “pensando o im-

pensável”, aliar-nos a enfoques pretensamente racionais das teorias de dissuasão.

Acidentes em instalações para a produção de energia nuclear para fins pacíficos indicam, claramente, os riscos muito maiores que corre a humanidade, convivendo com o descomunal estoque de artefatos nucleares existente, e comprovam que não se pode aceitar a premissa de que alguns Estados são necessariamente mais “responsáveis” do que os demais. (Vale lembrar que os mais graves acidentes nucleares já ocorridos sucederam precisamente onde a “responsabilidade” é por definição maior, e maior, igualmente, presume-se a capacitação tecnológica).

Os esquemas bipolares acabam comprometendo os esforços de ordenação jurídica da vida internacional. A confrontação substitui a busca do diálogo, do consenso, esvazia os mecanismos de participação coletiva e democrática no processo decisório da comunidade das nações. A exploração política das disparidades do poder, a ameaça do uso da força — e mesmo seu emprego efetivo — procuram enquadrar em blocos disciplinados a natural pluralidade da sociedade internacional contemporânea, espontaneamente multipolar. E pouco conforto existe, para quem se empenha pelo tratamento negociado e pacífico das controvérsias, em verificar que o poder se vem mostrando ineficiente como forma de resolver disputas. Nos cenários de conflito, os empates são hoje mais freqüentes que as vitórias e as derrotas. A força, além de ilegal e imoral, tem-se provado não-funcional.

Na esteira da rebipolarização vem a crise do multilateralismo. Estão em perigo avanços significativos realizados desde a criação das Nações Unidas. Interessa-nos o fortalecimento dos foros multilaterais. Seria ilusório, é verdade, esperar que tais foros não espelhassem relações de poder ou que seu funcionamento não fosse de alguma forma condicionado pela vontade política individual dos Estados. Nem por isso convém ao Brasil, no entanto, ou a qualquer

outra Nação, a volta à confrontação e a aceitação resignada de práticas incontidas de poder.

À ONU devemos, em grande parte, a extinção do colonialismo, a clara formulação jurídica dos direitos humanos e o estabelecimento de normas para sua proteção internacional. O mesmo relevante papel a ONU tem desempenhado na luta contra o racismo, e suas formas mais odiosas, como o "apartheid". Foi graças aos estudos e às negociações promovidas no âmbito das Nações Unidas que se fortaleceu entre os países em desenvolvimento a consciência de seus interesses comuns e o reconhecimento de que as desigualdades econômicas e sociais não decorrem de fatalidades naturais ou culturais, nem se cristalizam na História. À ONU coube destacada atividade no campo da afirmação do direito internacional e no alargamento do seu âmbito para novas áreas, como as dos fundos marinhos e o espaço exterior, de grande relevância para o Brasil.

O desgaste a que está sendo submetido o multilateralismo não decorre de uma insuficiência de instrumentos e marcos jurídicos para o encaminhamento de crises e problemas, mas, antes de tudo, da ausência de vontade ou consenso político global para seu efetivo emprego. Condenar o sistema das Nações Unidas e o multilateralismo ao perecimento significaria, para o Brasil, reduzir sua própria capacidade de afirmação como nação independente, soberana.

VELHA ORDEM ECONÔMICA

O predomínio de questões estratégico-militares na agenda internacional tende a relegar a segundo plano temas da maior importância para os países em desenvolvimento. A crise econômica iniciada nos anos 80 persiste. Os indícios de recuperação nas economias centrais, embora significativos, não são de molde a antecipar, necessariamente, dias melhores. Ao contrário, apesar dos difíceis ajustes internos por eles realizados, os

países em desenvolvimento continuam em sérias dificuldades e ainda exportadores líquidos de capitais. Nos últimos quatro anos, a América Latina transferiu aos países industrializados cerca de 100 bilhões de dólares.

Diante desse quadro, caberiam algumas considerações sobre a inserção brasileira na economia internacional. Somos um país em processo de industrialização, que nos habilita a participação crescentemente diversificada no comércio mundial. Essa condição, se é obviamente motivo de satisfação para nós, não coloca o Brasil, necessariamente, entre os países que se beneficiam do ordenamento econômico prevalecente hoje no mundo. Apenas para citar um exemplo numérico, entre 1982 e 1984, quando tivemos taxas de crescimento negativas, a média dos recursos oriundos de nossas exportações, comprometidos com o pagamento de nossa dívida externa, atingiu a absurda proporção de 62%. De 1980 para cá, fomos obrigados a pagar a título de juros, uma quantia igual à totalidade de nossa dívida, sem com isso em nada nos aliviarmos de seu pesado ônus.

Refiro-me à questão da dívida externa — cuja solução ainda não se vislumbra — para demonstrar quão desfavoráveis podem ser para o Brasil as regras — em alguns casos a ausência delas — que hoje regem o relacionamento econômico entre os países. Não se limitam, contudo, aos de ordem financeira os fatores impeditivos de participação mais justa e equitativa do Brasil na economia mundial. São crescentes os obstáculos tarifários e de outras índoles, adotados sob os mais diversos pretextos, para o acesso de nossos produtos aos mercados dos países industrializados.

Nossa diplomacia econômica vem refletindo — e enfrentando — a complexidade cada vez maior dos interesses que pautam a inserção do Brasil na economia mundial. De um lado, somos ainda importantes exportadores de produtos primários e matérias-primas (e a deterioração nas relações de

troca nos é particularmente nociva). De outro, disputamos com nossos produtos industrializados segmentos já bastante sofisticados do mercado (e aqui o protecionismo nos tem afetado duramente).

É interessante recordar que durante muito tempo nossa diplomacia econômica se confundiu com a defesa da participação de produtos agrícolas — notadamente o café —, no mercado mundial. Pouco a pouco foi aumentando a gama dos interesses que lhe incumbe defender. Tivemos que negociar nossa participação no mercado de produtos têxteis. Depois, vieram os produtos siderúrgicos, os bens de consumo durável, e hoje nos defrontamos com a ingente tarefa de assegurar espaços para nossa indústria em setores de tecnologias mais avançadas.

Muitas vezes a diversidade das formas de inserção do Brasil na economia mundial tem suscitado perplexidades e mesmo mal-entendidos. Não é incomum encontrarmos o argumento de que nos servimos das diferentes facetas de nosso estágio de desenvolvimento para fazer valer nossas reivindicações, ora como país em desenvolvimento, ora como país em processo acelerado de industrialização. Não há contradição, porém, em nossas posições. Ao contrário, elas procuram refletir fielmente a nossa realidade.

E nesse ponto volto — com outro enfoque — ao tema da inserção do Brasil na economia internacional. De dimensões continentais, com abundantes recursos naturais e uma população jovem em expansão, o País tem em sua própria economia o motor de seu desenvolvimento. Temos condições de sustentar a produção de vasta gama de bens e serviços a partir da escala de nosso mercado. A ênfase social imprimida pelo Presidente José Sarney a nosso desenvolvimento econômico tenderá naturalmente a fortalecer as bases internas do mercado brasileiro, em termos não só quantitativos mas também qualitativos. Estimulado e consolidado o parque industrial e os setores agropecuário, mineiro e de serviços de nossa econo-

mia, a partir do atendimento de nossas necessidades internas, adquirimos naturalmente condições mais favoráveis para participar das relações econômicas internacionais. Não nos convém, assim, a autarquia, nem a ela estamos forçosamente dirigidos. A preservação de nossa capacidade produtiva própria, em determinados setores ainda incipientes, tampouco visa à autarquia pela própria lógica de nosso desenvolvimento econômico.

É preciso salientar que não estamos inovando em nosso processo de desenvolvimento econômico. Muitas das principais economias do mundo atual seguiram o mesmo caminho no passado. A partir de um mercado interno com ampla potencialidade, tornaram-se parceiros de primeira grandeza no comércio internacional. Igual é a vocação brasileira. Cumpre observar, contudo, que essa vocação não se realiza de forma automática. Há que ter exata percepção de nossa realidade e da realidade internacional na qual procuramos atuar. Conhecemos a experiência histórica de outros povos, mas sabemos também que o mundo de hoje é diferente.

Por todas essas razões, a diplomacia econômica brasileira é hoje exercício complexo. E nossa ação diplomática se estende a regiões do mundo e setores de atividades cada vez mais amplos e renovados. Ouso dizer que o Itamaraty tem cumprido seu dever, na busca permanente de espaços mais extensos para atuação do Brasil, através de uma maior participação no suprimento de bens e serviços no mercado mundial e, igualmente, por meio da mais viva presença brasileira nas decisões que influem sobre o comportamento desse mercado.

Com tais objetivos, tem o Itamaraty (I) denunciado nos foros internacionais a ausência de progresso no diálogo Norte-Sul; (II) manifestado a inconformidade brasileira ante o protecionismo das nações industrializadas; (III) propugnado por um tratamento político da questão da dívida externa, que reflita a co-responsabilidade de de-

vedores e credores; (IV) expressado nossa convicção de que a satisfação de obrigações financeiras internacionais requer nosso crescimento econômico e justa participação do País no comércio internacional; (V) rejeitado a noção de que saldos comerciais devam ser motivo para uma “mauvaise conscience”, pois a necessidade de gerar saldos positivos nas exportações decorre hoje em dia de um quadro econômico mais amplo e sobre o qual temos pouco ou nenhum poder de decisão.

Não nos limitamos, contudo, apenas a uma visão crítica da realidade econômica mundial. O Itamaraty se empenha ativa e diretamente na expansão de nossas exportações. Os laços que unem o Brasil a outras economias nacionais vêm se ampliando e multiplicando, graças a uma ação política criativa, articulada com esforços promocionais coerentes e tecnicamente deveras avançados. Para citar um exemplo concreto, nossas exportações para a República Popular da China passaram de 1,7% do total exportado em 1984, para 3,2% em 1985. Estamos no momento trabalhando num ambicioso projeto de integração econômica com o nosso vizinho, a Argentina – o qual poderá estender-se a outros países da região.

Os Estados Unidos da América continuam sendo nosso principal parceiro comercial. Nossas importações passaram de 16,5% do total importado em 1984 a 19,9% em 1985. Já nossas exportações diminuíram de 28,5% em 1984 para 26,5% em 1985. As limitações impostas a nossas exportações para os EUA não nos deixam de preocupar. Segundo estimativas recentes, essas limitações impediram a colocação de produtos brasileiros no mercado daquele país por valor em torno de 2,7 bilhões de dólares anuais. É também preocupante o fato de que do total de nossas exportações para os EUA, nosso principal parceiro comercial, 33,15% são de uma ou de outra forma objeto de restrições.

Ainda no capítulo da nossa diplomacia econômica, gostaria de abordar um tema bastante atual e que diz respeito ao campo dos serviços e das tecnologias avançadas. O Brasil optou por atingir capacitação tecnológica própria sem desprezar a experiência e a cooperação internacional. As dimensões da economia brasileira e suas potencialidades justificam plenamente essa opção. De fato, o setor terciário da economia já responde por cerca de 54% do Produto Interno Bruto do país.

Para melhor compreender a relevância dos serviços, que compreendem vasta gama de atividades, como bancos, seguros, transporte, informática, comunicações, etc., é necessário ter presente que são fator determinante da evolução da economia brasileira como um todo. Mais do que simples fenômeno de modernização, a informatização da sociedade, por exemplo, é poderoso agente de transformação tecnológica. A partir dessa transformação surgirão novos produtos e novas técnicas, das quais resultarão por sua vez correntes significativas de presença no comércio internacional.

Entender a opção brasileira por uma capacitação tecnológica própria no estratégico setor dos serviços é entender o Brasil e a maneira com que nos vemos a nós próprios. Somos um país com grandes expectativas em relação ao futuro. Já conseguimos dominar a tecnologia da produção de grande parte dos manufaturados tradicionais. Nosso parque industrial se caracteriza por um perfil dinâmico de produção e tenderá naturalmente a buscar novas fronteiras tecnológicas, com vistas a capacitar o país para o futuro ingresso no que já se vislumbra como a terceira revolução industrial.

Por essa razão, não julgamos aceitáveis as propostas para o exame do tema serviços no GATT. A consideração naquele foro, desse e de novos temas, como investimentos e propriedade intelectual, vão muito além de seus aspectos puramente comerciais. Estar-se-ia discutindo não apenas o

movimento internacional de serviços, mas também fluxos de investimento nessa área. Estaríamos apenas promovendo a criação de base jurídica para a abertura dos mercados dos países em desenvolvimento, com graves prejuízos para suas atividades nascentes, entre elas a da Informática.

Como afirmou o Presidente José Sarney, em seu discurso nas Nações Unidas, não desejamos nem o isolamento nem a autarquia. A lógica do desenvolvimento brasileiro nos leva à cooperação e ao comércio internacional. No próprio setor de Informática há um enorme espaço para essa cooperação; um dos segmentos mais dinâmicos de nossa pauta de importações é constituído atualmente por produtos de computação.

Estou convencido de que um tratamento objetivo desse assunto, no quadro de nossa Lei -- que é intocável --, acabará por convencer nossos parceiros comerciais, como os Estados Unidos, da justeza de nossa posição. Inclusive porque estas correspondem a atitudes assumidas por eles próprios em outros momentos de sua história econômica.

EUA: DIVERGÊNCIAS NA CONVERGÊNCIA

As relações entre o Brasil e os EUA datam de antes de nossa Independência e não têm feito senão adensar-se. São hoje extremamente diversificadas e complexas. Ao contrário do que ocorre em outras áreas do Continente, não existe, na sociedade brasileira, preconceitos anti-americanos. É natural, no entanto, em vista da forte presença econômica e cultural dos EUA no Brasil, que exista certa sensibilidade diante de movimentos que pareçam escapar ao padrão de diálogo equilibrado e racional que de há muito se logrou estabelecer nas relações bilaterais. É natural, igualmente, que em intercâmbio tão amplo como o que têm Brasil e Estados Unidos, surjam pontos de divergência; o oposto é que seria de estranhar, uma vez que refletiria, ou uma iden-

tidade total de interesses, altamente improvável, ou pura e simples submissão de uns, interesses aos outros.

Os EUA são uma superpotência, com presença universal; o Brasil é um país em desenvolvimento, de grande porte, que passa a ter igualmente presença e interesses em praticamente todos os quadrantes do globo. Essa circunstância também contribui para que surjam discrepâncias entre os dois países -- discrepâncias naturais, diria mesmo que forçosas entre nações independentes, com visão própria de sua inserção no mundo.

Se a divergência é inelutável, em teia tão rica de relações, o desejo de convergência constitui, no entanto, a marca maior do diálogo entre as duas Nações, tradicionalmente amigas. É fundamental preservar essa disposição comum ao entendimento, evitando emocionalismos e ressentimentos que perturbem o adequado tratamento das diferenças inevitáveis.

Felizmente prevalecem, em nossas relações, o respeito mútuo; espontânea solidariedade, vontade comum e permanente de cooperação; a admissão recíproca das identidades individuais de cada parte; e a realista aceitação de um espaço para a dissensão, em que as divergências possam ser consideradas com naturalidade, não como fatores forçosos de distanciamento mas como pólos para diálogo construtivo e entendimento compatível com a harmonia maior a que aspiram ambos os países.

É com esse tipo de preocupação em mente que venho procurando encaminhar a discussão dos pontos mais atuais e relevantes de nosso contencioso com os EUA. Devo dizer-lhes que iguais sentimentos tenho encontrado da parte de meus interlocutores norte-americanos. Sou muito otimista quanto ao resultado das conversações em curso a propósito da questão da informática, a qual mencionei anteriormente e, sei, é motivo de preocupação igualmente para os Senhores.

AMÉRICA DO SUL: A VIZINHANÇA IMEDIATA

Em virtude de fatores históricos e geográficos, as relações do Brasil com seus vizinhos da parte meridional da América do Sul são densas e diversificadas. Caracterizam-se por uma longa tradição de convivência amistosa, lastreada em notáveis continuidade e intensidade de contatos, bem como em múltiplas formas de intercâmbio e cooperação.

Às circunstâncias que, ao longo da História, marcaram a vida desses povos, até mesmo antes de seu surgimento como nações independentes, conferem uma dimensão particularmente relevante ao relacionamento do Brasil com a área, fazendo emergir, em boa parte dos casos, aspectos de grande sensibilidade. O Brasil é plenamente consciente das peculiaridades inerentes à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e ao Chile, quer no tocante aos elementos que distinguiram esses países em sua formação nacional, quer nas questões relativas à sua projeção internacional.

Dadas a substância e magnitude dos interesses que nos ligam aos países da região, destacando-se a concretização de empreendimentos e iniciativas de vulto no plano bilateral, emprestamos atenção prioritária a nossa atuação diplomática na área. Somos conscientes da importância que representa o patrimônio de realizações já acumulado no âmbito dessas relações e desejamos preservá-lo e ampliá-lo constantemente. Buscamos também consolidar as bases de confiança, entendimento e cooperação com nossos parceiros do Cone Sul. Sob esse ângulo, interessa ao Brasil manter constância e fluidez no diálogo com os países vizinhos, apoveitando todas as oportunidades de convergência e incrementando os esforços de colaboração igualitária e mutuamente benéfica.

Entre nossos dez vizinhos, sete são condôminos com o Brasil da Bacia Amazônica. Com respeito a estes países — e também ao Equador — já foi o Brasil censurado por su-

postamente atribuir-lhes menor relevo, se comparadas suas relações conosco às alegadamente mais intensas mantidas com os países platinos. De certo modo, tal acusação era verdadeira, na medida em que não éramos de fato vizinhos. A muralha vegetal da floresta por séculos impossibilitou a verdadeira vizinhança justificando o que já se chamou de “cordial desinteresse recíproco” entre os demais países amazônicos e o Brasil.

Mas a floresta está deixando de impedir os contatos. A fronteira verifica-se de forma rápida — e desordenada. Novos fatores estão ali presentes, e nem sempre positivos: tráfico ilícito de estupefacientes, contrabando, caça e extração de madeira predatórias, garimpos ilegais, disputas em terras indígenas etc.

Não é, porém, apenas a vivificação da fronteira que está provocando o adensamento das relações com os países amazônicos. Como agricultor, sempre acompanhei com interesse as relações brasileiro-colombianas, por décadas monopolizadas por um grande tema: a comercialização internacional do café. Nos últimos anos, as relações bilaterais tornaram-se imensamente mais complexas. Durante o encontro em Manaus entre os Presidentes Sarney e Betancur, falou-se de café — decerto —, mas também de entorpecentes, de dívida externa, da situação da América Central, de cooperação técnica, da participação brasileira em projetos colombianos de infra-estrutura, do desequilíbrio da balança comercial, etc. Nos últimos seis anos o Brasil acumulou saldos comerciais com a Colômbia que excederam 1 bilhão de dólares. Apesar de a fronteira colombiana-brasileira ainda estar dominada pela floresta, as relações bilaterais nos anos recentes sofreram profundas mudanças. A vaga proximidade cartográfica transforma-se em convívio efetivo entre vizinhos.

Muitas vezes somos indagados no Itamaraty sobre o Tratado de Cooperação Amazônica e as razões da inércia desse instrumen-

to que suscitou tantas expectativas por ocasião de sua assinatura. Na verdade, o TCA entrou em vigor praticamente às vésperas de séria recessão econômica, que atingiu de forma sincronizada todos os países-membros. Nos últimos cinco anos, os recursos disponíveis para a cooperação amazônica estiveram longe de corresponder à vontade política que unia os signatários do Tratado. A aplicação do TCA teve de restringir-se a seminários técnicos, que — se bem pioneiros de alta valia — não tiveram maior divulgação e visibilidade política.

Tudo isso não tira ao Tratado o potencial com que foi concebido, e que o Brasil se empenha em explorar, dentro das limitações de recursos apontados. Este ano deveremos assumir sua Secretaria **pro-tempore**, função na qual acreditamos poder dar algum novo impulso à desejável cooperação entre os países amazônicos. Por outro lado, coerente com essa mesma preocupação convoquei, para os próximos dias 1 e 2 de agosto uma reunião com todos os Embaixadores brasileiros nos países vizinhos da Amazônia. Essa reunião, da qual espero resultados valiosos para a condução futura de nossas relações na área, coincidirá com visita oficial que farei ao Equador, a convite de seu Governo. Essa será, vale notar, a primeira viagem de um Chanceler brasileiro àquele país desde 1973.

BRASIL E CONTADORA

A crise na América Central muito nos preocupa. A dificuldade em se determinar perspectivas de médio prazo é refletida pela complexidade de problemas considerados amiúde como fenômenos distintos, mas que seriam, sobretudo, elementos de uma complexa matriz política, econômica e ideológica, que estariam a requerer soluções profundas e eficazes.

Na avaliação brasileira, a crise tem origens estruturais, de fundo econômico e social, derivada do próprio processo de evolução política e econômica da região. Nossa posição reflete igualmente a compreensão de

que os problemas que atualmente afligem a região são multifacetados e não permitem soluções simples. Os componentes interligados da crise — políticos, diplomáticos, militares, sociais e econômicos — testemunham sua inerente complexidade.

Achamos que o único caminho para a pacificação é o da solução negociada e que se devem evitar todas as formas de interferência externa. Há que prevenir a internacionalização da disputa, que conduz à polarização ideológica, no quadro do confronto Leste/Oeste, com transferência de tensões globais para a região, risco de soluções de força e bloqueio da ação diplomática.

Nesse espírito, o Brasil sempre apoiou, desde sua criação, o processo mediador do Grupo de Contadora, formado em janeiro de 1983 pelo México, Panamá, Colômbia e Venezuela — países com presença tradicional na área, capacidade negociadora e canais de comunicação desimpedidos com os países centro-americanos e que buscam solução regional e latino-americana para o conflito, baseada no consenso de todas as partes envolvidas. Os esforços de Contadora recebem apoio praticamente unânime da comunidade internacional.

Em 1985, quando o processo mediador de Contadora parecia perder vigor, a iniciativa tomou alento com a formação do Grupo de Apoio, constituído pelo Brasil, Peru, Argentina e Uruguai. O papel do Grupo de Apoio não é o de somar-se ao Grupo original, ou o de duplicar suas funções. É nítido o entendimento de que as iniciativas e gestões mediadoras continuam a ser de responsabilidade dos quatro países de Contadora. Não impede esse entendimento que nossa assistência ao processo seja útil e bem-vinda. Pessoalmente, no curto prazo de minha gestão participei já de três rodadas de conversações sobre a crise centro-americana, em Punta del Este e — por duas vezes — no Panamá.

Se, por um lado, é forçoso reconhecer que não houve avanços decisivos e definitivos

no processo de Contadora, não há como negar a extrema importância da iniciativa ao impedir que se crie um vazio diplomático na crise e que o conflito possa agravar-se ainda mais, transformando-se em conflagração de repercussões imprevisíveis para todo o Continente americano. Contadora deve ser avaliada não apenas pelo que de bom fez, ou deixou de fazer, mas também pelo que de mal e desastroso tem evitado que aconteça.

EUROPA OCIDENTAL: AFINIDADES E FRUSTRAÇÕES

A Europa Ocidental, com seus 26 Estados, constitui bloco heterogêneo do ponto de vista sócio-cultural. Entretanto, sob os aspectos econômico e político, observa-se ali uma marcada tendência à uniformização. Com exceção de Portugal, Turquia, Grécia, e em menor escala a Espanha, que ainda se encontram em fase de desenvolvimento mais incipiente, os demais países europeus têm uma certa homogeneidade em seus elevados padrões de consumo e no alto nível de desempenho da economia. Politicamente, incluem-se todos no grupo das democracias representativas, em geral parlamentaristas, diferenciando-se somente pela forma monárquica ou republicana de seus regimes.

Tende a Europa Ocidental a exercer papel moderador no relacionamento Leste-Oeste. Sua posição tradicional é de ceticismo diante das iniciativas pacifistas de Moscou, mas também opõe resistências, com maior ou menor grau, a iniciativas norte-americanas no setor de armamentos. Assim ocorreu quando da instalação em seu território dos mísseis de alcance intermediário, do convite de Washington para participação na "Iniciativa de Defesa estratégica" (SDI - "Guerra nas Estrelas") e, mais recentemente, diante da proposta de introdução de armas químicas no arsenal da OTAN.

As relações do Brasil com a Europa Ocidental têm sólido embasamento, proporcionado por afinidades culturais e fortes laços

históricos. Partilhamos com aquela região os chamados valores ocidentais, que se traduzem, em política interna, nos princípios da democracia liberal e social, em política externa, na aceitação da pluralidade de sistemas e interesses e no respeito aos princípios da autodeterminação e não-intervenção.

Nossas divergências mais expressivas com a Europa residem naturalmente no relacionamento econômico-comercial, sobretudo em decorrência da política desenvolvida pela CEE. Fomos prejudicados, inicialmente, pela redistribuição dos fluxos de comércio dos países europeus, que passaram a privilegiar as trocas intra-comunitárias. Posteriormente, a Política Agrícola Comum não só restringiu a demanda comunitária de produtos tradicionalmente exportados por nós como estimulou fortes competidores para nós em outros mercados. Finalmente, à medida que diversificamos nossa capacidade como exportadores de manufaturados, a Comunidade nos vem impondo crescentes barreiras protecionistas, como ocorre, por exemplo, com têxteis e produtos siderúrgicos.

LESTE EUROPEU: REVISÃO NO COMÉRCIO

O advento da Nova República favoreceu um diálogo político mais fluído com os países do Leste Europeu, em especial com a União Soviética. Disso é significativa a visita do ex-Chanceler Olavo Setúbal a Moscou, em dezembro de 1985. O objetivo básico daquela viagem foi, justamente, consolidar nosso relacionamento político bilateral em alto nível, o qual se traduzira, em anos anteriores, apenas em conversações entre Chanceleres no âmbito das sessões regulares da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Por ocasião de sua visita à União Soviética, o ex-Chanceler assinou com o Ministro das Relações Exteriores, Senhor E. Chevardnadze, um **Memorandum** de Entendimento, estabelecendo mecanismo de consultas sobre temas de interesse comum.

No que se refere ao relacionamento econômico e comercial do Brasil com os países da Europa Oriental, observa-se um superávit histórico em favor do Brasil. Nota-se, no entanto, nos últimos anos, considerável diminuição do superávit brasileiro, resultante da retração do mercado europeu-oriental aos nossos produtos. O volume do superávit representa sério obstáculo ao aumento e diversificação do comércio com a área e impede a melhoria qualitativa da pauta brasileira, na qual os produtos de base revelam-se como os de maior importância.

Por meio de Comissões Mistas e outros mecanismos de cooperação, envida-se presentemente esforço destinado a estabelecer formas de relacionamento que permitam romper-se tal impasse no intercâmbio bilateral do Brasil com cada um daqueles países.

ORIENTE MÉDIO: CONSTÂNCIA DA COOPERAÇÃO

Não é correto pensar que o Brasil pode ou deve tornar-se indiferente ao Oriente Médio simplesmente porque se reduziu nossa dependência das importações de petróleo ou se debilitou a capacidade financeira dos países da área. Tanto os resultados do intercâmbio passado quanto as perspectivas do relacionamento futuro justificam de pleno a continuidade de nossa cooperação com aquela região.

As raízes do relacionamento brasileiro com o Oriente Médio, e particularmente com o mundo árabe, são antigas e profundas. Há mais de século vem o Brasil acolhendo contingentes expressivos de imigrantes daquela origem, os quais, com seus descendentes, constituem hoje parte significativa de nossa etnia, com ampla presença em todos os setores de atividade.

Vale mencionar a circunstância de que o Brasil pôde atravessar as graves crises do petróleo, sem percalços graves de suprimento, em parte devido a nossas excelen-

tes relações com os países fornecedores daquela área. Por outro lado, merece referência a eficaz utilização de nossas compras de óleo como alavanca de propulsão de nossas exportações, a ponto de os países árabes constituírem grupo de elevado índice de dinamismo no crescimento de nossas vendas externas. Não só pelo crescente volume são importantes aquelas exportações; também por sua composição qualitativa são decerto relevantes, uma vez que incluem parcela ampla de itens de alto valor agregado, sobretudo serviços de consultoria e engenharia e manufaturados de conteúdo tecnológico mais avançado.

Mais além de motivações econômicas, considerações de ordem política impõem igualmente atenção para com a região. No Oriente Médio se concentram alguns dos riscos maiores para a paz mundial. Os conflitos se multiplicam, acrescentando graves preocupações às causadas pela crise regional básica — a questão palestina. Recrudescem os problemas curdo e armênio, a situação no Líbano não habilita esperanças de soluções no curto prazo, Marrocos e Argélia se enfrentam politicamente na disputa sarauí. Sem falar na lamentável, sangrenta guerra entre o Irã e o Iraque, para a qual tampouco existem perspectivas de solução no futuro previsível. Em todos os foros, em qualquer contacto, de nível multilateral ou bilateral, não deixa o Brasil de reafirmar seu apoio a tratamento negociado e pacífico daquelas pendências, nem de lamentar que a bipolarização, a interveniência de interesses extra-regionais, tornem ainda mais difícil na área a paz ali tão necessária e merecida.

Ainda com respeito ao Oriente Médio, gostaria de mencionar minha viagem, em abril último, à Arábia Saudita e ao Coveite. Foi importante, na ocasião, poder marcar o empenho perene que o Brasil põe em suas relações com o mundo árabe, por cima de circunstâncias conjunturais e atento ao vasto e permanente potencial de cooperação que aquelas relações ensejam. A viagem proporcionou intercâmbio de idéias e pontos de

vista extremamente vantajoso, bem como decisões quanto a passos concretos que deverão ser dados em benefício de aperfeiçoamento ainda maior de nossas relações. Convocados por mim a Riade, os Embaixadores do Brasil na área puderam trazer um aporte valioso de observações e sugestões, para orientação de nossa ação diplomática e comercial na área, bem como receber instruções sobre a atuação que devem ter, individualmente, à frente das respectivas Embaixadas.

ÁSIA E OCEANIA: O NOVO PESO DA BACIA DO PACÍFICO

Em nossa busca de novos caminhos e no aprofundamento de opções já adotadas ressalta, com especial nitidez, a região da Ásia e Oceania. Ela abrange, grosso modo, dois segmentos, de considerável importância política e econômica: a bacia do Índico e a do Pacífico.

A primeira abrange, entre outros países, a Índia e o Paquistão. Não é necessário dramatizar a relevância política dessa região, tendo em vista, entre outros fatores, o papel do Paquistão nos esforços para encontrar uma solução pacífica para o conflito afgão, e a irradiação diplomática da Índia. Economicamente, a região representa um pólo dinâmico, de grande relevo, bastando lembrar o avanço tecnológico e científico da Índia, que dispõe da terceira maior reserva mundial de engenheiros e cientistas, depois dos Estados Unidos e da União Soviética.

Quanto à bacia do Pacífico, vale dizer que desde o final dos anos 70 o montante do comércio global dos Estados Unidos com essa região tem sido superior ao do comércio com a Europa Ocidental. A importância do Japão como produtor de tecnologia de ponta não pode ser subestimada. A China, com seu ambicioso projeto de modernização, que prevê a quadruplicação do PNB até o final do século, representa, com sua população de mais de 1 bilhão de habitantes, um enorme mercado potencial. Do

ponto de vista político, a região do Pacífico é cada vez mais um ponto de cruzamento dos interesses estratégicos das superpotências. Por tudo isso, há quem diga — talvez ainda com exagero — que o deslocamento do peso geopolítico mundial do Atlântico para o Pacífico poderia ser comparável, em significação histórica, ao deslocamento do Mediterrâneo para o Atlântico, cinco séculos atrás.

Devido à importância atual e potencial da Ásia e da Oceania, o Brasil já vem, desde algum tempo, consagrando particular atenção a sua ação diplomática na área. O Brasil tem estado, com efeito, crescentemente presente na região, procurando estabelecer uma rede densa e profícua de interações com os três grupos de países em que se divide: países em desenvolvimento (com Índia, Paquistão, ASEAN); países socialistas (China); países de economia de mercado (como Japão, Austrália, Nova Zelândia).

ÁFRICA: A FRONTEIRA A LESTE

Ao discursar perante o novo Ministério em 20 de fevereiro último, o Presidente da República estabeleceu como um dos objetivos prioritários da política externa brasileira “a intensificação do relacionamento com os países africanos, a par de um nítido repúdio ao persistente e abominável racismo da África do Sul.”

As importantes contribuições da África na formação étnica, cultural, social e econômica da Nação brasileira associam-se a identidades mais atuais entre o Brasil e a maioria dos países africanos para fundamentar os sólidos laços políticos, econômicos e de cooperação hoje existentes entre nós.

Por outro lado, nossos parceiros africanos estão conscientes de que o relacionamento com o Brasil representa importante alternativa. A cooperação brasileira é desprovida de pretensões hegemônicas e segundas intenções de caráter político e ideológico.

Por outro lado, o Brasil compartilha com a África problemas semelhantes, condicionados por fatores geoclimáticos comuns, para cuja solução a experiência brasileira pode ser valiosa.

Com alguns países, como as ex-colônias portuguesas, as maiores afinidades lingüísticas e históricas têm contribuído para adensar o nosso relacionamento. Com outras nações, que gozam de situação econômica mais favorável, como a Nigéria, a Costa do Marfim, o Zaire, os Camarões e o Zimbábue, avulta a importância de nosso intercâmbio comercial. Com 16 Embaixadas na África Subsaariana e um relacionamento institucionalizado através de acordos e comissões mistas bilaterais com vários países, o Brasil vem desenvolvendo ativamente a ação diplomática prioritária determinada pelo Presidente José Sarney.

Com o objetivo de tornar mais explícitas as posições brasileiras em relação ao Continente africano, em especial à África Meridional, o Presidente José Sarney decidiu aproveitar a sua visita a Cabo Verde, em maio último, para fazer um pronunciamento que refletisse os sentimentos de todo o Povo brasileiro. Reiterou, de forma veemente, a tradicional condenação ao sistema do **apartheid**, que viola grosseiramente os direitos humanos e atenta, em particular, contra a índole da sociedade brasileira, formada à base da miscigenação racial e da integração de culturas.

Em suas palavras, também, "a complexa problemática da África Austral jamais poderá ser solucionada no horizonte das tensões Leste-Oeste ou sob qualquer ótica estratégica de grandes potências". (...) "A solução da crise naquela região passa primeiramente pelo desaparecimento do **apartheid** e, em seguida, pela sólida implantação de uma estrutura de interação pacífica entre os estados da região, que permita a todos eles dedicar-se à luta para implementarem os seus projetos nacionais de desenvolvimento."

Em fins de maio passado, chefeiei Delegação brasileira à Assembléia Especial das Nações Unidas sobre a Situação Econômica Crítica da África. Em discurso no plenário da reunião, salientei a solidariedade do Governo brasileiro ante os graves problemas do Continente vizinho, pondo em relevo a importância atribuída por nosso País à cooperação Sul-Sul, bem como à valia e relevância desse movimento como alternativa para atenuar dependências e vulnerabilidades nos países em desenvolvimento. Ainda no dia de ontem, em Brasília, ao abrir Seminário promovido pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados acerca das novas perspectivas de entendimento Brasil-África, mencionei estarem já avançados os planos de viagem que empreenderei ainda este ano a alguns países africanos, na firme disposição de consolidar, ampliar e diversificar, com espírito inovador, a proveitosa teia de interesses mútuos que ali pudemos desenvolver nos últimos anos.

ANTÁRTIDA: O BRASIL NO SEXTO CONTINENTE

Em janeiro de 1982, foram tomadas as medidas internas para que o Brasil concretizasse sua presença na Antártida, de acordo com as diretrizes que haviam levado a nossa adesão ao Tratado da Antártida, em 1975.

Fazia-se necessário o lançamento de um programa de pesquisa científica substancial, pois essa é a condição para que um Estado Parte no Tratado tenha direito de compartilhar das decisões sobre o sexto continente tomadas nas Reuniões Consultivas bienais. Naquele momento, em 1982, as chamadas Partes Consultivas limitavam-se a quatorze Estados.

Por que nosso interesse em nos juntarmos a esse grupo?

Muitas são as razões, mas atenho-me ao mais essencial. O Tratado da Antártida aplica-se a todo o espaço ao sul do Paralelo de

sessenta graus sul, isto é, cobre os cerca de 15 milhões de km² do continente antártico mais os mares circundantes, algo equivalente a um quinto da superfície terrestre. Um país das dimensões e interesses do Brasil não pode estar alheio à elaboração da política que rege as atividades em tão vasta área. Essa tem sido nossa conduta em relação a todos os domínios não sujeitos a jurisdições nacionais, como é o caso do espaço exterior e dos fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais.

Acresce que os trabalhos científicos têm progressivamente descoberto o grande potencial econômico da região. Já é hoje certo que os estoques de Krill, crustáceo de alto teor protéico, permitem captura anual ao redor de 70 milhões de toneladas, que equivalem ao total anual da pesca mundial. Também se evidencia cada vez mais a existência de depósitos de hidrocarbonetos de dimensões gigantescas, especialmente no Mar de Weddell, que defronta nossa costa.

Integrado ao grupo das Partes Consultivas, cujas decisões só podem ser tomadas por consenso, o Brasil é hoje uma das nações garantes do uso ordenado da região antártica e dos princípios básicos do Tratado, entre os quais vale ressaltar a desmilitarização e a desnuclearização.

Isso foi conseguido graças ao trabalho da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) que propõe ao Presidente da República as diretrizes de nossa política antártica; e à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIIRM), incumbida de planejar e executar o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

Embora limitado por severas restrições orçamentárias, o PROANTAR já empreendeu quatro expedições científicas nos meses de verão e instalou estação científica, este ano utilizada também no inverno. Pude comprovar, *in loco*, por ocasião de visita que fiz à Antártida em março último, o bom andamento do novo programa.

Cabe consignar aqui um preito de reconhecimento às Forças Armadas, em particular a Marinha do Brasil, responsável por quase todo o suporte logístico, e à comunidade científica, agora apoiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a qual aceitou também o duro desafio de ampliar seus trabalhos a zona das mais inóspitas do Planeta.

PAZ E COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL

Avulta, entre as prioridades da política externa, a necessidade de preservarmos o Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação. Esta é uma região que possui identidade própria: os países em desenvolvimento da área compartilham problemas e interesses similares no que tange ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar social e à paz.

Como país que tem a maior costa Atlântica, o Brasil deve manter uma presença e linha de atuação próprias no Atlântico Sul. Esta é uma área afeta primordialmente aos seus interesses específicos, assim como aos dos demais países ribeirinhos.

Defendemos a posição de que o Atlântico Sul deve ser uma área destinada à paz e à cooperação, livre das imposições da disputa de poder entre as superpotências, a nível mundial. Preocupa-nos, nesse contexto, a gravíssima situação de crise prevalente na África Austral. Preocupam-nos as tendências de crescimento militar naval na região, tanto quantitativo quanto qualitativo, com a decorrente proliferação geográfica de armamentos nucleares, em desprezo ao direito dos países não nucleares a viver em paz e segurança. Preocupa-nos a introdução, na região, de tensões e confrontações exógenas.

Considero por outro lado, que é chegado o momento de a comunidade internacional examinar em profundidade o tema da segurança coletiva, política e econômica no Atlântico Sul. Por isso, meu pedido de in-

clusão, na agenda da próxima Assembléia Geral das Nações Unidas de item específico sobre o tema.

A iniciativa brasileira é uma seqüência lógica de outros empreendimentos notáveis, como o Tratado de Tlatelolco, sobre a exclusão de armamentos nucleares na América Latina, a Declaração da Organização da Unidade Africana sobre a Desnuclearização da África e o Tratado da Antártida, que desnucleariza o sexto continente.

A criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul representaria uma contribuição significativa para o fortalecimento da segurança e da paz não só na região, como também a nível mundial. Por outro lado, essa zona de paz propiciaria, inegavelmente, uma maior cooperação entre os países ribeirinhos. Não se pode separar o aspecto político do aspecto econômico. Existem interesses concretos de proximidade e similaridades bio-geográficas a motivar uma cooperação do Brasil com os países da área.

Inicia-se, assim, entre os países em desenvolvimento do Atlântico Sul, de ambas as margens, um diálogo novo. Esta é uma legítima tomada de consciência dos interesses e responsabilidades específicas destes países sobre uma área cujo destino não pode ser vinculado a tensões que lhes são estranhas.

Senhores membros do Corpo Permanente

Senhores Estagiários,

O que lhes expus foi longo ou curto — de acordo com a perspectiva. Para os Senhores, terá sido certamente uma palestra extensa, ousou admitir até que demasiado extensa; para mim, já acostumado à intensidade e complexidade da ação diplomática brasileira, foi uma mera síntese, insuficiente e superficial, da visão que temos, no Itamaraty, da presença do Brasil no mundo. Sei, no entanto, que altos funcionários do

Ministério aqui virão, honrados como eu por convites do Comando da Escola; eles poderão sem dúvida complementar e aprofundar minha exposição, explorando as áreas específicas de sua responsabilidade no Ministério.

Ao despedir-me e agradecer a atenção que dos Senhores mereci, desejo reiterar os propósitos a que aludi ao início da palestra, de preservar a invariável coerência de nossa política externa, transformar nossa ação diplomática na medida das mudanças por que passa o Brasil e o mundo em que se insere, contribuir para que, sem aspirações de hegemonia, o Brasil afirme seu justo papel na comunidade das nações. Na consecução desses propósitos, espero contar com o apoio e a colaboração de áreas representativas da opinião brasileira — entre estas, assinalada, a que tem na Escola Superior de Guerra seu foco intelectual e suporte institucional de estudo e pesquisa. Conto com o privilégio de revê-los, em outras oportunidades, consciente da valia recíproca que apresentam nossos contactos.

Permitam-me, por fim, repisar algumas palavras de meu discurso comemorativo do Dia do Diplomata. É coerente dizer-se que a melhor tradição da diplomacia brasileira é a tradição de saber renovar-se. Também já se especulou que, diante das alternativas do poeta, entre o eterno e o moderno, nossa diplomacia se pretende eternamente moderna. Pessoalmente, e tendo em mente a figura excepcional de Rio Branco, penso que, no caso da política externa brasileira, modernizar é manter os padrões do passado, frente a circunstâncias e aspirações novas.

Com esse espírito de reverente respeito ao passado e determinada confiança no futuro, é que me proponho fielmente executar a política externa do Presidente José Sarney.

Muito obrigado.

brasil e cuba restabelecem relações diplomáticas

Nota Conjunta dos Governos brasileiros e cubano, assinada, em Paris, em 14 de junho de 1986, pelo Secretário Geral das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, e pelo Vice-Ministro-Primeiro de Relações Exteriores de Cuba, José Raul Viera Linares, e divulgada, em Brasília, em 25 de junho de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, de acordo com os interesses e os desejos dos dois povos, decidem restabelecer relações diplomáticas em nível de Embaixadas, a partir da data em que for divulgada esta Nota.

Os dois Governos concordam em desenvolver relações amistosas e de cooperação, inspiradas nos princípios da Carta das Nações Unidas, em especial os referentes ao respeito à soberania, à independência, à integridade territorial e à não-intervenção nos assuntos internos dos Estados.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba concordam em trocar Embaixadores dentro do mais breve prazo possível e em prestar um ao outro toda a assistência necessária para a instalação e funcionamento das Embaixadas em suas respectivas capitais.

Esta Nota será divulgada, nas duas capitais, no dia 25 de junho de 1986.

Paris, em 14 de junho de 1986.

* Na seção **Comunicados e Notas**, página 162, o texto do Comunicado do Itamaraty à imprensa a propósito do agradecimento do Governo brasileiro ao Governo da Suíça, que representava os interesses brasileiros em Havana; na seção **Mensagens**, página 164, o texto do telegrama do Presidente de Cuba, Fidel Castro Ruz, ao Presidente José Sarney, bem como a resposta ao Presidente brasileiro.

Pelo Governo da
República Federativa do Brasil

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima
Secretário-Geral do Ministério das Relações
Exteriores

Pelo Governo
da República de Cuba

José Raul Viera Linares
Vice Ministro Primeiro
de Relações Exteriores*

designação de embaixadores brasileiros

Jorge de Sá Almeida, para Embaixador na **Arábia Saudita**, e Hélio Antônio Scarabôto-lo, para Embaixador no **Iraque**, em 3 de abril de 1986.

André Guimarães, para Embaixador na **Indonésia**, e Antônio Sabino Cantuária, para Embaixador na **Romênia**, em 17 de abril de 1986.

Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos, para Embaixador na **Guiné Bissau**; Carlos Alberto Pereira Pinto, para Embaixador na **Malásia**; Carlos dos Santos Veras, para Embaixador na **Jamaica**; e Ayrton Gonzalez Gil Dieguez, para Embaixador no **Líbano**, em 24 de abril de 1986.

Sérgio de Queiroz Duarte, para Embaixador na **Nicarágua**, e Luiz Fernando Couto Nazaré, para Embaixador em **Moçambique**, em 8 de maio de 1986.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Hubert J.M. Van Nispen T. Sevenaer, dos **Países Baixos**, em 29 de abril.

Koichi Komura, do **Japão**, em 03 de maio.

Hector Alberto Subiza, da **Argentina**, em 10 de junho.

Antonio Gonzalez de León Quintanilla, do **México**, em 26 de junho.

brasil e canadá assinam ajuste complementar para aperfeiçoamento de especialistas no tratamento do câncer *

Ajuste, por troca de Notas, complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Canadá, relativo ao projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Especialistas brasileiros na área médica em tratamento de câncer, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de abril de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, Anthony Tudor Eyton.

A Sua Excelência o Senhor Anthony Tudor Eyton, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B-022, datada de 23 de abril de 1986, de Vossa Excelência, cujo teor, em português, é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência às Notas Verbais nºs DCOPT/DCS/17/644 (B46) (B10) e DCOPT/DCS/18/644 (B46) (B10), de 29 de abril de 1982, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II do Acordo supramencionado, o seguinte Ajuste Complementar que dispõe sobre um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento de especialistas brasileiros da área médica em tratamento de câncer:

I

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense

(*) Os acordos bilaterais do Brasil com outros países, cuja íntegra está sendo publicada nesta **Resenha**, localizados nas páginas 143 a 151, são aqueles que foram assinados no segundo trimestre de 1986 e que entraram em vigor imediatamente após a assinatura.

para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como Agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa a “Canadian Medical Association” (doravante denominada CMA) como responsável pela operação diária e a administração direta do projeto.

II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) A Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;

b) a Coordenadoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde (doravante denominada CAIS) como responsável pela coordenação da implementação deste projeto; e

c) o Instituto Nacional do Câncer (doravante denominado INCA) como agência responsável pela operação diária e a administração da contrapartida do projeto.

III

O objetivo deste projeto é o de aperfeiçoar especialistas da área médica do INCA nas técnicas de transplante da medula óssea e da radioterapia e será alcançado através da execução das seguintes atividades:

a) estágios práticos de especialistas e técnicos brasileiros da área médica nos centros canadenses de tratamento de câncer apropriados;

b) participação em reuniões científicas da especialidade, no Canadá e nos E.U.A., além de visitas aos principais centros de tratamento;

c) visitas técnicas ao INCA, treinamento e serviços de consultoria por especialistas canadenses da área médica no Brasil;

d) fornecimento ao INCA de equipamento médico especializado.

IV

1. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) aproximadamente, cinquenta e um (51) homens/mês para aperfeiçoamento no Canadá e aproximadamente três (3) homens/mês para transferência de tecnologia no Brasil;
- b) instalações, equipamento, taxas de matrícula, materiais e provisões necessários ao programa de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para os brasileiros participantes dos programas de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;

d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários e despesas incidentais para os especialistas canadenses que venham ao Brasil fornecer cursos de aperfeiçoamento e serviços de consultoria; equipamento médico especializado, essencial para a concretização do projeto.

2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense, incluindo a contribuição da CIDA de Cdn\$ 280.424,00 (duzentos e oitenta mil quatrocentos e vinte e quatro dólares canadenses), não excederá a Cdn\$ 338.424,00 (trezentos e trinta e oito mil quatrocentos e vinte e quatro dólares canadenses) e cobrirá os custos das atividades segundo o Acordo de Contribuição entre a CIDA e a CMA, em anexo.

V

1. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) no máximo sete (7) especialistas da área médica do INCA para aperfeiçoamento no Canadá e no Brasil, de acordo com os termos do presente projeto, bem como salários regulares e benefícios para estes especialistas durante o período de aperfeiçoamento;
- b) instalações para pesquisas e treinamento, assim como materiais e equipamentos necessários ao uso dos técnicos da CMA em visita ao Brasil durante o projeto;
- c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários para o pessoal da CMA no Brasil;
- d) acomodações mobiliadas adequadas ou diárias para os especialistas da CMA trabalhando no projeto no Brasil por períodos superiores a um mês de cada vez;
- e) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas con-

tribuições canadenses mencionadas no Artigo IV deste Ajuste Complementar e necessário à execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros gastos locais (porém excluindo o valor das instalações e dos equipamentos existentes) é estimada no valor de Cdn\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil dólares canadenses) a ser efetuada em cruzeiros à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter a duração de aproximadamente três (3) anos, a partir da data da assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

VII

1. A CMA trabalhará em estreita cooperação com o INCA na seleção de treinandos, na organização de viagens, na escolha das acomodações necessárias aos cientistas brasileiros em aperfeiçoamento no Canadá e aos técnicos canadenses no Brasil e no acompanhamento da evolução das atividades do projeto.

2. A CIDA fornecerá à SUBIN, à CAIS e ao INCA os relatórios de acompanhamento do projeto a serem preparados anualmente pela CMA.

3. A CIDA e a SUBIN realizarão conjuntamente, a médio prazo, uma revisão operacional das atividades do projeto desenvolvidas até então.

4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com um processo a ser acordado entre as Partes.

5. Ao término do projeto, o INCA concorda em fornecer à CMA uma carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os objetivos mencionados na Parte III do presente Ajuste Complementar.

VIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. No entanto, o Acordo de Contribuição entre a CIDA e a CMA poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre a CMA e o INCA, com aprovação prévia da CIDA.

IX

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e efi-

ciência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

X

Qualquer comunicação, administrativa ou outra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, relativamente ao projeto objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se uma das Partes de que seja devidamente recebida pela outra Parte quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados:

Para o Brasil:

Instituto Nacional do Câncer
Praça Cruz Vermelha, 23
20.230 – Rio de Janeiro – RJ.
Brasil

Para o Canadá:

The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES – Avenida das Nações, lote 16
70.410 – Brasília – DF.
Brasil

XI

O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, relativamente ao projeto descrito na Parte III do presente Ajuste Complementar, entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as disposições acima transcritas, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de respostas de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de respostas de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha maior consideração”.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Roberto Costa de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

brasil e alemanha assinam ajuste para o aproveitamento integral do babaçu

Ajuste, por troca de Notas, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o projeto “Aproveitamento integral do babaçu a nível de produtor rural”, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 14 de maio de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflös.

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflös, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência à Nota DCOPT/DE-1/329/644 (B46) (B36), de 27 de dezembro de 1984, e em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto “Aproveitamento integral do babaçu a nível do produtor rural – INEP”:

O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil estão de acordo em cooperar com o objetivo de desenvolver formas de cultivo adequadas a um aproveitamento integrado do ecossistema do babaçual do Nordeste do Brasil, com vistas a permitir a conservação da floresta e o aumento da produtividade das pequenas explorações agrícola.

II

Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar:

- 3 peritos a longo prazo ao Brasil, pelo período total de 114 homens/mês; e
- técnicos a curto prazo pelo período máximo de 48 homens/mês.

2. Fornecer os seguintes bens de equipamento:

- instrumentos de medição e dispositivos de regulação;
 - componentes de instalações de exploração;
 - material auxiliar para elaboração e operação de um modelo simulador do ecossistema do babaçual;
 - veículos especiais e acessórios;
 - diversos materiais pequenos;
 - mini-computadores;
3. Além disso, custear:
- transporte e seguro do material acima referido, até o local do projeto (com exceção dos encargos e das taxas de armazenagem, mencionados no item III, parágrafo 4).

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. colocar à disposição, durante a duração do projeto, 5 técnicos com especialização em diversas disciplinas técnicas (engenharia agrícola, tecnologia dos processos industriais), ou em ciências sociais e humanas (economia, sociologia agrária e semelhantes), bem como até 10 auxiliares para tarefas técnicas, de ordem organizacional com respeito às explorações, e tarefas de secretaria;
2. assegurar os direitos de uso do solo dos pequenos agricultores que vivem na área do projeto, providenciando uma garantia destes direitos a longo prazo, no quadro das leis e dos regulamentos em vigor no âmbito do Estatuto da Terra;
3. colocar à disposição o terreno e o equipamento necessário dos edifícios ou das salas para até 3 estações experimentais; custear o equipamento das mesmas com as aparelhagens necessárias para a execução do projeto (na medida em que esse possa ser obtido no mercado brasileiro);
4. isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e demais encargos fiscais, e garantir o pronto desembaraço alfandegário do material. A requerimento do órgão executor, as isenções acima aplicar-se-ão também ao material adquirido no Brasil;
5. custear as despesas de funcionamento e manutenção do projeto;
6. pagar, à conta do escritório para a administração dos projetos da GTZ em Brasília, uma remuneração no montante de dois mil seiscentos e sessenta cruzados para financiar a sua participação nas despesas de alu-

guel, por cada homem/mês de atuação dos peritos alemães;

7. tomar providências para que técnicos brasileiros dêem prosseguimento, o mais cedo possível, às atividades dos peritos enviados. Se, dentro do presente Ajuste, for considerada necessária a participação de técnicos brasileiros em estágio de formação ou aperfeiçoamento no Brasil, na República Federal da Alemanha ou em outros países, o Governo da República Federativa do Brasil indicará, com a devida antecedência e a participação da representação diplomática alemã ou dos técnicos por esta indicados, aos peritos necessários; designará apenas candidatos que perante ele se tenham comprometido a trabalhar no respectivo projeto, após o estágio de formação ou aperfeiçoamento, pelo prazo mínimo de 5 anos; cuidará da remuneração condigna destes técnicos brasileiros;
8. prestar aos técnicos enviados todo o apoio necessário na execução das tarefas que lhes foram confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação indispensável; e
9. tomar providências para que as contribuições necessárias à execução do projeto sejam prestadas, desde que delas não se tenha incumbido o Governo da República Federal da Alemanha nos termos do presente Ajuste.

IV

Das atribuições dos técnicos:

1. realizar, em uma fase preliminar de 6 meses de duração, as seguintes tarefas:
 - planejamento detalhado da execução do projeto;
 - análise das estruturas sócio-econômicas na área do projeto, com o objetivo de definir vias para melhorar a segurança dos pequenos agricultores e rendeiros, bem como para garantir os seus direitos ao uso do solo;
 - seleção e análise dos locais para implantação das estações experimentais;
 - elaboração de um plano para a instalação das estações experimentais;
 - integração dos habitantes da região vizinha às estações experimentais no processo de planejamento e construção;
 - determinação sobre o órgão executor e encarregado do projeto.

No final dessa fase preliminar, será tomada uma decisão acerca da continuação do projeto, com a participação de representantes de ambos os Governos assim como dos órgãos encarregados da sua execução.

2. Instalar até 3 estações experimentais e executar um programa de pesquisa e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, com ênfase especial nos seguintes setores:

- a) técnico-operacional;
- b) ecológico-agrícola;
- c) sócio-econômico.

3. Dentro das suas atividades, delineadas nos parágrafos 1 e 2 deste item, os técnicos enviados serão responsáveis perante a Secretaria de Estado da Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), devendo obedecer às suas instruções técnicas, desde que não afete as relações contratuais com o empregador alemão.

V

O material fornecido ao projeto pelo Governo da República Federal da Alemanha passará, quando da sua chegada no Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, devendo estar à inteira disposição do projeto promovido e dos técnicos enviados para a execução das suas tarefas.

VI

Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução das suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH", 6236 Eschborn 1.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Secretaria de Estado da Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), como entidade coordenadora e responsável pela execução do projeto.
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item estabelecerão conjuntamente, através de um plano operacional ou de outra forma adequada, os pormenores da implementação do projeto, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do projeto.

VII

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VII, a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

brasil e el salvador assinam acordo sobre dispensa de visto para passaportes diplomáticos e aditivo ao convênio de intercâmbio cultural

Durante a visita do Presidente de El Salvador, José Napoleon Duarte, ao Brasil, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e o Embaixador salvadorenho, Gregório Contreras Morales assinaram, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de maio de 1986, um Acordo por troca de Notas, sobre dispensa de visto para titulares de passaporte diplomático ou de serviço brasileiros e salvadorenhos; na mesma data e local, o Chanceler Abreu Sodré e o Vice-Ministro das Relações Exteriores de El Salvador, Ricardo Acevedo Peralta, assinaram um termo aditivo ao Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e El Salvador na área de ensino técnico e de formação profissional.

ACORDO SOBRE DISPENSA DE VISTOS PARA TITULARES DE PASSAPORTE DIPLOMÁTICO

A Sua Excelência o Senhor Gregório Contreras Morales, Embaixador de El Salvador.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo da República Federativa do Brasil está disposto a concluir com o Governo da República de El Salvador um Acordo sobre dispensa de visto para titulares de passaporte diplomático ou de serviço brasileiros e salvadorenhos, nos seguintes termos:

I) os titulares de passaporte diplomático ou de serviço brasileiro, válido, ficarão isentos de visto para entrar e

permanecer em El Salvador por um período de 90 dias, em missão oficial, ou na qualidade de turistas;

II) os titulares de passaporte diplomático ou de serviço salvadoreño, válido, ficarão isentos de visto para entrar e permanecer no Brasil por um período de 90 dias, em missão oficial ou na qualidade de turistas;

III) a isenção de visto a que se refere a presente Nota não exige os titulares de passaporte diplomático ou de serviço brasileiro ou salvadoreño da observância das leis e regulamentos em vigor concernentes à entrada, permanência e saída de estrangeiros nos respectivos países.

2. Caso o Governo da República de El Salvador concorde com as disposições acima, a presente Nota e a Nota de Vossa Excelência, da mesma data e de igual teor, constituem um Acordo entre nossos dois Governos sobre a matéria, a entrar em vigor na data de hoje. O presente Acordo poderá ser denunciado, por via diplomática, por qualquer dos dois Governos, a qualquer momento. A denúncia surtirá efeito 30 dias após o recebimento da respectiva notificação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ADITIVO AO CONVÊNIO DE INTERCÂMBIO CULTURAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de El Salvador,

Tendo em vista as disposições do Convênio de Intercâmbio Cultural, concluído em 30 de novembro de 1965,

Considerando que os dois Governos desejam favorecer o desenvolvimento conjunto de programas de cooperação no campo do ensino técnico e da formação profissional,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Termo Aditivo tem por objetivo:

- a) a formação e o aperfeiçoamento de docentes e técnicos nas áreas do ensino técnico e da formação profissional;
- b) o intercâmbio de informações e experiências.

ARTIGO II

Os objetivos estabelecidos no Artigo I serão alcançados através de atividades que compreendem:

- a) o intercâmbio de técnicos e pessoal docente, e a realização de programas de estágio para treinamento de pessoal e aperfeiçoamento profissional;
- b) a organização de seminários e conferências;
- c) a prestação de serviços de consultoria;
- d) a elaboração e a execução conjunta de projetos de pesquisa técnico-científicos, nas áreas enumeradas no Anexo I;
- e) a troca de documentação e publicações especializadas, bem como o fornecimento de equipamentos e materiais específicos, indispensáveis à realização de projetos de ensino técnico e formação profissional;
- f) a concessão de bolsas de estudo para aperfeiçoamento profissional.

ARTIGO III

A responsabilidade pela execução do presente Termo Aditivo, do lado brasileiro, será confiada ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Grau e ao Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão de Obra. Os órgãos supervisionados e vinculados ao Ministério da Educação e ao Ministério do Trabalho através das Secretarias acima referidas encontram-se listados no Anexo II.

ARTIGO IV

A responsabilidade pela execução do presente Termo Aditivo, do lado salvadoreño, será confiada ao Ministério da Educação e ao Ministério do Trabalho.

ARTIGO V

Um Grupo Técnico, composto de representantes de ambas Partes Contratantes, elaborará anualmente o Programa de Trabalho a ser executado pelas instituições envolvidas. Neste Programa de Trabalho será definida a responsabilidade financeira de ambas Partes. Caberá ao Grupo Técnico o acompanhamento e a avaliação do Programa de Trabalho.

ARTIGO VI

Ambas Partes Contratantes isentarão de todas as taxas e impostos tanto as importações como as exportações de um país a outro no tocante a bens, equipamentos e materiais necessários à implementação deste Termo Aditivo. Tais bens, equipamentos e materiais serão reexportados à Parte que os enviar, por ocasião do término dos projetos e programas aos quais se destinaram, a não ser quando os bens, equipamentos e materiais forem doados à Parte recipiente.

ARTIGO VII

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até que uma das Partes decida denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito sessenta dias depois da data do recebimento da notificação, por via diplomática. A denúncia não prejudicará a execução do Programa de Trabalho já acordado.

Feito em Brasília, aos 20 dias do mês de maio de 1986, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República de El Salvador:

Ricardo Acevedo Peralta
Vice-Ministro das Relações
Exteriores de El Salvador

ANEXO I

São as seguintes as áreas estabelecidas para a execução de projetos de pesquisa técnico-científicos:

01. Administração de Empresas (Públicas e Privadas);
02. Informática;
03. Turismo e Hotelaria;
04. Eletrônica;
05. Eletrotécnica;
06. Mecânica de Automóveis;
07. Orientação Vocacional;
08. Hortifruticultura;
09. Avicultura;
10. Floricultura;
11. Conservação e Manejo de Água (Irrigação);
12. Ensino de Idiomas;
13. Metrologia;
14. Indústria de Vestuário;
15. Alternância em Áreas Agrícolas;
16. Vitivinicultura;
17. Formação para o Trabalho de Jovens;
18. Métodos de Avaliação;
19. Artes Gráficas;
20. Unidades Móveis;
21. Material de Instrução;
22. Formação Didática de Instrutores;
23. Setor Informal Urbano;
24. Análise e Classificação Ocupacional;
25. Cooperativas de Produção Agrária;
26. Mineração;
27. Panificação e Moagem;
28. Sistemas de Informação;
29. Ensino Individualizado;
30. Indústria de Laticínios.

Esta lista poderá ser modificada de comum acordo entre as Partes, a critério das entidades designadas no Artigo III.

ANEXO II

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

01. Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional – CENAFOR.
02. Escolas Técnicas Federais.
03. Escolas Agrotécnicas Federais.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE MÃO-DE-OBRA

01. Serviço Nacional de Formação Profissional Rural – SENAR
02. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
03. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

o acordo brasil-paraguai para instalação do comitê de fronteiras

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e Paraguai para instalação de Comitês de Fronteira nas cidades limdeiras de Pedro Juan Caballero/ Ponta-Porã e Saltos del Guairá/Guaíra, assinados no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de junho de 1986, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos A. Saldívar.

A Sua Excelência o Senhor Carlos A. Saldívar, Ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai.

Senhor Ministro,

Durante a segunda reunião do grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, realizada em Brasília, em 29 e 30 de outubro de 1985, ambas delegações decidiram propor aos respectivos Governos a instalação de Comitês de Fronteira nas Cidades limdeiras de Pedro Juan Caballero/ Ponta-Porã e Saltos del Guairá/Guaíra, nos moldes do Comitê já existente em Puerto Presidente Stroessner/Foz do Iguaçu.

2. Considera o Governo Brasileiro, no que respeita às cidades de Ponta-Porã e Guaíra, que estas reúnem já as condições administrativas necessárias a iniciar a desejável cooperação fronteira com Pedro Juan Caballero e Saltos del Guairá.

3. Tenho, pois, a honra de propor a Vossa Excelência a instalação dos Comitês de Fronteira em Pedro Juan Caballero/Ponta-Porã e Saltos del Guairá/Guaíra, a serem presididos, alternadamente, pelos Cônsules do Brasil e do Paraguai naquelas cidades fronteiriças.

4. Uma vez realizada a solenidade de instalação dos Comitês, que deverá ser co-presidida pelos Chefes de Assuntos Consulares das duas Chancelarias, em data a ser fixada por via diplomática, deverão os Cônsules do Brasil e do Paraguai naquelas cidades, num prazo de 60 dias, submeter aos respectivos Governos um projeto comum de regimento dos respectivos comitês que passará a vigorar tão logo as Chancelarias do Brasil e do Paraguai comuniquem, por nota, sua aprovação daquele documento.

5. Caso o Governo paraguaio concorde com o acima proposto, a presente Nota e a de Vossa Excelência, da mesma data e de idêntico teor, passam a constituir um Acordo entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

o ajuste entre o itamaraty e o ministério da cultura para localização de bens culturais brasileiros no exterior

Ajuste entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura para levantamento de informações sobre a localização e características de bens culturais relativos ao Brasil, existentes no exterior, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de junho de 1986, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e da Cultura, Celso Furtado.

Aos 18 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e seis, o Ministério das Relações Exteriores, doravante denominado MRE, neste ato representado por seu titular, Ministro Roberto de Abreu Sodré e o Ministério da Cultura, doravante denominado MinC, neste ato representado por seu titular, Ministro Celso Furtado, celebram o presente Ajuste, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O objetivo do presente Ajuste é o de proceder ao levantamento e à análise de informações sobre a localização e características de bens culturais relativos ao Brasil existentes no exterior.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A execução do presente Ajuste será orientada por uma Comissão de Coordenação, composta paritariamente por três representantes de cada Parte, podendo ser convidados a dela participar, sempre que necessário, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou especialistas na matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Competirá à Comissão de Coordenação:

- I — estabelecer o programa geral de trabalho, de caráter plurianual, assim como o plano anual de atividades, com vistas a assegurar o ciclo completo do levantamento dos bens culturais, desde a sua localização e descrição até a seleção e o resgate;
- II — fixar as áreas setoriais e os países prioritários para o levantamento;
- III — propor o orçamento anual e a respectiva divisão dos custos; e
- IV — sugerir sobre o destino do material coletado.

Parágrafo primeiro — A Comissão de Coordenação terá igualmente poderes para sugerir a aquisição de acervos ou bens culturais brasileiros no exterior, podendo para isso mobilizar apoio tanto governamental como não-governamental.

Parágrafo segundo — A Comissão de Coordenação estará autorizada a efetuar gestões para obter a colaboração de entidades ou empresas públicas ou privadas e fundações, para a consecução dos objetivos do presente Ajuste.

CLÁUSULA QUARTA:

Caberá ao MRE proporcionar, através de sua rede de Postos no exterior, apoio externo aos trabalhos a serem executados, bem como manter contatos com Governos estrangeiros e Organismos Internacionais, com vistas a se atingido o objetivo traçado na cláusula primeira.

CLÁUSULA QUINTA:

Incumbirá ao MinC fornecer a assessoria de seus órgãos especializados e divulgar os resultados obtidos na forma sugerida pela Comissão de Coordenação (microfilmagem, publicações, edições, exposições, concertos e outros).

CLÁUSULA SEXTA:

Correrão a cargo do MRE os trabalhos a serem executados no exterior e a cargo do MinC as atividades a se desenvolverem no Brasil, salvo as exceções justificadas por circunstâncias especiais e aprovadas pela Comissão de Coordenação.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Este Ajuste terá a duração de 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA OITAVA:

O presente Ajuste poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por qualquer das Partes, mediante aviso prévio, por escrito, de, no mínimo, 90 (noventa) dias. Poderá, igualmente, a qualquer tempo, ser alterado ou prorrogado, de comum acordo entre ambas as Partes, por meio de Termos Aditivos.

Brasília, em 18 de junho de 1986.

acordos promulgados

No segundo trimestre de 1986, foram promulgados os seguintes Atos Bilaterais do Brasil com outros países:

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica com o Canadá, assinado em Brasília, em 23 de abril de 1986 (a íntegra deste Ajuste está publicada nesta Resenha, na página 000).

Ajuste Complementar sobre o projeto "Aproveitamento integral do babaçu do produtor rural – INEP", com a República Federal da Alemanha, assinado em Brasília, em 14 de maio de 1986 (a íntegra deste Ajuste está publicada nesta Resenha, na página 000).

Termo Aditivo ao Convênio de Intercâmbio Cultural na área do Ensino Técnico e da Formação Profissional e Acordo, por troca de Notas, sobre dispensa de vistos para titulares de passaportes diplomáticos ou de serviço brasileiros e salvadorenhos, com El Salvador, assinados, em Brasília, em 20 de maio de 1986 (a íntegra do Termo Aditivo e do Acordo está publicada nesta Resenha, nas páginas 000 e 000).

Acordo com Cuba para reatamento de relações diplomáticas, assinado em Paris, em 14 de junho de 1986 (a íntegra deste Acordo está publicada nesta Resenha, na página 000).

Acordo, por troca de Notas, com o Paraguai, para instalação de Comitês de Fronteiras nas cidades litorais de Pedro Juan Caballero/Ponta-Porã e Saltos del Guairá/Guaíra, assinado em Brasília, em 20 de junho de 1986 (a íntegra deste Acordo está publicada nesta Resenha, na página 000).

Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica com a Líbia, assinado em Brasília, em 30 de junho de 1978 (a íntegra deste Acordo foi publicada na Resenha número 17, página 121).

Acordo de Cooperação Amazônica com a República Cooperativista da Guiana, assinado em Brasília, em 5 de

outubro de 1982 (a íntegra deste Acordo foi publicado na Resenha número 35, página 132).

Acordo com os Estados Unidos da América relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984; e Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social com a Espanha, para implementação de um programa no campo social e do trabalho, assinado em Madrid, em 12 de abril de 1984 (a íntegra deste Acordo e deste Ajuste está sendo publicada a seguir).

ACORDO BRASIL-EUA PARA COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos da América referidos doravante como Partes Contratantes,

À luz dos objetivos comuns de desenvolvimento econômico e social e de melhoria da qualidade de vida de seus povos;

Considerando os benefícios mútuos proporcionados a ambas as partes em decorrência do Acordo sobre um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Brasília, a 1 de dezembro de 1971;

Reconhecendo que a continuada cooperação científico-tecnológica entre os dois países fará progredir o estado da ciência, elevará o nível tecnológico e contribuirá para a consecução dos seus objetivos comuns; e

Considerando também que tal cooperação fortalecerá os laços de amizade entre os povos dos seus dois países;

Acordaram no seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes empreenderão e promoverão um amplo programa de cooperação científica e tecnológica, de conformidade com prioridades a serem periodicamente estabelecidas.

2. Para a consecução dos objetivos do presente Acordo, cada uma das Partes Contratantes incentivará e facilitará, segundo julgar apropriado, o desenvolvimento de contactos diretos de cooperação entre órgãos governamentais, universidades, centros de pesquisa, empresas industriais e outras instituições dos dois países. Ajustes de trabalho complementares específicos, doravante referidos como "ajustes complementares", serão concluídos para a execução das atividades mutuamente acordadas no quadro do presente Acordo.

3. Ajustes complementares que estabeleçam os pormenores e procedimentos das atividades específicas de cooperação regidas pelo presente Acordo poderão ser concluídos entre órgãos governamentais dos dois países ou entre as Partes Contratantes.

4. Quando as Partes Contratantes e as instituições pertinentes interessadas na cooperação desejarem subordinar aos termos deste Acordo ajustes em matéria de ciência e tecnologia entre entidades do setor privado de ambas as partes ou entre uma entidade do setor privado de uma parte e um órgão governamental da outra parte, isto se realizará por via diplomática. Este dispositivo não poderá ser interpretado em detrimento de ajustes que não estejam subordinados aos termos do presente Acordo.

ARTIGO II

1. As atividades de cooperação no quadro do presente Acordo buscarão fortalecer a cooperação entre cientistas e engenheiros das Partes Contratantes, proporcionando-lhes oportunidades para trocar conhecimentos, idéias e técnicas, para colaborar na solução de problemas de interesse mútuo e para trabalhar conjuntamente em benefício recíproco.

2. O intercâmbio amplo de cientistas e engenheiros é incentivado, no reconhecimento de que interações pessoais são proveitosas para obtenção dos benefícios plenos da cooperação.

ARTIGO III

1. As atividades de cooperação no quadro do presente Acordo e dos ajustes complementares dele decorrentes poderão incluir o intercâmbio de cientistas e engenheiros, o intercâmbio de informação científica e técnica, a realização de seminários e reuniões conjuntos, assim como a realização de projetos conjuntos de pesquisa e outros tipos de atividades que contribuam para a consecução das metas e objetivos do Acordo.

2. A cooperação regida pelo presente Acordo poderá ser empreendida nos campos da agricultura, saúde, oceanografia, espaço, metrologia, recursos naturais, ciências básicas, meio ambiente, engenharia, tecnologia industrial e quaisquer outras áreas científicas e tecnológicas e seus aspectos administrativos que vierem a ser acordados pelas Partes Contratantes.

3. Os cientistas e engenheiros que participarem neste programa poderão provir de órgãos governamentais, instituições acadêmicas e, quando assim o acordarem as Partes Contratantes, de empresas privadas ou outros tipos de organização.

ARTIGO IV

O presente Acordo e seus ajustes complementares serão concluídos e implementados de conformidade com as

leis e as práticas administrativas de cada Parte Contratante.

ARTIGO V

1. Cada Parte Contratante arcará normalmente com os custos de sua participação nas atividades de cooperação efetuadas no quadro do presente Acordo, segundo a disponibilidade de recursos e conforme os procedimentos a serem mutuamente estabelecidos nos ajustes complementares.

2. As Partes Contratantes poderão também acordar outros meios de financiamento.

ARTIGO VI

1. Cada Governo facilitará a entrada no seu território, bem como a saída do mesmo, de pessoal ou equipamento vinculado a atividades de cooperação no quadro do presente Acordo e respectivos ajustes complementares.

2. Tais facilidades incluirão vistos adequados às circunstâncias, bem como a isenção de taxas de importação e impostos incidentes sobre bens de uso pessoal e chegada inicial de objetos de uso doméstico.

3. Sujeitos aos requisitos alfandegários aplicáveis, cada Parte Contratante isentará de todos os impostos e direitos aduaneiros tanto as importações quanto as exportações de um país para o outro de bens, equipamentos e materiais necessários à implementação do presente Acordo e de seus ajustes complementares. Tais bens, equipamentos e materiais serão reexportados para a Parte Contratante de origem tão pronto terminem os programas e projetos aos quais se destinam, exceto quando tais bens, equipamentos e materiais forem doados, destruídos, abandonados ou vendidos à Parte Contratante recipiente, ou quando os mesmos forem totalmente consumidos. Os bens, equipamentos e materiais importados com isenção de impostos e direitos aduaneiros com base no presente Acordo e seus respectivos ajustes complementares não poderão ser vendidos sem o consentimento da Parte Contratante recipiente.

ARTIGO VII

1. Dispositivos referentes a patentes, desenhos, segredos comerciais, direitos autorais e a quaisquer outras propriedades intelectuais decorrentes das atividades de cooperação no quadro do presente Acordo poderão ser estabelecidos nos ajustes complementares, a que se refere o Artigo I.

2. Informações científicas e tecnológicas de natureza não-proprietária emanadas de atividades de cooperação realizadas no quadro do presente Acordo e de seus ajustes complementares poderão ser divulgadas à comunidade científica e tecnológica mundial através dos canais costumeiros e de acordo com os procedimentos normais dos participantes. Contudo, através dos ajustes complementares

res, os participantes poderão concordar em restringir a disseminação de tais informações.

ARTIGO VIII

1. As Partes Contratantes concordam em estabelecer a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos de Cooperação Científica e Tecnológica, doravante referida como “Comissão Mista”. No tocante ao Governo da República Federativa do Brasil, o órgão executor será o Ministério das Relações Exteriores. No tocante ao Governo dos Estados Unidos da América, o órgão executor será o Departamento de Estado. Cada órgão executor nomeará um presidente e seus membros na Comissão Mista. Esta adotará procedimentos para as suas atividades e se reunirá, alternadamente, no Brasil e nos Estados Unidos, em datas a serem determinadas através dos canais diplomáticos, quando ambas as Partes Contratantes o julgarem útil e conveniente.

2. A Comissão Mista será responsável por:

- a) planejamento e coordenação das atividades de cooperação científica e tecnológica no quadro do presente Acordo e de seus ajustes complementares;
- b) exame das atividades de cooperação no quadro do presente Acordo e seus ajustes complementares, bem como de propostas de novos projetos de cooperação;
- c) apresentação de recomendações a ambas as Partes Contratantes sobre a implementação do presente Acordo; e
- d) outras funções que vierem a ser acordadas entre as Partes Contratantes.

3. Para exercer suas funções, a Comissão Mista poderá, quando necessário, criar subcomissões ou grupos de trabalho conjuntos, temporários ou permanentes.

4. A Comissão Mista será mantida a par do andamento das atividades de cooperação realizadas no quadro dos ajustes complementares.

5. Comunicações em nível político, no quadro deste Acordo, durante os períodos intersessionais da Comissão Mista, serão feitas através dos canais diplomáticos ou por outros meios a serem designados por cada Parte Contratante.

ARTIGO IX

Nenhum dos dispositivos do presente Acordo servirá de impedimento a outros ajustes de cooperação científica e tecnológica.

ARTIGO X

Mediante aprovação por ambas as Partes Contratantes, cientistas, engenheiros, órgãos governamentais e institui-

ções de terceiros países e organizações internacionais poderão participar em projetos e programas que se executarem com base no presente Acordo e seus ajustes complementares.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da notificação de que as Partes Contratantes completaram os necessários procedimentos internos, ocasião em que passará a substituir o Acordo sobre um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em 1 de dezembro de 1971, conforme emendado e prorrogado. O presente Acordo terá a vigência de cinco (5) anos. Poderá ser modificado ou prorrogado mediante entendimento por escrito de ambas as Partes Contratantes.

2. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação por escrito, com antecedência de seis meses. A denúncia do presente Acordo não afetará a validade nem a duração de quaisquer dos ajustes complementares ao abrigo do mesmo.

Em testemunho de quê, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito, em dois exemplares, em Brasília, em 06 de fevereiro de 1984, nas línguas portuguesa e inglesa, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:
Ramiro Saraiva Guerreiro

Pelo Governo dos Estados Unidos da América:
George P. Shultz

AJUSTE BRASIL-ESPANHA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA NO CAMPO SOCIAL E DO TRABALHO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Espanha,

No âmbito do Convênio de Cooperação Social de 11 de agosto de 1964 e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1 de abril de 1971,

Convêm em subscrever o presente Ajuste Complementar para o desenvolvimento de um programa no campo social e do trabalho, com o Brasil, com o seguinte teor:

ARTIGO I

Ficam designados como entidades executoras do presente Ajuste Complementar o Ministério do Trabalho, o Ser-

vição Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), do lado brasileiro, e o Ministério do Trabalho e Previdência Social, do lado espanhol. O Ministério do Trabalho se encarregará também da coordenação do presente Ajuste.

ARTIGO II

A Cooperação brasileiro-espanhola no âmbito do presente Ajuste Complementar consistirá na realização de atividades conjuntas de consultoria e na assessoria e aperfeiçoamento da capacidade de formação de recursos humanos nas áreas de competência das entidades executoras designadas.

ARTIGO III

As atividades previstas no presente Ajuste Complementar se desenvolverão durante os anos de 1984, 1985 e 1986. A implementação do presente Ajuste deverá estar condicionada à participação do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica, composto pela Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores e pela Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

ARTIGO IV

1. Pelo presente Ajuste Complementar, o Governo espanhol se compromete a:

I. enviar ao Brasil:

- a) uma missão de técnicos para cooperar com o Ministério do Trabalho na execução de programas de interesse mútuo nas áreas de Planejamento e Organização Administrativas, Relações de Trabalho, Emprego, Cooperativismo, Formação Profissional e Segurança e Higiene do Trabalho. Essa missão atuará pelo período global máximo de setenta e sete homens/mês;
- b) uma missão de técnicos para cooperar com o SENAC na execução de programas de formação profissional. Essa missão atuará por um período global máximo de oitenta homens/mês;
- c) uma missão de técnicos para cooperar com a FUNDACENTRO na execução de programas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Essa missão atuará pelo período global máximo de oitenta homens/mês.

II.1. conceder e custear bolsas, no montante máximo de vinte e duas, para o aperfeiçoamento na Espanha de diretores, técnicos e homólogos dos técnicos espanhóis, representantes das entidades receptoras da cooperação espanhola, com a seguinte distribuição:

- a) dez bolsistas brasileiros no âmbito dos programas a que se refere o item I.a, do Artigo IV;

- b) quatro bolsistas brasileiros no âmbito dos programas a que se refere o item I.b, do Artigo IV; e
- c) oito bolsistas brasileiros no âmbito dos programas a que se refere o item I.c, do Artigo IV;

2. Um dos técnicos mencionados no presente Artigo atuará como Chefe da Missão de Cooperação Técnica espanhola com as seguintes funções, sem prejuízo das que, como técnico, lhe possam corresponder:

- a) dirigir e coordenar os programas a que se refere o item I do Artigo IV;
- b) representar o Ministério do Trabalho e Previdência Social da Espanha perante as autoridades brasileiras da mesma área de competência, sob a supervisão do Adido de Trabalho junto à Embaixada da Espanha em Brasília;
- c) elaborar relatórios periódicos das atividades das diferentes missões de cooperação técnica espanhola, de conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social da Espanha; e
- d) avaliar, conjuntamente com as autoridades brasileiras, o desenvolvimento dos programas e examinar com as mesmas as modificações que se façam necessárias.

III. fornecer, a título gratuito, em regime de intercâmbio, à contraparte brasileira, as publicações e material didático, elaborados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social espanhol e que sejam considerados necessários para a execução dos vários programas de cooperação.

ARTIGO V

O Governo da República Federativa do Brasil se compromete a:

1. conceder as facilidades necessárias para a execução dos programas previstos neste Ajuste;
2. pôr a disposição dos programas o pessoal técnico de contrapartida, o qual deverá trabalhar em colaboração direta com os técnicos espanhóis;
3. pôr à disposição dos técnicos espanhóis os escritórios e instalações necessários à execução dos programas, dotando-os de mobiliário e equipamento;
4. prover o pessoal de apoio de secretaria que se considere necessário;
5. pôr à disposição dos técnicos espanhóis os meios de locomoção necessários para os deslocamentos exigidos para o cumprimento de suas funções. Caso esses se realizem fora de sua cidade de residência habitual, a contrapartida brasileira assumirá os custos relativos às viagens e diárias no mesmo montante que for estabelecido para os seus homólogos brasileiros;

6. outorgar aos técnicos espanhóis os privilégios e imunidades referentes à importação e exportação de bens pessoais e isenção de impostos conforme previsto no Artigo VIII do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois Governos;

7. proporcionar aos técnicos espanhóis a necessária assistência médica, farmacêutica e hospitalar; e

8. isentar o equipamento ou material que vier a ser fornecido ao projeto pelo Governo da Espanha de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e demais encargos fiscais, tomando providências para que as entidades executoras tomem a seu cargo todos os custos porventura ocasionados pelo armazenamento, e considerando que a parte espanhola fará todos os esforços ao seu alcance tendentes a evitar tais custos.

ARTIGO VI

Com o objetivo de garantir o efetivo cumprimento do presente Ajuste, será constituída uma Comissão avaliadora, integrada por representantes das entidades executoras de ambos os países, a qual, em reuniões periódicas, efetuará o acompanhamento e o controle da implementação do Ajuste, indicando as modificações e adaptações que considere pertinentes.

ARTIGO VII

O financiamento dos custos decorrentes da execução dos compromissos assumidos por força desse Ajuste será efetuado do modo a seguir exposto:

1. As obrigações econômicas contraídas pelo Governo espanhol serão cobertas com os créditos orçamentários ordinários para cooperação técnica atribuídos ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, sem que recorra a créditos suplementares ou extraordinários.

2. As passagens e salários dos técnicos espanhóis estarão a cargo do Governo espanhol; as entidades executoras brasileiras complementarão esses últimos, com um montante mensal em moeda brasileira equivalente a 600 dólares americanos;

3. As bolsas a que se refere o item II.1 do Artigo IV, que terão a duração máxima de três meses, serão da responsabilidade do Governo espanhol e compreenderão despesas de ensino, material de trabalho e didático, viagens programadas pelo interior da Espanha e seguro contra acidentes e de saúde, assim como uma bolsa mensal por participante em moeda espanhola correspondente a 1.200 dólares americanos. As entidades executoras brasileiras se encarregarão das passagens aéreas de ida e volta dos bolsistas, bem como do pagamento do total de seus salários durante sua permanência na Espanha.

ARTIGO VIII

As atividades de cooperação e intercâmbio inter-institucional entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Indus-

trial (SENAI) do Brasil e o Ministério do Trabalho e Previdência Social espanhol, serão acordadas pelas Partes mediante Protocolo Adicional a este Ajuste Complementar, que entrará em vigor por troca de notas.

ARTIGO IX

Este Ajuste entrará em vigor quando ambas as Partes preencherem os requisitos constitucionais e cessará sua vigência em 31 de dezembro de 1986, podendo, no entanto, serem prorrogados os efeitos do Ajuste para aqueles programas que se encontrarem ainda em processo de execução naquela data.

O presente Ajuste poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes. A denúncia se tornará efetiva somente seis meses após a data do recebimento da respectiva notificação.

Feito em Madri, aos 12 dias do mês de abril de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:
Ramiro Saraiva Guerreiro

Pelo Governo da Espanha:
Fernando Morán López

atos bilaterais do brasil com outros países, assinados no segundo trimestre de 1986, e que ainda não estão em vigor

CABO VERDE,

1 — Acordo Comercial
— Celebrado em Cidade de Praia, a 10 de maio de 1986.

CANADÁ,

1 — Acordo sobre Transporte Aéreo
— Celebrado em Brasília, a 15 de maio de 1986.

DINAMARCA,

1 — Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica
— Celebrado em Brasília, a 9 de junho de 1986.

EL SALVADOR,

1 — Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica.
— Celebrado em Brasília, a 20 de maio de 1986.

PORTUGAL,

1 — Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica
— Celebrado em Lisboa, a 5 de maio de 1986.

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no segundo trimestre de 1986

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas

Yemen ADERIU

Convenção de Viena sobre Relações Consulares

Yemen ADERIU

Convenção sobre Proteção Física de Material Nuclear

Iugoslávia e Canadá RATIFICARAM

Convenção que estabelece a Organização Mundial da Propriedade Intelectual

Lesoto ADERIU

Islândia RATIFICOU

Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

Belize, Namíbia e Bahrain ADERIRAM.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados

URSS, Bielorrússia e Ucrânia ADERIRAM

Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949 – 12/08/49

G. Equatorial ADERIU

Bélgica RATIFICOU

Protocolo Adicional II às Convenções de Genebra de 1949 – 08/06/1977

G. Equatorial ADERIU

Bélgica RATIFICOU

Acordo Internacional sobre Madeira Tropical

Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Espanha, Trinidad-
-Tobago e Egito RATIFICARAM

Áustria, Canadá e Tailândia ADERIRAM

Camarões e Bolívia APLICARAM

governo brasileiro manifesta preocupação com acontecimentos no mediterrâneo

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado, em Brasília, em 15 de abril de 1986:

O Governo brasileiro vê com grande preocupação o curso dos acontecimentos no Mediterrâneo.

O Brasil sempre defendeu a necessidade de que os conflitos internacionais tenham sua solução encaminhada pela via pacífica. A comunidade internacional dispõe de instrumentos jurídicos e foros políticos adequados para tratamento de controvérsias. A paz, verdadeira e duradoura, só pode assentar-se nas bases sólidas do direito e da diplomacia.

Assim, o Governo brasileiro lamenta o emprego da violência, o qual não é recurso adequado para a solução de divergências.

A espiral crescente de agressões mútuas, que a crise no Mediterrâneo poderá desencadear, terá conseqüências graves para a convivência internacional. O Governo brasileiro manifesta sua esperança de que a moderação e o equilíbrio prevaleçam no conflito entre os EUA e a Líbia, preservando-se a causa da paz e poupando-se vidas inocentes.

itamaraty reitera que lei de informática é ato de soberania nacional

O Palácio do Itamaraty, em Brasília divulgou, em 16 de maio de 1986 o seguinte comunicado à imprensa:

Diante do noticiário sobre medidas que poderão ser tomadas pelo Governo dos EUA em represália à política de informática do Brasil, o Itamaraty reitera que a Lei em que se fundamenta aquela política é um ato de soberania nacional e dela expressão legítima, e será executada com fidelidade pelo Governo brasileiro.

Esses fatos não contribuem positivamente para o tratamento do assunto em forma compatível com a importância das relações entre o Brasil e os EUA.

* Na seção **Mensagens**, página 161, o texto das mensagens do Chanceler Abreu Sodré aos Chanceleres de Botsuana, Zimbábue e Zâmbia.

O Embaixador do Brasil em Washington recebeu instruções para obter explicações amplas do Governo dos EUA sobre o assunto.

governo brasileiro condena ataque sul-africano a botsuana, zimbábue e zâmbia

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado, em Brasília, em 19 de maio de 1986:

Os ataques realizados por forças sul-africanas contra o território de Botsuana, Zimbábue e Zâmbia merecem a condenação e o repúdio mais veemente do Governo brasileiro.

As repetidas violações à soberania e integridade territorial de países limítrofes da África do Sul por suas forças armadas, sob o pretexto do combate a focos terroristas, constituem motivo de profunda preocupação para o Governo brasileiro, que, neste momento, leva aos Governos de Botsuana, Zâmbia e Zimbábue a expressão de sua maior solidariedade.

O persistente desrespeito às normas da Carta das Nações Unidas e de convivência internacional, por parte da África do Sul, compromete seriamente as possibilidades de se encaminhar uma solução pacífica para os problemas que afligem a parte meridional do continente africano.*

a visita do subsecretário de estado norte-americano ao brasil

Comunicados de imprensa divulgados pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 27 de maio de 1986 e 28 de maio de 1986:

COMUNICADO DE 27 DE MAIO

O Subsecretário de Estado John C. Whitehead esteve em visita oficial a Brasília nos dias 25 e 26 de maio, mantendo conversações no mais alto nível com autoridades do Governo brasileiro.

Procedeu-se a um amplo exame das relações Brasil-Estados Unidos, constatando-se o interesse mútuo em manter

abertos os canais de comunicação entre os dois governos para o trato tanto de questões políticas, como econômicas, comerciais e financeiras.

Sem aprofundar o exame de temas específicos, preocuparam-se as conversações em explorar as modalidades adequadas, em cada caso, para que todos e cada um dos temas do contencioso bilateral sejam considerados, no futuro, em uma perspectiva global que lhes assegure um tratamento sereno, a valorizar o empenho de ambas as partes em manter e consolidar a harmonia do relacionamento Brasil-Estados Unidos.

No que se refere especificamente à política brasileira de informática, esclareceu o Secretário Whitehead não existirem ameaças, nem prazos determinados, e que os contactos de alto nível que venham a se realizar entre os dois países seguirão procedimentos de praxe, não estando pois submetidos a pré-condições.

Reiterou o Governo brasileiro em todos os instantes que a lei de informática, votada pelo Congresso, não pode ser objeto de negociações, sem embargo dos contactos que se processarão no que diz respeito a nossas relações comerciais — inclusive no campo da informática — onde existe, em seu conjunto, uma grande gama de aspectos e assuntos a serem examinados.

COMUNICADO DE 28 DE MAIO

Em face de notícias publicadas hoje em alguns setores da imprensa, sobre a visita do Senhor Whitehead ao Brasil, esclarece-se que seu encontro com o Presidente da República foi muito cordial e que o Governo brasileiro considera altamente positiva a visita do Subsecretário de Estado, que abriu oportunidade para novos canais de diálogo sobre nossas relações com os Estados Unidos, as quais não apresentam estado de crise ou deterioração.

Itamaraty anuncia visita do chanceler abreu sodré ao equador

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado, em Brasília, em 9 de junho de 1986:

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Equador, Senhor Edgar Teran-Teran, o Ministro Roberto de Abreu Sodré efetuará visita oficial a Quito nos dias 4 e 5 de agosto próximo. Nos dois dias que antecedem a visita, o Chanceler Abreu Sodré presidirá, naquela cidade, uma reunião com os Embaixadores brasileiros acreditados junto aos Governos dos países do Pacto Amazônico (Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru, Guiana e Suriname).

Brasil agradece ao governo da Suíça

Em 26 de junho de 1986, o Palácio do Itamaraty, em Brasília, divulgou o seguinte comunicado de imprensa:

O Itamaraty, por intermédio da Embaixada do Brasil em Berna, comunicou hoje ao Governo suíço o reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Na ocasião, foram manifestados os mais profundos agradecimentos do Governo brasileiro pela forma correta, diligente e amigável pela qual a Suíça representou os interesses brasileiros em Havana. A longa representação que o Governo da Suíça exerceu será entendida como um exemplo, entre os muitos, da fraterna ligação que une os dois países e das notáveis qualidades de diálogo da diplomacia suíça.

chanceler brasileiro e secretário de estado norte-americano trocam correspondência sobre questão de informática

Carta do Secretário de Estado norte-americano, George P. Shultz, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, enviada em 19 de maio de 1986; e resposta do Chanceler brasileiro ao Secretário de Estado norte-americano, em 21 de maio de 1986:

CARTA DO SECRETÁRIO DE ESTADO NORTE-AMERICANO

His Excellency
Roberto Costa de Abreu Sodre
Minister for External Relations of the
Federative Republic of Brazil
Palacio do Itamaraty - 2nd floor
Brasilia, D.F.

Dear Mr. Minister:

Thank you for your thoughtful reply to my letter of April 8 concerning the issue of informatics.

We both agree that informatics is a complex issue with potentially serious consequences for our relationship. To dispel any misunderstanding and to find a solution, U.S. Trade Representative Yeutter and I believe that it would be useful to enter without delay into meaningful negotiations on the issues of concern to us. Therefore, we are asking Deputy Secretary John Whitehead, whom you will be seeing in Brazil on May 26, to brief you on the U.S. Government's deliberations on the informatics case and to discuss modalities, which Ambassador Yeutter would coordinate for the United States, for practical and expeditious resolution of this difficult issue.

I am glad that you have accepted my invitation to visit Washington and I look forward to meeting with you. Sometime during the week of June 16-20, perhaps even earlier, would be convenient for me. I hope that by that time we will be able to review significant progress in this issue and have the options for a practical solution.

Sincerely yours,

George P. Shultz

CARTA DO CHANCELER BRASILEIRO

A Sua Excelência o Senhor
George P. Shultz,
Secretário de Estado dos Estados Unidos da América

Caro Senhor Secretário de Estado,

Muito agradeço a carta de Vossa Excelência de 19 de maio de 1986.

O Brasil tem discutido com os Estados Unidos, nos últimos três anos, o problema da informática em nosso Subgrupo bilateral de comércio, bem como em reuniões "ad hoc", como a que realizamos em Caracas.

Acredito que um constante progresso tem sido obtido naquelas discussões, basicamente um melhor entendimento recíproco de nossas posições e interesses, o que constitui em si mesmo um dos principais objetivos nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Como já tivemos oportunidade de dizer anteriormente, o Brasil estará sempre disposto a dialogar com seus parceiros, notadamente com os Estados Unidos, país a que nos une uma antiga e crescente amizade. Creio, contudo, que o termo "negociações", referido em sua carta, não se aplica às circunstâncias, pois o mesmo se refere correntemente à troca de concessões mutuamente vantajosas, num quadro juridicamente definido.

Sugeri Vossa Excelência que durante a próxima visita do Subsecretário John Whitehead discutamos questões de procedimento. Conseqüentemente, após um exame cuidadoso do cronograma e dos procedimentos propostos pelo Senhor Whitehead, estarei em condições de definir uma data mutuamente conveniente para nossos futuros contatos.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração com que me subscrevo,

de Vossa Excelência,

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

em carta ao secretário geral da onu, abreu sodré defende atlântico sul como zona de paz

Carta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, ao Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, enviada em 29 de maio de 1986:

Senhor Secretário-Geral

Ao discursar perante o Plenário da 40ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 1985, o Presidente José Sarney declarou:

“O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confrontação oriunda de outras regiões.”

O Atlântico Sul é uma região que possui identidade própria. Os países em desenvolvimento da área — da América Latina e da África — compartilham problemas e interesses similares no que tange ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar social e à paz. Muitos deles dependem substancialmente do oceano para a própria subsistência de suas populações. Esses países têm uma preocupação vital e uma responsabilidade especial de promover na área um clima propício ao entendimento mútuo e à cooperação.

A excecível situação prevalecente na África do Sul e Namíbia e as ameaças do regime do **apartheid** à segurança e à paz regional e global são causas de grave preocupação.

A comunidade internacional, ademais, testemunha claras tendências de crescimento militar naval, tanto quantitativo quanto qualitativo, com a decorrente proliferação geográfica de armamentos nucleares, em desprezo ao direito dos países não-nucleares a viverem em paz e segurança.

A independência da Namíbia e a eliminação do regime racista do **apartheid** constituem condições essenciais para garantir a paz e a segurança do Atlântico Sul. É igualmente fundamental excluir da região tensões e confrontações a ela estranhas.

Nesse contexto, a declaração do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação se coloca como seqüência lógica de outras iniciativas notáveis como o Tratado de Tlatelolco, sobre a proibição de armamentos nucleares na América Latina, e a Declaração da Organização da Unidade Africana sobre a Desnuclearização da África.

A criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul representaria contribuição significativa para o fortalecimento da segurança internacional e a promoção da paz universal, baseada na justiça e na igualdade de direitos para todos, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Em vista do significativo interesse pelo assunto que têm demonstrado numerosos países da região do Atlântico meridional, considera o Governo brasileiro que é chegada o momento de as Nações Unidas, no desempenho das

responsabilidades que lhes são atribuídas pela Carta, considerarem o tema do Atlântico Sul, com vistas a manter esse espaço oceânico a salvo de tensões derivadas de interesses alheios às nações em desenvolvimento de ambas as margens e a assegurar que sirva sempre à cooperação pacífica e à solidariedade crescente entre os povos da região.

Nessas condições, solicito à Vossa Excelência, nos termos da regra 14 do Regimento Interno, a inclusão na agenda provisória da quadragésima-primeira Sessão da Assembleia Geral de um item intitulado “Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul”.

Solicito igualmente que esta carta seja considerada como memorando explanatório requerido pela regra 20 do Regimento Interno da Assembleia-Geral e que seja circulada como documento oficial das Nações Unidas.

Mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores

o falecimento do economista argentino Raúl Prebisch

Cartas do Presidente José Sarney ao Presidente argentino Raúl Alfonsín e ao Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, enviadas em 30 de maio de 1986, a propósito do falecimento do economista Raúl Prebisch:

CARTA AO PRESIDENTE ARGENTINO

É com profundo pesar que em meu nome e de todo o Governo e povo brasileiros apresento a Vossa Excelência e ao povo argentino os mais profundos pésames pelo falecimento do Doutor Raúl Prebisch.

Com o falecimento do Doutor Raúl Prebisch perde a América Latina um de seus pensadores mais ilustres. A sua inestimável contribuição teórica para a superação dos problemas do subdesenvolvimento de nossos países uniu-se durante toda sua vida a uma incansável luta pelas grandes causas latino-americanas em foros regionais e internacionais.

A perda da nação argentina é assim uma perda compartilhada pelo povo brasileiro onde a figura de Raúl Prebisch e seu pensamento sobreviverão nas gerações de estudantes que, em seus escritos, encontrarão a inspiração para dedicar-se às causas do desenvolvimento de nossos povos.

Cordiais saudações,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

CARTA AO SECRETÁRIO GERAL DA ONU

E com tristeza que me dirigo a Vossa Excelência para expressar o pesar do povo e do Governo brasileiros pela morte de Raúl Prebisch. Secretário-Executivo da CEPAL, primeiro Secretário-Geral e idealizador da UNCTAD, Prebisch marcou profundamente sua presença nas lutas dos países em desenvolvimento por uma ordem econômica internacional mais justa. Mais que isso, foi de sua mente que brotou uma nova maneira de se entender a América Latina, por consequência também o mundo em desenvolvimento, e sua inserção numa economia internacional injusta para com os países pobres.

Morre o homem, ficam as idéias. O desaparecimento de Prebisch nos dá grandes responsabilidades, a de manter viva na CEPAL e, sobretudo, na UNCTAD, suas idéias e de prosseguir nesses e noutros foros na luta por uma ordem econômica internacional mais justa para os países pobres.

Cordiais saudações,

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

governo brasileiro repudia ataque sul-africano contra botsuana, zimbábue e zâmbia

Mensagens do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, aos Chanceleres de Botsuana, Senhora Gadsitwe Chiepe, do Zimbábue, Senhor Witness Mangwend, e de Zâmbia, Senhor Mwananshihu, enviadas em 22 de maio de 1986, a propósito do ataque sul-africano a esses países:

MENSAGEM AO CHANCELER DE BOTSUANA

I have just been informed that South African forces invaded Botswana's territory and conducted an attack which only aggravates, deepens and prolongs the critical political situation in Southern Africa. At this moment, your Excellency and the people of Botswana may be assured of the full support and brotherly solidarity of the Government and the people of Brazil.

Highest consideration,

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores

MENSAGEM AO CHANCELER DE ZIMBÁBUE

I have just been informed of the attack conducted by

South African military forces to Harare, which not only represents an obvious violation of fundamental principles of international law, but also contributes to a further deterioration of the political situation in Southern Africa.

May your Excellency and the people of Zimbabwe be assured of the full support and solidarity of the Government and the people of Brazil.

Highest consideration.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores

MENSAGEM AO CHANCELER DE ZÂMBIA

Having been informed of the recent incursion of South African military forces into Zambian territory, I wish to reaffirm the Brazilian repudiation to the violation of the territorial integrity of the Republic of Zambia. I also take this opportunity to present to your Excellency and to the people of Zambia the solidarity and support of the Government and the people of Brazil.

Highest consideration.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores

mensagem do presidente josé sarney à conferência mundial sobre sanções contra a África do sul

Mensagem do Presidente José Sarney à Conferência Mundial sobre Sanções contra a África do Sul, enviada em 16 de junho de 1986:

A celebração da Conferência Mundial sobre Sanções contra a África do Sul Racista é acontecimento do mais alto significado. Por um lado, marca importante contribuição da comunidade internacional com vistas a reforçar as tendências de total superação do iníquo regime do **apartheid**. Por outro lado, chama a atenção do concerto das nações, da opinião pública mundial e de todos os homens e mulheres, que acreditam fundamentalmente nos postulados de igualdade racial e de compartilhada dignidade humana, para a injustiça e o escândalo cristalizados na persistência, em nosso tempo, do único regime político que se alicerça no mais vil sistema de segregação racial institucionalizada.

Em nome de um povo e em representação de uma sociedade e de um Estado que buscam historicamente fortalecer a democracia não apenas política e social mas também racial, reafirmo o nosso completo repúdio ao siste-

ma racista de denominação imperante na África do Sul e na Namíbia e o integral apoio da sociedade e do Estado brasileiro aos patriotas sul-africanos. Através de amplo arco de alianças que engloba organizações religiosas, sindicais, culturais e políticas, vêm eles somando esforços e realizando sacrifícios, sempre com admirável coragem e pertinácia, com o objetivo de criar, no futuro que já se esboça, uma nova África do Sul, efetivamente pluralista, democrática, livre do pesadelo do racismo e da realidade sangrenta do presente.

Os esforços próprios do povo sul-africano constituem a resistência essencial ao racismo e à injustiça. O desejo de viver sob verdadeira paz política, e em atmosfera de igualdade racial, é uma força poderosa. Os objetivos democráticos que hoje movem a maioria da população sul-africana serão certamente alcançados. Mas o ritmo de superação do **apartheid** será outro na medida em que a comunidade internacional decidir fortalecer os mecanismos e o escopo das sanções que devem ser aplicadas ao regime de Pretória.

O Governo do Brasil tem sistematicamente apoiado as sanções impostas à África do Sul. Mais ainda, tem optado, unilateralmente, por medidas cada vez mais estritas, que traduzem sua arraigada desconformidade com o racismo sul-africano. A condenação ao sistema do **apartheid**, à ocupação colonial da Namíbia e às políticas de desestabilização que a África do Sul implementa contra os países da Linha de Frente constitui conduta invariável da política externa brasileira e expressam o sentimento unânime da nossa sociedade. Por isso mesmo, as decisões que vierem a ser alcançadas nesta Conferência para acelerar as transformações da situação vigente da África Austral e promover a paz e a justiça naquela região contarão sempre com o apoio decidido da Nação brasileira.*

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil*

o falecimento do escritor argentino jorge luís borges

Mensagens do Presidente José Sarney ao Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, e à Senhora Maria Kodama de Borges, enviadas em 17 de junho de 1986, a propósito do falecimento do escritor Jorge Luís Borges:

MENSAGEM AO PRESIDENTE ARGENTINO

É com grande tristeza que, em nome de todos os brasileiros, desejo fazer chegar a Vossa Excelência e, por seu

- A mensagem em apreço foi também lida na sessão especial do Comitê contra o **Apartheid** das Nações Unidas, comemorativa do "Dia Internacional de Solidariedade com o Povo em Luta da África do Sul" para marcar o 10º aniversário do levante de Soweto.

intermédio, a todo o povo irmão da Argentina, meus sentimentos de profundo pesar e solidariedade pelo falecimento do grande escritor argentino Jorge Luís Borges.

Representante do que de mais universal tem a América Latina, Borges levou a literatura de seu país e de todo o Continente a sua mais elevada expressão constituindo um patrimônio insubstituível das Letras e do pensamento crítico latino-americano, de que todos nós nos orgulhamos. Profundamente admirado no Brasil, onde exerceu e continua exercendo uma inspiradora influência e uma grande atração, Borges foi um exemplo da forma como a arte atravessa todas as fronteiras para inscrever cada leitor no marco universal da condição humana, da força da criatividade, do desafio das indagações filosóficas, da pesquisa original no universo da linguagem, da narrativa e da poesia.

Hoje, ao nos unirmos ao povo argentino na homenagem ao grande escritor morto, estou convencido de que estamos vivendo mais uma das etapas de consagração de Jorge Luís Borges ao lado dos maiores nomes da literatura universal, e especialmente dentro do conjunto tão expressivo dos escritores de língua espanhola.

Aceite, pois, Senhor Presidente, os mais sentidos pesames do povo e do Governo brasileiros, e a certeza de que, na admiração e no respeito mais profundos de todos nós, Borges continuará ocupando um lugar especial como mestre da linguagem, como exemplo da sensibilidade criadora e como expressão completa do homem de vocação e espírito universais, que soube levar ao mundo com tanto êxito, o potencial e a riqueza das letras argentinas.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM À SENHORA MARIA KODAMA DE BORGES

Peço aceitar meus votos de profundo pesar pelo desaparecimento de Jorge Luís Borges, que contribuiu expressivamente para projetar as letras argentinas e latino-americanas aos mais elevados planos da cultura universal. A obra deixada pelo ilustre escritor representa um patrimônio de valor inestimável a enriquecer o espírito humano. Cordialmente,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

o reatamento de relações diplomáticas entre brasil e cuba

Telegrama do Presidente de Cuba, Fidel Castro Ruz, ao Presidente José Sarney, em 26 de junho de 1986, a propósito do reatamento das relações diplomáticas entre os 2 países; e resposta do Presidente brasileiro:

MENSAGEM DO PRESIDENTE CUBANO

“Al reanudarse las relaciones diplomáticas entre Cuba y Brasil me complace, a nombre del Gobierno y pueblo de Cuba, saludar a Usted, al Gobierno y al pueblo brasileño. Con mi más alta consideración.

Fidel Castro Ruz

Presidente del Consejo de Estado y del Gobierno de la República de Cuba.”

MENSAGEM DO PRESIDENTE BRASILEIRO

“Agradeço gentileza mensagem Vossencia e envio minhas saudações ao Governo e povo cubanos, no momento em que nossos países reatam relações diplomáticas.

Com mais alta consideração,

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil”

sarney cumprimenta o presidente argentino pela conquista da copa do mundo

Telegrama enviado pelo Presidente José Sarney no dia 30 de junho de 1986 ao Presidente da Argentina, Raúl Ricardo Alfonsín.

Em nome de todo o povo brasileiro e em meu próprio nome, peço a Vossa Excelência aceitar e transmitir a todos os integrantes da Seleção Argentina de Futebol as mais vivas felicitações pela brilhante conquista da Copa do Mundo. Como latino-americanos, orgulhamo-nos de que tenha sido uma equipe sul-americana aquela que apresentou, ao longo de toda a campanha do Mundial 86, o melhor futebol, premiando toda a fraterna comunidade de Nações do continente com uma grande alegria e uma emocionante exibição de competência, espírito de equipe e técnica. Os brasileiros, em especial, sentiram-se gratificados com a vitória conseguida pela fraterna Nação Argentina, cuja alegria e justo regozijo desejam compartilhar. Cordialmente,

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

comissão mista brasil-dinamarca sobre cooperação econômica e industrial

Realizou-se em Brasília, no período de 9 a 11 de junho de 1986, a quarta sessão da Comissão Mista Brasil-Dinamarca sobre Cooperação Econômica e Industrial. Os trabalhos foram abertos pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, e da Dinamarca, Uffe Ellemann-Jensen.

Após ressaltarem o alto nível das relações entre os dois países e procederem à exposição das atuais tendências de suas economias internas, ambas as delegações expressaram a necessidade de reforçar o GATT como base para o comércio e como forma de expandir e de liberalizar as trocas internacionais de maneira equilibrada entre todos os países.

Ao longo dos trabalhos, várias foram as áreas objeto de discussão e de propostas visando à cooperação bilateral: economia, finanças e comércio; indústria; agricultura, agro-indústria e pesca; e ciência e tecnologia. Merece destaque a primeira delas (cooperação econômica, financeira e comercial), sobre a qual as delegações ponderaram que uma base para melhor incrementar as relações econômicas entre os dois países é o aumento dos investimentos da Dinamarca no Brasil e a criação de "joint-ventures" entre empresas dinamarquesas e brasileiras. Para tanto, concordou-se em estimular a troca de informações entre o "Fundo Dinamarquês de Industrialização para países em Desenvolvimento" (IFU) e os bancos de desenvolvimento brasileiros.

Um dos resultados concretos dos trabalhos foi a assinatura do "Acordo Bilateral sobre Cooperação Científica e Tecnológica". Com ele criam-se os instrumentos para que Brasil e Dinamarca implementem projetos de cooperação bilateral nos campos da biomassa, conservação de energia, biotecnologia, agricultura, meio ambiente, informática, microeletrônica, química fina e pesquisa espacial, entre outros.

cooperação brasil-frança na área cultural, científica e tecnológica

O Projeto Brasil-França, institucionalizado em outubro de 1985 pelos Presidentes José Sarney e François Mitterrand para incrementar o intercâmbio entre os dois países nos mais variados setores das áreas cultural, científica e tecnológica, será lançado em Paris nos dias 2, 3, 4

e 6 de julho vindouro com a apresentação das Jornadas de Música Popular Brasileira. Participarão das Jornadas 120 cantores, compositores e instrumentistas brasileiros, dentre os quais destacam-se Chico Buarque, Maria Bethânia, Paulinho da Viola, Gilberto Gil, Gal Costa, Paulo Moura, Naná Vasconcelos, Djavan e Fafá de Belém.

Para o lançamento do Projeto na França, viajará a Paris o Ministro de Estado da Cultura, Celso Furtado, acompanhado do Embaixador José Olympio Rache de Almeida, Chefe do Departamento Cultural do Itamaraty e Comissário-Geral do Projeto no Brasil. O Ministro Roberto de Abreu Sodré enviará uma mensagem ao público francês, na impossibilidade de seu comparecimento. Está sendo realizada hoje, simultaneamente, uma conferência de imprensa em Paris com o objetivo de também anunciar o início das atividades do Projeto Brasil-França.

Dentre as iniciativas culturais que serão realizadas no âmbito do Projeto Brasil-França, estão aprovadas ou em exame pelos dois Governos a realização, na França, dentre outros, da exposição "Amazônia de Ontem e Hoje" em 1987 no Grand Palais, a organização de mostra sobre civilização brasileira contemporânea em 1989, de retrospectiva da obra de Cândido Portinari em 1988, de exposição de arte popular brasileira, no Museu do Homem em 1987, além de grande festival de cinema brasileiro no Centro Cultural Georges Pompidou, complementada por exposição alusiva à cinematografia brasileira.

Estão sendo igualmente preparadas atividades do Projeto Brasil-França no Brasil, já se encontrando praticamente acertados a excursão por diversas capitais brasileiras, ainda este ano, da "Comédie Française", o Colóquio de Pesquisa Médica em Belém, o Encontro de Pesquisas Matemáticas na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Curitiba, o ciclo do cinema francês no âmbito do próximo Festival de Cinema do Rio de Janeiro (FEST-RIO).

No correr deste ano, estão previstas a inauguração do Museu Brasil-França, no Rio de Janeiro, o início de co-produção cinematográfica (Antonio José da Silva, o Judeu) e diversas exposições na Galeria Debret em Paris.

Paralelamente às iniciativas de caráter cultural, estão sendo examinadas propostas na área técnico-científica para ampliar a cooperação entre os dois países.

Está sendo criada uma comissão interministerial, integrada pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério da Cultura, pelo Ministério da Educação, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para coordenar as diferentes iniciativas apresentadas para exame do Governo brasileiro.

Esse tipo de ampla cooperação governamental em campos específicos é o primeiro que o Brasil formalizou com qualquer país e dela se esperam mútuos benefícios que virão estreitar ainda mais os já íntimos e fraternos laços de amizade entre os dois países.

apoio do itamaraty à participação de empresários brasileiros em feiras internacionais

O programa do Itamaraty de estímulo à presença de empresas brasileiras em certames mundiais visa ao constante aprimoramento da qualidade dos produtos, à adaptação do desempenho industrial aos padrões habituais e consumidores cada vez mais sofisticados, favorecidos pela oferta de grande número de fabricantes de todos os países interessados em colocar a sua produção nos mercados de maior potencial comprador.

Participar de uma feira internacional é um desafio importante para o empresariado brasileiro, considerada a oportunidade de comparar a própria produção com a dos seus concorrentes, verificar as condições para melhor competir e ampliar os contatos com os compradores do país expositor, outros participantes e demais visitantes.

O Ministério das Relações Exteriores, através do Departamento de Promoção Comercial e da Divisão de Feiras e Turismo, apoiará a participação de empresas brasileiras produtoras e exportadoras nas seguintes feiras internacionais programadas para este ano:

- AUTOMOTIVE CHINA — Salão Internacional da Indústria Automobilística — Pequim, RPC, República Popular da China, de 04 a 10 de julho
- 16ª Feira Internacional de Bogotá — Bogotá, Colômbia, de 05 a 20 de julho
- 1ª Exposição Industrial Brasileira — São Vicente, Cabo Verde, de 07 a 13 de julho
- Salão Internacional de Produtos Alimentícios — Nova York, EUA, de 20 a 23 de julho
- Feira Nacional do Calçado — Nova York, de 03 a 06 de agosto
- 41º Salão de Ferragens — Chicago, EUA, de 10 a 13 de agosto
- 24ª Feira Parceiros para o Progresso — Berlim, RFA, República Federal da Alemanha, de 03 a 07 de setembro
- 4ª FOODFEST — Salão Internacional da Alimentação, Hong Kong, de 03 a 07 de setembro
- IMTS — Salão Internacional de Máquinas e Ferramentas — Chicago, de 03 a 12 de setembro
- MACEF — Mercado Internacional de Artigos Domésticos — Milão, Itália, de 05 a 08 de setembro
- SIC — Semana Internacional do Couro — Paris, França, de 06 a 09 de setembro
- 150ª IGEDO — Feira de Confeção Feminina — Dusseldorf, RFA, de 07 a 10 de setembro
- AUTOMECHANIKA — Frankfurt, RFA, de 09 a 14 de setembro
- Feira Internacional de Teerã — Irã, de 26 de setembro a 05 de outubro
- Salão da Confeção Feminina e Acessórios — Nova York, de 14 a 16 de setembro
- Salão de Equipamentos para Indústria Ótica — Nova York, de 16 a 19 de setembro
- Feira Internacional de Santa Cruz de La Sierra — Bolívia, de 16 a 29 de setembro
- 62º GDS — Salão do Calçado — Dusseldorf — RFA, de 20 a 22 de setembro
- Feira Internacional de Mármore e Granitos — Valpolicella, Itália, de 21 a 28 de setembro
- Feira Internacional do Livro — Frankfurt, RFA, de 01 a 06 de outubro
- 54ª Semana Internacional da Moda — Munique, RFA, de 05 a 08 de outubro
- 75º Salão da Confeção Masculina e Acessórios — Nova York, de 17 a 22 de outubro
- 15ª INTERSAN — Feira de Equipamentos Médico Hospitalares — Milão, de 18 a 20 de setembro
- 12º SIAL — Salão Internacional da Alimentação — Paris, França, de 20 a 24 de outubro
- Salão Internacional da Confeção Infantil — Nova York, de 26 a 29 de outubro
- 24ª Feira Internacional de Santiago — Chile, de 29 de outubro a 09 de novembro
- 2º Salão de Computação e Informática — Santiago, Chile, de 29 de outubro a 09 de novembro
- 23ª Feira Internacional de Bagdá — Iraque, de 01 a 15 de novembro
- 8º Salão de Pisos e Azulejos — Reno, EUA, de 02 a 04 de novembro

- Salão de Utilidades Domésticas – Chicago, de 09 a 13 de novembro
 - Feira Internacional da Índia – Nova Delhi, de 14 a 30 de novembro
 - MULTI INDEX – Atenas, Grécia, em novembro. Setor: indústria em geral.
- Em 1986, o Itamaraty já propiciou a presença de exportadores brasileiros em eventos semelhantes, tais como:
- Brazilian Pret-a-Porter – Nova York, EUA, de 13 a 17 de janeiro
 - Salão Internacional do Móvel – Colônia, RFA, de 14 a 19 de janeiro
 - Semana Verde Internacional – Berlim, RFA, de 24 de janeiro a 02 de fevereiro. Setores: agropecuária, piscicultura, horticultura e indústria alimentícia de base
 - Feira Internacional da Confeitaria – Colônia, RFA, de 26 a 30 de janeiro
 - Salão do Brinquedo – Nova York, de 15 a 17 de fevereiro
 - SAE – Salão Internacional de Autopeças – Detroit, EUA, de 24 a 28 de fevereiro
 - Salão de Produtos do Mar – Boston, EUA, de 11 a 13 de março
 - EXPOCOMER – Exposição Comercial Internacional – Panamá, Panamá, de 12 a 17 de março
 - 62º GDS – Salão do Calçado – Dusseldorf, RFA, de 22 a 24 de março
 - Exposição Industrial Brasileira – Pequim, República Popular da China, de 30 de março a 05 de abril
 - Feira Internacional de Hannover – Hannover, RFA, de 09 a 16 de abril
 - Feira do Livro Infantil e Juvenil – Bolonha, Itália, de 10 a 13 de abril
 - Feira Internacional do Livro – Buenos Aires, Argentina, de 04 a 21 de abril
 - Feira Internacional de Milão – Itália, de 12 a 20 de abril
 - Grande Feira de Abril – Milão, de 12 a 20 de abril
 - Feira Internacional de Osaka – Japão, de 23 a 30 de abril
 - Feira Internacional de Argel – Argélia, de 23 de abril a 04 de maio
 - INFOCOM – Feira de Informática – Buenos Aires, de 19 a 25 de maio
 - DRUPA – Feira da Indústria Gráfica – Dusseldorf, RFA, de 02 a 15 de maio
 - Salão de Brindes (Premium Show) – Nova York, de 05 a 08 de maio
 - SIMAC – Salão Internacional de Máquinas para a Indústria do Couro, Milão, de 07 a 10 de maio
 - Salão de Artigos de Cama, Mesa e Banho – Nova York, de 10 a 13 de maio
 - Salão de Artigos de Papelaria – Nova York, de 18 a 21 de maio
 - SITEV – Salão Internacional de Autopeças – Genebra, de 27 a 30 de maio
 - HERBORA – Salão Internacional de Produtos Naturais – Verona, Itália, de 30 de maio a 02 de junho
 - POSIDONIA – Salão Náutico – Pireu, Grécia, de 02 a 07 de junho.
- Para 1987, o Ministério das Relações Exteriores prevê a participação de empresas brasileiras nos seguintes certames:
- Salão Internacional do Móvel – Colônia – RFA – janeiro
 - Feira Internacional da Confeitaria – Colônia – RFA – janeiro
 - Salão do Brinquedo – Nova York – EUA – fevereiro
 - EXPOCOMER – Exposição Comercial Internacional – Panamá – Panamá – março
 - GDS – Salão do Calçado – Dusseldorf – RFA – março
 - Feira Internacional do Livro – Buenos Aires – Argentina – abril
 - Feira Internacional de Hannover – Hannover – RFA – abril
 - Feira do Livro Infantil e Juvenil – Bolonha – Itália – abril
 - Feira Internacional de Argel – Argel – Argélia – abril
 - Feira Internacional de Milão – Milão – Itália – abril
 - Salão de Brindes (Premium Show) – Nova York – EUA – maio

- Salão de Artigos de Cama, Mesa e Banho — Nova York — EUA — maio
- Salão de Artigos de Papelaria — Nova York — EUA — maio
- SITEV — Salão Internacional de Autopeças — Genebra — Suíça — maio
- Feira Nacional do Calçado — Nova York — EUA — agosto
- Feira Parceiros para o Progresso — Berlim — RFA — setembro
- FOODFEST — Salão da Alimentação — Hong Kong — setembro
- Semana Internacional do Couro — Paris — França — setembro
- IGEDO — Feira da Confeção Feminina — Dusseldorf — RFA — setembro
- IAA — Salão do Automóvel — Frankfurt — RFA — setembro
- Feira Internacional de Teerã — Teerã — Irã — setembro
- Salão da Confeção Feminina e Acessórios — Nova York — EUA — setembro
- GDS — Salão do Calçado — Dusseldorf — RFA — setembro
- Feira Internacional de Mármore e Granitos — Valpolicella — Itália — setembro
- Feira Internacional do Livro — Frankfurt — RFA — outubro
- Semana Internacional da Moda — Munique — RFA — outubro
- Salão da Confeção Masculina e Acessórios — Nova York — EUA — outubro
- ANUGA — Mercado Mundial da Alimentação — Colômbia — RFA — outubro
- Feira Internacional de Santiago — Santiago — Chile — outubro
- Salão de Computação e Informática — Santiago — Chile — outubro
- Feira Internacional do Equador — Guaiáquil — Equador — outubro
- Feira Internacional de Bagdá — Bagdá — Iraque — novembro

- Salão de Pisos e Azulejos — EUA — novembro
- Salão de Utilidades Domésticas — Chicago — EUA — novembro
- Feira Internacional da Índia — Nova Delhi — Índia — novembro
- MULTI INDEX — Atenas — Grécia — novembro

Os interessados podem procurar a Divisão de Feiras e Turismo do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (Espalada dos Ministérios, Anexo Administrativo do Palácio Itamaraty, 5º andar, Sala 518, CEP: 70170 — Brasília — DF, Tels.: (061) 211-6394, 211-6395, 211-6421, 211-6668, 211-6644, Telex: (061) 1319 MNRE BR), a fim de obterem informações complementares e condições de participação.

itamaraty organiza exposição sobre futebol brasileiro

O Itamaraty está organizando exposição de Artes Plásticas sobre o futebol brasileiro intitulada "Futebol — Arte do Brasil", resultado do trabalho integrado dos seguintes artistas plásticos brasileiros: Paolo Maranca, José Zaragoza, Aldemir Martins, Zélio Alves Pinto, Aldir Mendes de Souza, Newton Mesquita, Glauco Pinto de Moraes, Maria Lydia Magliani, Mino Carta, Darcy Penteado, Paulo Saveg, José Sabóia, Gilberto Salvador, Luiz Ventura, Tomoshigue Kusuno, Ivald Granato, Siron Franco, Osmar Pinheiro, Maurício Nogueira Lima, Gustavo Rosa, Cláudio Tozzi e Rubens Gerschman.

2. O projeto tem como objetivo reunir um conjunto de visões pessoais sobre uma partida de futebol, tendo como critério fundamental a familiaridade dos artistas com a temática e foi concebido como uma instalação composta de 22 obras de formato idêntico que, reunidos, constituem uma alusão às equipes que disputam o jogo.

3. O "poster" que acompanha a referida mostra foi criado especialmente pelo artista Francisco Petit e a organizadora é a Crítica Radha Abramo.

4. Paralela à Exposição haverá a exibição do filme de autoria de Thomas Farkas sobre o futebol brasileiro, além de vasto material cedido pela Confederação Brasileira de Futebol e pelas Organizações Globo sobre a participação brasileira nos Campeonatos Mundiais anteriores, incluindo troféus, bandeiras e uniformes de times, registros fotográficos e vídeo-cassetes.

5. A inauguração da mostra, no Brasil, deverá ser no dia 14 de maio próximo, no "Centro Cultural de São Paulo", devendo posteriormente ser inaugurada na Cidade do México, no "Foro de Arte Contemporânea", no dia 29

de maio próximo, simultaneamente ao início da Copa do Mundo.

A exposição deverá, ainda, ser apresentada na América Latina no período de 1986/1987 em suas mais importantes capitais – Caracas, Bogotá, Quito, Lima, Santiago, Buenos Aires, Montevidéu e Assunção – com o propósito de divulgar ao público dessas cidades a variedade das manifestações artísticas sobre o futebol brasileiro.

despedida de embaixadores estrangeiros

Kunioshs Date, do **Japão**, em 8 de abril de 1986

Antônio de Icaza, do **México**, em 10 de maio de 1986

Vladimir Tchernichov, da **União Soviética**, em 19 de maio de 1986

índice

sarney em portugal reafirma os laços luso-brasileiros discurso do presidente José Sarney, no palácio da ajuda, em Lisboa, por ocasião de banquete oferecido pelo presidente de Portugal, Mário Soares	3
presidente José Sarney na academia das ciências de Lisboa discurso do presidente José Sarney na academia das ciências em Lisboa	6
sarney ao primeiro-ministro português: Brasil é um país voltado para o moderno discurso do presidente José Sarney, no palácio real de Sintra por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo primeiro-ministro de Portugal, Aníbal António Cavaco Silva	13
o encontro do presidente brasileiro com escritores portugueses discurso do presidente José Sarney, em Lisboa, por ocasião de almoço com escritores portugueses	16
presidente José Sarney encerra encontro de empresários brasileiros e portugueses discurso do presidente José Sarney, em Lisboa, por ocasião do encerramento do encontro empresarial Brasil-Portugal	18
sarney a Mário Soares: convivência estimulante entre brasileiros e portugueses discurso do presidente José Sarney, em Lisboa, por ocasião de banquete oferecido ao presidente de Portugal, Mário Soares	21
sarney na assembleia legislativa portuguesa: "Brasil não é caudatário das grandes potências" discurso do presidente José Sarney, na assembleia legislativa portuguesa	22
sarney recebe título de doutor honoris causa da universidade de Coimbra discurso do presidente José Sarney, na universidade de Coimbra, ao receber o título de doutor honoris causa	25
presidente brasileiro recebe homenagem da câmara municipal e da associação comercial do Porto discurso do presidente José Sarney, no palácio da Bolsa, por ocasião de jantar oferecido pela câmara municipal e pela associação comercial do Porto	29
presidente José Sarney visita a cidade de Guimarães discurso do presidente José Sarney na cidade de Guimarães	32
comunicado conjunto relata os entendimentos do presidente José Sarney em Portugal comunicado conjunto Brasil-Portugal, divulgado na cidade do Porto, ao término da visita do presidente José Sarney àquele país	33
presidente José Sarney visita Cabo Verde discurso, de improviso, do presidente José Sarney, na varanda do palácio do povo, em São Vicente, por ocasião de sua chegada a Cabo Verde	37
	171

sarney em são vicente: relacionamento mutuamente proveitoso entre brasil e cabo verde	
discurso do presidente josé sarney, em cabo verde, por ocasião de almoço oferecido pelas autoridades de são vicente	38
presidente josé sarney visita a assembléia nacional popular de cabo verde	
discurso do presidente josé sarney, na assembléia nacional popular de cabo verde	40
aristides pereira recebe a grã-cruz da ordem do cruzeiro do sul	
discurso do presidente josé sarney, em cabo verde, por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo presidente caboverdiano, aristides pereira. na ocasião, o presidente brasileiro entregou ao presidente de cabo verde as insígnias da grã cruz da ordem do cruzeiro do sul	43
os entendimentos do presidente josé sarney em cabo verde	
comunicado conjunto brasil-cabo verde, assinado em prala, pelos presidentes do brasil, josé sarney, e de cabo verde, aristides maria pereira	45
no brasil, o presidente de el salvador, josé napoleon duarte	
discurso do presidente josé sarney, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de jantar oferecido ao presidente de el salvador, josé napoleon duarte	51
comunicado conjunto brasil-el salvador	
comunicado conjunto brasil-el salvador, divulgado em brasília, ao final da visita do presidente deste país, josé napoleon duarte	54
oscar arias sanchez, presidente-eleito da costa rica, visita o brasil	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao presidente-eleito da costa rica, oscar arias sanchez	57
a reunião dos chanceleres dos países da bacia do prata, na argentina	
discurso dos ministros de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, na 16ª reunião ordinária e 2ª extraordinária de chanceleres dos países da bacia do prata, em buenos aires	59
x reunião intergovernamental brasil-urss de cooperação comercial, econômica, científica e tecnológica	
discurso do secretário-geral das relações exteriores, paulo tarso flecha de lima, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da abertura da x reunião intergovernamental brasil-urss de cooperação comercial, econômica, científica e tecnológica	63
abreu sodré visita a arábia saudita	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, em riade, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo príncipe sauld al faisal	67
a reunião ministerial do comitê negociador do sistema global de preferências comerciais	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da fase técnica da reunião ministerial do comitê negociador do sistema global de preferências comerciais (sgpc)	69
ix reunião da comissão mista brasil-romênia	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da solenidade de assinatura da ata final da ix reunião da comissão mista brasil-romênia, que contou com a presença do ministro do comércio exterior e da cooperação econômica internacional da romênia, vasile pungan	73
a reunião de coordenação de alto nível do sistema econômico latino-americano	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da abertura da reunião de coordenação de alto nível do sistema econômico latino-americano	75

primeiro vice-primeiro ministro do iraque em Brasília	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao primeiro vice-primeiro ministro do iraque, taha yassin ramadhan	79
comunicado conjunto Brasil-Iraque	
comunicado conjunto Brasil-Iraque, divulgado pelo palácio do Itamaraty, em Brasília, ao final da visita do primeiro vice-primeiro ministro do iraque, taha yassin ramadhan	81
Abreu Sodré no dia do diplomata: Sarney conduz o Brasil para seu grande destino	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da solenidade comemorativa do dia do diplomata que contou com a presença do presidente José Sarney	85
chanceler brasileiro na assembléia da ONU sobre situação econômica da África	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, em Nova York, por ocasião da assembléia especial da organização das nações unidas sobre a situação econômica da África	91
declaração do Panamá propõe a paz na América Central	
declaração de Panamá, assinada e divulgada no Panamá, após a reunião dos ministros das relações exteriores da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela	97
a visita do ministro dos negócios estrangeiros da Dinamarca	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros da Dinamarca, Uffe Elleman Jensen	101
Brasil e Dinamarca assinam acordo de cooperação científica e tecnológica	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da assinatura do acordo de cooperação científica e tecnológica com a Dinamarca	104
quarta reunião da comissão mista Brasil-Dinamarca	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da abertura da quarta reunião da comissão mista Brasil-Dinamarca	105
em Brasília, o primeiro-ministro da Finlândia	
discurso do presidente José Sarney, no palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao primeiro-ministro da Finlândia, Kalevi Sorsa	107
Itamaraty e Ministério da Cultura assinam ajuste para localização de bens culturais brasileiros no exterior	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da assinatura do ajuste com o Ministério da Cultura para localização de bens culturais brasileiros no exterior	111
chanceler paraguaio mantém entendimentos em Brasília	
discurso de improviso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro das relações exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar e à diretoria executiva da Itaipu Binacional	113
Brasil e Paraguai assinam acordo sobre instalação do comitê de fronteiras	
pronunciamentos do ministro de estado das relações exteriores roberto de abreu sodré, e do ministro das relações exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da assinatura do acordo para instalação do comitê de fronteiras nas cidades limdeiras de Pedro Juan Caballero/Ponta-Porã e Salto del Guairá/Guaíra	115
chanceler abre seminário sobre relações Brasil-África na Câmara dos Deputados	
palestra do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, na Câmara dos Deputados, por ocasião da abertura do seminário sobre relações Brasil-África	119
	173

abreu sodré, na escola superior de guerra: atividade diplomática exige diálogo
palestra do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, na escola superior de guerra, no rio de janeiro 123

relações diplomáticas

brasil e cuba restabelecem relações diplomáticas 141

designação de embaixadores brasileiros 141

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros 142

tratados, acordos, convênios

brasil e canadá assinam ajuste complementar para aperfeiçoamento de especialistas no tratamento do câncer 143

brasil e alemanha assinam ajuste para o aproveitamento integral do babaçu 145

brasil e el salvador assinam acordo sobre dispensa de visto para passaportes diplomáticos e aditivo ao convênio de intercâmbio cultural 147

acordo brasil-paraguai para instalação do comitê de fronteiras 149

ajuste entre o itamaraty e o ministério da cultura para localização de bens culturais brasileiros no exterior 150

acordos promulgados 151

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no segundo trimestre de 1986 156

comunicados e notas

governo brasileiro manifesta preocupação com acontecimentos no mediterrâneo 157

itamaraty reitera que lei de informática é ato de soberania nacional 157

governo brasileiro condena ataque sul-africano a botsuana, zimbábue e zâmbia 157

a visita do subsecretário de estado norte-americano ao brasil 157

itamaraty anuncia visita do chanceler abreu sodré ao equador 158

brasil agradece ao governo da suíça 158

mensagens

chanceler brasileiro e secretário de estado norte-americano trocam correspondência sobre questão de informática	159
em carta ao secretário-geral da onu, abreu sodré defende atlântico sul como zona de paz	159
falecimento do economista argentino raúl presbich	160
governo brasileiro repudia ataque sul-africano contra botsuana, zimbábue e zâmbia	161
mensagem do presidente josé sarney à conferência mundial sobre sanções contra a áfrica do sul	161
o falecimento do escritor argentino jorge luís borges	162
reatamento de relações diplomáticas entre brasil e cuba	162
sarney cumprimenta o presidente argentino pela conquista da copa do mundo	163

notícias

comissão mista brasil-dinamarca sobre cooperação econômica e industrial	165
cooperação brasil-frança na área cultural, científica e tecnológica	165
apoio do itamaraty à participação de empresários brasileiros em feiras internacionais	166
itamaraty organiza exposição sobre futebol brasileiro	168
despedida de embaixadores estrangeiros	169

